

almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#26 (tomo 2) Jul. 2023

UM VASO DA IDADE DO BRONZE



**Património Cultural
Subaquático em São Miguel,
Açores**

**Da Hispânia ao al-Andalus:
arabização, islamização e resistência
no meio rural**

**O Cão, o Guarda e a Fábrica:
ausências agenciais e ontologias
desconfortáveis**



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos

Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa lúis teotónio pereira, cova da piedade, almada]

[212 766 975 | 967 354 861]

[c.arqueo.alm@gmail.com]

[http://www.caa.org.pt]

[http://www.facebook.com]

**uma Associação
em que dá gosto
participar!**

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

1972-2023

51 anos de intervenção social,
a promover uma visão integrada da
Arqueologia, do Património Cultural e
Ambiental e da História local e regional,
no exercício partilhado de uma cidadania
cultural e cientificamente
informada.

peça já a sua ficha de inscrição

Brasão D. José I
A integrar a Área do Hotel Convento de Santa Joana - Lisboa

Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

Rua da Escola, Lote 9, Loja 2, Santa Eulália - Repeses, 3500-682 Viseu | 232 416 030

Rua do Triângulo Vermelho, nº 2, 1170-375 Lisboa | 218 120 349



www.arqueohoje.com

ARQUEOLOGIA

CONSERVAÇÃO E
RESTAURO

MUSEUS E CENTROS
INTERPRETATIVOS

ROTAS CULTURAIS E
PEDESTRES

MANUTENÇÃO DE
SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS

PUBLICAÇÕES

GESTÃO CULTURAL

arqueohoje
finding our future.



Capa | Jorge Raposo

Composição de vasos cerâmicos da Idade do Bronze que se inserem numa tipologia muito particular, caracterizada pelo largo bordo horizontal. A peça da foto está exposta no Núcleo Museológico de Arqueologia de Viana do Castelo e provém do Monte da Ola, neste município. No desenho, peça do acervo da Fundação Sousa Oliveira (Açores), provavelmente com a mesma origem.

Foto | © Raquel Vilaça, André Lopes Pereira, Anna Lígia Vitale e César Oliveira / Câmara Municipal de Viana do Castelo



2.ª Série, N.º 26, Tomo 2, Julho 2023

Proprietário e editor

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial

www.almadan.publ.pt

Distribuição

http://issuu.com/almadan

Periodicidade | Semestral

Apoio | Câmara Municipal de Almada /
/ Associação dos Arqueólogos Portugueses /
/ Arqueohoje - Conservação e Restauro
do Património Monumental, Ld.ª /
/ Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara
Municipal de Oeiras / Neopéica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo

(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia
de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho científico

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo
(português), Luísa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos
(francês)

**Modelo gráfico, tratamento de
imagem e paginação electrónica**

Jorge Raposo

Revisão | Autores e
Fernanda Lourenço

Colaboram neste tomo

Nelson J. Almeida, Rita Anastácio,
João Barreira, Luís Carlos Borges,
Patrícia Bruno, Douglas Cardoso,
Carlos Luís Cruz, Regina Delfino,
Cleia Detry, José d'Encarnação,
Eduardo Ferraz, Luís Mota Figueira,
Sara Garcês, Hugo Gomes,
Marta Isabel Caetano Leitão,
Marco Martins, José Luís Neto,
Sérgio Nunes, César Oliveira,
Luiz Oosterbeek, Maria de Fátima
Palma, Pedro Parreira, Anabela
Borralheiro Pereira, André Lopes

Pereira, Franklin Pereira, Paulo
Oliveira Ramos, Joana Rey, Diniz
Rezendes, Bilal Sarr, João Luís Sequeira,
Miguel Serra, Anícia Trindade,
Alexandra Vieira, Raquel Vilaça
e Anna Lígia Vitale

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online*
não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.
No entanto, a revista respeita a vontade
dos autores, incluindo nas suas páginas tanto
artigos que partilham a opção do editor
como aqueles que aplicam o dito Acordo.

Renovar o estudo de peças arqueológicas incorporadas em colecções reunidas em recolhas antigas produz frequentemente resultados surpreendentes e valiosos, quer porque estas são abordadas sob novas perspectivas teóricas e metodológicas, quer porque se lhes aplicam técnicas e tecnologias inovadoras ou de uso cada vez mais desenvolvido e disseminado.

A abrir as páginas deste tomo da *Al-Madan Online* está um desses exemplos, no caso aplicado a um vaso da Idade do Bronze que é pertença de uma fundação açoriana e tem paralelo num outro, exposto no Núcleo Museológico de Arqueologia de Viana do Castelo e proveniente do Monte da Ola. São significativos os avanços na descrição, caracterização, enquadramento cronológico e definição da funcionalidade desta peça específica, mas também nas considerações sobre uma tipologia cerâmica que pontua o Noroeste da Península Ibérica ao longo do 2.º milénio a.C., facilmente identificável pelo bordo largo, plano e horizontal, com a face superior preenchida por soluções decorativas muito variadas. Ainda que a ligação deste vaso aos Açores seja apenas incidental e resulte do seu percurso pós-descoberta, o Património histórico e arqueológico desta Região Autónoma está bem presente nesta edição, quer através de estudo que ilustra o que nos podem dizer a Arqueologia, a Antropologia e a investigação histórico-documental sobre a população medieval e moderna de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, mas também quanto ao Património Cultural subaquático da ilha de São Miguel, no âmbito de um projecto internacional para a promoção do turismo cultural, em geral ou especificamente centrado no património arqueológico.

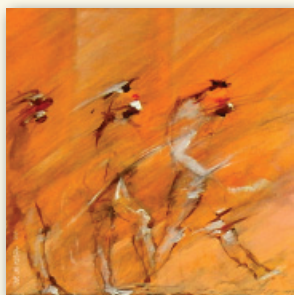
Estas são também preocupações transversais de iniciativas como o projecto TURARQ, que visa promover o turismo científico e cultural nos territórios de baixa densidade do Médio Tejo português, nomeadamente nos municípios de Abrantes, Constância, Mação, Tomar e Vila Nova da Barquinha. E são também inquietações de outros artigos que evidenciam as interligações entre este tipo de abordagens e a indispensável sociabilização da Arqueologia e do Património arqueológico, através de acções formativas e de Educação Patrimonial que estimulem a integração das comunidades e dos agentes locais. Como as páginas seguintes voltam a ilustrar, são muitos e diversificados os “patrimónios” que sustentam e viabilizam este tipo de intervenção social e cultural, dos contextos pré e proto-históricos aos resultantes da industrialização e desindustrialização recente. São apenas alguns tópicos da interessante leitura que pode proporcionar mais este tomo da *Al-Madan Online*. Renovados votos de que esta se faça com prazer, de boa saúde e em segurança.

Jorge Raposo, 5 de Julho de 2023

EDITORIAL... 3 ►

CRÓNICA

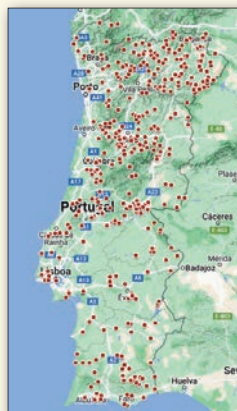
Os Iconoclastas... |
José d'Encarnação... 6 ►



ESTUDOS

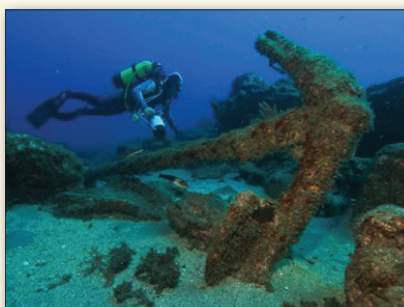


Construindo o Catálogo Largo
Bordo Horizontal: um novo vaso
da Idade do Bronze | Raquel Vilaça,
André Lopes Pereira, Anna Lúcia Vitale
e César Oliveira... 9 ►



Os Mouros na Arqueologia
e na Toponímia Portuguesa:
algumas considerações |
Alexandra Vieira... 32 ►

Contributo para o Estudo do
Património Cultural Subaquático em
São Miguel, Açores: subsídios do Arquivo
Histórico da Marinha para a investigação
dos naufrágios e encalhes | José Luís Neto,
Luís Borges e Pedro Parreira... 22 ►



ARQUEOLOGIA



Primeiros Resultados do Projeto IACAM.
Mesquita, Mértola. Da Hispânia ao
al-Andalus: arabização, islamização e
resistência no meio rural | Maria de
Fátima Palma e Bilal Sarr... 42 ►

A Aldeia / Alcária de
São Martinho da Bemposta
(Casebres, Alcácer do Sal) |
Marta Isabel Caetano
Leitão... 51 ►



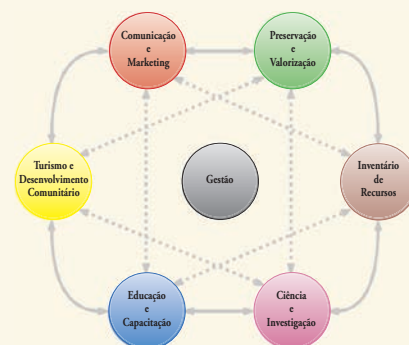
Intervenção Arqueológica no Antigo
Hospital da Misericórdia de Vila do Porto
(Ilha de Santa Maria, Açores) | José Luís
Neto, Carlos Luís Cruz, Luís Carlos Borges
e Diniz Rezendes... 58 ►

ARQUEOLOGIA ALÉM-FRONTEIRAS



Missão Arqueológica no Chade
(África Central): campanha de 2023 |
Miguel Serra e João Barreira... 71 ►

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



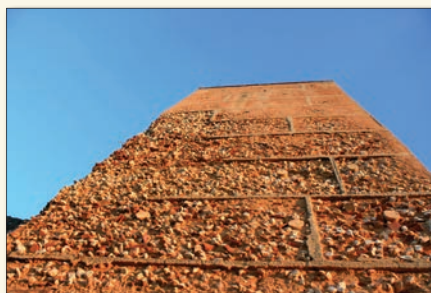
Projeto TURARQ - Turismo Arqueológico para
Territórios de Baixa Intensidade do Médio Tejo |
Eduardo Ferraz, Anícia Trindade, Douglas

Cardoso, Hugo Gomes, Marco Martins, Sara Garcês, Sérgio Nunes, Luís Mota
Figueira, Regina Delfino, Joana Rey, Rita Anastácio, Anabela Borralheiro
Pereira e Luiz Oosterbeek... 81 ►

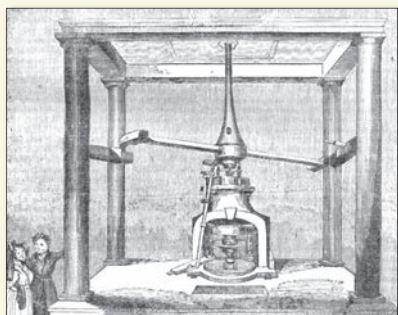
PATRIMÓNIO



Os Frontais de Altar em Guadameci nas
Igrejas de Picanceira, Murfacém e Miragaia |
Franklin Pereira... 93 ►



Taipa Militar no Garb
al-Andalus (Séculos X-XIII) |
Patrícia Bruno... 99 ►



Viagem à Memória (Industrial) do
N.º 89 da Rua de São Paulo, Lisboa |
Paulo Oliveira Ramos... 111 ►



O Cão, o Guarda e a
Fábrica: ausências agenciais
na arqueologia industrial e
ontologias desconfortáveis |
João Luís Sequeira... 118 ►

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

A Zooarqueologia como um indicador de colapso social durante
o Calcolítico final do sudoeste ibérico: perspectivas desde a biometria
tradicional, geometria morfométrica, dieta e mobilidade das faunas
dos Perdígões | Nelson J. Almeida e Cleia Detry... 131 ►

EVENTOS

Agenda de Eventos... 135 ►

LIVROS & REVISTAS

Novidades editoriais... 136 ►

Os Iconoclastas

José d'Encarnação [Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Palavra estranha, esta, iconoclasta! Vem de um termo grego: *“destruidor de ícones”*. Foi, primitivamente, um movimento do século VIII, na sequência da proibição da veneração de ícones imposta, em 730, pelo imperador Leão III. Não se veneram, destroem-se! – proclamavam os patriarcas João Gramático e António I de Constantinopla.

Essa vontade de destruição de algo que não nos agrada ou consideramos pernicioso acompanhou sempre o género humano. Quando, agora, querem derrubar estátuas, pensando que estão a inovar, a cometer inaudita façanha, esqueçam! Isso já vem de longe e bem continua – e continuará! Rasgam-se fotografias quando a vontade era apunhalar pessoas. A vidente má pega em agulhas e pica, pica, pica o corpo todo, os olhos, a boca da pessoa que deseja ser amaldiçoada! Queima-se a bandeira, na vontade de aniquilar o inimigo...

Cedo os arqueólogos se aperceberam que as estátuas romanas sem cabeça haviam sido obra dos primeiros cristãos, na convicção de que, desta sorte, escamoteavam o culto às divindades ali representadas. O movimento iconoclasta alicerçou-se mesmo numa doutrina e provocou estragos enormes em obras de arte hoje irreparáveis. Também Maomé teve receio de que os seus seguidores se embeixassem com alguma escultura (lembrar-se-ia, quicá, da história do bezerro de ouro da Bíblia...) e determinou que, sim, podia haver imagens, mas geométricas, folhas e flores estilizadas, num regresso à Natureza e repúdio da sempre perigosa pessoa humana, libidinosa fonte a esconjurar. E surgiram os arabescos, que, do ponto de vista estético, até podem considerar-se um hino à Natureza.

Não se meteram os homens do Renascimento contra os ícones bizantinos, inclusive porque estes, de doirado requinte, eram figuras planas, hieráticas, e até apetecia acender-lhes uma velinha, por mais fininha que fosse. Enveredaram, ao invés, pelo mundo grego, pelo enaltecimento da estatuária rica e abertamente antropocêntrica dos helénicos. Que corpos aqueles, desnudados, quais atletas e deuses, dignos de figurar num altar!...

Bem, dependia do altar. Porque, se fosse de católicos à séria, era preciso tapar as partes, nem que fosse com uma folhinha de parra ou um véu menos transparente. Dizem-me que isso aconteceu no tecto da Capela Sistina: na cena da criação do Homem a quem Deus Pai toca com um dedo, o Homem estava mesmo nuzinho e foi preciso disfarçar aquela parte para, mui largas décadas depois, vir alguém e ordenar que era mesmo assim, integral, que Miguel Ângelo o pintara e assim tinha que ser.

O caso do tapa / destapa voltou à baila – pasme-se! – neste dealbar do Ano da Graça de dois mil e vinte e três, porque uma professora, em aula sobre Arte, mostrou nuzinhos, como ele estão, o *David*, de Miguel Ângelo, ou o *Discóbolo*, de Míron, e teve sanção disciplinar. Faz-me lembrar o dia em que, vim a saber mais tarde, uma família tirara o garoto do colégio, porque eu, professor de Português, estava a querer explicar tintim por tintim *As Aventuras de João sem Medo*, de José Gomes Ferreira, e aquilo era revolucionário de mais!

Não divinizámos Mary Quant – que recentemente nos deixou –, mas agradecemos-lhe, tanto homens como mulheres, por sugerir que todos fôssemos presenteados, como o eram os Gregos antigos, pela bonita presença de uma senhora de corpo airoso. Ocidentais que somos, aceitamos com alguma dificuldade que noutras regiões do planeta se tenha de andar tapado da cabeça até aos pés. É um iconoclasmo ao contrário!...

Dinheiro *versus* cultura

Sinto que já me estão a acenar para mudar de assunto e eu mudo. Para as gravuras de Foz Côa, pode ser? Também lá existem representações humanas e os animais estão despidos, com tudo o que lhes pertence, como, na Pré-História, a Vénus de Willendorf (ou seria uma deusa-mãe?). Lá se conseguiram salvar esses traços há milénios deixados pelo Homem naqueles inóspitos rochedos. Mas que luta foi preciso travar, Amigos! Aqui, a iconoclasia não

**“Palavra estranha, esta, iconoclasta!
[...] Essa vontade de destruição de algo que
não nos agrada ou consideramos pernicioso
acompanhou sempre o género humano.
Quando, agora, querem derrubar estátuas,
pensando que estão a inovar, a cometer
inaudita façanha, esqueçam! Isso já vem de
longe e bem continua – e continuará!”**



JOSÉ LUÍS MADEIRA - 2023

Ilustração: José Luís Madeira, 2023.

invocava a Moral nem os Bons Costumes nem crenças religiosas. A crença era outra, bem mais poderosa e letal: o Dinheiro, a Economia! Pois. Antes da expressão – viral, como hoje se diz!... – “*É a economia, estúpido!*”, consagrada, em 1992, por James Carville, no decorrer da campanha presidencial de Bill Clinton contra George H. Bush.

No caso da barragem de Vale do Côa, a Cultura ganhou e saboreámos a vitória, ainda que, mesmo agora, haja quem vitupere os desgramados arqueólogos que gritavam “*As gravuras não sabem nadar!*”. Também gritamos contra as destruições de monumentos classificados, obras-primas do génio humano, que, um pouco por toda a parte, em Palmira, por exemplo, esta III Guerra Mundial está a concretizar, sem tir-te nem guar-te. E, pecador me confesso, estou muito contente por me ser dado apreciar no Museu Pergamon, em Berlim, a Porta de Istar, da Babilónia, que veio encaixotada lá desses confins hoje em destruição; ou tirar, no Metropolitan Museum of Art, uma fotografia junto ao Templo de Dendur, salvo da barragem de Assuão.

Difíceis batalhas tem o arqueólogo pela frente. Acolá, no decorrer da escavação de uma *villa* romana, o director – vidrado na época dos imperadores – dá ordem para nada se aproveitar dos níveis que documentam o período em que os frades por ali estanciaram. Já aqui escera se vierem a encontrar-se níveis pré-romanos, porque, esses, demonstram que o Povo Romano era condescendente e até nem destruiu muito o que já lá estava, acomodou-se.

Aqui, mais perto do nosso quotidiano, sob as estruturas cristãs da Sé de Lisboa, encontraram-se os níveis da época muçulmana, a provar aquilo que já se sabe desde há muito: Sintra é Sintra porque ali há um génio; o Cabo da Roca é centro de peregrinação de *motards*, porque ali há o génio do dia todo e não apenas do magnífico pôr-do-sol; a Sé Catedral de Lisboa implantou-se onde estava a mesquita, a mesquita ocupou o lugar do templo romano ao culto imperial... Há ali um Génio, senhores, um inexplicável ar de transcendência, como Miguel Torga sentia sempre que visitava Panóias: “*Panóias, 6 de Outubro de 1951 – Volto a este livro de pedras, onde o passado deixou gravadas as suas devoções. Estou nisto: coisas que falem, que respondam. Marcos, estelas ou fragas com inscrições, mesmo delidas, onde a gente solete uma intenção, um protesto, um voto. [...] Paisagem com voz, que dialogue*” (*Diário VI*, 1953: 127)...

O pior é que transcendências não enchem os bolsos e nem todos compreendem a atitude dos proprietários do Hotel Áurea Museum, quando se sentaram à mesa com arqueólogos e arquitectos e casaram

“Difíceis batalhas tem o arqueólogo pela frente. [...] O pior é que transcendências não enchem os bolsos e nem todos compreendem a atitude [dos que] se sentaram à mesa com arqueólogos e arquitectos e casaram Economia com Cultura. [Para outros,] iconoclasta é assim mesmo: é para destruir, destrói-se! E lá vem depois o James Carville: «É a Economia, estúpido!»”

Economia com Cultura. No caso da Sé, não. Nem os arquitectos nem os donos da obra! É de avançar e avança-se! Olhem que pode estar lá o Génio da mesquita e lançar tudo a perder! Não ouviram o clangor dos arqueólogos? Não ouviram. Iconoclasta é assim mesmo: é para destruir, destrói-se! E lá vem depois o James Carville: “*É a Economia, estúpido!*”.

– Mas tudo se salvou pelo registo, Amigo! Salvou-se tudo!

– Bem no sei. Também tudo se salvou daquela cena de pancadaria, com facadas e tudo. Vêem-se os pormenores no vídeo das redes sociais.

Mas... o jovem morreu!

José d'Encarnação,

Cascais, 4 de Maio de 2023

Construindo o Catálogo Largo Bordo Horizontal

um novo vaso da Idade do Bronze

RESUMO

Os autores publicam um vaso de tipo Largo Bordo Horizontal pertencente à Fundação Sousa de Oliveira (Ponta Delgada, Açores). Embora de proveniência e contexto até ao momento desconhecidos, deverá ser oriundo do Noroeste peninsular, muito provavelmente do território português, atendendo à sua tipologia. A peça tem uma cronologia da Idade do Bronze e a sua importância justificou o estudo desenvolvido, que é mais um contributo para o catálogo daquela categoria de cerâmica. Para além da caracterização do vaso nas suas diversas facetas, realizaram-se análises cromatográficas e uma datação de radiocarbono. Discutem-se alguns dos aspectos inerentes a este tipo de cerâmica e à origem do recipiente.

PALAVRAS-CHAVE: Idade do Bronze; Noroeste peninsular; Cerâmica; Datação radiocarbónica; Análise de materiais.

ABSTRACT

The authors publish a Horizontal Wide Rim vase belonging to the Sousa de Oliveira Foundation (Ponta Delgada, Azores). Although its origins and context are still unknown, its typology seems to point to its origins in the Northwest of the Iberian Peninsula, probably the Portuguese territory. The chronology of the piece has been established at the Bronze Age and its importance has justified its study, which constitutes one more contribution to the catalogue of that ceramics category. Besides the characterisation of the vase in its multiple aspects, the authors carried out a chromatographic analysis and radiocarbon dating. They also discuss some aspects of this type of ceramics and the origin of this particular vase.

KEY WORDS: Bronze age; Northwest of the Iberian Peninsula; Ceramics; Radiocarbon dating; Analysis of materials.

RÉSUMÉ

Les auteurs publient un vase de type Large Bord Horizontal appartenant à la Fondation Sousa de Oliveira (Ponta Delgada, Açores). Bien que de provenance et contexte inconnus jusqu' alors, il devrait être originaire du nord-ouest péninsulaire, très probablement du territoire portugais, au regard de sa typologie. La pièce a une chronologie de l'Âge du Bronze et son importance a justifié l'étude développée qui est une contribution supplémentaire au catalogue de cette catégorie de céramique. Outre la caractérisation du vase dans ces diverses facettes, des analyses chromatographiques et une datation radio-carbonique ont été réalisées. Sont discutés certains des aspects inhérents à ce type de céramique et à l'origine du récipient.

MOTS CLÉS: Âge du Bronze; Nord-ouest péninsulaire; Céramique; Datation radio-carbonique; Analyse de matériaux.

Raquel Vilaça¹, André Lopes Pereira², Anna Lígia Vitale² e César Oliveira³

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Possui a Fundação Sousa de Oliveira (Ponta Delgada, Açores) um vaso de Largo Bordo Horizontal (adiante LBH), infelizmente de proveniência desconhecida, tal como desconhecidas são as circunstâncias em que a peça ingressou no acervo pessoal de Manuel Sousa de Oliveira (1916-2001), acervo que esteve na origem da criação daquela instituição por disposição testamentária do seu patrono (BAIROS, 2018; DIAS, 2020).

Pelas suas peculiares características formais e estilísticas (corpo globular de largo bordo decorado) e bom estado de conservação (a peça encontra-se completa), efectuou-se imediatamente a sua identificação tipológica, quando, em 2021, o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi contactado no sentido de se proceder ao estudo do vaso.

Porém, nem as informações disponibilizadas pela Fundação Sousa de Oliveira (adiante Fso), nem as que desenvolvemos posteriormente, e que adiante descrevemos, proporcionaram outras pistas seguras de interesse arqueológico sobre o recipiente. Encontrando-se em curso, mas não de modo contínuo e sistemático, a inventariação / catalogação do espólio material e documental da Fso, é admissível que algum registo manuscrito venha a ser localizado futuramente no sentido de proporcionar a informação em falta. Por conseguinte, apenas dispomos da referência marcada a tinta da China na superfície exterior (base) do recipiente, onde se lê “FSO A. 0016”.

Um vaso sem contexto e, mais ainda, de proveniência desconhecida revestia-se, e revestia-se, de interesse relativo. Trata-se de um objecto sem situação. E se é a situação que transforma “coisas” em “objectos arqueológicos”, portanto, com sentido, o sentido deste vaso não pode deixar de ser arqueologicamente reduzido.

Que fazer, então? Ignorar a peça atendendo ao seu questionável interesse científico, ou valorizá-la no que estivesse ao nosso alcance? Para todos os efeitos, como “*bem arqueológico móvel*”, isto é, como “*património cultural [...] portador de interesse cultural relevante [...] que reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade [...]*” (Artigo 2.º, ponto 3 e da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), entendemos que valia a pena

¹ Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (rvilaca@fl.uc.pt).

² Alunos do Mestrado em Arqueologia e Território. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (alpereira.99@hotmail.com; vitaleannaligia@gmail.com).

³ Laboratório Hercules. Universidade de Évora (cesar.oliveira@uevora.pt).

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

dar o nosso contributo, qualificando a peça e, portanto, foi realizado o estudo possível e sua divulgação.

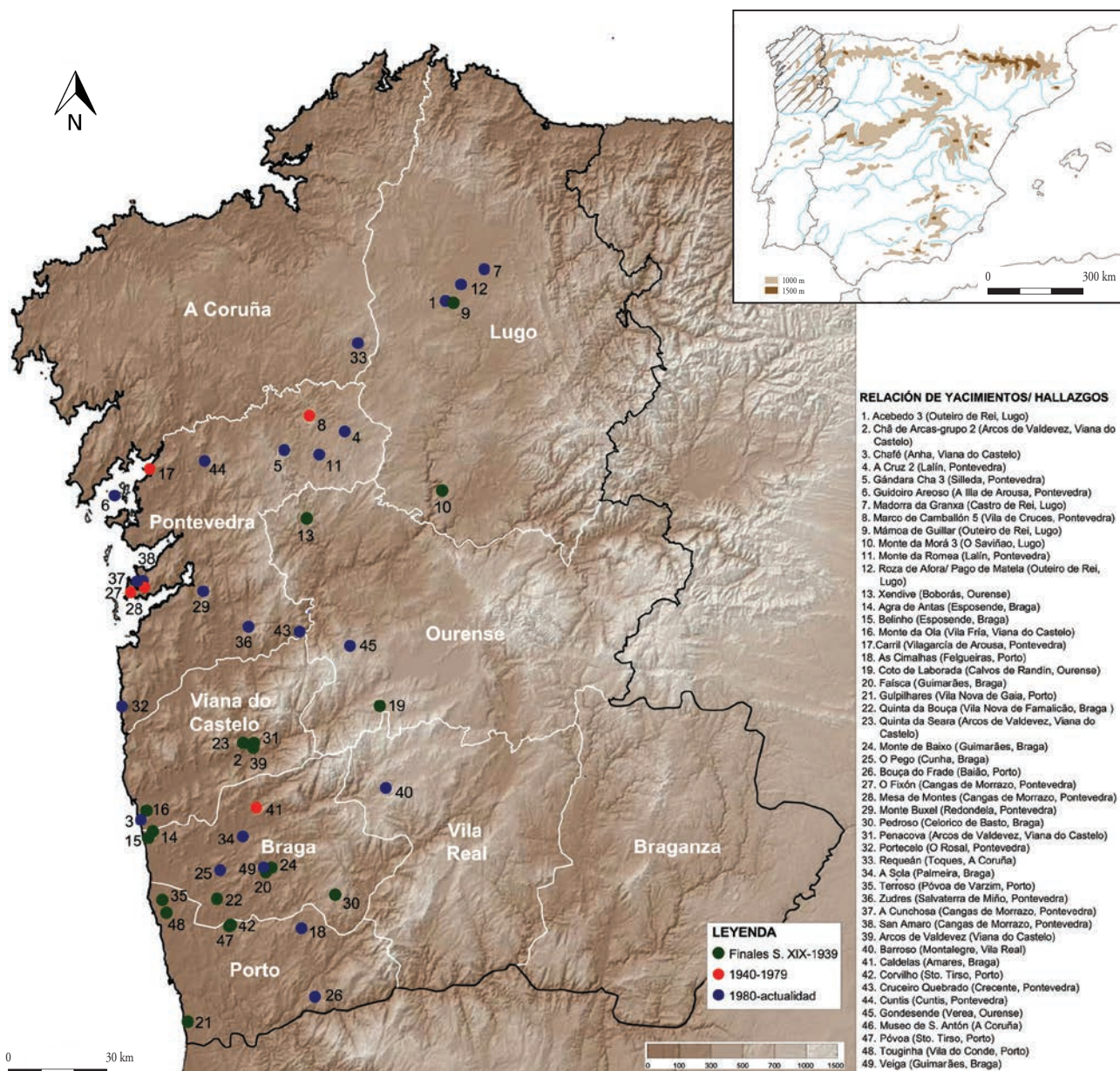
Primeiramente, o vaso foi alvo de apresentação pública em contexto académico por dois dos autores deste texto (PEREIRA e VITALE, 2021). Depois, e procurando aprofundar alguns aspectos apenas aflorados nesse trabalho, desenvolveu-se, para além de outras vertentes, uma abordagem de cariz interdisciplinar enriquecida com os resultados das análises de cromatografia aos resíduos orgânicos conservados na superfície interior do vaso (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Agora, não só se retomam alguns dos principais aspectos resultantes deste estudo, como se incorpora a informação de uma datação radiométrica inédita, divulgando junto de um público mais abrangente o resultado da nossa pesquisa. É esse o objectivo deste contributo que, de modo algum, pretendeu constituir-se como revisão e actualização das problemáticas, e são várias, que giram em torno dos vasos LBH.

2. BREVE HISTORIAL DOS VASOS LBH

O expressivo grupo de cerâmicas LBH, característico da Idade do Bronze do Noroeste peninsular (Fig. 1), chamou a atenção dos investigadores desde inícios do século XX, quando ocorreram os primeiros achados em território hoje português. Desde então o tema foi sendo tratado de forma recorrente e alvo de sistematização em livro em tempos mais recentes (NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015).

Na realidade, os primeiros achados ter-se-ão verificado em 1877, no Monte de Baixo, Barqueiro (Guimarães), de acordo com a informação de Martins Sarmiento nos seus manuscritos inéditos, mas só divulgada postumamente (CARDOZO, 1936: 67; SARMENTO, 1901: 125-126).

FIG. 1 – Área de distribuição dos vasos LBH (segundo NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015: 6).



Assim, numa das primeiras referências, Félix Alves Pereira nota que o vaso do concelho de Arcos de Valdevez, oferecido pelo Padre Manuel da Cunha Brito ao então Museu Ethnológico Português “*é uma preciosidade que merece estudo sério*” (PEREIRA, 1904: 37). Leite de Vasconcelos, atendendo a outros exemplares conhecidos, imprime-lhes singularidade ao designá-los por “*vases d'une forme spéciale (semblables à des chapeaux), avec des dessins sur les bords*” (VASCONCELOS, 1905, 66). E José Fortes dedica-lhes uma primeira notícia de cariz monográfico, intitulando-os por “*vasos em forma de chapéu invertido*” (FORTES, 1905-1908). A designação hoje adoptada de “Largo Bordo Horizontal” impôs-se a partir da década de 1930. A invulgar forma destes vasos ajuda a entender ainda que um deles, atribuído a Belinho (Viana do Castelo) e exibido numa das vitrinas do Museu Ethnológico Português, já instalado no Mosteiro dos Jerónimos, tenha também despertado a atenção do jovem Francisco Tavares Proença Júnior numa das três visitas que realizou e que dele deixou toco esboço no seu caderno de “Apontamentos de Archeologia” (PROENÇA JÚNIOR, s.d.) (Fig. 2). Este vaso, aí referido com 5582, corresponde ao n.º 9946¹ de Belinho, S. Paio de Antas, entretanto publicado (SOEIRO, 1988: fig. III-2).

Portanto, foi fácil desde cedo o reconhecimento da existência de um tipo singular de cerâmica. O mesmo não sucedeu com a sua cronologia. Efectivamente, em inícios de novecentos e ainda durante largas décadas, a atribuição cronológica destas cerâmicas foi bastante incerta, divergindo entre os investigadores, que se apoiavam sobretudo em critérios estilísticos. Os achados repetiam-se, no Minho e também na Galiza, mas quase sempre de forma ocasional e com contextos pouco definidos ou mesmo desconhecidos.

Uma análise historiográfica bastante exaustiva foi elaborada por CRUZ e GONÇALVES (1998-1999: 13-16), tal como por NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ (2015: 4-10), pelo que nos limitamos a salientar algumas anotações. Entre outros, podemos referir a ideia de que data-riam de finais do Neolítico (VAS-

¹ Agradecemos à D. Luísa Guerreiro, do Museu Nacional de Arqueologia, a confirmação desta equivalência numérica. Estamos igualmente gratos à Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior pela permissão de acesso aos inéditos de Tavares Proença.



FIG. 2 – Página de um dos cadernos de “Apontamentos de Archeologia” de Francisco Tavares PROENÇA JÚNIOR (s.d.) com esboço de um dos vasos LBH de Belinho.

CONCELOS, 1905: 66); ou de finais da Idade do Ferro, neste caso também em função dos fragmentos recolhidos no “*estrato lusitano-romano*” do povoado de Terroso (Póvoa de Varzim), admitindo-se ao mesmo tempo a possibilidade de uma larga diacronia: “[...] *a forma típica perdurou largos séculos*” (FORTES, 1905-1908: 664). Uma atribuição feita à Idade do Ferro, relacionada com a “*cerâmica castreja pré-romana*”, mas com remota tradição eneolítica, foi também defendida (PINTO, 1928; CARDOZO, 1936: 87). Propôs-se igualmente uma cronologia do Calcolítico, em concreto da sua fase mais tardia e de âmbito campaniforme (LÓPEZ CUEVILLAS, 1930: 281; FERREIRA, 1971: 17). Considerou-se ainda que seriam da Idade do Bronze, com base nos vasos das necrópoles do concelho de Esposende (por exemplo, SOEIRO, 1988: 45).

É justamente já perto da última década do século XX que foi possível precisar com segurança a cronologia da cerâmica LBH, quando se passou a dispor do conhecimento de bons contextos, habitacionais e

funerários – estes são vasos ubíquos no que toca a natureza dos contextos –, datados pelo processo de Carbono 14 (Tabela 1). Tais resultados obrigaram a afastar a esmagadora maioria das propostas supra-referidas e circunscrever a cronologia destes vasos à Idade do Bronze, se bem que definida por amplos parâmetros, como defendeu, por exemplo, SUÁREZ OTERO (1997: 23), na Galiza, Ana BETTENCOURT (1997) e Domingos Cruz e Huet Bacelar (CRUZ e GONÇALVES, 1998-1999), em Portugal. Primeiro, e em contextos de povoado, as escavações realizadas na Bouça do Frade (Baião), onde se recolheram alguns fragmentos cerâmicos deste tipo, permitiram obter três datas de C_{14} coerentes entre si e com os respectivos contextos crono-culturais, que indicaram os séculos X-VIII a.C., ou seja, finais da Idade do Bronze (JORGE, 1988: 64). Depois, as escavações no povoado da Sola (Braga) também forneceram vários fragmentos cerâmicos LBH inseridos na mesma camada da estrutura n.º 1, para a qual existem duas datas que revelaram uma cronologia que aponta para o 2.º quartel do II milénio a.C. (BETTENCOURT, 1997: 624, 629). Por conseguinte, cronologias altas e baixas dentro da Idade do Bronze.

Todavia, a temática dos vasos LBH na sua globalidade, seja na vertente da natureza dos contextos, seja na da cronologia, seria só verdadeiramente escalpelizada na importantíssima análise crítica supramencionada, efectuada por Domingos Cruz e Huet Bacelar ainda em finais do século passado a propósito da necrópole de Agra de Antas

(Esposende), trabalho que incorpora a sistematização dos contextos (portugueses e espanhóis) então conhecidos com este tipo de vasos (CRUZ e GONÇALVES, 1998-1999).

Neste trabalho encontra-se ainda o resultado de uma análise radiométrica efectuada ao esqueleto (que viria a ser considerado santo milagreiro pela efabulação popular, chegando a ser rodeado de flores, conforme relatam Alfredo Athaíde e Carlos Teixeira) de uma das sepulturas de planta trapezoidal daquela necrópole, a qual havia fornecido no seu conjunto 13 recipientes LBH, para além de um outro semicilíndrico (ATHAÍDE e TEIXEIRA, 1940; SOEIRO, 1988: 38). A referida sepultura foi datada de momentos iniciais do Bronze Final, ou seja, século XIV-inícios XI cal AC (CRUZ e GONÇALVES, 1998-1999: 16).

Posteriormente, viria a ser publicada uma outra data dessa mesma sepultura que confirmou a cronologia antes determinada e cuja média ponderada (1406-1132 cal AC) se situa entre inícios do século XV e os meados/finais do século XII a.C. (BETTENCOURT, 2010: 149-150). Entramos assim no século presente com a ideia de que estas cerâmicas, de contextos habitacionais e funerários (eles próprios englobando grande diversidade de situações, como cistas sem *tumulus*, fossas, monumentos com *tumulus*, etc.), como foi bem salientado por CRUZ e GONÇALVES (1998-1999: 7-13), sendo atribuíveis à Idade do Bronze, estão também vinculadas a uma longa diacronia dentro do II milénio a.C.

TABELA 1 – Datas de Radiocarbono relativas a contextos com vasos de Largo Bordo Horizontal

Identificação	Contexto	Referência de Laboratório	Resultado BP	Calibração AC		Natureza das amostras	Bibliografia
				1 sigma	2 sigma		
Bouça do Frade (Baião)	Povoado	CSIC-630	2720 ± 50	907-813	978-800	Carvão	JORGE (1988)
Bouça do Frade (Baião)	Povoado	CSIC-631	2720 ± 50	907-813	978-800	Carvão	JORGE (1988)
Bouça do Frade (Baião)	Povoado	CSIC-632	2710 ± 50	907-813	929-978	Carvão	JORGE (1988)
Sola (Braga)	Povoado	ICEN-1274	3310 ± 110	1734-1443	1879-1324	Carvão	BETTENCOURT (1997)
Sola (Braga)	Povoado	UtC-Nr. 4785	3315 ± 40	1670-1521	1683-1511	Carvão	BETTENCOURT (1997)
Agra de Antas (Esposende)	Sepultura	GrA-9653	2980 ± 50	1265-1119	1388-1340 1322-1019	Ossos humanos	CRUZ e GONÇALVES (1998-1999)
Agra de Antas (Esposende)	Sepultura	Média ponderal	3028 ± 40		1406-1132	Ossos humanos	BETTENCOURT (2010)
Monte da Ola		Beta-188258	2890 ± 40	1120-1000	1205-940	Carvão	DINIS e BETTENCOURT (2004)
Pego	Sepultura 9	AA89666	3328 ± 51	1669-1601 1592-1532	1740-1499	Fuligem	SAMPAIO e BETTENCOURT (2014)
Pego	Sepultura 5	AA102324	3540 ± 55	1946-1866 1848-1774	2026-1742 1710-1700	Fuligem	SAMPAIO (2014)
Quinta do Amorim 2	Estrutura 12	AA89661	3345 ± 42	1689-1605 1576-1536	1698-1524 1739-1705	Fuligem	SAMPAIO <i>et al.</i> (2014)
Faisca	Necrópole	AA103119	3248±41	1560-1494 1608-1582 1478-1456	1616-1436	Fuligem	SAMPAIO (2014)

Isso mesmo veio a ser confirmado em importantes trabalhos desenvolvidos posteriormente por Ana M. S. Bettencourt e Hugo Sampaio, com novos achados e bons contextos datados pelo C14, como aconteceu com os da necrópole do Pego (Braga), Quinta do Amorim (Braga) e Faísca (Guimarães) (SAMPAIO, 2014; SAMPAIO e BETTENCOURT, 2014; SAMPAIO *et al.*, 2014).

Pela mesma altura é publicada a síntese temática já mencionada, onde se reúne a esmagadora maioria dos achados de Espanha e Portugal num expressivo catálogo de 76 exemplares, todos eles circunscritos ao Noroeste da Península Ibérica (NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015); atendendo à proximidade das datas de publicação, nem todos os dados analisados por Hugo Sampaio na sua tese de doutoramento puderam ser aí incluídos.

E, entretanto, outros achados se verificaram: três vasos da mamoa do Carreiro da Quinta (Vila Verde) (SAMPAIO *et al.*, 2013), o vaso de Bexo (Didro, A Coruña) (PRIETO MARTÍNEZ, VÁZQUEZ LIZ e CARAMÉS MOREIRA, 2018), os dois vasos das estruturas em negativo de Chã da Mourisca (Ponte de Lima), para além da divulgação de um outro exemplar (VILAS BOAS, 2020). Importa referir ainda que existem outros testemunhos inéditos, pelo menos e sobretudo resultantes de intervenções integradas em acções preventivas de salvaguarda e minimização patrimonial da responsabilidade de diversas equipas². Os resultados destas intervenções não se encontram publicados, desconhecendo-se por isso o contexto em que foram exumados esses fragmentos cerâmicos.

E chegamos ao vaso da Fso, um contributo mais para o catálogo LBH.

² Estas informações foram-nos prestadas pela Mestre Sofia Silva, coordenadora científica da Axis Mundi Heritage & Archaeology, a quem agradecemos.

3. O VASO: DA FORMA E ESTILO AOS RESÍDUOS ORGÂNICOS

Como foi já referido, trata-se de um recipiente completo, apenas ligeiramente esboroado no bordo, onde também se assinalam duas pequenas fissuras. O fabrico é mediano, com elementos não plásticos de pequeno (< 0,5 mm) e médio calibre (entre 0,5 e 1 mm), bem distribuídos, de características arenosas, com alguns elementos micáceos. A cozedura é redutora e de boa qualidade. As superfícies, de tonalidade acastanhada (Cailleux P/R 70/71) foram cuidadosamente alisadas de forma homogénea. O corpo é semiglobular de base convexa, destacando-se a peculiar forma do bordo, largo e sub-horizontal (ligeiramente inclinado para o interior), com 2,9 cm de largura; o lábio é arredondado. A altura do vaso é de 8 cm e o diâmetro externo do bordo tem 16 cm. Possui uma asa em fita colocada entre a intersecção do bordo com o corpo e terminando próximo do fundo (Figs. 3 e 4).

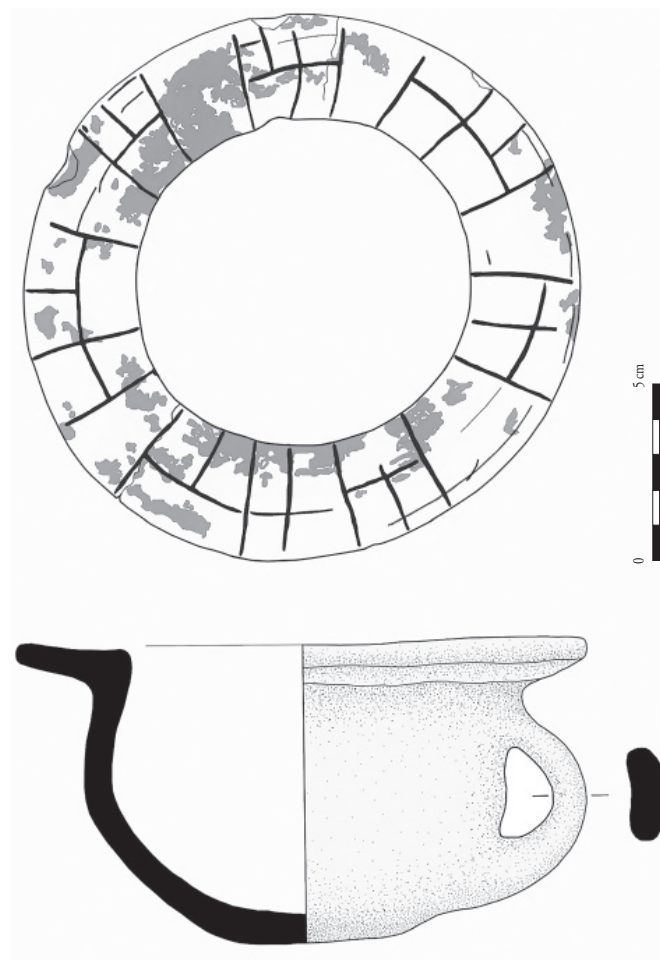
O corpo e a asa são lisos, circunscrevendo-se a decoração ao bordo. Foi obtida com incisões largas e de profundidade variável, feitas com objecto de ponta romba; vislumbram-se ainda traços incisivos muito ténues. Os motivos são lineares, paralelos entre si e orientados perpendicularmente ao bordo; a sua cadência é irregular, tal como a dimensão, isto é, nem sempre unindo as periferias externa e interna do bordo. Percorrendo a orientação do bordo, encontra-se na sua zona central uma linha incisa descontínua que é intersectada por aqueles segmentos lineares, dando origem a áreas em reserva (ou onde existem incisões quase imperceptíveis), que se alternam com outras decoradas. No conjunto configuram uma organização de tendência vagamente metopada. Na obra de NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ (2015) é estabelecida uma subdivisão tipológica para os vasos LBH, onde a angulação

FIG. 3 – Múltiplas perspectivas do vaso da Fundação Sousa de Oliveira.



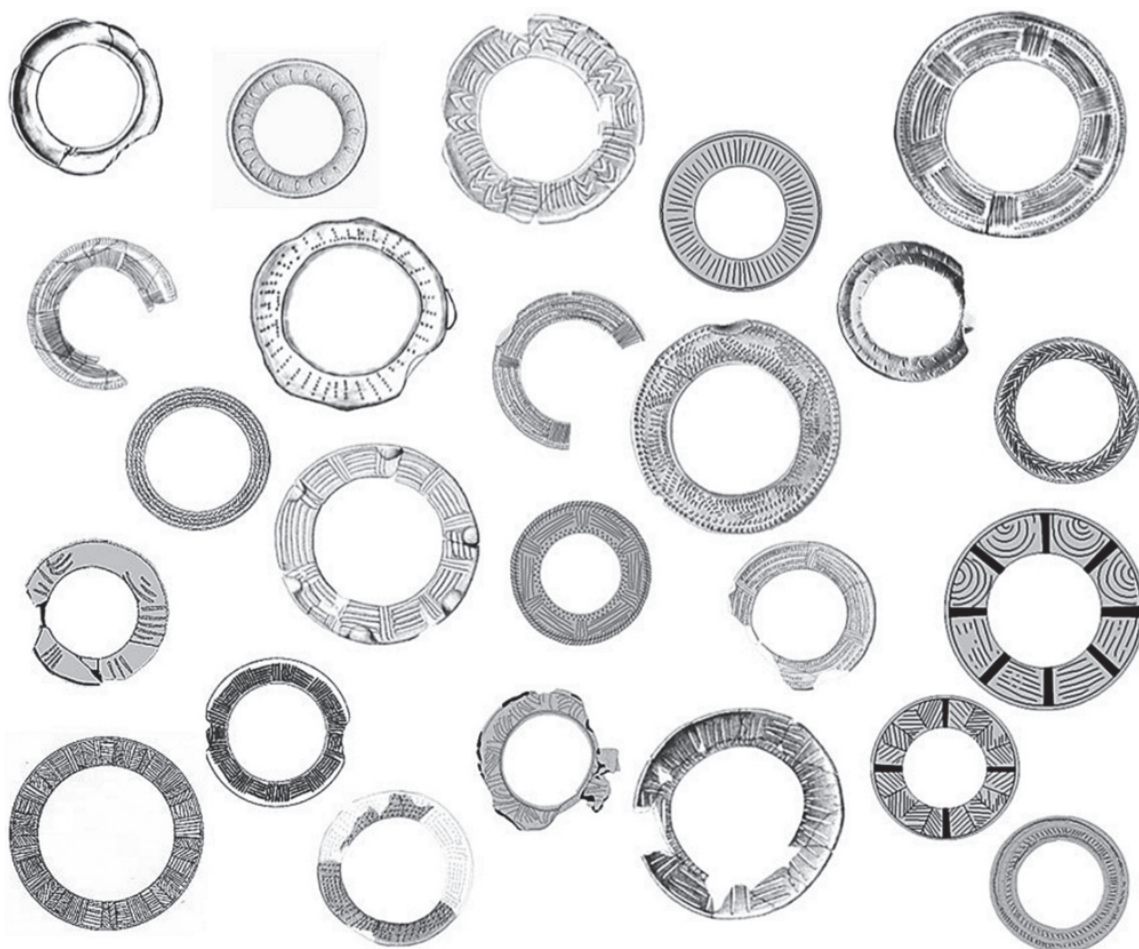
do bordo serve, juntamente com a forma do corpo, como critérios principais de distinção entre os subgrupos LBH1 e LBH2. Os vasos LBH1 têm corpos de forma simples, oval ou esférica, e os LBH2 possuem corpos de perfil composto, por vezes ligeira ou claramente carenados. Seguindo ainda aqueles investigadores, será importante notar que a primeira variante reúne vasos provenientes principalmente do norte de Portugal, enquanto os vasos LBH2 concentram-se particularmente na Galiza (NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015: 151).

O vaso aqui estudado insere-se na subcategoria LBH1 e possui diversos paralelos na região norte do território português, designadamente na “Forma 3” da Bouça do Frade (JORGE, 1988: 23) e “Forma 13” da Sola (BETTENCOURT, 2000: 12), bem assim como em alguns dos exemplares de Agra de Antas (CRUZ e GONÇALVES, 1998-1999: fig. 3), nos das sepulturas do sector II do Pêgo (SAMPAIO e BETTENCOURT, 2014: fig. 6), nos de Chã da Mourisca (VILAS BOAS, 2020), entre outros. Todavia, note-se que as similitudes referidas não se reportam à organização decorativa do bordo, na medida em que a do vaso em apreço não tem paralelos directos nos demais exemplares conhecidos provenientes de território nacional (Fig. 5), situação que se repetiria caso se alargasse a análise aos vasos da Galiza. Trata-se de uma composição, digamos, pouco canónica, revelando antes uma certa liberdade ou irregularidade no desenho.



FIGS. 4 e 5 – Em cima, forma e bordo do vaso da Fundação Sousa de Oliveira, onde se assinalam a decoração e as manchas com resquícios de matéria orgânica.

À esquerda, diferentes motivos decorativos de bordos de vasos LBH encontrados em território português (fontes e escalas diversas).



Este é um dado que gostaríamos de salientar: à acentuada homogeneidade morfológica dos vasos LBH, em concreto LBH1, contrapõe-se uma assinalável diversidade de soluções na gramática decorativa dos bordos. Um outro aspecto muito interessante do vaso da Fso, mas não surpreendente – é recorrente em vasos deste grupo –, incide na existência de vestígios de fuligem e de resquícios de matéria orgânica (Fig. 6). Neste vaso observam-se na superfície exterior, em particular na zona do fundo, manchas de fuligem, indicando claramente que o vaso sofreu acção do fogo durante a sua utilização. Por outro lado, na superfície interior, em concreto na zona do bordo, espalhadas, mas especialmente na metade oposta à asa, concentram-se expressivas manchas enegrecidas de substâncias queimadas que formam por vezes uma espécie de crosta. Note-se que no bordo existem áreas onde o tom acastanhado da superfície é ligeiramente mais claro, sugerindo que estiveram cobertas com aquela substância, hoje desaparecida.

Os resíduos escuros observados na superfície interior do vaso foram analisados por cromatografia gasosa com espectrometria de massa (Gc-MS – *Gas Chromatography-Mass Spectrometry*)³. Esta técnica, que requiere um protocolo próprio de amostragem (Fig. 7), permite identificar e quantificar compostos orgânicos em materiais arqueológicos, podendo fornecer informações sobre a dieta, hábitos e costumes ancestrais.

A análise ao vaso mostrou vestígios muito evidentes de gorduras, encontrando-se produtos da degradação de triglicéridos com origem em gorduras animais ou óleos vegetais. O colesterol, o ácido fitânico, os ácidos lineares C15 e C17 e os seus equivalentes de cadeia ramificada vieram demonstrar que uma parte importante dessas gorduras são de origem animal, mais concretamente de animais ruminantes. Foram de-

³ Para a descrição da metodologia, resultados e respectiva discussão, veja-se OLIVEIRA *et al.*, 2022.



FIG. 6 – Dispersão das marcas de fuligem e de matéria orgânica no bordo do vaso e visão detalhada da decoração.

tectados compostos que apontam para que a carne tenha sido cozinhada, como ureia, benzamida e hexadecanamida, compostos ricos em azoto que têm a sua origem na degradação das proteínas da carne. A detecção de resíduos da queima da lignina alinha-se com os sinais bem visíveis da exposição deste recipiente ao fogo. Além destas gorduras de origem animal, encontraram-se também restos de óleos vegetais ricos em ácidos gordos monoinsaturados (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Em resumo, detectaram-se vestígios de gorduras degradadas de carne de animais ruminantes, juntamente com resíduos de óleos vegetais, numa mistura que terá sido exposta ao fogo.

4. DATAÇÃO DE RADIOCARBONO

Os resquícios de fuligem e de matéria orgânica conservados nas paredes do vaso, em particular na zona do bordo, permitiram a realização de uma datação radiocarbónica. A amostra recolhida foi enviada para o laboratório de Vilnius (Lituânia) – Center for Physical Sciences and Technology – e a datação foi realizada por espectroscopia (AMS – *Ambient Mass Spectrometry*).

Obteve-se o seguinte resultado: FTMC-RB08-3: 3451 ± 29 BP; a sua calibração para 68,3% de probabilidade apresenta os seguintes valores: 1873-1846 cal AC, 1816-1804 cal AC, 1775-1737 cal AC, 1716-1694 cal AC; para 95,4% de probabilidade os valores são: 1881-1836 cal AC, 1831-1684 cal AC, 1652-1644 cal AC (Tabela 2 e Fig. 8).

Face aos resultados e tendo em conta a calibração a 2 sigma, o uso do recipiente situar-se-á no 1.º quartel do II milénio, em concreto, entre finais do século XIX e meados do século XVII cal AC. Neste sentido e atendendo às informações reunidas para outros casos (Tabela 1), o resultado enquadra-se no bloco das datações mais antigas, que apontam para os inícios do Bronze Médio (ou mesmo finais do Bronze Antigo), aproximando-se dos resultados conhecidos para a Fase II do povoado da Sola (BETTENCOURT, 1997: 629), ou para a sepultura 7 do Pego e estrutura 12 da Quinta do Amorim (SAMPAIO, 2014: 432; SAMPAIO e BETTENCOURT, 2014: 53). Estes resultados são de especial interesse, tal como os do vaso da FSO, porque as amostras datadas são directas, da fuligem dos vasos.

O desconhecimento do contexto deste vaso condiciona outros comentários mais desenvolvidos.



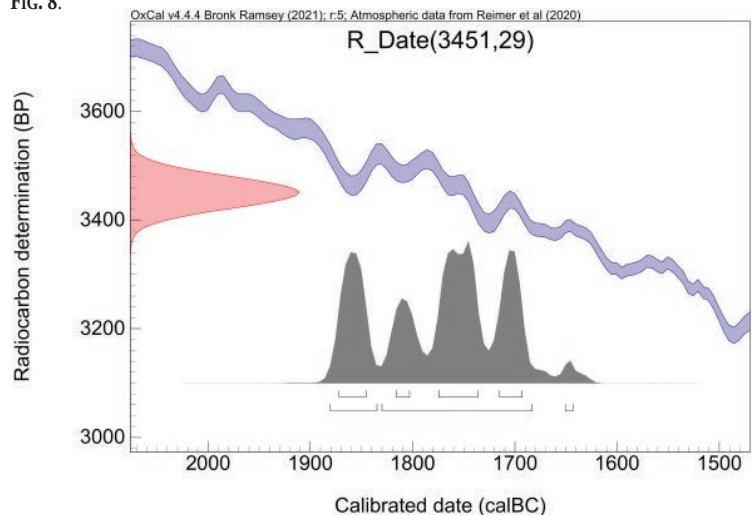
FIG. 7 – Pormenor do procedimento de raspagem do vaso e da recolha de material para análise cromatográfica.

TABELA 2 – Data de Radiocarbono do Vaso da Fundação Sousa de Oliveira

Amostra	Referência de Laboratório	Data BP	Data cal AC	Probabilidade
Fuligem	FTMC-RB08-3	3451 ± 29	1873 (18,3 %)-1846 1816 (6,2 %)-1804 1775 (28,6 %)-1737 1716 (15,2 %)-1694	68,3 %
			1881 (23,4 %)-1836 1831 (71,0 %)-1684 1652 (1,0 %)-1644	95,4 %

Calibração em OxCal 4.4 v4.4.4 Bronk RAMSEY (2021); r.5; Atmospheric data from REIMER *et al.* (2020)

FIG. 8.



5. UM VASO SEM SITUAÇÃO?

Justamente, o vaso é provido de orfandade no que respeita a sua proveniência e contexto.

Como referimos no início deste texto, até ao momento não foi encontrada no acervo documental da Fso qualquer informação que nos elucide sobre a proveniência e contexto do vaso, nem, tão-pouco, como terá chegado às mãos de Manuel Sousa de Oliveira.

Tratando-se de um tipo cerâmico perfeitamente identificado – vaso LBH – e estando igualmente bem circunscrita e definida a distribuição geográfica desta categoria – Noroeste da Península Ibérica –, não hesitamos em assumir, com riscos mínimos, que não poderá ser outra, se não essa, a proveniência do vaso da Fso. Note-se ainda que o subgrupo em que se insere é particularmente comum em vasos do norte de Portugal (NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015: 63-64, 67, fig. 17). Tal presunção deve ser cruzada com a biografia de M. Sousa de Oliveira, em especial com as circunstâncias em que decorreu parte da sua vida profissional: entre 1951 e 1963 (ou 1964, consoante as fontes) exerceu as funções de director no então Museu Regional de Viana do Castelo (actual Museu de Artes Decorativas) (BAIROS, 2018; BOTELHO, 2022). Admitimos que terá sido neste período que o vaso lhe deverá ter chegado às mãos.

De facto, M. Sousa de Oliveira interessou-se pela Arqueologia e colaborou durante aquele período em escavações de Abel Viana em castros da região de Viana do Castelo e áreas circum-vizinhas, como o castro de São Caetano (Monção). Apresentou pelo menos cinco comunicações, só ou de colaboração com aquele arqueólogo, em congressos em Portugal e Espanha (por exemplo, IV Congresso Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, Madrid, 1954; I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1958; VI Congresso Nacional de Arqueologia, Oviedo, 1959; VIII Congresso Nacional de Arqueologia, Sevilha, 1964; III Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1964), apresentações de que resultaram três publicações, duas delas como co-autor.

De especial interesse para o presente trabalho poderia ter sido a comunicação que levou ao congresso realizado em Madrid (1954), e cuja notícia consta no respectivo programa das comunicações orais com a designação “Algumas considerações acerca da Idade do Bronze de Portugal” (COMAS, 1954: 41), ou com título ligeiramente diferente, isto é, “Notas para o estudo da idade do bronze no Norte de Portugal” (PAÇO, 1956: 220). Caso, à época, o vaso fosse já do seu conhecimento, é admissível que o tivesse referido nessa apresentação. Lamentavelmente, e que seja do nosso conhecimento, a comunicação não foi publicada, embora algum rascunho dela possa existir no acervo da Fso e venha a revelar algum dado sobre a pista que perseguimos.

Também não deixámos de a procurar no actual Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo (ver acima), no sentido da eventual localização de algum registo ou documento que ajudasse a resolver

o problema. A informação que conseguimos obter em Fevereiro de 2023 pouco acrescentou aos dados que possuíamos e que enviámos juntamente com o nosso pedido ⁴. De facto, a opinião dos colegas do museu foi ao encontro do que tínhamos escrito sobre a admissibilidade de o vaso pertencer ao conjunto de Monte da Ola (Viana do Castelo) (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Tínhamos considerado neste trabalho a existência de diversas possibilidades sobre a forma como o vaso chegou às mãos de M. Sousa de Oliveira. Poderia tratar-se de uma peça de escavações próprias (ou em que havia participado), hipótese que admitimos ser pouco provável. Poderia ter sido encontrado por outrem, de forma casuística ou não, durante o período em que foi responsável pelo museu vianense, tendo-lhe sido então entregue. Ou alguém possuía já o vaso, isto é, já o tinha em sua posse antes de 1951, tendo-o oferecido, ou vendido, então, ao museu ou ao próprio Sousa de Oliveira. A hipótese de o vaso fazer já parte do acervo do museu antes de 1951 também não é de rejeitar, mas a informação que nos foi disponibilizada oficialmente pelo museu é omissa nesse aspecto. Finalmente, não nos parece nada provável que a obtenção da peça tenha sido posterior ao abandono do cargo de direcção de M. Sousa de Oliveira, quando ingressou como professor em Aveiro, Coimbra e Caldas da Rainha (BAIROS, 2018: 19). Importará lembrar que durante o período de 1951 a 1963 não se conhece qualquer notícia sobre o achado de vasos LBH. Mas vasos LBH encontrados até 1951 e cujo paradeiro é dado como desconhecido, é realidade a não desconsiderar. Poderá ser o caso de Faísca (Guimarães), onde apareceram em distintos momentos do ano de 1935 diversos vasos, associados a fossas abertas no saibro, dos quais se recuperaram apenas (a totalidade?) oito (CARDOZO, 1936).

Mas o caso que nos merece especial atenção, até pela proximidade geográfica, é o de Monte da Ola, Vila Fria (Viana do Castelo) (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Pelo menos dois dos três vasos aí encontrados em 1929, quase à superfície, têm paradeiro desconhecido. Apenas um, que havia pertencido a Joaquim Fernandes Ferreira, professor do liceu de Viana do Castelo, foi publicado (PAÇO, 1933; FERREIRA, 1971).

Trata-se do vaso hoje em exibição na chamada “Casa dos Nichos” (Núcleo Museológico de Arqueologia de Viana do Castelo) (Fig. 9), que oferece a particularidade de possuir um orifício na sua base, pormenor que permite inscrevê-lo igualmente, à semelhança de outros recipientes, como os de Quinta da Seara (Arcos de Valdevez) e de Xendive (Ourense) (CRUZ e GONÇALVES, 1999: 7-8, notas 10 e 14), na problemática dos vasos intencionalmente perfurados com presumíveis finalidades rituais (VILAÇA e CRUZ, 1999: 87; VILAÇA, 2017: 115).

⁴ Queremos expressar os nossos agradecimentos à Dr.ª Salomé Abreu, chefe de divisão da Câmara Municipal de Viana do Castelo, as diligências que efectuou junto dos colegas de Arqueologia e de História do município, no sentido de poderem confirmar a existência de alguma informação sobre o vaso.



Foto: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

FIG. 9 – Vaso do Monte da Ola (Vila Fria) em exibição na “Casa dos Nichos”.

O lugar e contexto de achado dos três vasos de Monte da Ola é desconhecido. Com o intuito de se esclarecer o problema, em 2003 conseguiu-se obter algumas informações orais que levariam à presumível zona de achado onde, então, se realizaram sondagens (DINIS e BETTENCOURT, 2004). Os testemunhos orais mencionaram a existência de sepulturas de planta rectangular estruturadas e tapadas com uma laje, contendo cada uma malga; as sondagens realizadas, apesar de não terem revelado quaisquer evidências empíricas de cariz funerário, forneceram alguns fragmentos cerâmicos e carvões que proporcionaram datação radiométrica (Tabela 1) apontando para os finais do século XIII e os meados do século X cal AC, e que os autores admitem ser possível articular com a necrópole descoberta na década de 1920 (DINIS e BETTENCOURT, 2004: 80).

Dos três vasos do Monte da Ola permanece a situação relatada por Afonso do Paço: apenas é conhecido o paradeiro de um. Pelas considerações feitas anteriormente, defendemos a hipótese, muito plausível, de o vaso da Fso poder, ou dever ser, um dos dois desconhecidos.

6. NOTAS FINAIS

Não perdendo de vista os constrangimentos inerentes ao estudo deste vaso, plenamente justificados ao longo deste trabalho, mas valorizando o que foi possível observar e construído a nível de conhecimento, importa tecer mais alguns comentários.

É certo que, no que concerne a natureza do contexto do vaso da Fso, não podemos deixar de o incluir no grupo dos “indeterminados” (CRUZ e GONÇALVES, 1998-1999: 9). Todavia, e atendendo sobretudo ao estado de conservação do vaso – encontra-se praticamente intacto –, não deixa de fazer algum sentido entendê-lo como uma deposição intencional, de carácter ritual, especificamente funerário, ou outro. É nestas situações, ao contrário dos sítios habitados, onde dominam fragmentos cerâmicos, que encontramos por norma recipientes completos ou pouco fragmentados.

Mas um segundo argumento, de não menor importância, converge para a hipótese de corresponder a uma deposição intencional: a existência de fuligem e, sobremaneira, de vestígios de matéria orgânica no interior

do vaso. Insistimos nesta distinção, na medida em que nem todos os casos que possuem fuligem (bastante mais frequentes e podendo indicar, tão-só, uso ao lume em contexto habitacional ou outro, ou que foi obtida em fase pós-deposicional) conservaram resíduos, expressões que se tomam por vezes como sinónimos, mas que não o são. Como foi observado, a presença de resquícios de substâncias é bastante mais recorrente nos vasos procedentes de contextos funerários (NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015: 101), realidade que também se confirmou em exemplares de diversos contextos funerários e rituais estudadas por SAMPAIO (2014) e por SAMPAIO e BETTENCOURT (2014). Admitamos, então, que o vaso ora publicado é de índole funerária ou ritual. A arqueometria não prova, mas suporta igualmente esta linha interpretativa.

As análises de cromatografia – as certas para se obter a informação pretendida – foram muito compensadoras porque, na verdade, nada de concreto se sabia sobre o(s) tipo(s) de substância(s) associadas a cerâmicas LBH. Alguma bibliografia tem vindo a referir-se à realização de análises, mas que se revelaram inconclusivas (SAMPALIO, 2014: 346, 639), aguardando-se para breve a sua repetição. Por outro lado, foram também avançadas algumas hipóteses generalistas, como substâncias vegetais (resinas e ceras) e animais (gordura e vísceras) que carecem de fundamentação química (NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015: 102).

Por conseguinte, a natureza dos dados que publicámos (OLIVEIRA *et al.*, 2022) é absolutamente pioneira em vasos LBH. É certo que as análises não foram realizadas em situação ideal, uma vez que deviam ter sido acompanhadas por outras de controlo (detecção de eventuais contaminações) aos sedimentos que envolviam o seu contexto, protocolo em que alguns investigadores têm insistido (por exemplo, PECCI, 2021: 16). Não foi possível, mas os resultados obtidos foram muito claros: detetaram-se vestígios de gorduras degradadas compatíveis com gordura de animais ruminantes, e a presença de ácidos gordos insaturados aponta

a presença de resíduos de óleos vegetais; por sua vez, a detecção de compostos ricos em azoto, bem como vestígios de queima de lenhina, sugere que a mistura terá sido aquecida no vaso.

Que significado poderá ser atribuído a estes resultados? É difícil dar uma resposta inequívoca.

O que se observou no vaso que estudámos é que os resíduos orgânicos (e não mera fuligem) estão concentrados no e na envoltória do bordo, tal como sucede em outros exemplares LBH, os quais apresentam, também de modo bastante expressivo, esses resíduos em posição mais ou menos oposta à da asa (CARDOSO, 1936: 77; SOEIRO, 1988; CRUZ e GONÇALVES, 1998-1999: 10; BETTENCOURT, 2011: 131; SAMPAIO, 2014: 636, 648; NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ, 2015, 101).

Para os exemplares de contexto funerário parece haver concordância quanto à existência de uma manipulação prévia destes vasos com recurso ao fogo antes da sua deposição. É sugestiva a interpretação considerada por BETTENCOURT (2011: 131) e SAMPAIO (2014: 346, 684), que pressupõe movimento dos actores intervenientes, onde o manuseamento dos vasos provocaria o transbordo dos conteúdos pela acção do andar, ou pelo derrame do conteúdo do vaso associado a práticas rituais. Assim, por detrás do andar com o vaso ligeiramente inclinado poderá vislumbrar-se uma atitude performativa recorrente, isto é, repetida, ritualizada. O derrame propositado do conteúdo seria compatível com a inclinação do vaso através da apreensão pela asa, apesar de estarmos perante uma forma do bordo, muito largo, nada adequada a verter substâncias em estado semilíquido ou semipastoso. A mistura de óleos animais e vegetais, com predominância para os primeiros, associada a vestígios de queima de lenhina, possibilitaria também um uso como combustível. Não descartamos, assim, a possibilidade de estes vasos envolverem em alguns casos, conjuntamente com a manipulação ritual do fogo, práticas simbólicas onde a iluminação desempenharia papel importante, inclusive mais dirigido em determinada direcção, implicando, nessa focagem, a inclinação do vaso e consequente derrame. Aliás, a hipótese de estes vasos terem servido para que neles ardesse uma mecha embebida em óleo não deixou de ser colocada por Mário Cardozo, mas este acabou por propor que o conteúdo corresponderia a restos de alimentação (CARDOZO, 1936: 77-79).

Com todas as incertezas que marcaram este texto, é inequívoco que o vaso estudado se insere no peculiar grupo de cerâmicas tão característico da Galiza e do Minho. Precisamente, o somatório sucessivo de achados de vasos LBH desde inícios do século XX tem vindo a densificar – e não a ampliar – a sua área de distribuição.

A partir dos dados sistematizados em NONAT, VÁZQUEZ LIZ e PRIETO MARTÍNEZ (2015) e, portanto, não incorporando novos achados (ver acima) que só reforçariam esse cariz regional dos vasos LBH, recorremos ao *software* Quantum GIS 3.22.11 Białowieża para a realização de um mapa térmico (*heatmap*). Aí, os achados expressam-se em manchas de

maior ou menor densidade, através de variações de cor quente, estando as manchas mais escuras associadas às áreas com maior concentração de sítios arqueológicos (Fig. 10). É notório que os vasos LBH não atravessaram fronteiras.

Como é sobejamente conhecido, esta região dos vasos LBH pauta-se, na Idade do Bronze e desde a sua fase inicial, por grande abertura ao exterior, especificamente no contexto do chamado “*mundo atlântico*”, sendo manifesta a circulação de bens de diversa natureza, alimentando distintas redes de trocas culturais e inter-comunitárias.

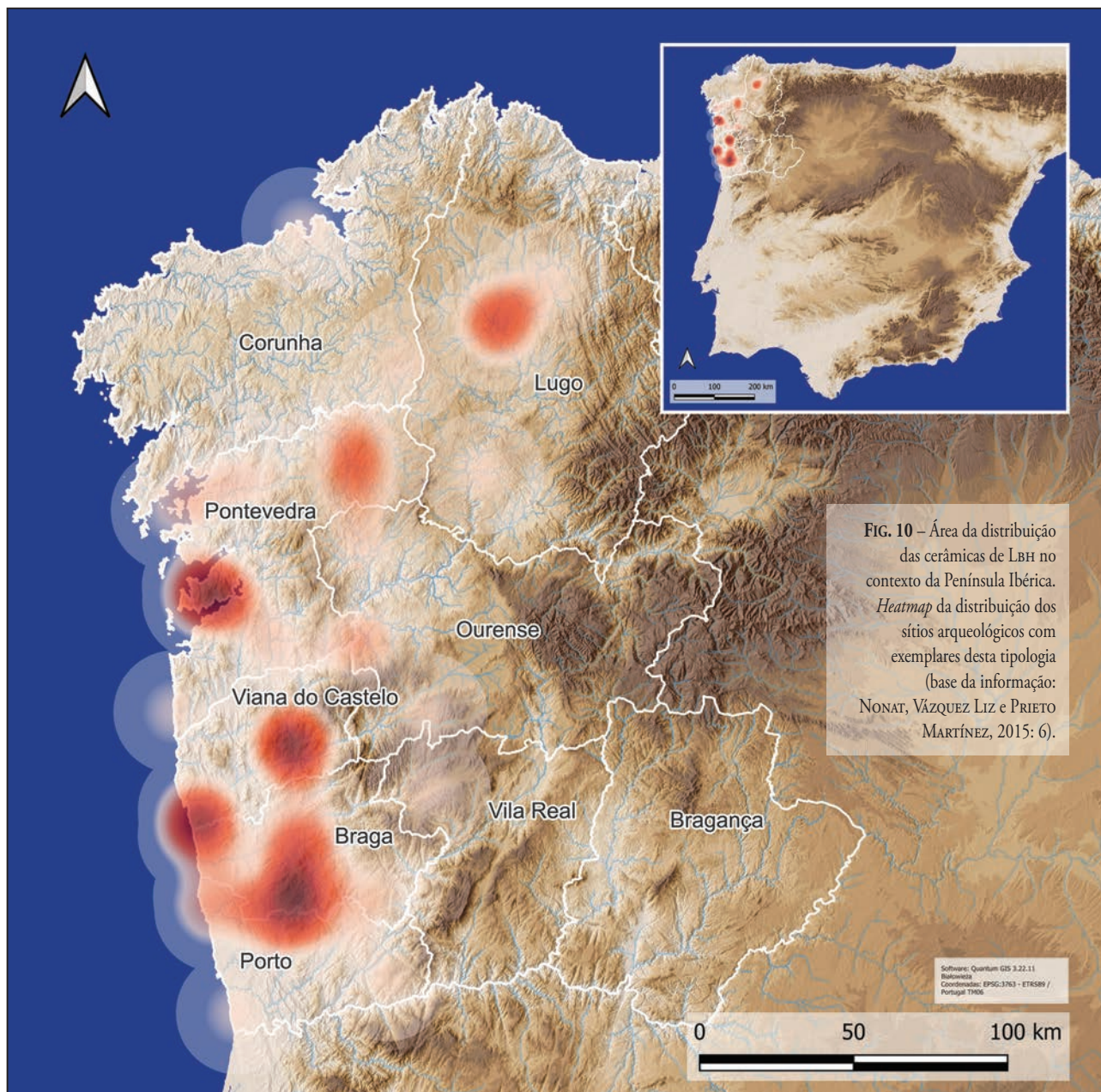
O carácter centrípeto da distribuição dos vasos LBH contraria essa tendência geral de abertura ao longo do II milénio a.C., apontando antes para uma fraca mobilidade dos grupos humanos que manipularam essas cerâmicas, sugerindo, ao mesmo tempo, particular coesão identitária dessas comunidades.

É igualmente interessante verificar que, ao contrário dos vasos LBH, outras cerâmicas de cronologia globalmente contemporânea, como são as do “*mundo Cogotas I*” (e Cogeces), tiveram comportamento inverso: libertando-se da sua região nuclear, a Meseta Norte, e sem perder a sua identidade matricial, dispersaram-se em múltiplas direcções e por vários contextos (ABARQUERO MORAS, 2012).

Embora não se circunscrevam a eles, os vasos LBH revelam-se em contextos de natureza funerária ou ritual (inclusive em povoados), distanciando-se mais de meras práticas do quotidiano. Essa circunstância, associada às características estilísticas inerentes e ao facto de muitos deles, como o da FSO, conservarem resíduos do seu uso, de cariz não especificamente alimentar, são indicadores da importância que (pelo menos alguns) terão tido como instrumentos operativos na reprodução de estratégias sociais intra ou inter-grupos vinculados ao Noroeste Peninsular, como “*symbols in action*” (HODDER, 1982). Nesse sentido, mais do que um uso meramente funcional, os vasos LBH podem ser distinguidos pelo seu papel social e ideológico. E também identitário, na medida em que a sobrevivência de vasos LBH ao longo de distintas gerações, mantendo um cariz estilístico arcaizante, e alguns possivelmente com compridas biografias, decerto expressariam determinado(s) significado(s) enquanto elementos de referência em termos identitários, de cariz familiar ou comunitário.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Sousa de Oliveira, na pessoa do seu Presidente, Dr. Carlos de Melo Bento, pelo apoio dado à realização da datação de radiocarbono. Ao Dr. Diogo Teixeira Dias, Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, por ter estabelecido os primeiros contactos entre a Fundação e o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Ao Dr. José Luís Madeira, Técnico Superior da FLUC, pela ajuda e sugestões na realização do desenho do vaso. 



BIBLIOGRAFIA

- ABARQUERO MORAS, Francisco Javier (2012) – “Cogotas I más allá del territorio nuclear. Viajes, bodas, banquetes y regalos en la Edad del Bronce Peninsular”. In RODRÍGUEZ MARCOS, José Antonio e FERNÁNDEZ MANZANO, Julio (eds.). *Cogotas I. Una cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 59-110.
- ATAÍDE, Alfredo e TEIXEIRA, Carlos (1940) – “A Necrópole e o Esqueleto de S. Paio de Antas e o Problema dos Vasos de Largo Bordo Horizontal”. In *I Congresso do Mundo Português*. Lisboa. Vol. 1, pp. 669-683.
- BAIROS, Sandra (2018) – *Contributo para a criação do Serviço Educativo da Fundação Sousa d'Oliveira. O desenvolvimento de laços entre o espólio*

arqueológico e os públicos mais jovens.

Universidade dos Açores (dissertação de mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento). Disponível em <https://tinyurl.com/mr2frs94>.

- BETTENCOURT, Ana M. S. (1997) – “Expressões Funerárias da Idade do Bronze no Noroeste Peninsular. «O problema é sempre o de dar o trabalho por terminado, com o pensamento de nunca acabar coisa alguma...» (T. Bernhard 1993: 52)”. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo e BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.). *II Congreso de Arqueología Peninsular. Tomo II - Neolítico, Calcolítico y Bronce*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 621-632. Disponível em <https://tinyurl.com/2892hhwy>.

- BETTENCOURT, Ana M. S. (2000) – *O Povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (*Cadernos de Arqueologia. Monografias*, 9).
- BETTENCOURT, Ana M. S. (2010) – “La edad del bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerarias”. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 67 (1): 139-173. Disponível em <https://tinyurl.com/y3cy9knz>.
- BETTENCOURT, Ana M. S. (2011) – “Estruturas e Práticas Funerárias do Bronze Inicial e Médio do Noroeste Peninsular”. In BUENO, Primitiva; GILMAN, Antonio; MARTÍN MORALES, Concha e SÁNCHEZ PALENCIA, F.-Javier (eds.). *Arqueología*,

- Sociedad, Territorio y Paisaje. Estudios sobre Prehistoria Reciente, Protohistoria y transición al mundo romano. Homenaje a M^a. Dolores Fernández Posse*. Madrid: CSIC, pp. 115-139. Disponível em <https://tinyurl.com/yvuumdrf>.
- BOTELHO, João Alpuim (2022) – “Oliveira, Manuel Sousa d’”. In SILVA, Raquel Henriques da; MONTEIRO, Joana d’Oliva; FERREIRA, Emília e PEREIRA, Elisabete (eds.). *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pp. 422-424. Disponível em <https://tinyurl.com/2p9475c7>.
- CAILLEUX, André (1981) – *Notice sur le Code des Couleurs des Sols*. Paris: Éditions Boubée.
- CARDOZO, Mário (1936) – “Novas Urnas de Largo Bordo Horizontal. Um tipo regional de cerâmica primitiva”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 8: 65-87. Disponível em <https://tinyurl.com/2z8h3cst>.
- COMAS, Juan (1954) – “El IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas”. *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*. Pan American Institute of Geography and History. 17 (1): 37-43.
- CRUZ, Domingos e GONÇALVES, António H. Bacelar (1998-1999) – “A Necrópole de Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende, Braga)”. *Portugalia*. Porto: Universidade do Porto. Nova Série. 19-20: 5-27. Disponível em <https://tinyurl.com/3e5da7kb>.
- DIAS, Diogo Teixeira (2020) – “Conversa de Arqueólogos: divulgar a arqueologia em tempos de pandemia”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (eds.). *Arqueologia em Portugal. 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 377-388. Disponível em <https://tinyurl.com/mrxzbc6x>.
- DINIS, António e BETTENCOURT, Ana M. S. (2004) – “Sondagens Arqueológicas no Monte da Ola, Vila Fria, Viana do Castelo (Norte de Portugal)”. *Portugalia*. Porto: Universidade do Porto. Nova série. 25: 75-89. Disponível em <https://tinyurl.com/33hwbxus>.
- FERREIRA, Octávio da Veiga (1971) – “Algumas Considerações sobre os Chamados Vasos de Largo Bordo Horizontal ou Chapéu Invertido e sua Distribuição em Portugal”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 9.^a série. 3: 9-20. Disponível em <https://tinyurl.com/2p92c5f3>.
- FORTES, José (1905-1908) – “Vasos em forma de chapéu invertido (Vila do Conde)”. *Portugalia*. Porto. 2: 662-665.
- HODDER, Ian (1982) – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press (*New Studies in Archaeology*).
- JORGE, Susana Oliveira (1988) – *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto: GEAP (*Monografias Arqueológicas*, 2).
- LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino (1930) – “Novas Cerâmicas de Antas Galegas”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 4 (3): 263-283. Disponível em <https://tinyurl.com/3427j4j6>.
- NONAT, Laure; VÁZQUEZ LIZ, Pablo e PRIETO MARTÍNEZ, María Pilar (2015) – *El vaso de largo bordo horizontal. Un trazador cultural del noroeste de la Península Ibérica en el II milenio BC*. Archaeopress (*BAR - International Series*, 2699).
- OLIVEIRA, César; VILAÇA, Raquel; PEREIRA, André Lopes e VITALE, Anna Lúcia (2022) – “Unveiling the Use of Wide Horizontal Rim Vessels (Bronze Age Northwest Iberian Peninsula)”. *Separations*. MDPI Journals. 9 (11): 366. Disponível em <https://tinyurl.com/8kzrz3jx>.
- PAÇO, Afonso do (1933) – “Vaso de Bordo Horizontal de Vila Fria”. In *Homenagem a Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 272-276.
- PAÇO, Afonso do (1956) – “IV Congresso Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 8.^a série. 7: 213-237. Disponível em <https://tinyurl.com/y5e66rep>.
- PECCI, Alessandra (2021) – “Análisis de residuos químicos en materiales arqueológicos: marcadores de actividades antrópicas en el pasado”. *Pyrenae*. Barcelona: Universidade de Barcelona. 52: 7-54. Disponível em <https://tinyurl.com/3wdaucy>.
- PEREIRA, Félix Alves (1904) – “Acquisições do Museu Ethnológico Português”. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.^a Série. 9: 37-39. Disponível em <https://tinyurl.com/2s3kukm>.
- PEREIRA, André e VITALE, Anna (2021) – “A Problemática da Mobilidade de Materiais Arqueológicos Entre Entidades Públicas e Privadas: o caso da coleção de Pré-história de Manuel Sousa d’Oliveira”. Comunicação apresentada às VI Jornadas de Pré e Proto-história da FLUC (Coimbra, 2021-12-10).
- PINTO, Rui de Serpa (1928) – “Concelho da Póvoa do Varzim. Apontamentos arqueológicos”. *A Voz do Crente*. Ano II. 66: 4.
- PRIETO MARTÍNEZ, M. Pilar; VÁZQUEZ LIZ, Pablo e CARAMÉS MOREIRA, Vicente (2018) – “El vaso carenado de Bexo (Dodro, A Coruña)”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Madrid: CSIC. 65 (131): 13-35. Disponível em <https://tinyurl.com/57s6ajuy>.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (s.d.) – *Manuscritos Inéditos “Apontamentos de Archeologia”* (em depósito no Museu Francisco Tavares Proença Júnior).
- SAMPAIO, Hugo (2014) – *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)*. Braga, Universidade do Minho (tese de doutoramento em Arqueologia). Disponível em <https://tinyurl.com/3zyhx3ma>.
- SAMPAIO, Hugo e BETTENCOURT, Ana M. S. (2014) – “Between the valley and the hilltop. Discoursing on the spatial importance of Pego’s bronze age necropolis, Braga (Northwest of Portugal)”. *Estudos do Quaternário*. Braga: APEQ. 10: 45-57. Disponível em <https://tinyurl.com/4sbe965f>.
- SAMPAIO, Hugo; MACIEL, Tarcísio; BETTENCOURT, Ana e SIMÕES, Pedro (2013) – “A Mamoa do Carreiro da Quinta, Lage, Vila Verde, NO de Portugal: resultados de uma escavação de emergência”. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 52: 37-66.
- SAMPAIO, Hugo; AMORIM, Maria João; VILAS-BOAS, Luciano e BRAGA, Ana Catarina (2014) – “Contributo para o Estudo dos Contextos Funerários do Noroeste Português: o caso de estudo da Quinta do Amorim 2, Braga”. *Estudos do Quaternário*. Braga: APEQ. 10: 35-43. Disponível em <https://tinyurl.com/yc3dbvz6>.
- SARMENTO, Francisco Morais (1901) – “Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 18 (3-4): 117-135. Disponível em <https://tinyurl.com/2h93a32u>.
- SOEIRO, Teresa (1988) – “A Propósito de Quatro Necrópoles Proto-Históricas do Concelho de Esposende”. In *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura (1885-1985)*. Esposende: Casa da Cultura - Biblioteca Municipal, pp. 35-62.
- SUÁREZ OTERO, José (1997) – “O Vaso de Martul (Outeiro de Rei, Lugo) e o Problema dos Vasos de Bordo Revirado no Noroeste Hispânico”. *CROA. Boletín da Asociación de Amigos do Castro de Viladonga*. Castro de Rei (Lugo). 7: 22-29. Disponível em <https://tinyurl.com/4hh9rzpa>.
- VASCONCELOS, José Leite de (1905) – “Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais”. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.^a Série. 10: 65-71. Disponível em <https://tinyurl.com/2wsv3fmz>.
- VILAÇA, Raquel (2017) – “Da Morte e Seus Rituais em Finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação”. In *Mesa-Redonda “A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro”*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Baixa, pp. 101-133 (*Estudos Pré-Históricos*, 17). Disponível em <https://tinyurl.com/hhyv2y4m>.
- VILAÇA, Raquel e Cruz, Domingos J. (1999) – “Práticas Funerárias e Culturais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta”. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 24: 73-99.
- VILAS BOAS, Luciano A. (2020) – “A Chã da Mourisca na Idade do Bronze. Um sítio arqueológico em Refóios do Lima”. In *Ponte do Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!* Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima. 6: 57-77. Disponível em <https://tinyurl.com/3fpc2n4y>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-06-13]

RESUMO

Contributo para o estudo do património cultural subaquático na ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, desenvolvido no âmbito do projeto de cooperação transnacional Margullar - Turismo e Património Arqueológico Subaquático na Macaronésia.

Para além do destaque a alguns dos registos da *Carta Arqueológica dos Açores*, publicada em 1999, os autores dão conta da investigação agora realizada no Arquivo Histórico da Marinha portuguesa e relativa a naufrágios e encalhes nesta ilha desde os finais do século XVIII, mas particularmente nos séculos XIX e XX. Metade dos sítios evidenciados por essas fontes documentais correspondem a afundamentos até à data inéditos.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia subaquática; Idade Contemporânea; Análise documental; Carta arqueológica; Açores.

ABSTRACT

Contribution to the study of the underwater cultural heritage of the São Miguel island, in the Autonomous Region of the Azores, developed within the transnational cooperation project Margullar - Tourism and Underwater Archaeological Heritage in Macaronesia.

The authors highlight some of the records of the *Carta Arqueológica dos Açores* (Archaeological Charter of the Azores), published in 1999. They also present an account of the research carried out on shipwrecks and strandings on the island since the 18th century, focussing particularly on the 19th and 20th centuries. Half of the sites identified in the document sources correspond to shipwrecks as yet unknown.

KEY WORDS: Underwater archaeology; Contemporary age; Document analysis; Archaeological map; Azores.

RÉSUMÉ

Contribution à l'étude du patrimoine culturel sous-marin sur l'île de São Miguel, dans la Région Autonome des Açores, développée dans le cadre du projet de coopération transnationale Margullar - Tourisme et Patrimoine Archéologique Sous-Marin en Macaronésie.

Outre la mise en avant de certains des inventaires du *Plan Archéologique des Açores*, publié en 1999, les auteurs rendent compte de la recherche maintenant réalisée dans les Archives Historiques de la Marine Nationale en lien avec des naufrages et des échouages sur cette île depuis la fin du XVIII^e siècle et, particulièrement, aux XIX^e et XX^e. La moitié des sites mis en lumière par ces sources documentaires correspond à des pertes en mer jusqu'à ce jour inédites.

MOTS CLÉS: Archéologie Sous-marine; Époque contemporaine; Analyse documentaire; Plan archéologique; Açores.

¹ Direção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Contributo para o Estudo do Património Cultural Subaquático em São Miguel, Açores subsídios do Arquivo Histórico da Marinha para a investigação dos naufrágios e encalhes

José Luís Neto ¹, Luís Borges ¹ e Pedro Parreira ¹

CONTEXTO

No âmbito do projeto de cooperação transnacional Margullar ¹ (INTERREG VA MAC), cujo objetivo é o de vincular o binómio Património e Turismo através de ações assentes na arqueologia subaquática e na preservação e conservação do património cultural subaquático, valorizando-o como ativo económico, para a sua promoção, que envolve a Região Autónoma dos Açores, a Madeira, Cabo-Verde, Canárias e o Senegal, na procura de criar um produto de turismo cultural sustentável a partir do património cultural subaquático comum, muitas têm sido as ações de cooperação transnacionais.

A criação de roteiros visitáveis, bem como a identificação de novos sítios de interesse cultural subaquático, levou à implementação de diversas estratégias de ação, tais como a realização de prospeções subaquáticas em vários pontos do arquipélago, e a formação de técnicos especializados nas vertentes práticas da arqueologia subaquática. Procura-se assim aumentar a oferta patrimonial, capitalizando-a enquanto mais-valia turística, económica e cultural, mas também aumentar a qualidade e quantidade de sítios estudados nos Açores.

Uma das ações previstas no plano de atividades do projeto Margullar para o ano de 2019 envolveu a realização de uma

¹ Ver <http://www.margullar.com/>.

pesquisa documental no Arquivo Histórico da Marinha, que decorreu durante o mês de fevereiro desse ano. Procurou-se com esse trabalho realizar um levantamento de dados sobre naufrágios ocorridos nos mares dos Açores com eventual potencial de transformação em locais visitáveis, bem como registar outras informações associadas ao património cultural da Região referente à sua fortíssima ligação com o mar.

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO NA ILHA DE SÃO MIGUEL, AÇORES

A ilha de São Miguel, desde o começo do povoamento do arquipélago dos Açores, esteve sempre integrada nos circuitos mundiais de navegação, reunindo, em potência, um fortíssimo conjunto de património cultural subaquático ao largo da sua costa.

Como tal, é defensável que o potencial arqueológico em meio subaquático seja mais vasto do que é atualmente vaticinado, uma vez que existem diversos conjuntos de documentação não investigados de forma exaustiva, acrescentando, naturalmente, os naufrágios e sítios arqueológicos subaquáticos que simplesmente não se encontram registados documentalmente.

Em 2017, a Direção Regional da Cultura dos Açores editou, em colaboração com a Turismo dos Açores, um guia do património cultural subaquático onde se encontram registados quatro sítios arqueológicos, na ilha de São Miguel, que já tinham sido previamente alvo de estudos registados na *Carta Arqueológica dos Açores*.

Aquele que podemos considerar como o mais emblemático dos naufrágios conhecidos na ilha de São Miguel está localizado perto de Ponta Delgada. Trata-se de um dos sítios arqueológicos subaquáticos da Região com melhor estado de conservação dos seus vestígios, correspondente a um dos mergulhos mais impactantes no património cultural subaquático dos Açores, amplamente visitado pelos operadores marítimo-turísticos que ali operam. Falamos do *Dori*, uma embarcação que soçobrou a 16 de janeiro de 1964, durante uma carreira comercial entre Bremen, na Alemanha, e os Estados Unidos da América (Fig. 1). Originalmente, o *Dori* chamava-se *Edwin L. Drake* e fora construído no contexto da II Guerra Mundial. Integrava a famosa classe de navios de guerra conhecida como *Liberty Ships*, resultado de um projeto de construção naval que implicou 18 estaleiros americanos e culminou na construção de 2751 cargueiros multifuncionais. Durante o conflito

FIG. 1 – Naufrágio do *Dori*.



Foro: Nuno Sá.

FIGS. 2 e 3 – Em cima, pormenor de uma das âncoras do Cemitério do Ilhéu.

Em baixo, trabalhos de prospeção do naufrágio do *Luso*.

bélico o *Dori* viajou por três continentes, efetuando carregamentos de militares e mercadorias, integrando os grandes comboios navais dos Aliados. Posteriormente, foi vendido a várias companhias mercantis, mudando de nome repetidamente e acabando por afundar a 800 metros da igreja de São Roque, praticamente à vista da cidade de Ponta Delgada. Em 2012, por iniciativa de um conjunto de cidadãos interessados, o Governo Regional dos Açores atribuiu ao *Dori* o reconhecimento do seu valor patrimonial, bem como da importância do sítio arqueológico na economia de mergulho local, criando o Parque Arqueológico Subaquático do *Dori*, por Decreto Regulamente Regional n.º 12/2012/A, de 8 de maio (MONTEIRO, 2015). Outro local de fortíssima importância patrimonial em São Miguel, que importa destacar no âmbito desta pequena resenha, é a baía de Vila Franca do Campo e, nomeadamente, o Cemitério de Âncoras do Ilhéu. Um cemitério de âncoras corresponde a um conjunto dessas ocorrências patrimoniais ligado a uma zona de antigo ancoradouro, sendo que a sua presença pode estar associada a diversos motivos: intempéries climáticas, afundamentos, conflitos bélicos, acidentes de navegação, etc. Independentemente dos motivos que levaram à presença das âncoras, os “cemitérios” são testemunhos da ocupação dos espaços, em muitos casos ao longo de vários séculos.

No caso do cemitério de Vila Franca do Campo, os primeiros trabalhos de prospeção arqueológica efetuados revelaram a presença de sete âncoras (Fig. 2), sendo que três delas encontram-se praticamente intactas, outras três bastante fragmentadas e uma última tem alguns sinais de desgaste e corrosão, sem cepo. Encontram-se espalhadas numa profundidade entre os -19 e os -20 metros (OLIVEIRA e NETO, 2017). O primitivo ancoradouro de Vila Franca do Campo, reforçado ao longo dos séculos por diversas estruturas de apoio, remonta a sua existência à centúria de quinhentos, período de grande prosperidade daquele povoado, em momento anterior à catástrofe sísmica que o arrasou totalmente (OLIVEIRA, 2012: 36). As âncoras ali detetadas não

correspondem a naufrágios, mas sim a casos de embarcações arrastadas por adversas condições climáticas, prendendo-se as âncoras naquela zona de baixo e forçando os marinheiros a cortar as amarras para impedir o afundamento dos navios.

Construído nos estaleiros navais de Liverpool, o *Luso* entrou ao serviço da Empresa Insulana de Navegação em 1876, tornando-se numa das embarcações mais importantes para a companhia que assegurava os transportes regulares entre os Açores e Portugal Continental. A sua aquisição visou colmatar uma carência de navios, no quadro geral da empresa, que surgira no seguimento de um acidente naval com outro vapor perto de Lisboa.

A 27 de julho de 1883, durante uma viagem de regresso de Lisboa com escala no arquipélago da Madeira e em Santa Maria, o *Luso* perdeu-se entre o cerrado nevoeiro e acabou por embater no porto dos Carneiros, na vila da Lagoa, em São Miguel (Fig. 3). O paquete transportava cerca de cinquenta passageiros, bem como mercadoria diversa, tendo-se



Elutério

Foto: Eleutério Valido.



Foto: N'Zinga Oliveira.

procedido ao salvamento de todas as pessoas e de uma boa parte dos bens. O sítio de naufrágio foi redescoberto por operadores marítimo-turísticos locais, encontrando-se numa zona de baixio, a cerca de -14 metros de profundidade. Uma boa parte do navio permanece submersa, destacando-se dois núcleos: um primeiro onde se pode observar uma das hélices e parte da popa, e um segundo com duas grandes caldeiras e várias secções de metal. Trata-se de outro dos pontos de mergulho com maior afluência de visitantes na ilha de São Miguel (OLIVEIRA e NETO, 2015b).

Destaque ainda para outro sítio de naufrágio, próximo à Ribeira do Tufo, entre Vila Franca do Campo e a Ribeira Quente. Trata-se do local de afundamento do vapor *Maria Amélia*, que mantinha uma carreira de transporte de mercadorias na ilha de São Miguel (Fig. 4). O sinistro ocorreu no seguimento de um acidente a bordo, com a rebentação de uma peça do leme da embarcação devido à forte corrente marítima. A tripulação e os passageiros salvaram-se, mas o navio acabou por ali ficar, como mais um testemunho dos perigos da navegação no Atlântico.

O naufrágio foi redescoberto por operadores marítimo-turísticos locais, tendo sido registado fotograficamente de forma exaustiva e dando entrada no inventário da Direção Regional da Cultura. Os destroços encontram-se numa baixa, sensivelmente a -7 metros de profundidade, sendo possível observar uma parte da hélice de propulsão, a cambota e uma das caldeiras, para além de vários fragmentos de costado metálico (OLIVEIRA e NETO, 2015c).

FIG. 4 – Trabalhos de prospeção e registo do *Maria Amélia*.



Foro: N'Zigga Oliveira.

NAUFRÁGIOS DETETADOS NA ILHA DE SÃO MIGUEL, AÇORES, NO ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA

O Arquivo Histórico da Marinha é dependente organicamente da Biblioteca Central da Marinha. Encontra-se localizado na antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, com acesso através da rua da Junqueira, em Lisboa. Remonta a sua existência a 1843, reunindo fundos documentais que, embora recuem aos finais do século XVIII, são fundamentais para os séculos XIX e XX.

Dentro da riquíssima coleção que aí se encontra, há evidentemente um fundo documental dedicado aos naufrágios que abrange os Açores, a Madeira, Portugal Continental, Cabo Verde, Angola, Moçambique e demais regiões ultramarinas, de onde retirámos a informação seguinte.

CAIXA 457

Ano de 1850

«Baía de Santa Clara, Ponta Delgada, São Miguel –
Escuna inglesa – “Paul Pry” – 3 de Maio – Salvaram-se apenas
2 pessoas, uma delas, o piloto – Foi arrebatado por um violento
temporal.

Calhaus da Praxinha, Ponta Delgada, São Miguel –
Escuna de nacionalidade não identificada – “Lady Rossley” –
3 de Maio - Sobreviveu apenas o capitão – Foi arrebatado
por um violento temporal.»

Ano de 1853

«*Próximo à ilha de São Miguel – Barca portuguesa – “Espírito Santo” – 20 de Abril – [Regista-se o desembarque de 10 tripulantes deste navio, no porto de Ponta Delgada, que informaram deste naufrágio, junto à ilha.]*

Ribeira Seca, Vila Franca do Campo, São Miguel – Brigue inglês – “Janne Berd” – 2 de Novembro – Procedente de Calcutá – 240 toneladas – 10 tripulantes, salvaram-se apenas 3.»

Ano de 1864

«*Sobre as pedras, dentro da Caldeira do Areal, Ponta Delgada, São Miguel – Iate português – “Progresso” – 9 de Novembro – 32 toneladas – Empurrado por ventos contrários – Salvaram-se todos os tripulantes.»*

CAIXA 458

Ano de 1867

«*Doca do porto de Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Heroine” – 6 de Janeiro – 81 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de SSO – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.*

Junto ao cais porto de Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Queen of Fleet” – 6 de Janeiro – 119 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de SSO – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.

Doca do porto de Ponta Delgada, São Miguel – Patacho inglês – “Stanley” – 31 de Outubro – 140 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de Sul – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.

Baía de Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Annie” – 1 de Novembro – 129 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de Sul – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.

Junto à doca de Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Morgstak” – 1 de Novembro – 147 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de Sul – Faleceram 2 tripulantes – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.

Lugar de Rosto de Cão, Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Arabella” – 1 de Novembro – 129 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de Sul – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.

Lugar de Rosto de Cão, Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Release” – 1 de Novembro – 149 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de Sul – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.

No lugar de Santa Iria, Ponta Delgada, São Miguel – Iate português – “Oliveira” – 12 de Novembro – 126 toneladas – Naufragou no seguimento de um forte temporal de NNE – Toda a tripulação foi salva – Navio foi arrematado em praça pública e os destroços que foram salvos foram desfeitos pelos compradores.»

Ano de 1868

«*Dentro do porto artificial de Ponta Delgada, São Miguel – Vapor inglês – “Genova” – 16 de Janeiro – 386 toneladas – Rebentando o cabo do leme, acabou por encalhar, sendo toda a tripulação salva.*

No porto de Vila Franca do Campo, São Miguel – Escuna inglesa – “Cleaner” – 8 de Dezembro – 100 toneladas – Rebentou as amarras e encalhou, salvando-se 6 tripulantes e morrendo 1.»

Ano de 1869

«*Doca de Ponta Delgada, São Miguel – Vapor inglês – “Margam Abbey” – 30 de Janeiro – Soltou-se das amarras.*

Doca de Ponta Delgada, São Miguel – Escuna inglesa – “Excelsior” – 3 de Fevereiro – Soltou-se das amarras.»

Ano de 1870

«*Na praia de Santos, a Este de Ponta Delgada, São Miguel – Barca portuguesa – “Isis” – 23 de Novembro – 229 toneladas – Causa desconhecida – Salvaram-se todos os tripulantes.*

A Este do quebra-mar de Ponta Delgada, São Miguel – Lugre inglês – “Alfred” – 6 de Dezembro – 127 toneladas – Encalhou devido ao mau tempo, sendo que toda a tripulação se salvou.»

Ano de 1873

«*Lugar dos Moinhos, São Miguel – Brigue austriaco – “Oró” – 18 de Outubro – 100 toneladas – Vinha de Manchester, tendo perdido os ferros e acabando por afundar, salvando-se toda a tripulação, com a ajuda da Alfandega.*

A cinco milhas de São Miguel – Iate americano – “Valentine” – 2 de Outubro – 62 toneladas – Associado à pesca da baleia, afundou por ter água aberta, salvando-se toda a tripulação com a ajuda da Alfandega.»

CAIXA 459

Ano de 1880

«*Porto artificial do porto de Ponta Delgada, São Miguel – 3 vapores ingleses – 2 de Outubro – “Benalla”, “Robinia” e “Stag” – Desastre, associado às vagas marítimas e a fracas condições de amarração*

de uma das embarcações – Interrogatório por parte da capitania não apurou culpados – [As autoridades recorreram às diligências possíveis para desembaraçar o porto dos vestígios de maior porte, para tornar o espaço novamente operacional.]»

Ano de 1888

«A 20 milhas do porto de Vila Franca do Campo, S. Miguel – Barca portuguesa – “Itália” – Incêndio, após ter metido muita água – 25 de Junho – Tripulação abandonou o navio e veio até ao porto em botes – [Originalmente, chegara a Vila Franca com bandeira italiana, com água aberta e carregamento de madeira, e fora adquirida pela companhia Bensauide] – Naufragou na sua primeira viagem, com destino ao Porto, levando um carregamento de barro e álcool.»

Ano de 1894

«Junto ao Castelo de S. Pedro, Ponta Delgada, S. Miguel – Patacho alemão – “Adelheid” – 8 de Dezembro – 173 toneladas – Naufragou no seguimento do desmoronamento do quebra-mar, provocado por um temporal do quadrante Sul – Faleceram 2 tripulantes, sobreviveram 5.»

CAIXA 460

Ano de 1895

«Ancoradouro do porto de Ponta Delgada, São Miguel, a 500 metros da costa – Vapor inglês – “Ituni” – 31 de Janeiro – 779 toneladas – O vapor encontrava-se em manobras, com vista a partir do porto da cidade, tendo executado alguns erros técnicos que o levaram a fazer um rombo e a encalhar na costa, acabando por naufragar – Toda a tripulação, de 28, foi salva.»

Ano de 1899

«Porto de Ponta Delgada, São Miguel – Barca portuguesa – “Helena” – 3 de Setembro – Capitaneada por Julião Tavares de Medeiros Júnior, tendo falecido 3 pessoas – Naufragou durante um forte ciclone que atingiu o arquipélago [Há passaporte da embarcação no Arquivo] – Foi aberto um inquérito sobre o acidente que concluiu que a barca não deveria ter ancorado naquele porto, tendo desobedecido às ordens em vigor pela capitania de Ponta Delgada, pelo que não foram indemnizados os proprietários e capitão.

Lugar dos Ginetes, São Miguel – Barca inglesa – “Parthia” – 1 de Maio – 1060 toneladas – Seguiu para Liverpool com um carregamento de salitre, tendo naufragado por motivo de nevoeiro forte – A tripulação foi salva pelos botes e transportada até Ponta Delgada.»

Ano de 1902

«A 54 milhas da costa da Ribeira Quente, São Miguel – Barca portuguesa – “Nova Lide” – 26 de Janeiro – 500 toneladas – Naufragou por estar em água aberta, tendo-se salvo toda a tripulação.»

Para além desta informação, foi igualmente consultado o fundo referente aos encalhes, também ele com dados referentes a todas as aludidas nações. Desse fundo, foi possível retirar as informações seguintes, no respeitante ao grupo oriental do arquipélago dos Açores.

CAIXA 222-1

Ano de 1853

“Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.a que no dia 25 de Outubro ultimo, tive parte de no dia 24 do mesmo mez ter encalhado por ir com agua aberta, no lugar denominado Fayal da Terra, a gallera americana Bengall de lotação de 650 toneladas com dezacete pessoas de tripulação, precedente de Cadiz, carga de sal com destino a Boston, Capitam Bray; onze legoas a Leste da cidade de Ponta Delgada, onde imediatamente fui acompanhado do Sotta Patrão nesta Ilha, cônsul americano, e mais officiaes d’Alfandega.

Foi a minha primeira deligencia salvar todos os objectos que se pudessem safar e conduzir o navio ao porto d’esta cidade, o que se tornou totalmente impossível, em consequência do que fiz entrega de tudo aos mencionados officiaes d’Alfandega onde esta sendo tudo arrematado. Salvou-se a tripulação.

Deos guarde a V. Ex.cia

Capitania do Porto na ilha de S. Miguel
2 de Novembro de 1853.”

Ano de 1854

“Partecipo a V. Ex.a que no dia 27 d’Abril ultimo, pelas 5 horas da manhã encalhou no areal de S. Roque d’esta ilha o brigue sardo, denominado “Italia”, Capitão Paulo Queiróllo, precedente de Buenos Ayres, com 72 dias de viagem, carga guanno artificial, com destino para Londres, pelas declarações do Capitão consta que quatro dias antes achando-se a 120 milhas a E. d’esta ilha se havia declarado fogo na carga, e que todas as delencias que empregara para o apagar forão inúteis, em consequência do que resolveo arribar e a procurar aquelle lugar a onde se poude salvar, e a tripulação comporta de doze pessoas, da minha parte ajudado da gente do mar, e do sota Patrão mor empreguei todos os meios para salvar o navio e a carga, por presumir haver probabilidades, posto que o capitão tinha inteiramente abandonado o navio e a repartição d’Alfandega tomou posse de todos os objectos, no dia seguinte o navio abriu grande porção d’agua e nada mais se poude fazer do que continuar com os salvados, no dia 22 atheou o fogo communicando com as madeiras interiores e fez-se geral por todo o navio athe ao lume d’agua. Nestes trabalhos nenhuma occorencia houve mais do que pôr-se em hasta publica os salvados.

Deos guarde a V. Ex.a

Capitania do Porto na Ilha de S. Miguel
4 de Maio de 1854»

Ano de 1869

«É com o maior desgosto que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.a um lamentável acontecimento que se deu no porto d'esta cidade, no dia 30 do mez passado, cujas circunstancias devo expor a V. Ex.a para os effeitos que julgar convenientes.

Manifestando-se com vento forte na madrugada do dia 28, quando ao abrigo na Doca em construcção se achavão 23 navios inclusive tres vapores, continuou um d'estes Margam Abbey a carregar e estando quasi carregado ás nove horas da noite do dia 19 recebeu, segundo me consta os despachos do consignatário com instrucções para no caso de crescer o tempo sahir sem o resto da carga – Não posso dizer com certeza o que fez o Capitão mas é verdade que o navio se achava abandonado pelo capitão e tripulação ao romper do dia 30, e diz-se que depois ainda voltaram ao mesmo navio, que abandonaram de novo ás oito horas da manhã.

O Capitão do porto apenas lhe constou a posição em que se achava o navio, correu ao logar do sinistro, e ás des horas e meia da manhã veio participar me o risco em que estava sem que até aquella hora lhe tivesse sido reclamada providencia alguma pelo capitão, cônsul respectivo, carregadores e procuradores de seguro, e ás duas da tarde voltou a participar me que havia encalhado quasi no mesmo sitio, ainda ha trez meses encalhara o Geneva.

Athe agora que é meio dia, nem ao capitão do porto, nem a este governo civil chegou alguma reclamação da parte dos interessados, sendo certo que hontem pelo consulado inglez foi annunciada a arrematação do navio, que se acha encalhado no logar declarado, e igualmente a carga contra o que os carregadores portugueses protestaram.

Felizmente não há a comentar perda de vidas.

Estou persuadido de que a circumstancia de ter fundeado o navio á entrada da bacia que é abrigada pelo paredão da Doca em construcção é que deu logar ao sinistro, visto que todos os mais navios que se achavão fundeados na bacia ali se conservão com leves avarias, apesar da pouca regularidade com que colocados os navios n'aquella bacia, para a qual os respectivos commandantes entrão voluntariamente por se julgarem ali mais seguros, sem que haja alguém que designe o lugar em que devem fundear e dirija a amarração.

É por isso que ousou recobrar a V. Ex.a a urgência de ser aprovado o regulamento que a Junta Administrativa nas obras do Porto Artificial, de continuação com o capitão do porto, confeccionaram e submeteram á approvação de V. Ex.a.

Deus guarde a V. Ex.a

Governo Civil de Ponta Delgada,

1.º de Fevereiro de 1869

Ao Illustríssimo Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar»

Ano de 1883

«Venho communicar a V. Ex.a que no dia 1 do corrente mez foi encalhada pelos pescadores, na costa da Ribeira Quente d'esta ilha, parte da barca norueguesa "Mandal" de Mandal, isto é, a parte pouco avante do mastro grande para a proa.

Deus guarde a V. Ex.a

Capitania do Porto de Ponta Delgada

17 de março de 1883»

ANÁLISE DOS DADOS

Foram detetados documentalmente 30 naufrágios e dois encalhes, abrangendo toda a ilha de São Miguel.

Analizando a dispersão geográfica, identificaram-se casos individuais de sinistros nos seguintes lugares (Figs. 5 e 6): Santa Iria, concelho de Ribeira Grande; Ribeira Seca, concelho de Vila Franca do Campo; Moinhos, concelho de Ponta Delgada; Ginetes, concelho de Ponta Delgada; ancoradouro de Vila Franca do Campo. Acresce a presença de quatro naufrágios em lugar "próximo" a São Miguel, sem referência específica. Para além desses casos, a baía da cidade de Ponta Delgada merece um particular destaque, porquanto ali foram identificados vinte e um naufrágios, ou seja, mais de dois terços do total levantado no Arquivo Histórico da Marinha. Quanto aos encalhes, identificaram-se dois sinistros, ambos no concelho da Povoação, sendo que um ocorreu no lugar de Faial da Terra e outro no da Ribeira Quente.

Cronologicamente, o período abrangido pela documentação enquadra-se entre o ano de 1850 e o de 1902 (Fig 7). Verificou-se um número relativamente constante de naufrágios, com cerca de quatro naufrágios por década, exceção à década de 1860, que apresenta um maior número de sinistros, porquanto dois grandes temporais, um em janeiro e outro no começo de novembro, provocaram duas catástrofes no porto de Ponta Delgada, no ano de 1867, que sinistraram um conjunto considerável de navios ali ancorados.

Constatando-se que a grande maioria dos afundamentos detetados na pesquisa documental correspondem a ocorrências no interior da baía da cidade de Ponta Delgada, muitas delas associadas ao "porto artificial", à "doca" ou ao "ancoradouro", verificou-se que aquela área corresponde à que maior potencial arqueológico subaquático reúne, na ilha de São Miguel e no período em análise. Tal prende-se, naturalmente, com a evolução da cidade, bem como com a sua importância histórica e económica, ao nível das escalas de navegação comercial.

O porto de Ponta Delgada compreende um conjunto de áreas dispersas, de ancoradouro, que foram nascendo ao longo da faixa costeira da cidade, à medida que a mesma foi crescendo nos séculos que se seguiram ao povoamento. Não obstante a utilização de todas as zonas com condições naturais adequadas à ancoragem, desde a primeira ocupação do espaço, o primeiro porto de construção antrópica surge no século XVI,

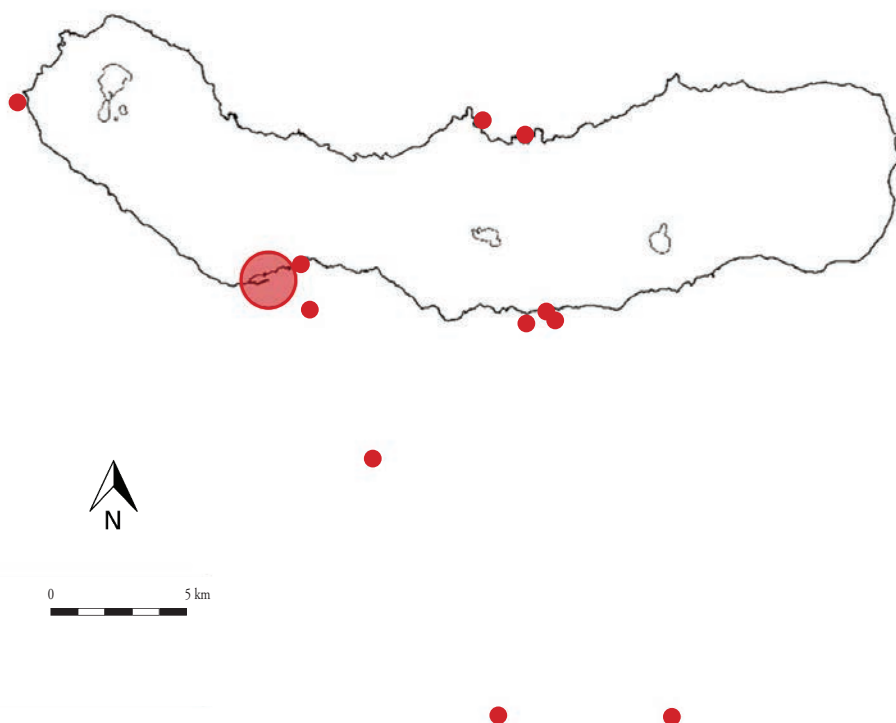
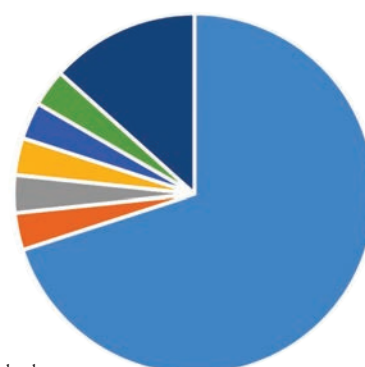


FIG. 5 – Dispersão dos naufrágios documentalmente detetados ao largo de São Miguel.

● Naufrágios na ilha de S. Miguel.

Distribuição geográfica



- Baía de Ponta Delgada
- Porto de Vila Franca do Campo
- Lugar da Ribeira Seca
- Porto de Santa Iria
- Lugar de Moinhos
- Lugar de Ginetes
- “Próximo” a São Miguel

FIG. 6 – Gráfico da dispersão dos naufrágios documentalmente detetados ao largo de São Miguel.

com a criação de infraestruturas portuárias que permitiram melhorar substancialmente as condições de entrada e saída de passageiros, bens e serviços (OLIVEIRA, 2012: 99).

Essa primitiva estrutura, primeiramente descrita por Gaspar Frutuoso ², correspondia a uma linha de cais implantado em área geográfica substancialmente mais recuada que a atualmente existente, junto à igreja matriz de São Sebastião. A urbe cresceu em direção ao mar e, como tal, foram-se edificando novas infraestruturas na atual linha do molhe. No período a que se refere a documentação analisada no Arquivo Histórico da Marinha, já a baía de Ponta Delgada contava com um porto artificial de tamanho considerável, bem como áreas para utilização de guindaste, caldeira, e englobava várias zonas de praia (OLIVEIRA, 2012: 99-111). Durante a centúria de oitocentos, a cidade viveu um momento de grande crescimento económico graças ao incremento do comércio em mercados europeus e, nomeadamente, ingleses, durante a apodada “época da laranja”.

Distribuição cronológica

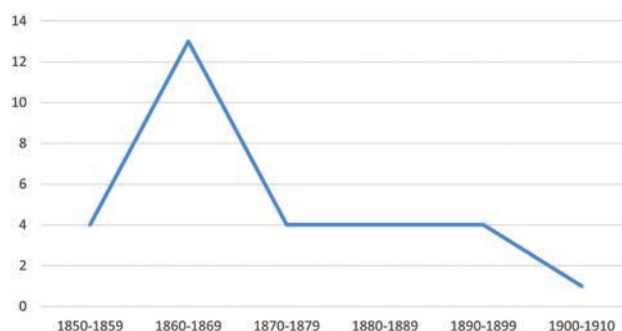


FIG. 7 – Distribuição cronológica dos naufrágios documentalmente detetados ao largo de São Miguel.

² “O porto dela [Ponta Delgada] é de boa ancoragem e sempre frequentado de muitos navios, principalmente no verão, que trazem muitas mercadorias de vários Regnos de fora e levam as da terra, além de outros que de diversas partes passam por ele, de caminho; e muito

bom, com dois custosos e fortes cais, que servem de muro, e um deles de despejos de mercadorias com que se reparte em dois; e, para servir melhor, se quebrou debaixo de água uma pedra de rocha, que estava no meio dele, com que dantes perigavam os navios ao entrar [...] Tem bom e espaçoso

carregadouro e ainda que é a costa brava, e não rio, não correm os navios perigo, se não se descuidam, porque quando faz vento que para estar nele lhes é contrário, com se fazerem à vela se asseguram” (FRUTUOSO, 1998: 176-177).

Essa afluência da navegação comercial, conjuntamente com o advento das embarcações a vapor para transporte de passageiros, tanto entre ilhas dos Açores como para Portugal Continental e para outros países, trouxe um aumento do número de navios que visitaram a área portuária de Ponta Delgada, e, naturalmente, um acréscimo do número de sinistros registados.

Em 2002, no âmbito de uma empreitada de requalificação e ampliação do porto, foram efetuados trabalhos de prospeção arqueológica integrados no Estudo de Impacto Ambiental da obra. Essa intervenção permitiu detetar uma embarcação fragmentada na área de afetação dos trabalhos, que foi alvo de registo técnico e pesquisa documental. Identificou-se uma parte de um casco de navio em ferro em bom estado de conservação, correspondente ao naufrágio do *Cromarty*, que ali soçobrou a 23 de janeiro de 1898, no seguimento de uma tempestade que o empurrara contra a costa (OLIVEIRA e NETO, 2015a). O episódio foi amplamente descrito pelos que se encontravam em terra, assistindo ao salvamento dos tripulantes (ATAÍDE, 2011: 129-136).

Quatro anos depois, em 2006, as dragagens do fundo marinho para a implantação do novo molhe foram alvo de um acompanhamento arqueológico que identificou três âncoras do tipo almirantado, genericamente enquadráveis cronologicamente no século XIX. Esse mesmo acompanhamento prosseguiu no ano seguinte com os trabalhos de construção da marina, revelando um conjunto de vestígios arqueológicos que indicariam a presença de um sítio de naufrágio. Destacou-se a descoberta de um grupo de tijolos refratários, um deles com inscrição *CUMBERNAULD*, que permitiu enquadrar cronologicamente o afundamento no último quartel do século XIX (BETTENCOURT, 2008).

Tendo por base as conclusões da intervenção de acompanhamento da empreitada, uma equipa de arqueólogos efetuou o trabalho de desmantelamento dos vestígios dessa segunda embarcação. Os registos técnicos e a exumação de material arqueológico, conjuntamente com a análise das referências documentais e bibliográficas, possibilitou a identificação do navio. Tratava-se do *Oakfield*, um barco mercantil de proveniência inglesa que transportava açúcar proveniente da região da Guiana Britânica, escalando nos Açores para abastecimento de laranja antes de seguir viagem para Londres, acabando por naufragar no porto de Ponta Delgada, a 22 de janeiro de 1897 (BOMBICO, 2012) (Fig. 8). Importa referir que a grande maioria dos vestígios registados nunca chegaram a ser alvo de trabalhos de preservação e musealização, prática

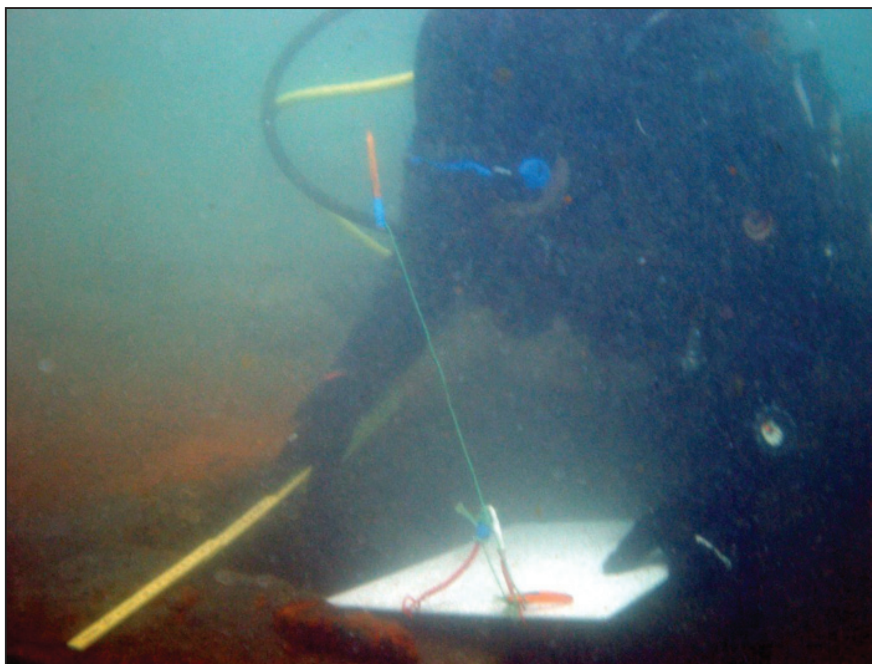


Foto: Sónia Bombico.

FIG. 8 – Trabalhos de registo arqueológico no naufrágio do *Oakfield*.

oposta à realizada na baía de Angra do Heroísmo no final da década de 90 do século XX. Nesse período, duas embarcações descobertas durante o Estudo de Impacto Ambiental da nova marina da cidade foram trasladadas, com vista à sua preservação e realização de futuras investigações³. Em São Miguel, perdeu-se uma oportunidade de capitalizar o património cultural daquele porto e dinamizá-lo, no sentimento de aumentar a sua oferta turística e patrimonial, nomeadamente com o casco do *Cromarty*, que apresentava significativa integridade material, podendo facilmente constituir-se como fonte de rendimento para a economia local, enquanto produto de turismo de mergulho.

CONCLUSÕES

Do total de naufrágios e encalhes registados, 15 encontravam-se já arrolados na *Carta Arqueológica Subaquática dos Açores*, publicada pelo arqueólogo Paulo Alexandre MONTEIRO (1999) e transposta para Sistema de Informação Geográfica em 2019, disponível para consulta em portal digital⁴. Tal significa que cerca de 50 % dos sítios identificados correspondem a afundamentos até à data inéditos.

Cremos que todo o levantamento que aqui apresentamos corresponde a um subsídio importante para futuros trabalhos arqueológicos no arquipélago dos Açores, porquanto a pesquisa documental assume-se como um dos eixos fundamentais para a realização de um trabalho exaustivo, associada à confrontação de dados com fontes secundárias, periódicos, e, naturalmente, com o trabalho de campo e laboratorial.

³ Para melhor compreender este episódio, recomenda-se NETO, 2018: 34-38.

⁴ Ver <https://tinyurl.com/2rr47b92>.

Conforme referido, atualmente são quatro os sítios arqueológicos subaquáticos visitáveis em São Miguel. Essa visitação realiza-se num modelo que tem por base o trabalho dos operadores marítimo-turísticos, apoiados pelo material disponibilizado pela Direção Regional da Cultura e pela divulgação efetuada pelas entidades ligadas à promoção de produtos turísticos na Região ⁵.

Assim, cremos que é através do trabalho continuado e em rede, de investigação, que, paulatinamente, se pode ir aumentando o conhecimento disponível e, consequentemente, ir aprimorando a capacidade de proteção, gestão e fruição do património cultural subaquático dos Açores, sendo que, por essa via, também se aumenta o valor desse património em toda a região da Macaronésia.

Porém, há que antever muito além da investigação, pois que para se proteger esse património, num

sistema democrático, é fundamental que este seja apropriado pelos cidadãos, diluindo a autoridade pelos atores sociais, principalmente aqueles que têm relação direta de interesse e valor com o mesmo. A diluição da autoridade, ou seja, da responsabilidade de preservar o que será legado aos vindouros, não perde poder ao ser partilhada, antes se reforça em capacidade, legitimidade e intensidade.

Conforme constatado no presente estudo, o porto de Ponta Delgada apresenta um elevado potencial cultural subaquático que urge proteger. A criação de um sistema de proteção, com condicionantes às obras públicas e privadas, tanto no atual porto como na zona marginal da cidade correspondente ao antigo cais parece, consequentemente, ser uma opção sustentada e viável, com o objetivo de salvaguardar o património cultural documentado, que aqui se revela enriquecido em interesse científico e potencial económico. 

⁵ O *Guia do Património Cultural Subaquático dos Açores* encontra-se disponível online (ver NETO e CARVALHO, 2017).

BIBLIOGRAFIA

- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de (2011) – *Etnografia. Arte e vida antiga dos Açores*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura. Vol. 3 (edição facsimile).
- BETTENCOURT, José António (2008) – *Avaliação Arqueológica de um Navio em Ferro Localizado no Porto de Ponta Delgada (Açores)*. Relatório final da “Archeocélis”, disponível para consulta na Direção Regional da Cultura dos Açores, Angra do Heroísmo.
- BOMBICO, Sónia (2012) – “Oakfield 1883-87: o naufrágio de um vapor (São Miguel, Açores)”. In *Actas de las V Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica. Arqueología para el siglo XXI*. Santiago de Compostela: JAS Arqueologia, pp. 329-333.
- FRUTUOSO, Gaspar (1998) – *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Livro IV.
- MONTEIRO, Paulo Alexandre (1999) – “Carta Arqueológica Subaquática dos Açores. Metodologia, resultados e sua aplicação na gestão do património subaquático da Região Autónoma dos Açores”. In *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto / Vila Real: ADECAP / Universidade de Trás-os-Montes, pp. 497-524.
- MONTEIRO, Paulo Alexandre (2015) – “Dori”. *Fazendo*. Horta: Associação Cultural Fazendo. 101: 16-17.
- NETO, José Luís (2018) – *Arqueologia nos Açores. Uma breve história*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- NETO, José Luís e CARVALHO, Ana (coord.) (2017) – *Guia do Património Cultural Subaquático dos Açores*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura, Associação Turismo dos Açores. Disponível em <https://tinyurl.com/4ht3ykce>.

- OLIVEIRA, N'Zinga (2012) – *Os Portos na Ilha de São Miguel (séculos XVI-XIX)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- OLIVEIRA, N'Zinga e NETO, José Luís (2015a) – “EIA do Porto de Ponta Delgada”. In *Carta Arqueológica dos Açores* [Ilha: São Miguel / Concelho: todos]. Açores: Direção Regional dos Assuntos Culturais. Disponível em <https://tinyurl.com/kbf6vx86>.
- OLIVEIRA, N'Zinga e NETO, José Luís (2015b) – “Luso”. In *Carta Arqueológica dos Açores* [Ilha: São Miguel / Concelho: todos]. Açores: Direção Regional dos Assuntos Culturais. Disponível em <https://tinyurl.com/kbf6vx86>.

- OLIVEIRA, N'Zinga e NETO, José Luís (2015c) – “Maria Amélia”. In *Carta Arqueológica dos Açores* [Ilha: São Miguel / Concelho: todos]. Açores: Direção Regional dos Assuntos Culturais. Disponível em <https://tinyurl.com/kbf6vx86>.
- OLIVEIRA, N'Zinga e NETO, José Luís (2017) – “Cemitério das Âncoras do Ilhéu.” In NETO e CARVALHO, 2017: 31-32.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-07-01]

PUBLICIDADE



Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos
Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa luís teotónio pereira, cova da piedade, almada]
[212 766 975 | 967 354 861]
[c.arqueol.alm@gmail.com]
[http://www.caa.org.pt]
[http://www.facebook.com]

**uma Associação em
que dá gosto participar!**

**CENTRO DE
ARQUEOLOGIA
DE ALMADA
1972-2023**

51 anos de intervenção social,
a promover uma visão integrada da
Arqueologia, do Património Cultural e
Ambiental e da História local e regional,
no exercício partilhado de uma cidadania
cultural e cientificamente
informada.

peça já a sua ficha de inscrição

RESUMO

Algumas considerações sobre as referências aos Mouros no nome atribuído aos locais e aos vestígios arqueológicos, tentando perceber de que forma a Toponímia e a Arqueologia se correlacionam.

A análise dos registos no *Portal do Arqueólogo*, gerido pela Direção Geral do Património Cultural, e de diversa bibliografia permitiu identificar cerca de 600 casos de designações relacionáveis com a presença Moura em Portugal. A autora propõe a criação de uma base de dados com essas referências toponímicas, enquanto instrumento de trabalho para quem estuda a Arqueologia da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Toponímia; Arqueologia da paisagem; Idade Média (islâmico).

ABSTRACT

Some considerations about the references to the Moors in the names given to places and archaeological sites so as to understand the relationships between Toponymy and Archaeology.

An analysis of the records available at the Archaeologist's Portal managed by the Cultural Heritage Directorate and other literature allowed the identification of circa 600 examples of names related to the Moorish presence in Portugal. The author proposes the creation of a database of these toponymic references that could be a useful work tool for those who study landscape Archaeology.

KEY WORDS: Archaeology; Toponymy; Landscape archaeology; Middle ages (Islamic).

RÉSUMÉ

Diverses considérations portant sur les références aux Maures dans le nom attribué aux locaux et aux vestiges archéologiques, cherchant à comprendre de quelle manière la Toponymie et l'Archéologie sont en corrélation.

L'analyse des inventaires sur le Portail de l'Archéologue, géré par la Direction Générale du Patrimoine Culturel, et d'une bibliographie variée a permis d'identifier près de 600 cas de désignations en lien avec la présence Maure au Portugal. L'auteur propose la création d'une base de données incluant ces références toponymiques comme instrument de travail pour qui étudie l'Archéologie du paysage.

MOTS CLÉS: Archéologie; Toponymie; Archéologie du paysage; Moyen Âge (islamique).

Os Mouros na Arqueologia e na Toponímia Portuguesa

algumas considerações

Alexandra Vieira ¹

INTRODUÇÃO

A Toponímia é uma ciência que verifica, analisa e apresenta a origem, evolução e realidade contemporânea dos nomes escolhidos para determinados lugares. A palavra “toponímia” está enraizada em duas palavras: *topos*, que significa “lugar” e *onuma*, que significa “nome” (FARIA, NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2008: 5). Nas palavras de Arlindo de SOUSA (1960: 59), “*A filologia, pelo onomástico toponímico e pelos linguajares do povo, é uma importante fonte auxiliar da arqueologia, e, consequentemente, da etnologia e história geral*”, especialmente, porque os topónimos podem ser um bom indicador da presença de vestígios arqueológicos num determinado local. Por outro lado, Vítor Oliveira Jorge salienta que, mesmo que os sítios não venham a ser descobertos, encontrando-se já destruídos e desaparecidos, a toponímia pode ser indiciadora da existência de determinados vestígios arqueológicos em tempos passados (JORGE, 1982: 389): “*A cousa de 5 km a noroeste de Bragança, escondida num curto valle de uma ravina da margem direita do rio Sabor, [...] no rio, um pouco abaixo da direção do lugar, havia em um poço, que o limitava, na margem esquerda, um fragão em que não há muito ainda se via, gravada á mão, a planta de um pé humano, que diziam ser a patada de um mouro, e por isso lhe chamavam o Poço da patada do mouro. Uns sonhadores de tesouros foram lá e desfizeram-na, e, por duas vezes que a procurei, não descobri sinal algum della [...]*” (LOPO, 1910: 317-318).

É bastante comum encontrarmos descrições semelhantes àquela que Albino Lopo nos faz sobre as *Notícias Archeologicas e Lendárias das Margens do Sabor*. Os vestígios arqueológicos estão associados a lendas e tesouros e dá-se a sua destruição com vista à obtenção da riqueza ali escondida. Existem muitas referências aos Mouros, mas nem sempre correspondem a sítios arqueológicos, ou, pelo menos, não parece ser possível fazer a sua correspondência. Na nossa perspetiva, apesar do desaparecimento dos vestígios materiais, é importante correlacionar topónimos e lendas, porque nos ajuda a compreender a paisagem e permite trabalhar questões relativas à memória social das comunidades, na sua relação com o território e a paisagem.

¹ CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (alexandramvieira@gmail.com); Instituto Politécnico de Bragança (alexandra.vieira@iph.pt).

Por opção da autora, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

OS TOPÓNIMOS E AS DESIGNAÇÕES DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Os nomes dos locais (topónimos) estão na origem da designação dos sítios arqueológicos. Normalmente, os arqueólogos atribuem um nome ao sítio arqueológico quando se encontram na presença de um sítio inédito e desconhecido. Para esse efeito recorrem, geralmente, ao nome do lugar onde o sítio se localiza ou ao topónimo mais próximo, quer seja a partir da análise da carta militar ou do diálogo com a população local. Noutras situações o nome do lugar já existe e é do conhecimento da comunidade local, sendo registado pelos arqueólogos. Por exemplo: “Na vertente septentrional da serra da Arrabida há um monte chamado Alivide ou Olivide [...]. É mais vulgarmente conhecido por Castelo dos Mouros, ou Jogo dos Mouros, de umas construções cyclopicas, que no monte existem [...]. É tradição, nos que chamam ao monte Jogo dos Mouros, que no terrapleno havia umas argolas de bronze, como as do jogo do aro [...]” (RASTEIRO, 1897: 33).

A partir do texto de Joaquim Rasqueiro conseguimos perceber por que razão a população local designou o sítio de *Jogo dos Mouros*, pois associaram as argolas de bronze que viam no monte às argolas utilizadas no jogo do aro¹. Este sítio arqueológico, conhecido atualmente por Arrábida/Castelo dos Mouros (CNS 5217), fica situado no concelho de Setúbal, onde ainda são visíveis restos de uma fortificação de grandes dimensões. Também aqui foram realizadas escavações por “crendeiros” com o propósito de encontrar tesouros, pois o sítio estava associado a mouras encantadas: “Era fama que ali existiam tesouros soterrados e um crendeiro, pelos annos 1840, fez escavações n’um interstício da rocha no logar da entrada, ainda visíveis, e não faltavam visionarios que falassem das mouras encantadas n’aquelle logar, e mentirosos que diziam terem ali conhecido argolas de bronze ou arcos como os do jogo do aro e que d’isto que lhe vinha o nome de jogo dos mouros” (DGPC, s.d.).

Não deixa de ser curioso o facto de Joaquim Rasteiro apelidar de mentirosos aqueles que tinham dito ver as já referidas argolas de bronze, descredibilizando os informantes e a informação oral recolhida sobre o sítio, situação que deve ser devidamente enquadrada no pensamento da época, em que as tradições associadas aos Mouros não eram consideradas credíveis. Ainda em relação à descoberta de “jogos” em sítios arqueológicos, no concelho de Vinhais, perto de Sobreiró de Baixo, existe uma povoação chamada Castro, que teria sido a antiga cidade de Lagoa, segundo diz a tradição, e um outro sítio designado de Cerca dos Mouros, de acordo com o registo do Abade de Baçal, ao que o autor acrescenta: “Diz o povo que um homem do Porto sonhou com um tesouro na Cerca dos Mouros e que, procedendo a escavações, achou um Jogo dos Paus² completo de ouro – bolas e os respectivos nove fitos, tentos ou paus – e outro de Lisboa, também em resultado do sonho, veio escavar e encontrou

um vitelo do mesmo metal. A lenda do Jogo dos Paus de ouro encontra-se vinculada a muitos castros e locais de civilizações extintas” (ALVES, 2000 [1934]: 158).

O Castelo dos Mouros (Setúbal) e a Cerca dos Mouros (Vinhais) eram conhecidos pela comunidade local, seja através das lendas de mouras encantadas, ou em virtude de alguém ter sonhado com tesouros naquele local, situação muitas vezes reportada na bibliografia consultada. O facto de realizarem escavações clandestinas ou de calcorrearem pelos sítios, fê-los encontrar objetos que associaram aos jogos do aro e dos paus, jogos tradicionais portugueses.

Mas continuemos o nosso périplo pelo mundo da toponímia. Quando registamos topónimos relativos a Mouros e Moiras estamos na presença de mitotopónimos (entidades mitológicas), um subtipo de Hierotopónimos (crenças diversas) que foram registados na documentação moderna, nomeadamente nas *Memórias Paroquiais de 1758*. São inúmeras as referências aos Mouros um pouco por todo o país, associadas a construções antigas, à semelhança do que acontece em Espanha, nomeadamente na Galiza: “El noroeste de la Península Ibérica nos ofrece un buen ejemplo de este proceso de apropiación cultural de elementos del pasado: las múltiples tradiciones populares que vinculan a personajes míticos (mouros y mouras del campesinado gallego) con monumentos prehistóricos como túmulos megalíticos y castros [...]” (FÁBREGA-ÁLVAREZ, FONTE e GONZÁLEZ GARCÍA, 2011: 326). Esta apropriação de elementos do passado é particularmente visível em algumas descrições de finais do século XIX, inícios do século XX, como, por exemplo, no sítio de Cividelle ou Cividade (Basto), onde teria existido um poço debaixo de um penedo, aquando da visita de Martins Sarmento já atulhado de pedras, mas repleto de tradições de mouras encantadas. A cerca de 1000 metros deste poço, para nordeste, situa-se o monte das “*Campas dos Mouros*”, o topónimo que existia ainda antes de se descobrirem as sepulturas. Nas proximidades destes vestígios existe a “*Fonte da Moura, que nunca seca; um pequeno vale chamado Corgo da Moura; no meio das ruínas um penedo, cuja coroa é plana, visivelmente artificial, para o qual se sobe por umas escadas toscas: chama-se Cama da Moura*” (SARMENTO, 1970: 66). Como podemos ver, num território relativamente circunscrito, a presença dos Mouros é constantemente referida.

Estamos em crer que os topónimos podem ter fixado expressões orais que perduraram no tempo e no espaço, algumas delas fixando elementos da tradição oral. Alguns autores defendem que é possível resgatar a memória de um lugar (ou de um sítio arqueológico) através do processo de análise e interpretação dos topónimos (CARVALHINHOS, 2002-2003, 2004, 2007; MAYOR, 2007; SOUTOU, 1954). Deste modo, a par de outros investigadores, acreditamos que as crenças populares associadas aos vestígios arqueológicos podem ter

¹ No site da Câmara Municipal de Bragança existe uma explicação sobre o Jogo do Aro, tal como se pratica na região (ver <https://tinyurl.com/4bczkeah>).

² Apesar de não termos a certeza se o jogo apresentado no vídeo é o Jogo dos Paus descrito pelo Abade de Baçal, deixamos aqui este vídeo com a explicação para esse tipo de jogo no nosso país: <https://vimeo.com/547989359>.

FIG. 1 – Sinalética rodoviária a assinalar a Pala da Moura, em Vilarinho da Castanheira.



persistido ao longo dos tempos num determinado espaço geográfico através do seu topónimo, visto que nos locais “[...] *donde la tradición oral situaba espacios dotados de cierta importancia simbólica o con cierta carga mitológica, los arqueólogos solían identificar algún vestigio de ocupación humana*” (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2011: 139).

Existem em Portugal dezenas de topónimos normalmente ligados a monumentos megalíticos (dolmens, mamoa), alguns deles associados aos Mouros, tais como: Casa da Moura; Casa dos Mouros; Casinha dos Mouros; Celeiro dos Mouros; Cova da Moura; Cova dos Mouros; Curral dos Mouros; Fornelo dos Mouros; Forno dos Mouros; Lapa dos Mouros; Mesa dos Mouros; Motas dos Mouros; Pala da Moura; Pedra dos Mouros; Penedo da Moura; Sepultura dos Mouros (JORGE, 1982: 393). Este registo, realizado por Vítor Oliveira Jorge para a sua tese de doutoramento, defendida em 1982, demonstra a riqueza toponímica que o autor detetou, naquele que foi um dos primeiros inventários exaustivos do megalitismo no Norte do país.

A arquitetura dos sepulcros megalíticos fez com que eles fossem interpretados como casas, fornos, covas, arcas, palas. Mas, para além disso, não era apenas uma casa qualquer, era a *Casa da Moira*, o *Forno do Moiro*, ou a *Pedra dos Mouros* (VASCONCELOS, 1897: 257). Martins Sarmiento refere a Casa da Moura, em Vila Chã, Barcelos, como a “*maior antella*” que ele conhece (SARMENTO, 1888: 113, nota 1). Chegam-lhe notícias de existirem na região de Vilarinho [da Castanheira, Carrazeda de Ansiães] restos

de dólmenes, “*a que o povo dá o nome de Pala dos Mouros*” (SARMENTO, 1970: 72, nota 179). A Orquinha dos Juncais (Queiriga, Vila Nova de Paiva) é conhecida localmente como “*Forno da Moira*”, e fica situada cerca de 150 m para oeste-sudoeste da Orca dos Juncais (CRUZ, 2001: 370).

A “*Poça de Pedra / Moura Grande*” (CNS 20238) localiza-se em Borba da Montanha, Celorico de Basto. Apesar da destruição a que foi sujeita para a construção de uma moradia, a análise do seu “*rebordo (de morfologia circular)*” indica tratar-se de uma mamoa de grandes dimensões. Encontra-se referida no “*Tombo Velho da Vila de Basto*”, um documento do século XVI, no que concerne a freguesia de Borba, como o “*Campo da Anta*” e “*Bouça de Anta de Mondrões Susão*”. Este local é atualmente conhecido como “*Poça de Pedra*”, embora apareça assinalado na *Carta Militar* como “*Moura Grande*” e algumas pessoas ainda a identifiquem com esse topónimo (SAMPAIO, s.d.). Entre o século XVI e a atualidade este sítio teve pelo menos quatro nomes diferentes, tendo persistido o topónimo relacionado com os Mouros na carta militar.

FIG. 2 – Topónimo da Moura Grande (freguesia de Borba da Montanha, concelho de Celorico de Basto). *Carta Militar de Portugal*, n.º 86, Instituto Geográfico do Exército.



A Mamoa 1 da Eira dos Mouros situa-se na Eira dos Mouros, em Bairros (Castelo de Paiva), e integra um núcleo de cinco mamoas que ainda hoje são conhecidas como “*fornos de queimar telha*” (SILVA *et al.*, 1996: 57).

Um sítio arqueológico que constitui um interessante caso de estudo é o Dólmen 1 de Chã de Parada, assim designado pelos arqueólogos que o escavaram durante os anos 1980, e que se situa na Serra da Aboboreira, no lugar de Chã de Parada. Este monumento megalítico é ainda conhecido por: Anta da Aboboreira; Anta da Chã de Parada 1; Mamoa de Chã de Parada 1; Dólmen da Fonte do Mel; Casa da Moura de S. João de Ovil; Casa dos Mouros; Casa do Mouro ou da Moura; Cova do Ladrão; Casinha dos Mouros. Acede-se ao monumento tomando o estradão principal da Serra em direção à Fonte do Mel. Depois da Fonte, a cerca de 45 m para norte desse estradão, existe um ramal de acesso ao monumento (LIMA, 1996). Por isso, para além de estar conotado com os Mouros, também se relaciona com a Fonte do Mel e com o lugar de passagem e paragem (Parada) em que se localizava: “*A chã de Parada (parada, isto é, lugar de paragem, é como o nome indica, uma zona aplanada situada a oriente do marro(?) em que se implanta o marco geodésico de Meninas (970m), ponto culminante da serra. É interessante verificar que o maior e mais importante monumento megalítico do conjunto está precisamente localizado nas proximidades daquele pequeno cume, em cuja base existe a «Fonte do Mel», célebre já desde os tempos em que o estradão tinha uma importância fundamental entre as vias de comunicação da região (passagem do Marco para oriente), então sempre implantadas nos planaltos*” (JORGE, 1982: 583).

Em 1983, a mamoa ainda se encontra em relativo bom estado de conservação, com cerca de 25 m de diâmetro, mas hoje está parcialmente destruída. A anta, com nove esteios, apresenta “*câmara poligonal ou sub-elíptica com quatro esteios de cada lado, imbricados uns nos outros, e escondendo-se numa larga laje de cabeceira. A sua principal característica é ser muito mais larga (c. de 4m) do que funda (c. de 2.60m)*” (JORGE, 1983: 108). A laje de cabeceira é enorme, assim como a laje de cobertura, ou “*pedra cimeira*” que, segundo a tradição local, foi trazida à cabeça de uma moira que vinha a fiar (Rui de Serpa Pinto, citado em CRUZ, 1980: 31). O monumento apresenta gravuras em alguns dos esteios da câmara, nomeadamente na laje de cabeceira (JORGE e BETTENCOURT, 1988: 74). O sítio terá sofrido atos de violação sendo esta a situação no início do século XX: “[...] *está ainda regularmente conservado, apesar dos lavradores das proximidades o terem estragado muito, em busca de tesouros, que dizem ter existido ali*” (Portugal. Dicionário histórico, corográfico..., 1904: 10, citado por JORGE, 1982: 584). O seu uso mais recente enquanto abrigo de pastores, que no interior faziam fogueiras para se aquecerem, cobriu as paredes dos esteios de fumo, contribuindo para a degradação da arte megalítica aí detetada (IDEM, *ibidem*).

Não só as antas ou dolmens são consideradas casas, também as grutas são assim denominadas: “*No nosso país temos muitas grutas, chamadas Covas da Moura e Casas da Moura, a que se referem lendas e superstições populares*” (VASCONCELOS, 1897: 47). Alguns sítios inventariados como abrigos surgem com as seguintes nomenclaturas: **Cova** da Moura (CNS 17304, Águeda; CNS 6651, Alfândega da Fé; CNS 93, Mação); **Buraco(a)** da Moura (CNS 17466, Bragança; CNS 3235, Mação; CNS 2386, Nisa; CNS 27665, Vila Velha de Ródão); **Pala** da Moura (dos Mouros) (CNS 16961, Carrazada de Ansiães; CNS 17756, Freixo de Espada à Cinta; CNS 3190, Mogadouro); **Forno** dos Mouros (CNS 17283, Macedo de Cavaleiros); **Fraga** da Moura (CNS 6930, Macedo de Cavaleiros).

O Abrigo da Igreja dos Mouros (CNS 1621, em Arronches) é um sítio arqueológico com arte rupestre esquemática situado no extremo sudeste da Serra de S. Mamede, freguesia da Esperança, concelho de Portalegre (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2013). A utilização da palavra “igreja” para denominar este sítio suscita alguma curiosidade, atendendo a que as igrejas são espaços de culto religioso, do foro sagrado, e que fogem da esfera do quotidiano. Estes abrigos de arte rupestre com pinturas enquadáveis no Neolítico podem ter despoletado espanto por parte dos habitantes locais que se iam deparando com estes espaços profusamente decorados, em épocas mais recentes.

A Casas dos Mouros (CNS 15413) é um *habitat* pré-histórico que se localiza em Vilares de Vilarça, Alfândega da Fé, ao lado da capela de Nossa Senhora do Socorro, dominando visualmente a norte o Vale da Vilarça. Encontram-se à superfície, espalhadas por plataformas pontuadas por penedos, cerâmicas lisas e de pastas claras que se podem integrar na Idade do Bronze. Os penedos podem ter servido de abrigos e existe um em particular ao qual se aplica a designação de “*Casas dos Mouros*”. Possui uma entrada que parece um pequeno túnel e que leva, segundo os habitantes locais, a um espaço amplo totalmente coberto por rochedos (DGPC, s.d.). A noroeste do Castelo de Nossa Senhora de Urros, também denominado de Senhora do Castelo de Urros ou Nossa Senhora do Castelo (Torre de Moncorvo), existe uma fraga com uma cavidade natural a que chamam “*Buraco dos Mouros*” e à qual se encontram associadas várias tradições orais (PARM, 1993).

As grutas apresentam o mesmo tipo de nomenclaturas que os abrigos: Lapa do **Forneco** da Moura (CNS 40358, Batalha); Gruta da **Cova** da Moira/Moura (CNS 20607, Carregal do Sal; CNS 23325, Leiria; CNS 28140, Marvão); **Buraca** da Moira/dos Mouros (CNS 23326, Leiria; CNS 14453, Pampilhosa da Serra); **Penha** da Moura (CNS 11339, Tomar); **Toca** da Moura (CNS 19010, Vinhais).

E o mesmo sucede relativamente às minas: **Cova** da Moura (CNS 18489, Alcoutim); **Buraco(a)** dos Mouros/da Moura (CNS 17566, Bragança; CNS 19553, Castelo Branco); entre outros. Todavia, a palavra **Cova**

destaca-se para designar as minas. No fundo, abrigo, gruta e mina são interpretadas da mesma forma e as designações atribuídas a esses sítios são muito semelhantes entre si.

A Fraga da Moura ou Fraga dos Mouros situa-se no “*topo de uma colina, alargada e de pendentes suaves*” (DGPC, s.d.), na freguesia de Carrapatas, concelho de Macedo de Cavaleiros, “*onde há um grande e maciço conjunto de afloramentos em xisto-quartzítico*” (IDEM). Aqui se destaca um abrigo pela sua dimensão e profundidade, ao qual estão ligadas tradições locais de aparecimento de “*potes e panelas*”. A vegetação que cobre o local não permitiu a deteção de vestígios arqueológicos, mas as suas características e a sua associação às lendas locais sobre “*tesouros e outros achados aqui efectuados (o abade de Baçal menciona a lenda do aparecimento de uma «lança de ouro»)*”, torna bastante possível que seja aqui o local do achado das duas alabardas de Carrapatas” (IDEM). Carlos MENDES (2005) encara com reservas esta hipótese e sugere a realização de sondagens no interior de um dos abrigos.

Segundo José Leite de Vasconcelos, as lendas associadas aos Mouros e Mouras são um indicativo da existência de povoados fortificados: “*Sempre que haja um monte, ou uma simples elevação de terreno, a que se aplique qualquer dos nomes mencionados, Crasto, Castello, Cêrca, Cividade, etc. e a que se liguem lendas ou mesmo vagas tradições de Mouros e Mouras, é para suspeitar que estamos na presença de um castro*” (VASCONCELOS, 1895: 5). A Cerca de Ribas situa-se a Norte da aldeia de Ribas, em Argeriz, Valpaços, a uma altitude de 750 metros (FREITAS, 1989: 336). Este sítio possui ainda a designação de Castro de Ribas, Alto da Cerca e Cerca dos Mouros (DGPC, s.d.). “*É um povoado de grandes dimensões, que possui um sistema defensivo bem constituído, uma vez que se registaram quatro linhas de muralha*” (SILVA, 2010: 33-34). O aparelho de construção das muralhas parece mostrar distintos períodos de construção que vão desde a Idade do Ferro até à Idade Média (DGPC, s.d.). É considerado um povoado fortificado de grandes dimensões, que possui um sistema defensivo bem preservado, assim como um profundo fosso escavado na rocha a noroeste, na zona de mais fácil acesso, a par de um segundo fosso aberto na extre-

midade norte. A largura das muralhas é variável, podendo atingir mais de quatro metros. Foram registadas diversas entradas em diferentes pontos do povoado (LEMS, 1993: 523-525). Numa zona já fora das muralhas foram detetadas duas casas retangulares, aquando da primeira intervenção arqueológica no sítio (SILVA, 2010: 33-34). Neste povoado foram ainda detetados dois lagares escavados na rocha, assim como três penedos com gravuras rupestres (DGPC, s.d.).

Os topónimos mais comuns associados a povoados fortificados são, entre outros: Castelo; Castelo Velho ou Castelo dos Mouros; Castelejo ou Castrilouço; Torre Velha ou Torre; Cerca ou Cerca dos Mouros, mas a expressão mais comum, segundo Sande Lemos, é, pelo menos em Trás-os-Montes, Castelo dos Mouros. A sua utilização remonta ao período medieval (LEMS, 1993: 143). São reportados três topónimos *Castelo dos Mouros* nos concelhos de Sabugal e Almeida, conforme se pode depreender do texto *Antiguidades do Concelho do Sabugal*, de Joaquim Manuel CORREIA (1906: 134-135): “[...] *Perto do Cardeal, pequena povoação pertencente à freguesia de Rendo, existe um outeiro que*



FIG. 3 – Uma das entradas do Castro de Ribas.

o povo chama Castello dos Mouros, e com esta mesma designação existe outros nas proximidades de Vale de Espinho. [...] Devemos dar notícia do Castello dos Mouros, nome de um cabeço na freguesia de Parada, concelho de Almeida, que confina com o do Sabugal. No ponto mais elevado abre-se em granito uma grande pia, certamente artificial, que serve de varanda ao visitante para d'ali contemplar um vastíssimo horizonte”.

Habitação, castelo, moradia, cidade, mina são algumas das expressões utilizadas para designar estas construções. O Castelo dos Mouros, em Algosó (Vimioso), é um povoado fortificado da Idade do Ferro instalado numa elevação conhecida por Cabeço dos Moiros (CARTA ARQUEOLÓGICA..., 2015: 5). O Castelo dos Mouros ou Moiros (Adeganha, Torre de Moncorvo) assenta num cabeço situado na extremidade norte de um esporão. Em baixo, num perímetro mais alargado, conservam-se vestígios de duas pequenas muralhas paralelas que delimitam o cabeço a nordeste-norte e oeste. Parece tratar-se de um pequeno povoado fortificado (PARM, 1993). Forneceu fragmentos não decorados em mau estado de conservação (RODRIGUES e REBANDA, 1999: 113). Em 1993, o PARM considerava-o um local vulnerável devido à extração de pedra e aos “caçadores de tesouros” (PARM, 1993).

Também a expressão Cabeço do Mouro ou dos Mouros nos surge registada várias vezes no *Portal do Arqueólogo* (DGPC, s.d.), associada a vestígios arqueológicos, na sua maioria a povoados fortificados. O sítio Serra das Vinhas/Cabeço dos Mouros (CNS 25721) é um povoado fortificado com vestígios de ocupação que se estendem desde o Bronze Final até à Idade do Ferro, e que se localiza no concelho do Sabugal. A propósito da Cerca dos Mouros na Landeira, Mário Cardoso diz que o monte se chama Cabeça do Muro e que a caminhada até ao alto do cabeço se faz a custo por causa da subida íngreme. No topo do Cabeço do Muro, deparou-se com “as minas de uma fortíssima muralha desmoronada, que cercava o alto do cabeço, fechando um circuito oblongo, com o maior diâmetro no sentido N-S., tendo nessa direcção uns 150 metros, e, no diâmetro perpendicular a este, uns 80 metros. O recinto também é conhecido pela Cerca dos Mouros” (CARDOSO, 1975: 147). O Cabeço do Muro faz antever a existência de algum tipo de estrutura pétreia que sugira o nome de muro, sendo que, efetivamente, existe um recinto murado conhecido por cerca. Um outro exemplo é o “de Valle Mourisco, [por ser] tradição de ter havido ali uma povoação” (CORREIA, 1906: 133). Efetivamente, em Vale Mourisco (CNS 5280, Sabugal) encontra-se inventariado um forno de cronologia indeterminada onde se recolheram tijolos e telhas de rebordo (DGPC, s.d.).

Martins Sarmento refere que as “Pias dos Mouros”, em Valpaços, lhe lembraram “os «lagos» de Panoias” (SARMENTO, 1970: 24), “cavidades abertas na rocha a que o povo também dá o nome de «lagares dos Mouros»” (IDEM, *ibidem*, nota 52). Hoje em dia sabemos que os “lagos” de Panóias (Vila Real), ou as Pias dos Mouros em Argeriz (Valpaços), não são lagares, mas sim espaços de culto, santuários pré-romanos

ou romanos onde se realizavam rituais de diferentes ídoles. A única ligação entre o Santuário de Panóias e os mouros é um excerto do texto “Coisas Velhas”, de José Leite de VASCONCELOS (1917: 158), que diz o seguinte: “A uns quilómetros de Vila-Real há o célebre santuário lusitano-romano de Panoias, a que o povo chama «cidade de Panoias» ou «Panoiras», e liga lendas de Moiras (passada da Moira, etc.)”. O Santuário Rupestre de Argeriz/Pias dos Mouros (CNS 3699) localiza-se no concelho de Valpaços, freguesia de Argeriz e será um “pequeno santuário rupestre similar ao de Panóias, provavelmente de época romana. Na parte superior de um afloramento granítico, ao nível do solo, encontram-se duas cavidades rectangulares, dispostas paralelamente uma a outra, ladeadas por dois conjuntos, quase paralelos, de degraus, um de cada lado do afloramento, o qual apresenta ainda alguns entalhes que poderiam ser alicerces de uma estrutura. Refere-se a existência de duas inscrições numa das faces do afloramento” (DGPC, s.d.). Relativamente a Argeriz foi registada a seguinte lenda: “Dos mouros e das mours encantadas, que, quando os raios solarem aquecem a encosta pedregosa, vêm secar e expor à cobiça dos mortais os seus tesouros. Aqui, são meadas e meadas de fios de ouro, mas.... só de longe podem ser observados!... Quando, mesmo que sorrateiramente, alguém se aproxime na mira de se apoderar ou pelo menos observar de perto o valioso metal, tudo desaparece como que por encanto” (FREITAS, 1978: 265).

Existem outros topónimos que nos suscitaram alguma curiosidade, tais como a “Igreja dos Mouros”, Marco de Canavezes. De acordo com Martins Sarmento: “O José Maria diz-me que ao pé do sítio onde apareceu o marco miliário, há um outeiro de onde o Pereira diz terem sido tiradas pedras que compõe hoje as paredes das vizinhanças, e que mostram haver pertencido a construções antigas. No alto há restos de uma construção, e que o povo chama «Igreja dos Mouros»” (SARMENTO, 1986: 28). Um dado curioso sobre a Igreja dos Mouros, no Freixo (Marco de Canavezes), é que nos documentos mais antigos se designa por “Ermida de Nossa Senhora a Velha” e, em época moderna e contemporânea, também se diz “Mesquita” ou “Capela dos Mouros”. A igreja de Nossa Senhora a Velha, também chamada «ermida» porque estava, de facto, situada em sítio «ermo» (= despovoado), é, sem margem para dúvida alguma, o edifício das termas romanas, no topo nascente do velho fórum. Já existia a tradição de que aquele edifício – em grande parte ainda em pé, por essa altura – tinha sido uma igreja / ermida / capela. Só ainda não tinha sido atribuída aos mouros. Essa atribuição surgiria mais tarde, na sequência da Contra-Reforma católica e sob os efeitos do Concílio de Trento. Em frente à dita igreja, um «rossio» (= terreiro espaçoso). Ainda lá está” (LIMA, 2012: 16). Neste artigo sobre a Feira da Quaresma de Freixo foram analisados documentos da época moderna que registaram entre outros, em 1557, a designação “rossio da feira”, assinalado no mesmo documento como “rossio da ermida”, o que sugere que a sua atribuição aos Mouros surgiu apenas após o Concílio de Trento (1545-1563) (LIMA, 2012: 16).



FIG. 4 – Fotografia da Pia dos Mouros, em Valpaços.

BASE DE DADOS DE TOPÓNIMOS ASSOCIADOS AOS MOUROS

Seria pertinente fazer um estudo sobre a designação dos vestígios arqueológicos e os nomes dos lugares onde estes foram detetados, sobrepondo-os, de forma a tentar perceber como se relacionam. Será que, por exemplo, em muitos casos o “Castelo dos Mouros” aparece como nome próprio dos vestígios arqueológicos, não tendo expressão no nome do lugar? E com que regularidade o topónimo é adicionado ao nome do vestígio arqueológico? Estas são apenas algumas questões que esta breve síntese sobre a toponímia dos Mouros em Portugal, na sua relação com a Arqueologia, pode despoletar.

Os dados expostos anteriormente permitem-nos explorar uma realidade que se encontra dispersa um pouco por todo o território continental: num determinado lugar ou localidade podem existir vários sítios arqueológicos cujos topónimos estão associados aos Mouros. Nos dois mapas apresentados nas Figs. 5 e 6 cartografamos os dados gentilmente cedidos pela DGPC ³, no que diz respeito a sítios arqueológicos que

possuem na sua denominação palavras relativas aos Mouros, sendo que a maioria inclui alguma das seguintes palavras: Mouros, Mouras, Moiros e Moiras, com variantes como Mourisco, Mourão, Mourinho, entre outras.

Como podemos ver, estes sítios (cerca de 600) distribuem-se um pouco por todo o território de Portugal continental, sendo menos expressivos no Sul. Esta disparidade de dados pode estar relacionada com: **1)** o registo arqueológico e documental, sabendo nós que o *Endovêlico* não é uma base de dados exaustiva de todos os vestígios arqueológicos em Portugal; **2)** a nomenclatura dada aos sítios, atendendo a que um mesmo sítio pode ter várias designações e aquelas que são alusivas aos Mouros podem ter sido desvalorizadas em detrimento de nomes com topónimos mais recentes.

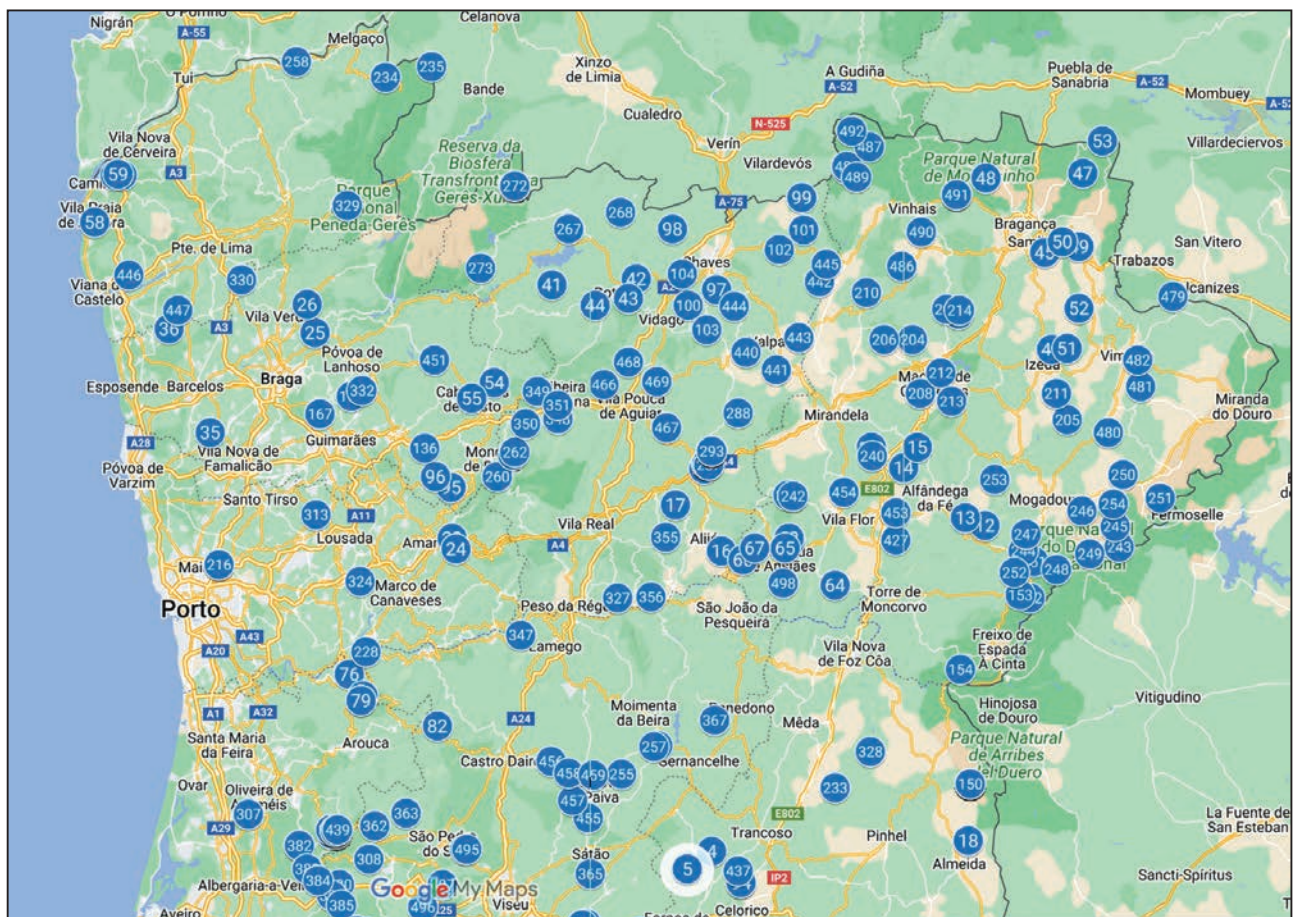
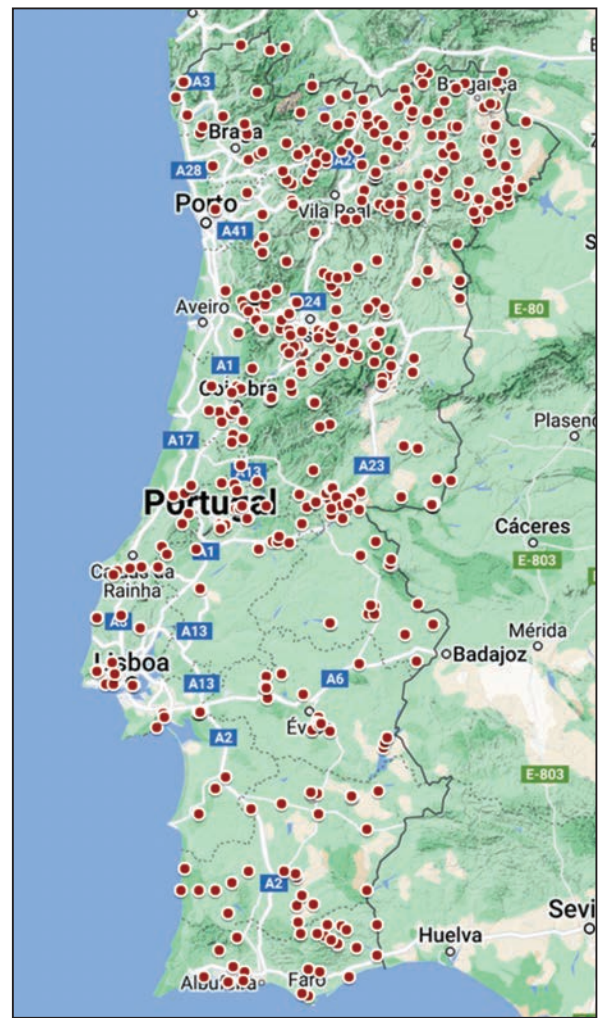
As designações de sítios arqueológicos que contemplam um termo relativo aos Mouros não estão limitados a um tipo de sítio ou cronologia, antes perpassam vários tipos de sítios e diferentes cronologias. Certamente, a realização de um inquérito sobre este assunto iria au-

³ Através de Ana Sofia Gomes, da DGPC, a quem agradecemos desde já.

mentar bastante este número, tarefa sobre a qual nos iremos debruçar num futuro próximo e para o qual pedimos o contributo dos colegas. Para esse efeito foi elaborado um formulário para preenchimento *online* (ver <https://forms.gle/of5BWhSHmCkPJe4A7>), contemplando os campos que constam da tabela seguinte.

Código Nacional de Sítio (Portal do Arqueólogo)	Freguesia/Concelho/ /Distrito	Circunstâncias da descoberta do sítio
Designação do Sítio (todas as possíveis)	Acessos	Tradições associados aos vestígios arqueológicos ou ao local
Topónimo	Coordenadas	Lendas associados aos vestígios arqueológicos ou ao local
Lugar	Tipo de sítio e cronologia	Observações
Carta Militar Portuguesa n.º (CMP)	Breve descrição	Bibliografia

FIGS. 5 E 6 – Distribuição dos sítios arqueológicos com designações alusivas aos Mouros ou Moiros em território continental português, com particular atenção ao Norte de Portugal.



Este inquérito destina-se à realização de uma base de dados que procura relacionar lendas e tradições associadas com os vestígios arqueológicos em território português. A ideia surge a partir deste trabalho de topónimos e lendas associados ao Mouros, mas todos os contributos são bem-vindos.

A inserção de topónimos, tradições ou lendas que não se relacionem com os Mouros também é um dos objetivos deste trabalho futuro. Toda a informação será vertida para um mapa (plataforma *Google Maps*), permitindo a visualização da distribuição geográfica destes dados. Esse mapa pode ser acedido em <https://tinyurl.com/54tekvc8>.

NOTAS FINAIS

Dos diferentes e diversos exemplos que apresentámos nas últimas páginas se depreende que existe quase sempre uma interpretação dos vestígios arqueológicos que surge plasmada na sua designação ou no seu topónimo, mesmo que não corresponda à funcionalidade primordial do sítio. Parece haver uma aproximação às realidades com as quais as comunidades locais estão habituadas a lidar: casa, forno, eira, jogo, igreja; e, dessa forma, fazem corresponder o nome do local, atribuindo igualmente a uma entidade pretérita, sejam os mouros (históricos) ou as mouras e moiros encantados (entidades míticas).

As tradições e topónimos relativos a mouros e mouras encantadas, à mourama (etc.), indicam locais com possível interesse arqueológico, tornando-se verdadeiros “*instrumento de topografia arqueológica*”

(HROBAT, 2007: 31-32), mas mais do que isso, eles dão significado aos lugares porque, através da sua análise, conseguimos compreender que existe uma dimensão imaterial e simbólica dos lugares e das paisagens. Daí que consideramos que para se perceber a “*espessura temporal*” da paisagem é fundamental fazer uma análise da toponímia, da documentação histórica, da tradição oral e do folclore, entre outros. As lendas e os topónimos podem sugerir por vezes dados confusos e imprecisos, mas o cruzamento destas informações com outros elementos pode, não só levar à descoberta dos sítios arqueológicos, mas igualmente à interpretação de algumas estruturas e suscitar novos olhares sobre os sítios e a paisagem.

A propósito do Penedo da Moira, José Leite VASCONCELOS (1917: 112-113) diz-nos o seguinte: “*Fica entre Senhorim e Outeiro. Nada porem tem de notável senão o nome. É granítico e enorme. Estive lá na mesma ocasião. Nem sempre certos nomes mitológicos correspondem à existência de monumentos ou objetos arcaicos: o povo adopta-os em virtude de lendas ou superstições; todavia, se anotá-los pôde não ter importância propriamente arqueológica, tem-na etnográfica, e por isso notei este, que me apareceu no meu caminho*”.

Hoje sabemos que estes registos efetuados com um cariz etnográfico são extremamente úteis aos arqueólogos para analisarem e refletirem sobre o modo como a paisagem foi sendo construída, percecionada e interpretada pelas comunidades locais, constituindo a toponímia, assim como a tradição oral, instrumentos de trabalho para quem tem como objeto de estudo a arqueologia da paisagem. 

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (2000 [1934]) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança: arqueologia, etnografia e arte*. Porto: Emp. Guedes, Vol. 9.
- CARDOSO, Mário (1975) – “Apontamentos de Etnografia da Beira-Alta”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 85: 133-164. Disponível em <https://tinyurl.com/4znkxkw>.
- CARTA ARQUEOLÓGICA do Concelho de Vimioso (2015) – Revisão do PDM. Vimioso: Câmara Municipal de Vimioso.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus (2002-2003) – “Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopónimos de Aveiro (Portugal)”. *Revista USP*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo. 56: 172-179. Disponível em <https://tinyurl.com/mwnrcjbm>.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus (2004) – “A Onomástica e o Resgate Semântico: as antas”. *Revista Estudos Linguísticos*. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos. 33: 274-279. Disponível em <https://bit.ly/3pN1Eup>.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus (2007) – “Arcaísmos Morfológicos na Toponímia de Portugal”. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil - Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. 11 (4): 26-38. Disponível em <https://tinyurl.com/yeyw9tz4>.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1906) – “Antiguidades do Concelho do Sabugal”. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. 1.ª Série. 11: 129-135. Disponível em <https://tinyurl.com/2mvev6ws>.
- CRUZ, Domingos (1980) – “Contribuição para o Levantamento Cartográfico do Conjunto Megalítico da Serra da Aboboreira (Concelhos de Amarante e Baião)”. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. 1, pp. 23-40.
- CRUZ, Domingos (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história recente*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de doutoramento em História. Disponível em <https://tinyurl.com/25beajt3>.
- DGPC - Direção Geral do Património Cultural (s.d.) – *Portal do Arqueólogo*. Disponível em <https://tinyurl.com/323x2hd9>.
- FÁBREGA-ÁLVAREZ, Pastor; FONTE, João e GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier (2011) – “Las Sendas de la Memoria. Sentido, espacio y reutilización de las estatuas-menhir en el noroeste de la Península Ibérica”. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 68 (2): 313-330. Disponível em <https://tinyurl.com/bdhd9tt8>.
- FARIA, Vanessa Fabíola S.; NASCIMENTO, Ana Maria e NASCIMENTO, Yara Cândida (2008) – “A Memória Social na Micro-Toponímia de Pontes e Lacerda (MT)”. In *CORDIS: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 - Cidade e Linguagens. Disponível em <https://tinyurl.com/2k9ufe5u>.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Jesús (2011) – “Toponímia y Sistemas de Información Geográfica. Un ejemplo de su uso combinado en Arqueología del Paisaje”. *Lletres Asturianes: Boletín Oficial de l'Academia de la Llingua Asturiana*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana. 104: 139-153. Disponível em <https://tinyurl.com/mu7upbc3>.

FREITAS, Adérito Medeiros (1978) – “As Pias dos Mouros. Argeriz - Carrizado de Montenegro”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 23 (2-3): 253-266. Disponível em <https://tinyurl.com/36xcfrx>.

FREITAS, Adérito Medeiros (1989) – “A Cerca de Ribas”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 99: 319-367. Disponível em <https://tinyurl.com/bddn5vje>.

HROBAT, Katja (2007) – “Use of Oral Tradition in Archaeology: The case of Ajdovščina above Rodik, Slovenia”. *European Journal of Archaeology*. SAGE Publications. 10 (1): 31-56.

JORGE, Vitor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

JORGE, Vitor Oliveira (1983) – “Três Dólmenes do Distrito do Porto”. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 8: 103-109.

JORGE, Vitor Oliveira (1996-1997) – “Em Torno da Arte Megalítica: revisitando uma visão de 1981”. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 17-18: 51-76. Disponível em <https://tinyurl.com/4fk3kyfj>.

JORGE, Vitor Oliveira e BETTENCOURT, Ana M. S. (1988) – “Sondagens Arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987)”. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 17: 73-118. Disponível em <https://tinyurl.com/5n9azjp2>.

LEMONS, Francisco Sande (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Policopiado.

LIMA, António Manuel (coord.) (2012) – *Freixo. Antigo e Moderno. A Feira da Quaresma I (séculos XV a XIX)*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte / Câmara Municipal de Marco de Canaveses. Vol. 1.

LIMA, Carla Cristina Stockler Nunes (1996) – *Os Monumentos com “Tumulus” da Serra da Aboboreira: seu enquadramento na problemática da conservação, restauro e valorização de estações e sítios arqueológicos*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

LOPO, Albino Pereira (1910) – “Notícias Archeológicas e Lendárias das Margens do Sabor”. *O Archeologo Português*. 1.ª Série. Lisboa: Museu Ethnographico Português. 15: 317-321. Disponível em <https://tinyurl.com/3pkwybjv>.

MAYOR, Adrienne (2007) – “Place names describing fossils in oral traditions”. In PICCARDI, Luigi e MASSE, W. Bruce (eds.). *Myth and Geology*. London: Geological Society, pp. 245-261 (*Special Publications*, 273). Disponível em <https://tinyurl.com/jzhhy67n>.

MENDES, Carlos (2005) (coord.) – “Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros: Campanha 1/2004”. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros: Terras Quentes - Associação de Defesa do Património

Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros. 2: 5-50. Disponível em <https://tinyurl.com/37t8yxkp>.

OLIVEIRA, Jorge de e OLIVEIRA, Clara de (2013) – “Abrigo Igreja dos Mouros - Esperança - Arronches, no contexto da arte esquemática da serra de S. Mamede”. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea e NEVES, César (eds.). *Arqueologia em Portugal, 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 507-514. Disponível em <https://tinyurl.com/yukpbmyr>.

PARAFITA, Alexandre (2006) – *A Mitologia dos Mouros: lendas, mitos, serpentes, tesouros*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.

PARM - Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (1993) – Inventário Arqueológico do Concelho de Torre de Moncorvo (documento policopiado).

RASTEIRO, Joaquim (1897) – “Noticias Archeologicas da Peninsula da Arrabida”. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. 1.ª série. 3: 1-48. Disponível em <https://tinyurl.com/46yrd54y>.

RODRIGUES, Miguel Areosa e REBANDA, Nelson (1999) – “Cerâmicas Pré-Históricas do Baldoeiro (Adeganha, Torre de Moncorvo)”. *Olaria*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, Museu de Olaria. 2: 105-114.

SAMPAIO, Jorge David (s.d.) – *Carta Arqueológica de Celorico de Basto*. Documento inédito, gentilmente cedido pelo Município de Celorico de Basto.

SARMENTO, Francisco Martins (1888) – “Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 5 (3): 109-121. Disponível em <https://tinyurl.com/5n8epfun>.

SARMENTO, Francisco Martins (1970) – “Antiqua (1878)”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 80 (1-2): 11-72. Disponível em <https://tinyurl.com/cmvzjpdp>.

SARMENTO, Francisco Martins (1986) – “Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmento. Informes, reconhecimentos e prospecções”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 96: 5-33. Disponível em <https://tinyurl.com/3x73drd6>.

SILVA, Eduardo Jorge; ROCHA, Manuel; LOUREIRO, Olímpia Maria e MONTEIRO, Carla Isabel (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Paiva*. Porto: Universidade Portucalense.

SILVA, Pedro Miguel Reis da (2010) – *Povoamento Proto-Histórico do Alto Tâmega: as mudanças do I milénio a.C. e a resistência do substrato indígena*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://tinyurl.com/mrr9756y>.

SOUSA, Arlindo de (1960) – “Toponímia Arqueológica de Entre Douro e Vouga (Distrito de Aveiro)”. *Revista Letras*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. 11: 59-101 (separata). Disponível em <https://tinyurl.com/msvhpfj>.

SOUTOU, André (1954) – “Toponymie, folklore et préhistoire: Vieille Morte”. *Revue Internationale d'Onomastique*. Paris: Éditions d'Artrey. 6 (3): 183-189. Disponível em <https://bit.ly/3M91i92>.

VASCONCELOS, José Leite de (1895) – “Castros”. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. 1.ª Série. 1: 3-7. Disponível em <https://tinyurl.com/2zxfxfr>.

VASCONCELOS, José Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.

VASCONCELOS, José Leite de (1917) – “Coisas Velhas”. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. 1.ª Série. 22: 107-169. Disponível em <https://tinyurl.com/4nx8xuc>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-13]

PUBLICIDADE

leia também a **Al-Madan** impressa

N.º 25 | Nov. 2022



revista impressa anual em venda directa

Pedidos ao Centro de Arqueologia de Almada

Telefone: 212 766 975

Telemóvel: 967 354 861

E-mail: c.arqueo.alm@gmail.com

[distribuição via CTT ao preço de capa; oferta dos portes de correio]

mais informação:

<http://www.almadan.publ.pt>



RESUMO

O Projeto IACAM - Intervenção Arqueológica das Cercas das Alcarias de Mesquita (Mértola, Portugal) centra-se num espaço bastante original, encaixado numa zona rural, junto ao rio Guadiana e à ribeira do Vascão, no limite territorial do Alentejo, do Algarve e da vizinha Andaluzia espanhola. Nos verões de 2021 e 2022 decorreram trabalhos arqueológicos no exterior da Ermida de Nossa Senhora das Neves e no povoado das Cercas das Alcarias, já conhecidos e com vestígios dos séculos VI a XIII.

Os autores apresentam os primeiros resultados deste projeto ibérico dedicado ao estudo da arabização, islamização e resistência no meio rural e expõem as perspectivas de futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia pública; Idade Média (islâmico); Gharb al-Andalus; Identidades.

ABSTRACT

The IACAM Project - *Intervenção Arqueológica das Cercas das Alcarias de Mesquita* (Archaeological Intervention at the das Cercas das Alcarias de Mesquita (Mértola, Portugal) focuses on a very original space set in a rural area by the Guadiana river and Vascão stream, on the border of the Alentejo and Algarve provinces and of the neighbouring Spanish province of Andalusia. In the summers of 2021 and 2022, several archaeological works were carried out outside the Nossa Senhora das Neves Chapel and in the Cercas das Alcarias settlement, which were already known and which feature remains from the 6th to the 13th centuries.

The authors present the first results of this Iberian project dedicated to the study of Arabisation, Islamisation and resistance in rural areas. They also anticipate perspectives for the future.

KEY WORDS: Public archaeology; Middle ages (Islamic); Gharb al-Andalus; Identities.

RÉSUMÉ

Le Projet IACAM - *Intervention Archéologique des Cercas das Alcarias de Mesquita* (Mértola, Portugal), est centré sur un espace assez original, enclavé dans une zone rurale, près du fleuve Guadiana et de la rivière du Vascão, à la limite territoriale entre l'Alentejo, l'Algarve et l'Andalousie espagnole voisine. Lors des étés 2021 et 2022, se sont déroulées des fouilles archéologiques à l'extérieur de la Chapelle de Notre Dame des Neiges et dans le peuplement des Cercas das Alcarias, déjà connus et intégrant des vestiges du VI^{ème} au XIII^{ème} siècles.

Les auteurs présentent les premiers résultats de ce projet ibérique dédié à l'étude de l'arabisation, islamisation et résistance dans le milieu rural et exposent les perspectives d'avenir.

MOTS CLÉS: Archéologie publique; Moyen Âge (islamique); Gharb al-Andalus; Identités.

¹ CAM - Campo Arqueológico de Mértola.

² CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

³ UGR - Universidade de Granada.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

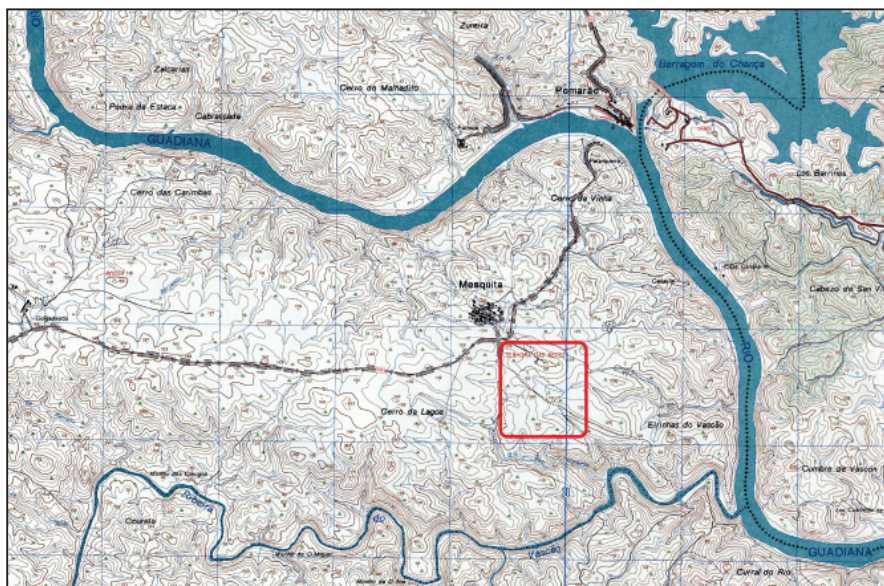
primeiros resultados do projeto IACAM

Mesquita, Mértola. Da Hispânia ao al-Andalus

arabização, islamização e resistência no meio rural

Maria de Fátima Palma ^{1,2,3} e Bilal Sarr ³

Desde o verão de 2021 que a Aldeia de Mesquita, na Freguesia do Espírito Santo, Concelho de Mértola, tem vindo a presenciar o início do “Projeto IACAM - Intervenção Arqueológica das Cercas das Alcarias de Mesquita (Mértola, Portugal). Da Hispânia ao al-Andalus: arabização, islamização e resistência no meio rural”. Este projeto nasce como resultado dos trabalhos de investigação arqueológica no território de Mértola entre os séculos VIII e XIII, em consequência dos trabalhos de doutoramento da primeira signatária. Mas, especialmente, só é possível devido a uma antiga parceria entre o Campo Arqueológico de Mértola (CAM) e a Universidade de Granada (UGR), nomeadamente com o grupo de investigação THARG - Grupo de Investigación Toponimia, Historia y Arqueología (HUM-162) do Departamento de História Medieval, Ciências e Técnicas Historiográficas. Muitas das linhas de investigação são comuns e têm vindo a fortalecer-se nas últimas décadas, mas continuando atuais e pertinentes. Para o caso em questão, destaca-se a transição do mundo tardo antigo ao alto medieval e os processos de transformação (arabização e islamização) que levam ao desaparecimento da Hispânia e à formação do al-Andalus, sobretudo no meio rural. Assim, após uma vontade conjunta em estudar o território de Mértola, elegeu-se a zona da Aldeia da Mesquita (Fig. 1), devido a diversos fatores e evidências histórico-arqueológicas que levaram à candidatura e obtenção de financiamento no programa de “Proyectos de Investigación e Intervención Arqueológica Española en el Exterior”, do Ministério da Cultura e Desporto de Espanha (Projeto T002020N0000045514). Este projeto foi candidatado através da Universidade de Granada, Espanha, e dirigido pelo professor e investigador Bilal Sarr (UGR), juntamente com a arqueóloga Maria Fátima Palma (CAM / CEAACP / UGR), com uma importante participação financeira da Câmara Municipal de Mértola, organização do Campo Arqueológico de Mértola (CAM), e com o apoio essencial do Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património (CEAACP), do Museu de Mértola, da Sociedade Recreativa Mesquitense, Mesquita Turismo de Aldeia e da Junta Freguesia do Espírito Santo.



FIGS. 1 A 3 – À esquerda, excerto da *Carta Militar Portuguesa* n.º 567 com a localização das zonas intervencionadas, da Aldeia de Mesquita e da envolvente territorial.

Ao centro, Ermida de Nossa Senhora das Neves, Aldeia de Mesquita.

Em baixo:

- A. Capitel adaptado a pia de água benta;
- B. Coluna decorada com caneluras torsas que enrolam em sentidos contrários. No topo e base apresenta decoração com triângulos em relevo;
- C. Provável fragmento de cancela em mármore reutilizado na parede sudoeste do edifício.

A segunda campanha escavações arqueológicas aconteceu na segunda quinzena de agosto de 2022 e apenas se centrou na zona da Ermida, não se tendo intervencionado o espaço do povoado das Alcarias. Tratou-se de uma campanha mais pequena em tempo e em número de voluntários. Contou com o financiamento, crucial, da Câmara Municipal de Mértola, do CAM e da UGR e do Ministério de Ciência e Inovação de Espanha através do projeto I+D Maqbara (PID2020-113188GB-I00). O apoio logístico e o acolhimento da Sociedade Recreativa Mesquitense e dos seus sócios foram determinantes para o bom decorrer de toda a campanha.

Apesar da intensa atividade arqueológica na Vila de Mértola, o território, dada a sua dimensão e características, tem sido menos intervencionado do ponto de vista arqueológico e de forma pontual. Consideramos que o seu estudo deve ser compreendido do geral para o particular, analisando pequenas unidades arqueológicas e paisagísticas. Neste caso, aposta-se num espaço sobremodo original, encaixado numa zona rural, junto ao rio Guadiana e à Ribeira do Vascão: o povoado das Cercas das Alcarias (séculos VIII-XIII) (CNS21757), apenas conhecido por trabalhos de prospeção superficial (REGO, 1992; MACIAS, 2005; PALMA, 2012; LOPES, 2014; PALMA, 2019), e a Ermida de Nossa Senhora das Neves (CNS21757), com referências conhecidas através das Visitações da Ordem de Santiago a partir de 1482 (BARROS, BOIÇA e GABRIEL, 1996), sendo a mesma dedicada a Santa Maria de Froles, num primeiro momento. Em 1535 é designada de “*Nossa Senhora da Mizquita*”, perdendo-se a antiga evocação a Santa Maria de Froles. Mais tarde passaria a ser consagrada a Nossa Senhora das Neves, da qual ainda mantém uma imagem do século XVIII, tratando-se de uma devoção Mariana que se desenvolve a partir de finais de quinhentos (Fig. 2). No entanto, esta ermida possui uma sacralização mais antiga, atestada pelos elementos de mármore que lhe pertencem, nomeadamente uma coluna torsa com elementos verticais, um capitel adaptado a pia de água benta e um fragmento de cancela em mármore na parede sudoeste do edifício, enquadráveis entre os séculos VI a IX (Fig. 3). Na Aldeia

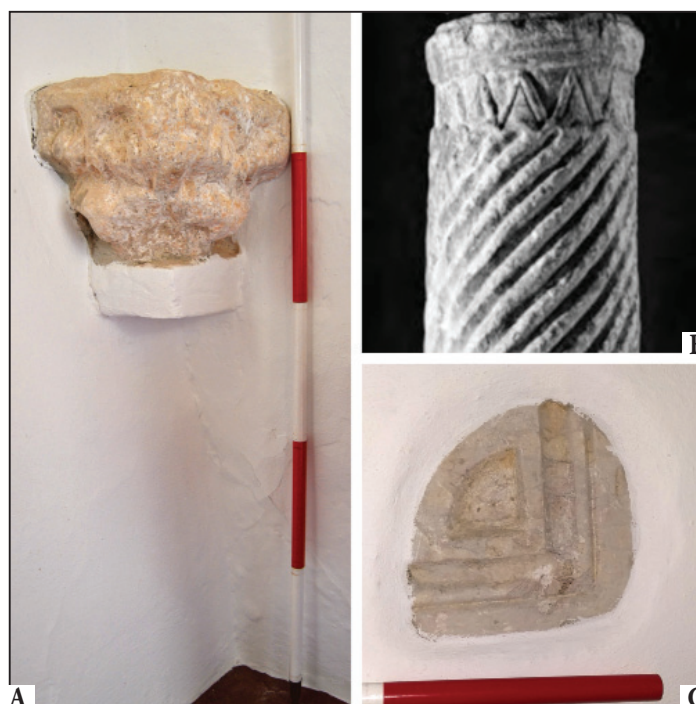




FIG. 4 – Dois fustes de colunas reutilizados numa parede em alvenaria de pedra, na Aldeia de Mesquita. Pode ler-se na coluna horizontal a data de 1831, possivelmente a data de colocação neste sítio.

de Mesquita, numa parede em alvenaria de pedra pertencente a um antigo palheiro, ainda se podem observar elementos de mármore, dois pequenos fustes de colunas, reutilizadas nesta construção, possivelmente com intenção de ornamento (1831 é a data inscrita na coluna superior) e que serão de proveniência próxima (Fig. 4).

Por outro lado, os seus topónimos Mesquita (*masjīd*) e Alcaria (*qarya*, aldeia) atestam o interesse neste espaço e a sua continuidade como zona habitada e de culto. Não é de estranhar que o núcleo populacional tenha esse nome porque, para além de albergar o edifício, comum aos espaços islamizados, a imposição do nome, de clara procedência posterior ao al-Andalus, seria por contraposição ao destacado edifício cristão que se conservava no sítio. Com efeito, o povoamento que se conhece na Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média está associado à ermida consagrada posteriormente a Nossa Senhora.

O projeto prima por uma equipa interdisciplinar, reunindo elementos com grande experiência – arqueólogos, arquitetos, antropólogos, geofísicos, topógrafos, voluntários –, estudantes de arqueologia e antropologia, portugueses, espanhóis, colombianos, argentinos de distintas Universidades, e a população local. Este trabalho tem uma forte componente de arqueologia participativa e colaborativa, que, por sua vez, se quer pública. Isto é, pretende proporcionar uma forte interação com a população local, os visitantes e os demais agentes. Neste sentido, houve espaço a uma sessão de divulgação do projeto (12 de junho de 2021), visitas guiadas, sessão de divulgação dos resultados preliminares (16 de setembro de 2021) (Fig. 5), divulgação através das redes



FIG. 5 – Sessão de apresentação dos resultados preliminares na Sociedade Recreativa Mesquitense, antiga Escola Primária.

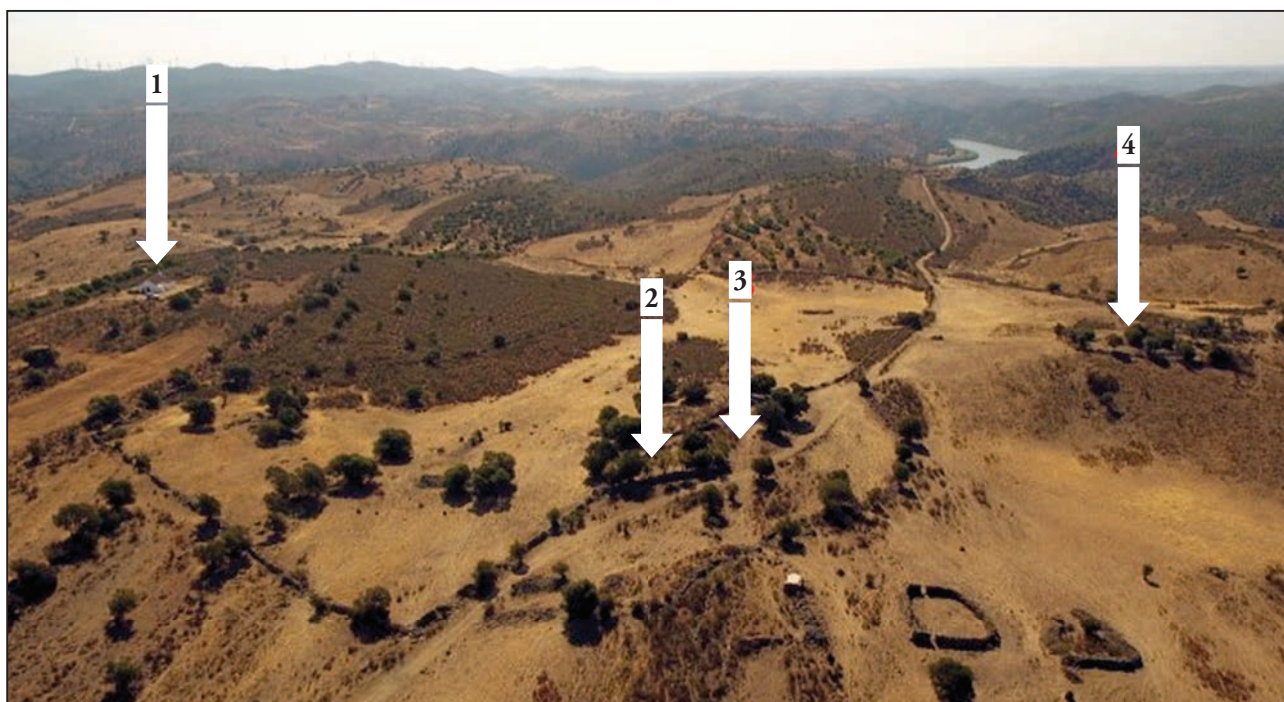
sociais (*Facebook*: Al-Andalus – Magreb – Bilad al-Sudan Projects) e nos circuitos de investigação académica. A campanha de 2021 também permitiu, apesar da pandemia, visitas às escavações arqueológicas por parte dos habitantes locais, veraneantes, assim como de visitantes de outras zonas do concelho, técnicos da área, amigos e familiares. Na campanha de 2022 também foi possível visitar o decorrer da escavação, acompanhar os trabalhos e assistir à exibição de um filme realizado durante a campanha anterior, onde se regista o acompanhamento dos trabalhos, tanto de campo como de laboratório, dos tempos de lazer, das conferências e dos testemunhos dos responsáveis do projeto, estudantes e habitantes locais.

A escolha desta zona foi determinada pelos elementos atrás referidos, bem como pelos próprios interesses do projeto de investigação, no sentido de caracterizar a ocupação humana neste território na cronologia abordada, entre os séculos VI-XIII. Assim, os objetivos gerais do projeto e desta intervenção visam contribuir para o debate da transição do mundo tardo antigo ao alto medieval; estudar o processo de arabização e islamização e as suas resistências no ocidente islâmico, mais especificamente nesta região do Garb al-Andalus; analisar as transformações no âmbito rural nos séculos tardo-antigos e da alta idade média; fortalecer as relações hispano-lusas, especialmente no que respeita a colaborações em cultura e investigação; gerar conhecimento e divulgar socialmente para ajudar a construir uma sociedade mais e melhor instruída, e que possa gerir e divulgar o seu património, não só no presente, mas também no futuro; fomentar a proteção e preservação da cultura e do património; gerar e valorizar os novos elementos patrimoniais, contribuindo indiretamente para o desenvolvimento de novos modelos de turismo cultural e sustentabilidade, em consonância com a zona em que se insere o sítio arqueológico (Freguesia do Espírito Santo, concelho de Mértola, Baixo Guadiana – áreas demograficamente em sentido decrescente e em risco de desertificação).

FIGS. 6 E 7 – À direita, trabalhos de prospeção geofísica com GPR (*Ground Penetrating Radar*) na zona da Cerca das Alcarias, a cargo do Laboratório de Geofísica e Sismologia da Universidade de Évora.

Em baixo, localização dos quatro sectores intervencionados.

Podemos sintetizar os trabalhos em quatro grandes linhas. Em primeiro lugar, a prospeção arqueológica dos sítios, tanto sistemática e superficial, como da área envolvente. Esta, por sua vez, foi complementada através da prospeção geofísica dos dois locais (Fig. 6). Com o conjunto de dados disponíveis, avançaremos para a terceira fase, que está destinada às sondagens arqueológicas das zonas previamente identificadas com maior potencial arqueológico (Fig. 7), ao mesmo tempo que se vão estudando os materiais identificados e se procedem às análises de laboratório dos restos exumados durante o período de escavação. Na zona da Ermida de Nossa Senhora das Neves, denominado Sector 1, realizaram-se quatro sondagens nas laterais da Ermida, e a escavação em área aberta no largo em frente da fachada principal da mesma. Desta forma, conseguimos determinar e caracterizar a presença de estruturas com interesse arqueológico, nomeadamente estruturas de



outro edifício sob a atual Ermida, e ainda estruturas de um edifício que encosta ao edifício mais antigo. Dada a pouca profundidade que se atingiu nos níveis arqueológicos nas duas campanhas, os materiais que foram sendo identificados possuem uma longa diacronia, desde a época islâmica (século XII) à atualidade, com destaque para alguns materiais do século XII (taça em corda seca) e dos séculos XVI e XVIII (cara de uma pequena escultura em terracota – cara de Menino Jesus com influências indo europeias, cachimbo de caulino do século XVII e alguns numismas). Desta forma, nestas duas primeiras campanhas de escavações arqueológicas não nos foi possível aferir com exatidão as cronologias exatas das estruturas identificadas nem as suas funções. No entanto, através dos materiais temos algumas linhas cronológicas que nos podem orientar, indo também de encontro às fontes escritas, nomeadamente as Visitações da Ordem de Santiago, que referem, em 1565, que na “*dicta Igreja e no Adro se enterram difuntos*” (BARROS, BOIÇA e GABRIEL, 1996). Veio-se a confirmar durante as duas intervenções a presença de enterramentos, sendo possível identificar oito sepulturas de indivíduos infantis, nas áreas frontal e circundante da Ermida. Maioritariamente, as sepulturas apresentavam-se orientadas a oeste e a este, com ritual cristão. Os indivíduos exumados não apresentavam espólio, mostravam um mau estado de preservação e um elevado estado de fragmentação, provocados por vários fatores tafonómicos, entre os quais a ação das raízes, erosão, o aperto da terra, o PH do solo e a ação humana (diversas obras no espaço religioso) (Fig. 8). Através das análises de C14 a um dos indivíduos, foi possível aferir a cronologia do mesmo, datando-o do século XVI, o que vai ao encontro das fontes escritas atrás referidas. Temos assim um ponto de partida cronológico para a etapa dos enterramentos que temos vindo a identificar. Pretendemos datar mais indivíduos, sobretudo outros que apareçam em cotas inferiores, como referiremos adiante.

Nesta zona do Sector 1, em algumas zonas atingimos o substrato rochoso. Desta forma, verificamos que há um aproveitamento da rocha para a construção das estruturas dos edifícios e para níveis de pavimentos, que depois são nivelados com terra batida e também aproveitados para a colocação de sepulturas. No entanto, num dos compartimentos em que atingimos a rocha, foi possível escavar uma cavidade com 65 cm de profundidade onde foram detetados fragmentos de crânio humano. Estes dados vêm confirmar o que inicialmente a geofísica tinha vindo a identificar, anomalias em profundidade, isto é, há elementos que contrastam com os materiais circundantes e que podem ser sepulturas escavadas na rocha, mas a uma profundidade entre os 50 e os 70 cm; corresponderão a uma fase mais antiga de enterramentos neste local, possivelmente de época tardo antiga. Os trabalhos de prospeção geofísica foram realizados pelos Professores Bento Caldeira, José Borges e Rui Oliveira, do Laboratório de Geofísica e Sismologia da Universidade de Évora.



FIG. 8 – Sepultura 5, de indivíduo não adulto.

Para a zona da Ermida, há algumas questões que podemos levantar e que ficaram para já sem resposta. Que tipo de estruturas temos? Qual a sua real dimensão? Qual a sua função? Que cronologias podemos afinar? Se poderemos estar perante uma comunidade moçárabe, qual a sua importância na área que a circunda? Trata-se, ou não, de um centro agregador de uma zona de povoamento bastante intensa em diversas fases? São algumas das questões que esta intervenção nos levantou e às quais será extramente importante responder em futuras campanhas de escavação arqueológica (Fig. 9).



FIGS. 9 E 10 – À esquerda, decorrer dos trabalhos arqueológicos na zona da Ermida.

Em baixo, Sector 2, sondagem 1, com identificação de alinhamento de muro e derrube do mesmo.

TABELA 1 – Fases identificadas no Sector 1

Fases	Cronologia
Fase 1	Antiguidade Tardia
Fase 2	Medieval Islâmico
Fase 3	Séculos XV-XIX
Fase 4	1.ª metade do Século XX
Fase 5	2.ª metade do Século XX
Fase 6	2009 - Obras de restauro interior e exterior
Fase 7	2021 - Projeto de Arqueologia - IACAM

Na zona das Cercas das Alcarias, nos denominados sectores 2, 3 e 4, após as prospeções arqueológicas, face à recolha de materiais cerâmicos à superfície e à deteção de alinhamentos estruturais, supunha-se que estávamos perante um antigo povoado de cronologia islâmica. A prospeção geofísica veio confirmar a existência de reflexões significativas que poderiam ter correspondência com estruturas no subsolo, dados aferidos nos três sectores prospetados. Desta forma, procedeu-se à eleição de áreas com maior potencial arqueológico, onde se implantaram sondagens de diagnóstico. No que diz respeito às estruturas identificadas nestes sectores, foi possível definir vários muros em alvenaria (Fig. 10), relativamente bem



construídos, que, ao que tudo indica, podem formar habitações. Desenvolvem-se em torno de um pátio em forma de U, do qual, na presente campanha, já foi possível identificar parte do lajeado em xisto nos sectores 3 e 4 (Figs. 11 e 12). Estes elementos possibilitam, como já foi referido anteriormente, estabelecer alguns parâmetros de comparação

FIGS. 11 E 12 – À direita, Sector 3, sondagem 3, sendo visíveis uma série de muros, derrubes de telhas e pedras, e o pavimento em lajes de xisto.

Em baixo, Sector 4, sondagem 3, com pavimento em lajes de xisto e muro de estrutura habitacional.



com os vestígios que foram documentados no decorrer das escavações dos Alcaria de Odeleite (SANTOS, 2010), um povoado que parece assemelhar-se bastante ao que, até então, se identificou no Cercado das Alcarias da Mesquita. Além disso, conjugando a informação obtida em ambos os sectores investigados e tendo em conta tanto os vestígios que foram escavados como outros que, em vários casos, se podem observar à superfície, é muito provável que exista um pequeno povoado rural, uma alcária (*qarya*), um núcleo desta índole, que se estende por toda a pequena elevação que se verifica nesta zona do cercado e também na zona em seu redor. Estaremos perante um povoado com casas

apartadas, isto é, uma Alcária que tem diversos núcleos habitacionais que se estendem pelo vale e pela zona de encosta. Traduzir-se-á numa forma de povoamento disperso, agrupado em unidades habitacionais distintas, comprovando as investigações sobre este género de *habitats* noutras regiões Garb e do Al-Andalus.

Não podemos esquecer que estariam intimamente vinculados com o rio Guadiana (a cerca de 1,5 km em linha reta) e a Ribeira do Vascão (que dista menos de 1 km, estando a sua foz a cerca de 2 km do povoado). Trata-se de um espaço rural onde a componente da utilização dos recursos estaria bem presente, nomeadamente a pesca, a agricultura, a

pastorícia e também o comércio, beneficiando do seu porto antigo na zona da Formoa e do facto de apenas ser possível navegar até a esta zona com barcos de maior calado, sendo aqui realizado o transvase para barcos mais pequenos, que chegariam a Mértola levando os materiais importados. A Alcaria de Mesquita beneficiaria do acesso a produtos vindos de todo o Mediterrâneo, estando dentro dos circuitos comerciais da época e tendo acesso a produtos que estavam a ser utilizados na altura na urbe de Mértola. E isso é possível verificar na quantidade de material importado encontrado durante as intervenções no Cercado das Alcarias, nomeadamente os vidrados a manganês e a cerâmica de corda-seca enquadráveis entre os séculos XI a inícios do XIII (Figs. 13 e 14). Decorrem os estudos sobre os materiais cerâmicos, os quais aportam um novo conhecimento sobre as materialidades deste povoado rural, o que irá ajudar na compreensão das dinâmicas e cronologias de ocupação deste sítio.

A continuidade dos trabalhos arqueológicos nestes sectores será, pois, essencial para se conseguir compreender não só a morfologia e tipologia das estruturas já identificadas, mas também para se tentar perceber a extensão e características de um tipo de sítio sobre o qual ainda se conhece pouco no contexto da arqueologia portuguesa.

Os trabalhos arqueológicos realizados na área do Cercado das Alcarias permitiram identificar importantes elementos arqueológicos que contribuem, de forma significativa, para o conhecimento do povoamento rural desta região durante o período medieval islâmico, sobretudo para um período já mais tardio, datado entre os séculos XI e XIII d.C., ou seja, coincidente com a época Almorávida, Almóada e, posteriormente, já em domínio cristão.



FIGS. 13 E 14 – Fragmentos cerâmicos recuperados: em cima, taça vidrada decorada a melado e manganês; à direita, fragmentos variados.

Apesar dos dados alcançados nestas duas campanhas (Figs. 15 e 16), ficam por obter algumas respostas, esperando-se que o continuar das intervenções arqueológicas na campanha de 2023, na 2.ª quinzena de agosto e na 1.ª de setembro, possam vir a aclará-las. Este ano contamos de novo com o importantíssimo apoio financeiro do programa de “Proyectos de Investigación e Intervención Arqueológica Española en el Exterior”, do Ministério da Cultura e Desporto de Espanha, ao qual voltamos a concorrer e a obter aprovação.

FIG. 15 – Equipa do Projeto IACAM 2021.





FIG. 16 – Equipa do Projeto IACAM 2022.

Estes trabalhos de investigação arqueológica permitirão gerar novo património comum, colocar a descoberto novos restos arqueológicos, os quais irão ajudar a obter cronologias mais certas, fasear o povoado, analisar a disposição interna do mesmo e estabelecer a relação do sítio com o seu meio e envolvente. Por outro lado, com estes trabalhos arqueológicos esperam-se obter resultados de grande relevância para o estudo das comunidades rurais no Garb al-Andalus e no ocidente islâmico, em geral, e no território de Mértola, em particular. Os processos de continuidades temporais também serão colocados em evidência, sobretudo a questão da arabização e das resistências nestes territórios. Por fim, pretendemos fomentar a proteção e preservação da cultura e do património, gerar e valorizar os novos elementos pa-

trimoniais, contribuindo indiretamente para o desenvolvimento de novos modelos de turismo cultural e sustentabilidade, em consonância com os agentes locais e o município, com a divulgação através de placas informativas, de artigos científicos, de intervenção nas redes sociais. Este projeto arqueológico, de cariz científico, pretende contribuir para o desenvolvimento da pequena Aldeia de Mesquita e também da sua envolvente, gerando dinâmicas de arqueologia social e de laços identitários, os quais pretendem criar valor e enriquecer as dinâmicas locais, através da arqueologia e da pesquisa histórica combinada com uma forte interdisciplinaridade. 🏰

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Fátima; BOIÇA, Joaquim e GABRIEL, Celeste (1996) – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitas e os Tombos da Ordem de Santiago*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (Coleção Estudos e Fontes para a História Local, 2).
- LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o Seu Território na Antiguidade Tardia (Séculos IV-VIII)*. Tesis doctoral. Huelva, Universidad de Huelva. Disponível em <https://tinyurl.com/4pa7trnz>.
- MACIAS, Santiago (2005) – *Mértola: o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 3 vols. (catálogo da exposição “Mértola - História e Património: séculos V-XIII”).
- PALMA, Maria de Fátima (coord.) (2012) – *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- PALMA, Maria de Fátima (2019) – “Mértola, um Território de Alcarias. Análises ao povoamento rural entre os séculos VIII e XIII”. *Debates de Arqueologia Medieval*. Granada: Universidad de Granada. 8: 125-152.
- PALMA, Maria de Fátima e SARR MARROCO, Bilal (2021) – “Projeto IACAM - Intervenções Arqueológicas no Cercado das Alcarias (Mesquita, Mértola). Primeira Campanha de trabalhos - 2021”. In ALVES-FERREIRA, Joana; BACELAR ALVES, Laura e GOMES, Sérgio (eds.). *Kairós - Boletim do CEAACP-Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património*. Coimbra / Mértola / Faro: Universidade de Coimbra / Campo Arqueológico de Mértola / Universidade do Algarve. 12: 36-63. Disponível em <https://tinyurl.com/4xy6cp6w>.
- SANTOS, Filipe Carvalho dos (2010) – *O Povoado Rural (Qarya) dos Alcarias de Odeleite. Estudo arqueológico efectuado em contexto de obra. Resumo dos trabalhos de escavação arqueológica realizados no largo do IC 27 entre Odeleite e Alcoutim*. Lisboa: Estradas de Portugal. Disponível em <https://tinyurl.com/3xdezs>.
- SARR, Bilal e NAVARRO GARCÍA, M^a Ángeles (eds.) (2019) – *Arabización, islamización y resistencias en al-Andalus y el Magreb*. Granada: Editorial Universidad de Granada, Patronato de la Alhambra y Generalife.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-13]

A Aldeia / Alcaria de São Martinho da Bemposta (Casebres, Alcácer do Sal)

RESUMO

A Aldeia/Alcaria de São Martinho da Bemposta (Alcácer do Sal) é um sítio arqueológico que remonta ao Período Muçulmano e cuja ocupação se prolongou nas Idades Média e Moderna. É provável que tenha sido abandonado ainda no decorrer do século XVIII, quando as comunidades que ali habitaram começaram a fixar-se na actual Aldeia de Casebres. Os dados arqueológicos obtidos no local permitiram recolher um conjunto de informações importantes para o conhecimento daquela estação arqueológica. Com este artigo, a autora pretende dar a conhecer, através das fontes escritas e do registo arqueológico, a ocupação histórica e cronológica daquele assentamento.

PALAVRAS-CHAVE: Análise documental; Arqueologia; Idade Média; Cultura material; Povoamento.

ABSTRACT

The Village/Alcaria of São Martinho da Bemposta (Alcácer do Sal) is an archaeological site which dates back to the Muslim Period and whose occupation continued during the Middle and Modern Ages. It was probably abandoned during the 18th century, when the communities that used to live there started moving to the present-day village of Casebres.

The archaeological data obtained on site allowed the collection of important information for the knowledge of this archaeological site. In this article, the author aims to divulge the historical and chronological occupation of the settlement, through written sources and archaeological records.

KEY WORDS: Document analysis; Archaeology; Middle ages; Material culture; Settlement.

RÉSUMÉ

Le Village/Hameau de São Martinho da Bemposta (Alcácer do Sal) est un site archéologique qui remonte à la Période Musulmane et dont l'occupation s'est prolongée lors du Moyen Âge et de la Période Moderne. Il est probable qu'il est déjà été abandonné au cours du XVIIIème siècle lorsque les communautés qui y habitaient ont commencé à se fixer dans l'actuelle Aldeia de Casebres.

Les données archéologiques obtenues sur le lieu ont permis de recueillir un ensemble d'informations importantes pour la connaissance de cette station archéologique.

Avec cet article, l'auteure prétend faire connaître, à travers les sources écrites et l'inventaire archéologique, l'occupation historique et chronologique de cet établissement humain.

MOTS CLÉS: Analyse documentaire; Archéologie; Moyen Âge; Culture matérielle; Peuplement.

Marta Isabel Caetano Leitão ¹

1. INTRODUÇÃO

A Aldeia / Alcaria de São Martinho da Bemposta foi identificada no âmbito do meu projecto de doutoramento: “A Organização do Território no Sudoeste do Gharb Al-Andalus: povoamento rural e paisagens fortificadas na *kura* de Alcácer do Sal”, orientado pela Professora Doutora Rosa Varela Gomes e apoiado financeiramente pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/117606/2016; COVID/BD/151702/2021) (LEITÃO, 2023). Aquele sítio arqueológico localiza-se na Herdade da Ordem, junto à extrema da Herdade da Bemposta, localizada administrativamente na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 17 km a Norte da cidade, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 38° 31' 26.31" N; 8° 28' 18.45" W.

Encontra-se implantando em pequeno cerro aplanado, conhecido como “O Cabeço da Freguesia”, junto à ribeira de São Martinho e ao eixo viário que unia Alcácer a Montemor-o-Novo, possuindo uma orientação no sentido Noroeste-Sudeste e uma extensão, de acordo com os vestígios visíveis à superfície, de cerca de 3 hectares (Figs. 1 e 2). Segundo os habitantes mais velhos da actual aldeia de Casebres, aquele assentamento já existia no Período Muçulmano e, durante o século XX, quando se procedia à lavoura mecânica das terras naquele sítio, foram encontrados restos osteológicos humanos e moedas, os quais, até ao momento, ainda se encontram por estudar e publicar.

2. AS FONTES ESCRITAS

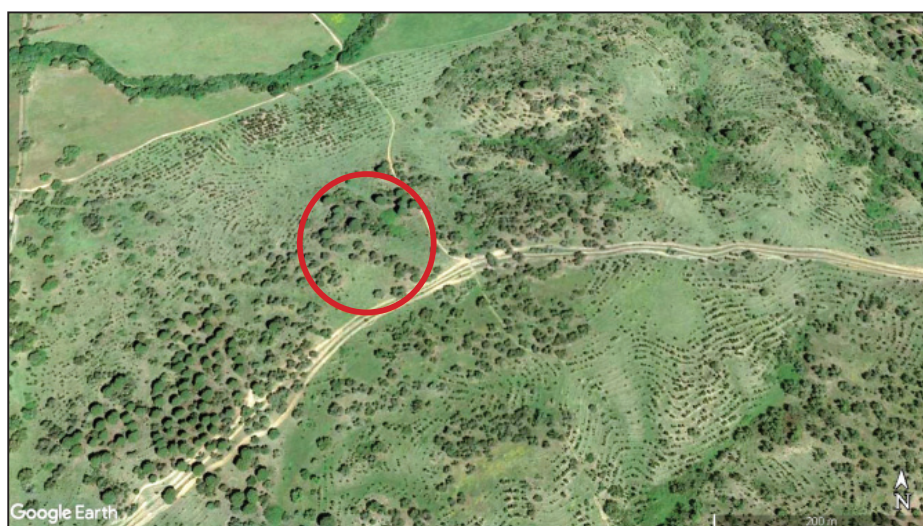
A primeira referência a São Martinho da Bemposta surge logo após a Reconquista de Alcácer aos muçulmanos, em 1217, onde é mencionado que aquela aldeia terá sido doada a Maria Martins (LOURO, 1974: 80). Em 1320 volta a ser referida na documentação da Ordem de Santiago como sendo uma aldeia sob a sua administração, o que demonstra a continuidade de ocupação daquele espaço com o fim do Período Muçulmano (BOISSELIER, 2003: 597).

¹ Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP). História, Territórios e Comunidades do Centro de Ecologia Funcional - Ciência para as Pessoas e o Planeta da Universidade de Coimbra (HTC - CFE) (martaleitao11@gmail.com).

Por opção da autora, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

FIGS. 1 E 2 – À direita, localização da Alcária de São Martinho da Bemposta (segundo a *Carta Militar de Portugal*, n.º 457, Casebres, escala 1:25 000, Serviços Cartográficos do Exército Português, 1973).

Em baixo, área de dispersão dos vestígios, à superfície, na fotografia aérea (Google Earth).



O assentamento manteve-se ocupado nos séculos seguintes, até pelo menos ao século XVIII, aparecendo várias vezes citado nas fontes da Ordem, particularmente nas Visitações que decorreram no território de Alcácer na primeira metade do século XVI, onde se salienta a existência de uma ermida dedicada ao orago de São Martinho, cujas paredes foram edificadas em pedra e taipa, sendo o tecto coberto com telha e o chão em ladrilho: “Visitámos a dita ermida de Sam Martinho, primeiramente a ousia della na quall está huum alltar de taipa acafellado de caall e em cima delle huum retavollo piqueno de portas novo e mujto boom com três jmageens, duas de Sam Martinho e huma de Sam Sebastião e sobre ho alltar huum guardapoo de pano de linho bramco e huum fromtall de pano de linho com jmageens, já velho e sobre elle huuma pedra d’ara e huuns mamtees e huuma estamte de paao em que estaa o livro e dous camdieiros com duas vellas nelles. E amte o alltar estão dous cyryos grandes que se acemdem quando levantam a Deus. E amte o dito alltar estaa huuma alampada pemdurada per seu cordell e huuma campãa apegada na parede de huum cabo. E do outro huuma roda de campaynhas de vidro. E a dita capella he olivelada de pynho e ladrilhada de tijollo. E as paredes têm os alieços de pedra e barro e o majs de taipa acafellada de caall. E tem no arco huumas grandes novas e boas. E tem a dita capella de comprido quatro varas e de larguo três varas e meya. E o corpo da jrmida tem os alieços de pedra e barro e o mais de taipa acafellado todo de caall

e ladrilhada de tijollo coberto de telha vãa com huumas portas novas e tem de comprido dez varas e de larguo cimquo varas. E o adro della tem da porta primcpall até o cabo delle, direito ao ponemte, quatorze varas e das costas da ousia até o cabo do adro, direito ao levante, treze varas e da parede da jgreja do cabo do norte, tem da dita parede até o cabo do adro, dez varas e da parede da jgreja comtra o sull, até o cabo do adro, tem omze varas”¹ (CUNHA, 2012: 25).

Através desta descrição ficamos a conhecer, de igual modo, as medidas daquela ermida, ou seja, possuía dez varas de comprimento e cinco de largura. A vara integrava um sistema de medidas utilizado na Idade Média em Portugal e equivalia a cinco palmos (com 110 cm) (BARROCA, 2019: 54-55). A partir destes dados e efectuando os cálculos ($110 \times 10 = 1100$ cm e $110 \times 5 = 550$ cm), poderemos determinar em metros as medidas do templo religioso. Assim a ermida possuía 11 m de comprimento e 5,5 m de largura, ostentando uma planta rectangular.

¹ AN-TT, *Mesa da Consciência...*, livro n.º 154, fls. 1r-104r. Transcrição de Mário Cunha.

A fonte refere ainda que aquele templo religioso terá sido edificado pelos moradores que viviam nos arredores, e que cabia aos mesmos a sua reparação e manutenção: “Achámos per emformaçam de homeens antigos ajuramentados aos Evamgelhos que sobre jso preguntámos que a dita jrmida foy fundada e edificada pollos moradores d’arredor della e portamto os ditos moradores sam obrjgados da correger e repairar do que lhe fizer mester quamdo quer que lhe cumprjr. E nós asy ho aprovamos e mandamos que se guarde pera sempre”² (CUNHA, 2012: 25-26).

Nas Visitações posteriores realizadas ao território de Alcácer, em 1534 e 1552, primeiramente por Álvaro Mendes, cavaleiro da Ordem de Santiago e Afonso Rodrigues, prior da igreja de São Pedro de Palmela, por ordem do Mestre D. Jorge, e, seguidamente por D. António Preto, Prior-Mor da Ordem de Santiago, a pedido do Rei D. João III, Governador e Administrador da Ordem, mencionam-se algumas obras na ermida, assim como a construção de uma pia em pedra que se situava junto à entrada daquele edifício: “Visytamos a dita jrmida per emformaçam e achámos que a capella della se forrou de castanho e ho corpo da jrmjda madejrado de novo e telhado de telha vãa. E no mais está a dita jrmjda como estava ao tempo que ho Mestre noso senhor visytou, soamente lhe achámos huma pia de bautizar boa, de pedra. Vysitou a pia de bautizar que está à entrada da porta da dicta jrmjda, a qual he hum vaso de pedra oytavado de boa largura. Está asemtada sobre hum torregam d’alvanaria com humas grades ao redor de castanho, novas, sem fechadura. Mandou o visitador ao mordomo, sob pena de duzentos reaes, puse [sic] hum ferolho com sua fechadura e chave nas dictas grades per todo ho mês de Novembro. Item. Huma pia d’aguoa bema de pedra à entrada da porta metida na parede”³ (CUNHA, 2012: 149 e 250-251).

Naquela ermida era celebrada a missa todos os domingos, bem como as festas religiosas ao longo do ano e os santos sacramentos, fazendo-se menção também à casa do ermitão, edificada em pedra e barro, que se achava junto àquele edifício, bem como ao número de confrades e à criação de gado, particularmente de cabras: “E nas costas da jrmjda, à jlhargua da bamda do sul, huma casa de pedra e barro onde pousa o jrmjtam. Há na comfria da dicta jrmjda sassemta e três comfrades e vinte e oito cabeças de guado meudo cabrum, amtre grandes e pequenas. Ho qual guado carregua sobre Andre Fernandez, mordomo”⁴ (CUNHA, 2012: 253).

A fonte escrita dá-nos também o nome do capelão daquele templo religioso: “Achámos por cappellão perpétuo na dita capella ao padre Francisco Diaz, freire da dita Ordem de que achámos boa enformação e serve bem seu offiço e cumpre suas obrigações que sam has seguintes: Item. He obrigado o dito cappellão a dizer missa ao povo todos os domingos e festas de guarda e a administrar lhe os Sanctos Sacramentos. Item. Achámos qua a apresentação do di-

to cappellão pertence jn solido a ElRey, noso senhor, como Governador e Perpétuo Administrador da dita Ordem e a confirmação ao Arçebispo d’Évora. Item. Tem de mantimento em cada huum anno, o dito cappellão, aa custa da Ordem, seis mill reaes em dinheiro e dous moios de trigo, o quall mantimento lhe pagua o allmoxarife d’Alaçere”⁵ (CUNHA, 2012: 253).

O terramoto de Lisboa, ocorrido em 1755, afectou também a região de Alcácer, provocando a abertura de fendas nos cantos da ermida e a destruição da casa do pároco que se achava nas imediações daquela. Ainda segundo as *Memórias Paroquiais*, a paróquia tinha 70 vizinhos e na região cultivava-se trigo, centeio, cevada, milho e feijão (AN-TT, *Memórias Paroquiais*). No decorrer do século XVIII, após a catástrofe mencionada, não são conhecidos mais dados documentais sobre São Martinho da Bemposta, possivelmente devido ao seu gradual abandono, construindo-se uma nova igreja dedicada a São Martinho, a partir de 1966, na actual aldeia de Casebres, a

cerca de 2 km, transitando a nova sede da freguesia para aquele local.

⁵ AN-TT, *Mesa da Consciência...*, livro n.º 154, fols. 48v e 49. Transcrição de Mário Cunha.

3. AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Durante os trabalhos de prospecção realizados no âmbito do meu projecto de doutoramento no território de Alcácer, desloquei-me àquele sítio arqueológico com o intuito de recolher alguns dados que pudessem ser importantes para o conhecimento da ocupação naquele espaço. À superfície, no topo do cerro, foi possível reconhecer entre a vegetação alguns silhares de pedras que pareciam formar alinhamentos de possíveis estruturas, achando-se ainda dispersos naquela zona muitos fragmentos de telha, ladrilho e taipa, materiais construtivos que, segundo as fontes escritas, integravam as paredes, tecto e chão da ermida.

Na encosta Leste daquele cerro identificaram-se abundantes fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de distintas cronologias, que faziam parte de panelas, taças, pratos, jarros, alguidares, etc., que eram usados no dia-a-dia das comunidades que ali habitaram, assim como fragmentos de cerâmicas de construção, particularmente telhas que cobriam os telhados dos edifícios. Salienta-se, de igual modo, a descoberta de uma moeda, datada de 1634, cunhada durante o reinado da Rainha Cristina da Suécia, fruto dos intercâmbios entre Portugal e aquele Reino ao longo do século XVII.

Em Maio de 2022, tendo em vista visualizar melhor as estruturas visíveis à superfície, no cimo do cerro, procedeu-se a trabalhos de limpeza através da desmatação e definição de algumas estruturas. Foi assim definida parte de um muro, com cerca de 1,90 m de comprimento, que possuía alguns derrubes de telhas. Edificado em pedra e orientado no sentido Sul-Norte, possuía uma espessura de 1,30 m, e, dada a sua robustez, deverá ter pertencido aos alicerces de um grande edifício, quicá a ermida que ali existiu. Para além de vários outros alinhamentos

² AN-TT, *Mesa da Consciência...*, livro n.º 154, fl. 21r. Transcrição de Mário Cunha.

³ AN-TT, *Mesa da Consciência...*, livro n.º 154, fols. 119r-164r. Transcrição de Mário Cunha.

⁴ AN-TT, *Mesa da Consciência...*, livro n.º 154, fols. 119r-164r. Transcrição de Mário Cunha.



FIG. 3 – 1. Cerro onde se implanta a Alcaria de São Martinho da Bemposta; 2. Alinhamentos de pedras visíveis à superfície; 3. Silhar de pedra com vestígios de ter sido soleira de porta.

de pedras que parecem estar associados ao muro referido, reconheceu-se um silhar de pedra, de grande dimensão, com um comprimento de 1,20 m e uma largura de 0,40 m, que conserva vestígios de ter sido soleira de porta e que deverá ter feito parte da entrada no edifício religioso (Figs. 3 e 4).

FIG. 4 – Sector de muro colocado a descoberto.



COMPONENTE ARTEFACTUAL

Cerâmicas ⁶

Identificaram-se, à superfície, pequenos fragmentos de cerâmicas comuns, com pastas de cores vermelhas (2.5YR 6/8), castanhas avermelhadas (2.5YR 4/4) e alaranjadas (5YR 6/8), assim como fragmentos de cerâmicas vidradas, muito rolados, de cor verde e castanha, de aspecto melado, muito brilhante, de possível cronologia islâmica, assim como fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas das Idades Média e Moderna (Fig. 5).

⁶ As cores das pastas foram descritas de acordo com o catálogo cromático *Munsell Soil Color Chart* (versão de 1994).





FIG. 5 – Fragmentos de cerâmicas identificados, de distintas cronologias.

Efectuou-se, somente, o estudo das peças datadas do Período Muçulmano, as quais se inseriram no âmbito do projecto de investigação desenvolvido no doutoramento.

Jarro(a) ou Jarrinho(a) (SMB/22/1)

Fragmento correspondendo a porção de bordo de jarro(a) ou jarrinho(a). Este é espessado exteriormente e possui lábio com secção semi-circular. Foi fabricado a torno lento e cozido em ambiente oxidante. A pasta é de cor castanha avermelhada (2.5YR 4/4), pouco homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão grosseiro, médio e fino. O diâmetro de boca é de 4 cm e a espessura da parede é de 2 e 1 mm (Fig. 6).

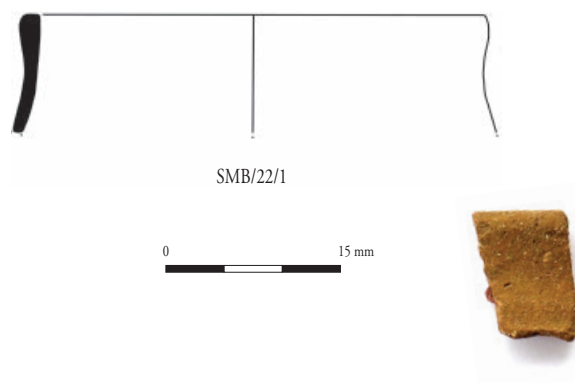


FIG. 6 – Fragmentos de jarro(a) / jarrinho(a) e de telha de meia cana digitada, do Período Islâmico.

Cerâmicas de construção

Reconheceram-se, à superfície, fragmentos de ladrilho e telhas de meia cana digitadas.

Telha (SMB/22/2)

Fragmento correspondendo a porção de telha de meia cana de corpo semicilíndrico. Foi fabricada manualmente e cozida em ambiente oxidante. A pasta é de cor vermelha (2.5YR 5/8), pouco homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino, médio e grosseiro. Na superfície externa foi aplicada digitação com o dedo. A espessura da parede é de 1 cm (Fig. 6).



Paralelos

O jarro(a) ou jarrinho(a) (SMB/22/1) apresenta semelhanças formais com jarro exumado no sítio arqueológico dos Funchais 6, em Beja, datado dos séculos XI-XII, assim como em Setúbal, onde na área urbana daquela cidade, particularmente no Largo da Misericórdia e na Praça de Bocage, foi recolhido fragmento de jarrinho (RAJG.19/180) idêntico, com uma cronologia entre os finais do século XI e inícios do XII (CARDOSO, 2013: 45, estampa XXIV, n.º 67; DUARTE, 2018: 213 e 224).

Relativamente ao fragmento de telha (SMB/22/2), é similar, em termos formais, decorativos e da constituição da pasta, ao fragmento que recolhi na Alcaria da Azenha Velha (AS-AZV/19/1), denunciando deste modo centro produtor comum (LEITÃO, 2023: 479-484). Aquela possui paralelos com telhas Almóadas exumadas em Silves (Q60/C2; Q252/C2; Q251/C2; Q42/C3-1; Q45/C3-4; Q80/C3-3), as quais possuem espessuras de paredes idênticas, tendo sido as suas superfícies externas alisadas e decoradas com impressões ou caneluras digitadas (GOMES, 2003: 327-329 e 411-412). Encontramos, de igual modo, semelhanças formais com exemplar (CR/MC/0001) descoberto em Mértola, datado dos séculos XII-XIII, o qual foi também alisado na superfície externa e ornamentado com incisões (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014: 427).

Numisma

Foi recolhida uma moeda, datada de 1634, cunhada no reinado da Rainha Cristina da Suécia. No anverso é possível observar três coroas, cinco rosetas e três letras, particularmente C R S: C(hristina), R(egina), S(veciae), cujo significado é “Cristina Rainha da Suécia” (consultar o catálogo *AUKTION 185*, 2011). No reverso acha-se uma coroa sobre uma taça, sendo ainda possível ler por cima daquela a data: 1634; do lado esquerdo: 1/4 ÖR; no lado direito as letras: CR (Fig. 7).



FIG. 7 – Moeda, datada de 1634, cunhada no reinado da Rainha Cristina da Suécia.

4. CONCLUSÃO

Os trabalhos realizados na Aldeia / Alcaria de São Martinho da Bemposta permitiram constatar, através dos paralelos obtidos da cultura material, que aquele assentamento terá sido habitado no Período Islâmico, a partir da segunda metade do século XI, durante os Reinos de Taifas, até à primeira metade do século XIII, quando se dá a Reconquista Cristã de Alcácer, aspecto comprovado, igualmente, pelas fontes escritas que citam a existência daquela aldeia / alcaria em 1217, a qual é designada de “São Martinho da Bemposta” (LOURO, 1974: 80-81). Curiosamente, o topónimo “Bemposta” é de génese árabe e remete para uma origem clânica, estando, por isso, associado a tribo berbere que se instalou naquela zona, quanto o território foi ocupado pelos muçulmanos (MARQUES, 1993: 140). Por outro lado, o topónimo “São Martinho” poderá estar relacionado com ocupação mais recuada, nomeadamente no Período Visigótico, ou, eventualmente, com comunidades moçárabes, cristãos que viviam sob o domínio islâmico e que mantinham os seus costumes e religião. Não obstante, tratam-se de hipóteses que só poderão ser atestadas através da continuidade da investigação arqueológica.

De acordo com as fontes escritas e os dados arqueológicos, a ocupação naquele sítio manteve-se durante as Idades Média e Moderna, tendo-se edificado uma ermida dedicada ao orago de São Martinho, a qual acabou por ruir com a passagem do tempo e o abandono do sítio, subsistindo, contudo, os seus possíveis alicerces e alguns elementos construtivos e arquitectónicos, como telhas, ladrilhos, silhares de pedras, fragmentos de taipa e, em particular, o silhar com vestígios de ter sido soleira de porta, que incorporavam o edifício. Os abundantes fragmentos de cerâmicas encontrados, à superfície, inserem-se cronologicamente naquelas cronologias. No século XVIII, as comunidades que ali habitaram começaram a fixar-se na actual Aldeia de Casebres, abandonando então São Martinho da Bemposta.

Os habitantes daquela aldeia / alcaria dedicavam-se à agricultura de regadio, proporcionada pela proximidade da ribeira de São Martinho, mas também a uma agricultura de sequeiro, onde a oliveira e a vinha seriam as espécies mais cultivadas, sendo possível ainda hoje observar nas suas proximidades algumas oliveiras centenárias. Inclusive, no século XVI, o azeite e o vinho faziam parte das rendas da Ordem de Santiago obtidas no termo de Alcácer (CUNHA, 2012: 55). A existência de uma figueira no sítio poderá estar também relacionada com a presença islâmica naquele espaço, dado que aquela espécie é originária do Médio Oriente, e, apesar de já ser cultivada no Período Romano na Península Ibérica, era também muito apreciada pelos muçulmanos, que a cultivavam em abundância no território (*IBN LUYÜN...*, 1988: 221-222; GOMES, 2002: 61-62). O figo proveniente das figueiras, depois de seco, podia ser armazenado durante meses sem perder a sua qualidade e nutrientes (AL-TIGNARI, 1674: 81).

A sede da anterior paróquia de São Martinho da Bemposta situava-se no designado “Cabeço da Freguesia”, local bem conhecido pela comunidade residente em Casebres. Trata-se de um arqueossítio muito importante para o conhecimento das raízes e da história daquela freguesia, sendo importante o seu estudo, através de intervenções arqueológicas,

tendo como finalidade conhecer a diacronia ocupacional do espaço, contribuindo, deste modo, para a sua valorização e protecção, mas também para a preservação da identidade e memória colectiva dos habitantes de São Martinho. 

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

- AN-TT – Arquivo Nacional - Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, n.º 72, p. 464.
AN-TT – Arquivo Nacional - Torre do Tombo, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice n.º 154, fls. 1r-104r, 21r, 48, 49, 119r-164r.

FONTES IMPRESSAS

- AL-TIGNARĪ (1674) – *Kitāb Zubrat al-bustān*. Manuscrito n.º IV do Archivo Municipal de Córdoba e manuscrito 1674 da Biblioteca General y Archivos de Rabat.
IBN LUYŪN. *Tratado de Agricultura* (1988) – Tradução de Joaquina Eguarás Ibáñez. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife (*Publicaciones del Patronato de la Alhambra*, 2). [edição original: 1349]

CATÁLOGOS

- AUKTION 185: *Schweden und seine Besitzungen. Die Sammlung Julius Hagander, Teil 1* (2011) – Osnabrück: Auktionshaus Fritz Rudolf Künker GmbH & Co. KG. Disponível em <https://tinyurl.com/2sn4dekt>.
Munsell Soil Color Chart (1994).

ESTUDOS

- BARROCA, Mário Jorge (2019) – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 9: 53-85. Disponível em <https://tinyurl.com/2p8c8hja>.
BOISSELIER, Stéphane (2003) – *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires (XIIe-XVe siècles)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

- CARDOSO, Alberto (2013) – *A Ocupação Rural Islâmica no Baixo-Alentejo: os materiais do sítio dos Funchais 6 (Beringel)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://tinyurl.com/2eshtje4>.
CUNHA, Mário Raul de Sousa (2012) – *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2. Disponível em <https://tinyurl.com/yckhy2j3>.
DUARTE, Susana (2018) – “Ocupação do Período Islâmico”. In SILVA, Carlos Tavares da (coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal: MAEDS, pp. 207-228 (*Setúbal Arqueológica*, 17). Disponível em <https://tinyurl.com/2tyu5u2m>.
GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 23).

- GOMES, Rosa Varela (2003) – *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 35).
GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014) – *Cerâmica Islâmica de Mértola: Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2023) – *A Organização do Território no Sudoeste do Gharb Al-Andalus: povoamento rural e paisagens fortificadas na kura de Alcácer do Sal*. Tese de Doutoramento em História, especialização em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
LOURO, Henrique da Silva (1974) – *Freguesias e Capelas Curadas da Arquidiocese de Évora (séculos XII a XX)*. Évora.
MARQUES, A. H. de Oliveira (1993) – *Nova História de Portugal: Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 2.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-07-01]



NEOÉPICA

arqueologia e património

Prospecção, sondagens, escavação e acompanhamento arqueológico.
Marcação, inventariação e estudo de espólio arqueológico
Desenho técnico de campo e espólio arqueológico, ortofotografia e 3D
Arqueologia da Arquitectura
Geo-Arqueologia
Consultoria e peritagem
Conservação e restauro

www.neoepica.pt tel. 210793220 telem. 960148955



RESUMO

Apresentação sumária dos resultados de intervenção arqueológica de minimização de impactos realizada, em 2018, no antigo hospital da Misericórdia de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, Região Autónoma dos Açores. Num contexto de ossário, foram recolhidas as ossadas incompletas de 123 indivíduos sepultados em período posterior a 1536 e anterior a 1805-1806, bem como diversos objetos associados ao funcionamento do hospital e à posterior reutilização do espaço como habitação. Em complemento, os autores analisam também fontes documentais, entre as quais os livros paroquiais que registam 475 óbitos na ilha de Santa Maria entre 1697 e 1845.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia preventiva; Análise documental; Idade Moderna; História Local; Cerâmica; Açores.

ABSTRACT

Brief presentation of the results of the archaeological intervention for impact mitigation carried out in 2018, at the former Misericórdia hospital of Vila do Porto, Santa Maria island, in the Autonomous Region of the Azores. In an ossuary context, it was possible to collect the incomplete skeletons of 123 individuals buried after 1536 and before 1805-1806, as well as several objects associated to the hospital functioning and later reutilisation of the building for housing. The authors also analyse document sources, among which the parish books that record 475 deaths on the Santa Maria island between 1697 and 1845.

KEY WORDS: Preventive archaeology; Document analysis; Modern age; Local history; Ceramics; Azores.

RÉSUMÉ

Présentation sommaire des résultats d'une intervention archéologique de minimisation des impacts réalisée en 2018 dans l'ancien hôpital de la Misericórdia de Vila do Porto, île de Santa Maria, Région Autonome des Açores. Dans un contexte d'ossuaire, ont été recueillis les ossements incomplets de 123 individus enterrés dans une période postérieure à 1536 et antérieure à 1805-1806, ainsi que divers objets associés au fonctionnement de l'hôpital et à la postérieure réutilisation de l'espace en tant qu'habitation. En complément, les auteurs analysent également des sources documentaires, parmi lesquelles les registres paroissiaux qui présentent 475 décès sur l'île de Santa Maria entre 1697 et 1845.

MOTS CLÉS: Archéologie préventive; Analyse documentaire; Période moderne; Histoire Locale; Céramique; Açores.

¹ Arqueólogo, Diretor do Museu da Horta.

² Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça.

³ Licenciando em História, Técnico do Coordenador do Centro do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico dos Açores.

⁴ Investigador.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Intervenção Arqueológica no Antigo Hospital da Misericórdia de Vila do Porto ilha de Santa Maria, Açores

José Luís Neto ¹, Carlos Luís Cruz ², Luís Carlos Borges ³ e Diniz Rezendes ⁴

Corria o ano de 1751. Em Paris, Diderot e D'Alembert davam à estampa o primeiro volume da *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, que veio a ficar conhecida coloquial e simplesmente como a “Enciclopédia”. O sueco Axel Fredrik Cronstedt, curioso cadinho entre químico e alquimista, tentando extrair o cobre, obteve um metal branco a que chamou de níquel. No Brasil, no longínquo Pernambuco, com a fundação de Brejo da Madre de Deus, consolidava-se o Império, então assente na augusta cabeça do novo monarca Dom José I, ainda no primeiro ano de reinado, mas a depender de um triunvirato incerto, constituído por Diogo de Mendonça Corte-Real, Pedro da Mota e Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo.

Nesse ano, a 28 de abril, quarta-feira, com o vigário junto à cabeceira de esteira simples, Melchior ¹ de Sá, homem velho ² de cinquenta e cinco anos, morador na vila do Porto, ilha de Santa Maria, Açores, desconhecedor de todas estas glórias atingidas pela humanidade, confessou-se dos pecados ³. Antes mesmo já Rosa Maria, mulher que era de Melchior, com o assentimento do cura, mandara moço chamar outro padre onde o houvesse ⁴, fosse que estivesse na vila, ou em falta, que corresse para Santa Bárbara, para São Pedro ou mesmo para o Santo Espírito, que o buscasse e trouxesse, por amor de Deus. Terminada a confissão ⁵, Melchior, que desfalecia, ainda teve a clareza para nomear sua testamenteira, defronte do vigário ⁶,

¹ Trata-se do nome atribuído a um dos três reis magos, pelo que, muito provavelmente, terá nascido a 6 de janeiro de 1696. Segundo um manuscrito setecentista, disponibilizado em *open source* pela Biblioteca Nacional, intitulado *Influências que os doze signos celestes fazem em os nascidos: “A 22 de Dezembro entra o sol em Capricornio e anda nelle até 29 de janeiro. Será Leviano e sospeitoso, paciente nas adversidades, inclinado a amor das mulheres moças, pouco afortunado de maior fazenda, bemquerente, instável, depois da idade cubiçoso, avarento”*. Para se conhecer melhor a questão da astrologia e a sua influência na sociedade ocidental leia-se Eugénio GARIN (1997).

² Sobre o conceito de velhice veja-se Iria GONÇALVES (1991: 11-15, bem como a bibliografia aí indicada).

Rosa Maria, apesar da mímica que havia a testar. Ficava a casa, se é que podia chamar-se-lhe desse modo, bem como o pouco que nela havia. Não chegando outro cura, ali mesmo, o vigário lhe deu a extrema-unção ⁷ com os santos óleos ⁸ que tinha e lhe encomendou a alma ao criador. Melchior, embora ainda respirasse, já se encontrava ausente. O vigário, vendo que anoitecia, ordenou a Rosa Maria que fosse informar a irmandade da Misericórdia para que se preparasse para a manhã seguinte, que já não tardaria muito. Rosa Maria lá foi e, quando regressou, trazia

com ela vizinhas, de idêntica pobreza, para a acompanharem pela noite escura, chorando ⁹ e gemendo, num dilúvio de lágrimas ¹⁰, lamentando o infortúnio do pobre Melchior, mas mais ainda o expetável pão que o demónio lhe amassara e que a futura viúva, amargamente, esperava. Toda a noite se chorou naquele casebre para que Melchior, que já não era vivo, tão pouco morto era ainda, que os mortos não falecem de noite ¹¹, as ouvisse na choradeira, de modo a ficar liberto fosse em que estado estivesse, para pelo menos não assombrar aquele lar ¹².

◀...58 ³ “Nas suas linhas gerais, os ritos de morte eram praticamente anti-sociais. Tal com consta da *comendatio animae* (encomenda da alma) e no rito do enterro, lidavam com uma alma totalmente separada dos assuntos terrenos e relações familiares pela confissão no leito da morte e pelo testamento. Deixavam-na só com o padre, defendida por preces e bênçãos, contra a terrível sequência de perigos e provas que teria de ultrapassar no seu caminho para o Paraíso, para se juntar aos santos e à gloriosa companhia do céu” (Bossy, 1990: 42).

⁴ Determinam as *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*, de 1560, que a extrema unção fosse ministrada, pelo menos, por dois clérigos – título VII, constituição 2.

⁵ “A confissão e, se relevante, o testamento, tinham de incluir a concessão do perdão aos ofensores e o pedido de perdão pelas ofensas cometidas, era possível aos inimigos comparecerem à cabeceira do leito da morte e ao funeral” (Bossy, 1990: 48).

⁶ *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*, de 1560, no título XXIII.

⁷ Determinam as *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*, de 1560, no título VII, constituição 1: “Sendo todos os sacramentos ordenados como mezinhas e remédio da alma, contra a enfermidade do pecado, este Sacramento de extrema unção, que é o derradeiro que aos fieis se há de ministrar, foi instituído por nosso redentor para acabar, e perfazer a cura da alma, curando e despedindo as reliquias do pecado, que são fraquezas da alma, que dos pecados ficam posto que confessados sejam. De modo que este Sacramento tem virtude principalmente para curar e tirar as ditas reliquias do pecado: e é consequente para tirar a culpa venial e mortal, quando a acha, se no enfermo para ele não houver impedimento. E isto dando graça pelas quais duas coisas este Sacramento tem virtude iluminativa e purgativa, e assim fortificativa contra as tentações dos inimigos da alma, que no tempo da morte são maiores e mais veementes. Assim pelas pessoas então serem mais turbadas com diversos medos e receios: como pelos inimigos então se esforçarem no tentar. Porque acerca da pessoa que está em passamento, então podem eles perder todo o dantes ganhado: ou ganhar todo o até então perdido. E assim primeiramente procuram ao

tempo da morte que as pessoas se esqueçam e descuidem do que são obrigados a fazer, como é confessar, restituir o alheio e coisas semelhantes. E além disso procuram de lhe apoucar e diminuir as boas obras que fizeram. Caluniando a tentação que tiveram, e sacramentos que receberam, trazendo-lhe juntamente à memória e agravado todos os pecados cometidos, posto que confessados sejam. Fazendo todo o possível para o fazer cair em desesperação, ou duvidar na fé, acerca da qual fé e esperança fazem então as mais fortes e mais abomináveis tentações. Contra todas as quais vale e ajuda muito este sacramento.

Porque além de aumentar a graça antes adquirida e alcançada pelos outros sacramentos, e boas obras: causa a interior unção da graça que este sacramento significa. Com a qual interior unção da graça por este sacramento causada, ungida e fortificada a alma do enfermo, facilmente se desapega das afeições das pessoas e coisas desta vida, e se escapa e despede das mãos dos inimigos, por mais fortemente que então afere. As quais virtudes tem este sacramento, e lhes vem da morte e paixão do nosso redentor. Na qual morte e paixão (para se salvar) sempre há de estribar o pecador, especialmente então. É tanta a virtude deste sacramento, que além da cura espiritual da alma: também dá saúde ao corpo, quando a saúde corporal convém para a salvação da alma. Aos quais efeitos deste sacramento muito ajuda a devoção do que o recebe, e o merecimento do que o administra, e dos presentes e de todos os fieis cristãos. Pelo qual devem de procurar os enfermos de receber este sacramento com muita devoção, e de se encomendar nas orações dos fieis, especialmente dos presentes. Para que mereçam conseguir os sobre ditos, e alcançar a glória, para que este sacramento última e imediatamente dispõe. Pelo que todo enfermo há de procurar de não passar desta vida sem receber este sacramento.”

⁸ *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*, de 1560, no título VIII.

⁹ Sobre as carpideiras e o espetáculo da morte veja-se o clássico de Philippe Ariès (1989).

¹⁰ Alusão ao *Salve Regina*, umas das poucas orações conhecidas pela população, que, no geral, se circunscreviam ao *Pater Noster*, à *Ave Maria* e à *Salve Regina*.

¹¹ Determinam as *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*, de 1560, no título XX, constituição 1: “Pelos inconvenientes que pode haver enterrando-se algum defunto de noite, maiormente por carecer dos sufrágios dos fieis, e os que deles tem cargo não curarem de fazer por suas almas o que são obrigados, defendemos aos vigários, reitores, curas e beneficiados, e religiosos de nosso bispado, que não enterrem de noite nenhum defunto em suas igrejas e mosteiros sem nossa especial licença, ou de nosso vigário geral e em sua ausência o nosso ouvidor, a qual não darão sem causa urgente. E quem o contrário fizer, o condenamos em duzentos reis do aljube para a fábrica da igreja e meirinho. E os leigos que tiverem atrevimento de enterrar algum defunto de noite, sem o vigário, reitor ou cura ser presente para o acompanhar, condenamos a cada um em quatrocentos reis sem remissão, para o meirinho e obras da justiça, além da mais pena que merecer, segundo a qualidade de seu delito. E defendemos que nenhum se enterre sem encomendar seu próprio reitor, ou quem ele deixar em seu lugar, E o acompanhar com a cruz de sua freguesia, ainda que se enterre em mosteiro, sob pena de pagar quatrocentos reis quem tiver cargo do enterramento do defunto. E assim mesmo defendemos aos vigários, reitores, curas e religiosos de nosso bispado que por nenhuma via rezem algumas orações na rua nem às portas do defunto, mas as irão rezar à igreja ou mosteiro onde o corpo se enterrar, sob pena de um cruzado. E mandamos que nos enterramentos e saimentos que se fizerem, os clérigos estejam aos ofícios com sobrepeleças e debaixo lobas ou aljubetas, ao menos que cheguem ao colo do pé, sob pena de cinquenta reis.”

¹² A crença em fantasmas, apesar das renitências da estrutura da igreja, mormente pós Concílio de Trento, era generalizada. “Eram os amigos e familiares quem tinham de arcar com a responsabilidade se alguma coisa corresse mal durante o processo da morte, e os mortos, incapazes de descansar em paz, voltavam à sua presença sob a forma de fantasmas. Ao contrário do fantasma moderno, o fantasma tradicional era pessoal e não real; assombrava pessoas, não lugares, e exigia o cumprimento de obrigações para consigo àqueles que o deviam fazer. A lei aplicava-se universalmente, dos camponeses aos 60...” ▶

Assim se chegou à madrugada de 29 de abril, dia de Santa Catarina de Sena, onde após tantas horas de vigília, Rosa Maria jurou aos irmãos que, entretanto, pela casa lhe entraram, que o já falecido ainda gritara na madrugada alta, talqualmente a santa o fizera séculos antes: “*Se morrer, sabeis que morro de paixão pela Igreja!*”, ou talvez tenha sido um arrazoado sonoramente a lembrar “*Liberame domine de morte aeterna...*”¹³, que do latim, nem o morto, nem os vivos, o sabiam.

Uma vizinha¹⁴ saiu para avisar o vigário e a comunidade. Os outros ficaram e sobre o assunto dialogaram. Uns viram nisto o cansaço e a dor da vigília, sugerindo que Rosa havia confundido o cantar do galo com a voz do marido, mas atestado pelas vizinhas que com vincadas olheiras também o juraram por verdade, logo declararam alguns dos irmãos ser tal fortúnio bom presságio (CRESPO, 2003: 31-39).

Enquanto isto se discutia dentro da casa, repicaram os sinos a finados¹⁵. Terminou a controvérsia por momentos, de modo a embrulharem o defunto numa mortalha, ainda de rosto descoberto, e o colocaram sobre

o esquife. Quando o vigário chegou já estava o cortejo preparado para percorrer as ruas da Vila até chegar à igreja dos Passos, da Santa Casa da Misericórdia, único local onde a ausência de bolsa¹⁶ recheada do morto condescendia a enterrar Melchior¹⁷. O vigário, por reconhecer se tratar de homem bom, fez-lhe as exéquias com repique de sino, para logo o mandar a sepultar. Os irmãos, depois de lhe cobrirem o rosto e fechar a mortalha com alfinetes simples, aberta que já estava uma cova de véspera, lá o colocaram para, logo em seguida, deitar cal e terra para o corpo despachar, selando o cerimonial com a colocação da pedra. Na pedra, um simples número, que os números permitem a reutilização sem pesar na consciência.

De Melchior, para além da dor de Rosa Maria, que lhe duraria mais vinte anos¹⁸, restava apenas o reconhecimento da sua existência pela mão do vigário, inscrita a pena no livro de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, no fólio 204 verso, súmula de toda a sua existência.

◀...59 *príncipes da Dinamarca* [referência a *Hamlet*, de Shakespeare]. *O que o fantasma normalmente exigia é que fossem rezadas um certo número de missas que garantissem a salvação da sua alma, ou a execução de alguma cláusula do testamento e cujo não-cumprimento transtornara as boas relações que pretendia alcançar com o Todo-Poderoso no seu leito de morte; também exigia, com frequência e justamente, que o seu assassinio fosse vingado. Resumindo, representava a expressão do dever familiar*” (Bossy, 1990: 45).

Veja-se igualmente Jean-Claude SCHMITT (1999: 5-30). Gaspar Frutuoso atesta esta mundividência para o arquipélago, pois faz referência a fantasmas para finais da centúria de quinhentos (ver, por exemplo, FRUTUOSO, 1998: Livro IV, cap. XL, p. 170).

¹³ *Livrai-nos, Senhor, da morte eterna...*, fazendo parte do responso *Libera me*: “*Libera me, Domine, de morte aeterna, in die illa tremenda! Quando caeli movendi sunt et terra! Dum veneris iudicare saeculum per ignem.// Tremens factus sum ego, et timeo, dum discussio venerit, atque ventura ira.// Quando caeli movendi sunt et terra! Dies illa, dies ira, calamitatis et miserie, dies magna et amara valde.// Dum veneris iudicare saeculum per ignem.// Requiem aeternam dona eis, Domine: et lux perpetua luceat eis*” / *Livrai-me, Ó Senhor, da morte eterna nesse dia temeroso, / Quando os céus e a terra se moverem, / Quando Virás para julgar o mundo pelo fogo. // Sou feito de tremores, e de medo, até que o julgamento venha até nós, pela vinda da Tua ira, / Quando os céus e a terra se moverem, / Nesse dia, dia de raiva, calamidade e miséria, dia de grandes e excedentes amarguras, // Quando Virás para julgar o mundo pelo fogo. / Que tenham o*

descanso eterno, Ó Senhor: e que a luz perpétua os ilumine.

¹⁴ “*O nuntius mortis, a pessoa que iria espalhar a notícia da morte, não deveria ser da família do morto e nem sequer seu amigo*” (Bossy, 1990: 48).

¹⁵ “*A morte podia ser um acontecimento individual para o que morria, mas era um acontecimento social para os que ficavam. Enquanto o padre se encaminhava para a cabeceira do moribundo, o bater dos sinos alertava a vizinhança como hoje em dia se faz a sirene de uma ambulância. Havia ritos para informar a vizinhança, para a disposição do corpo em casa, para velar, lamentar, ler o testamento; ritos para levar o corpo para a igreja; ritos do funeral propriamente dito, a missa de corpo presente, ritos de enterro, a comida, obrigações a serem cumpridas para com a alma, comemorações e aniversários individuais e coletivos*” (Bossy, 1990: 43).

¹⁶ A “esmola” habitual nessa época para a fábrica da igreja montava a 200 Reis.

¹⁷ Determina o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, de 1618, pelo qual se regia a Santa Casa de Vila do Porto, no capítulo XXXV: “*Como o enterramento dos mortos he hua das principais obras da Misericórdia que pertencem a esta casa trabalhará o Provedor, e mais Irmãos da mesa, que se faça com decência, e christandade, e com respeito às pessoas que falecerem. Para este efeito averá três tumbas na casa da Misericórdia, com três bandeiras, e suficiente número de tocheiros. Húa servirá de enterrar aos pobres, e pessoas ordinárias. A segunda servirá de enterrar a pessoas de maior calidade. A terceira de enterrar os Irmãos e mais*

pessoas que ouverem de ser acompanhadas da Irmandade, conforme a este Compromisso, e todas estas tumbas terão suas cubertas de veludo, com húa Cruz no meyo de Brocado, e um pano de veludo com o mesmo feito: e crescendo o numero dos defuntos, que de ordinário se enterrão na cidade, se armarão as mais tumbas que forem necessários, pera que não aja falta em seus enterramentos. Tanto que se der aviso para a casa enterrar algum defunto a que não aja de sabir a Irmandade, se assentará a hora, e o Mordomo da Capella mandará por as cousas em ordem. Diante irà hum homem do serviço da casa com sua capa azul a maneira de balandrão, e levará húa cápainha manual: junto delle irà hum Irmão oficial com húa vara preta na mão, e logo irà a bandeira da Misericórdia com dous tocheiros às ilhargas, levados por homés tomados para este efeito com suas vestes pretas. Depois irà hum irmão nobre com sua vara preta, em trajo comum com hum Capellão da casa com sobrepelis. No remate irà a tumba levada por seis homés com vestes pretas do mesmo feito que as outras de que forem vestidos os que levarem a bandeira, e tocheiros: e a tumba irà acompanhada com quatro tocheiros levados por quatro homés vestidos da mesma maneira.

Detraz da tumba, distancia conveniente irà outro homem do serviço com capa de pano azul do mesmo feito que a do da campayinha com húa caixinha na mão, pedindo pera as obras da Misericórdia, em voz alta, e nesta mesma forma irão no enterramento dando somente lugar entre a bandeira e tumba, aos Clerigos, Religiosos, cófrarias, e pobres que com sera, acompanharem o corpo do defunto.”

¹⁸ Faleceu a 27 de outubro de 1771, com cinquenta anos, também ela enterrada na Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

Melchior, Rosa Maria, para além de Maria José “*a etíope*”, Maria Ferreira “*a castelhana*”, Francisco “*o manco*”, António de Sousa o “*carne assada*”, Pedro “*das grotas*”, são apenas alguns dos 475 registos de óbitos nos livros paroquiais da ilha ¹⁹ que indicam como última morada este mesmo local, entre 31 de maio de 1697, com o enterramento de (Se)Bastião da Fonte, e 19 de novembro de 1845, com o funeral de Bernardina Tomásia, mulher que foi de Matias Corvelo, de quarenta e seis anos de idade, moradora que era em São Pedro, último registo de enterramento na Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto ²⁰. Enterrados na igreja da Misericórdia, independentemente da caracterização geral ora apresentada, existem aspetos particulares que merecem alguma atenção. Sob o solo da igreja existiam, por um lado, os confrades e suas famílias, coaptados entre as famílias ilustres locais, mas também os falecidos no hospital, que explicam talvez alguma parte dos exógenos, bem como os enterrados “*por amor de Deus*”, ou seja, os pobres. Por norma, nas igrejas, as elites eram sepultadas mais próximo dos altares onde se celebrava o sagrado ofício, repousando “*ad sanctos*”, no desejo de beneficiar da proteção do santo ou santuário ao qual se confiava o corpo morto, e os pobres eram relegados às imediações. Estes três tipos de população, uma constituída pelas elites e outra marginal, é representativa de dois antípodas da realidade de classe que era a sociedade do Antigo Regime, acrescida de uma outra, que é a população hospitalizada ali falecida, não tanto reveladora da sociedade, mas mais da pessoal circunstância.

Em teoria, tal representa um manancial de conhecimento, que se poderá traduzir na contribuição para a compreensão de diversas realidades existente em Santa Maria durante a época moderna.

No que respeita aos dados disponíveis a partir dos assentos de óbito subsistentes, neste conjunto, o mais novo tinha nove anos, chamava-se Inácio, era morador em Vila do Porto, sendo filho de Raimundo José de Almada, já defunto, e de Teresa Maria; o mais velho ostentava a vetusta idade de 96 anos, Inês de Melo era o seu nome.

No que respeita às elites temos o registo de enterramento de Dona Inês da Glória, a 24 de dezembro de 1780, viúva de 70 anos, e de sua sobrinha, Dona Maria, falecida a 18 de fevereiro de 1792, viúva de 70 anos. Acresce ainda o óbito de Dona Umbelina Eufrásia, casada de 40 anos, que faleceu no hospital a 11 de maio de 1842 e foi enterrada ali

FIG. 1 – Quantitativo de enteramentos na Misericórdia.

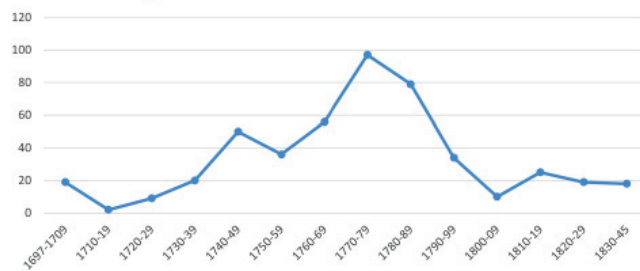


FIG. 2 – Idade dos óbitos.



FIG. 3 – Livro paroquial do assento.

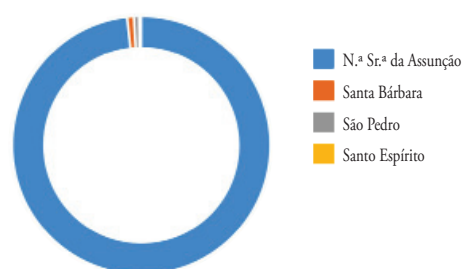


FIG. 4 – Género.

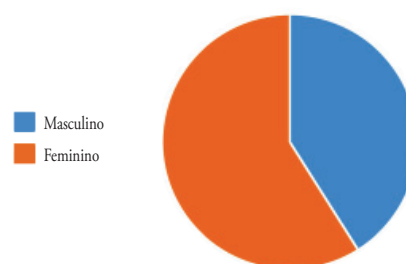
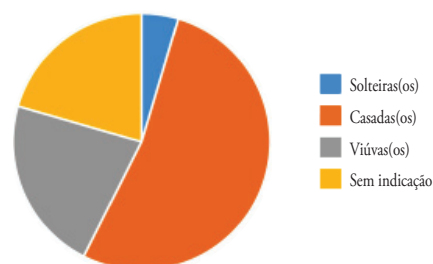


FIG. 5 – Estado civil – mulheres.



FIG. 6 – Estado civil – homens.



¹⁹ O levantamento foi realizado por Diniz Rezendes.
²⁰ Naturalmente, a Santa Casa continuou a efetuar enteramentos, mas no cemitério público, caso de Manuel de Sousa, falecido a 2 de julho de 1851, o primeiro morto que não foi a enterrar naquele local.

também, mas, porque hospitalizada, não podemos inferir se por escolha própria. É provável que Antônio Francisco, de 30 anos, falecido a 31 de janeiro de 1777, sendo moleiro de profissão, também não fosse pobre, mas não há a indicação explícita de quem era, ou não, confrade, nestes assentos de óbito.

Há, contudo, indícios mais claros de quem era pobre, caso dos apanhadores de urzela, atividade de recoleção perigosa, que visava complementar minguados orçamentos familiares. É o caso de Carlos Antônio, de 23 anos, falecido a 16 de junho de 1780, porque: “*Caiu da Rocha do Monte Gordo, São Pedro, estando a apanhar urzela*”²¹. Foram oito no total, quatro homens e quatro mulheres, que caíram das rochas, provavelmente em semelhante atividade²², e vieram a falecer por essa contingência, sendo enterrados na Misericórdia, com idades que variam entre os 20 e os 70 anos de idade, sendo que parece ter havido dois períodos de recolha no ano: março e junho-julho.

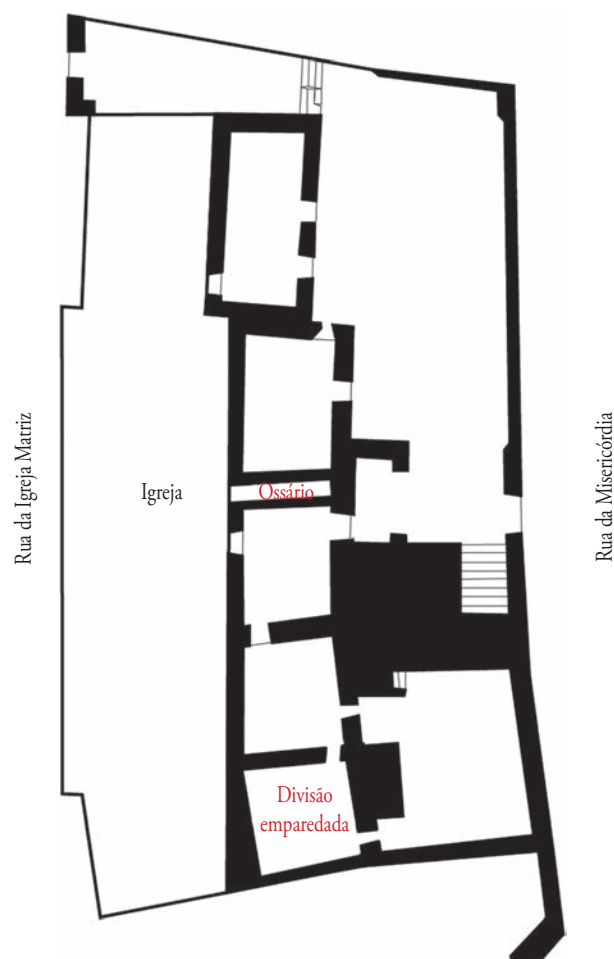
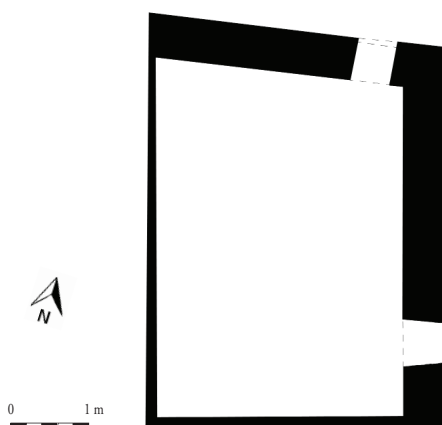
²¹ Livro de óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Assunção, 1774-1793, fôlio 47.

²² “Corre esta rocha de Malbusca a pique, ao longo do mar, mui alta e temerosa, da qual se tira urzela, que apanham homens, arriscando suas vidas, metidos em cestos dependurados por cordas atadas em estacas metidas na terra, sobre a rocha, com uma ponta,

e na outra atado o cesto em que se metem, e assim vão largando a corda por mão até chegarem onde querem, e, depois que têm seu saco cheio, alam-se pela corda; e outros vão atados pela cinta. Não pude saber a razão do nome desta rocha de Malbusca, se não lho puseram por nela com tanto trabalho e perigo buscarem os homens e urzela” (FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. V, p. 27).



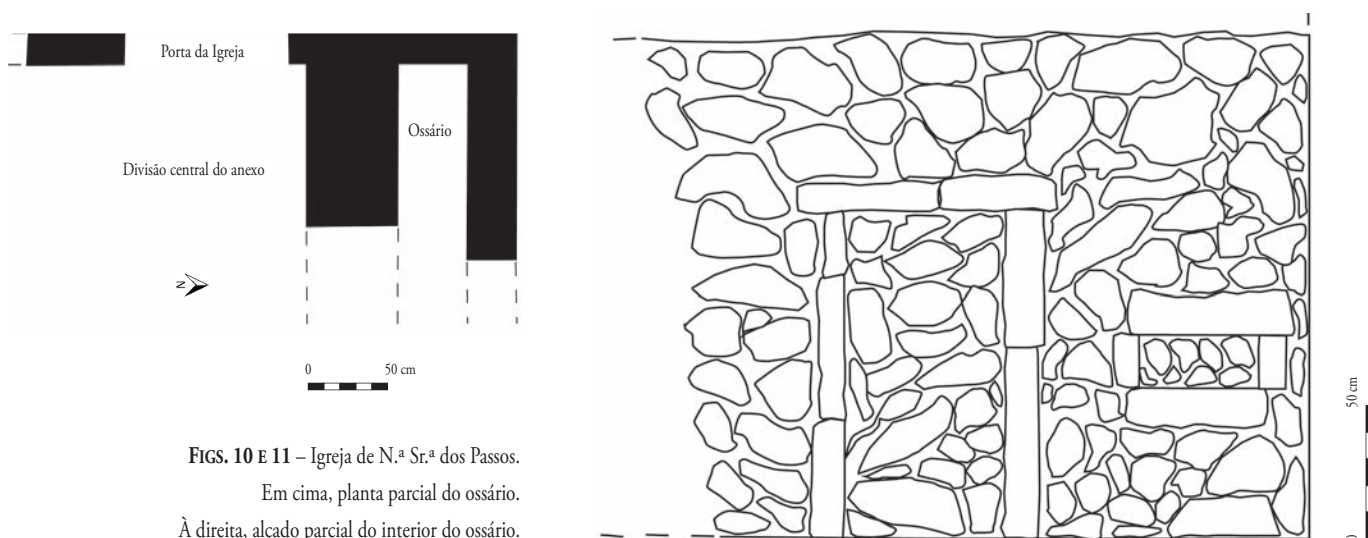
FIG. 7 – Ortofotomapa da localização da Igreja de N.ª Sr.ª dos Passos.



FIGS. 8 E 9 – Igreja de N.ª Sr.ª dos Passos.

Em cima, planta da igreja e dos seus anexos.

À esquerda, planta do anexo sul emparedado.



FIGS. 10 E 11 – Igreja de N.ª Sr.ª dos Passos.

Em cima, planta parcial do ossário.

À direita, alçado parcial do interior do ossário.

Dois escravos, Josefa Rosa ²³, de 56 anos, propriedade de Dona Mariana Margarida Coutinho, faleceu a 31 de dezembro de 1761; Cristóvão, de 30 anos, propriedade dos herdeiros de Teresa de Andrade, viúva, moradora em Almagreira, morreu na Casa do Morgado João Bernardo Soares de Albuquerque a 21 de março de 1780. Não melhor sorte tinham as criadas, caso de Isabel, de 24 anos, do Capitão Francisco Coelho de Resendes, falecida a 10 de outubro de 1744; de Maria dos Reis, de 23 anos, do Capitão Constantino Velho de Carvalho, falecida a 3 de dezembro de 1745; e de Antónia, de 28 anos, de Apolinário Gonçalves Sá, esta nascida em Santa Maria, falecida a 24 de setembro de 1746. Se os escravos não têm indicação de proveniência, há, para além “*d’a etíope*”, uma clara alusão à presença de outros negros, caso de Mariana da Vitória, de 70 anos, moradora na vila que havia sido escrava, ora livre, natural da América ²⁴, solteira, tendo deixado pelo menos uma filha, Maria da Anunciada. Não é este caso único de desvio da norma. Também Maria da Encarnação, falecida em 8 de agosto de 1804, já com 83 anos, solteira, deixou um filho espúrio, Caetano José. Acresce ainda o caso de Inês Francisca, falecida a 29 de junho de 1812, já com 72 ou 76 anos, filha de pais incógnitos.

²³ “A 31/08/1725 [fl. 17] é batizada em S. Pedro, em casa por estar em perigo de morte, Maria Josefa [escrava de Fernão de Loura Bettencourt e de D. Mariana Coutinho], filha de pai não sabido e de Josefa do Sacramento [esta natural da cidade da Baía, Estado do Brasil] e também escrava de D. Mariana Coutinho. Tudo indica que Josefa Rosa e Josefa do Sacramento é a mesma pessoa. Os proprietários destas escravas possuíam grandes propriedades em São Pedro e na Vila e residências em ambas.” – *Arquivo dos Açores*, vol. X, 1888, *Brazão de Armas de Fernando de Loura Bettencourt*, p. 455.

²⁴ Em alguns registos paroquiais das épocas em causa, o termo “*da América*” ou da América Portuguesa era utilizado para identificar indivíduos oriundos do Brasil; Mariana da Vitória, em registo de batismo de um seu filho, “António, batizado em São Pedro a 27/-/1739,

f.º de pai não sabido e de Mariana da Vitória” (esta natural da Baía de Todos os Santos, Brasil, e escrava de D. Mariana Coutinho) [fl.154v]; (neste caso não é mencionado o nome de Fernão de Loura Bettencourt porque este já tinha falecido a 25/02/1726 [fl. 85]).



FIG. 12 – Fotografia do interior do ossário.

Também os asilados do hospital foram enterrados no local, sendo que é possível fazer uma sucessão dos mesmos, desde os inícios de setecentos. Assim, a 9 de outubro de 1706 faleceu Maria de Sousa, de 68 anos, viúva, “assistente”²⁵ no hospital; Isabel Gonçalves, faleceu a 28 de março de 1728, já com 80 anos; Joana de Melo, casada, foi utente até 13 de outubro de 1744, quando faleceu com 45 anos de idade; Bárbara Luís, sendo natural da Terceira e casada na ilha de São Miguel, veio a falecer com 65 anos; Bárbara Velha, viúva, faleceu a 27 de agosto de 1746, com 78 anos; Antónia da Conceição, viúva, natural do Santo Espírito, ali habitou até 07 de fevereiro de 1778, quando faleceu com 60 anos; quase até ao fim da centúria lá esteve Isabel de São João, que faleceu a 07 de junho de 1796. Acresce ainda António, falecido a 3 de junho de 1813, de 11 anos, órfão de pai e mãe que “assistia” no hospital, o que demonstra que o lugar também serviu de orfanato.

Mesmo que sem indicação específica de terem morrido no hospital, é muito provável que ali tenham expirado “Fidre”, falecido a 12 de novembro de 1738, de 48 anos, do *“Reino de França, passageiro nesta ilha”*²⁶, bem como Carlos Boris, igualmente francês, de 30 anos, falecido a 18 de maio de 1752, que *“não fez testamento, nem consta que os seus camaradas de uma «Tratana», em que ele andava, lhe mandaram rezar missas”*²⁷, para além de vinte e sete outros explicitamente nomeados, se bem que essa referência apenas apareça a partir de 1815.

Apesar destes casos, a atratividade que Santa Maria exerceu sobre exógenos, ao longo do século XVIII e da primeira metade do século XIX, à luz dos registos da Santa Casa, foi baixa. Para além de um natural de Alcoentre, próximo de Lisboa, da que nasceu no Brasil, anteriormente referida, temos doze homens oriundos de São Miguel, um da ilha Terceira e outro das *“ilhas de baixo”*, para lá da aludida mulher natural da Terceira e das outras três de São Miguel.

Se estes dados são pertinentes para se compreender quem foi enterrado no local, não é menos verdade que, numa instituição que estava

criada anteriormente, o quantitativo peca por parcial e reduzido, não existindo atualmente dados suficientes²⁸ para a primeira metade da sua atividade, que começara século e tal antes. A Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, também referida como *“Igreja de Nosso Senhor dos Passos”*, situada na antiga Rua Direita, atual Rua Frei Gonçalo Velho, tem história longa.

Embora não se saiba ao certo a data da fundação da Misericórdia de Vila do Porto, sabe-se que aconteceu antes de 1536. Sabe-se ainda que os seus primeiros estatutos datam de 1609 (ÍNDICE DA CHANCELARIA..., 1609). Até 11 de abril de 1908 regeu-se pelos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, de 1618²⁹. O seu antigo hospital, anexo ao templo, ocupava o segundo pavimento do edifício, onde existiam quatro pequenas enfermarias³⁰.

O templo integrava as dependências da Santa Casa de Misericórdia, e é de construção anterior a 1569³¹, data em que António Fernandes, próspero comerciante de Vila do Porto, lhe legou, em testamento, vinte mil réis *“para cera e obras que nela se fizerem”* e ainda um moio³² de trigo por ano, perpetuamente, para dar em pão aos pobres (FERREIRA, s.d.: 151-152).

Esta informação é ratificada no século XIX: *“Aos dezanove dias do mês de Março de mil oitocentos e quarenta e oito, no Consistório da Santa casa da Misericórdia de Vila do Porto ilha de Santa Maria ali pelo Reverendo Provedor Monteiro Bettencourt me foi apresentado um documento no qual constava do testamento debaixo de cujas disposições escritas faleceu António Fernandes, o Rico, mercador que foi nesta ilha e de que é actual administrador o Morgado Joaquim Fernandes Monteiro Tavares Velho Bettencourt, feito em 12 de Setembro³³ de 1568, e aprovado em 21 de Janeiro de 1569, ordenando ele Reverendo Provedor a mim, Leandro Joaquim Ferreira, escrivão de mesa o tombasse neste livro de inventários dos bens da Santa Casa para de futuro constar, o que faço [...]”*³⁴.

²⁵ Os termos *“Assistente”* ou *“Assistia”* eram utilizados no sentido de “habitar”, a respeito dos indivíduos que viviam na instituição por não terem família ou quem os cuidasse; vários registos paroquiais indicam a utilização daqueles termos com esse sentido. É possível recontar esta parte do texto relacionando-o com o “drama” dos que ficavam a viver sozinhos, por ficarem órfãos, por viuvez, por não terem filhos ou por os cônjuges e/ou filhos estarem emigrados, ausentes, em viagem, cativos na Barbária, ou outros infortúnios. Podem referir-se também as características da sociedade solidária da época, que se apresentava como alternativa para cuidar deles, embora por vezes a troco dos bens que pudessem ainda possuir.

²⁶ *Livro de óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Assunção*, 1701-1753, fl. 141 v.

²⁷ *Livro de óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Assunção*, 1701-1753, fl. 210 v.

²⁸ Existem documentos contendo autos de enterramento da Misericórdia de Vila do Porto extraíveis do tombo da Misericórdia a partir de 1574, embora passíveis de interrupções temporais, devido ao estado de conservação e legibilidade, que podem não permitir constituir uma amostra estatística consistente.

Nos do ano de 1623 é de realçar o auto de D. Jordo de Sousa Faleiro, neta do Capitão do Donatário João Soares de Sousa, e o de João Tomé Velho, neto de João Tomé, o Amo.

²⁹ O *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* foi publicado em Lisboa por Pedro Craesbeeck, em 1619, o que possibilitou a sua larga difusão entre as instituições congêneres.

³⁰ Posteriormente passou para a Rua Dr. João de Deus Vieira, vindo essas funções a serem exercidas pelo atual Centro de Saúde, na Avenida do Aeroporto, a partir de 1995.

³¹ António Fernandes, o Rico, fez testamento a 12/11/1568, aprovado a 21 de Janeiro de 1569 (*Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 405); em nosso entender, faz sentido considerar como ano de referência o de 1568; existe uma discrepância no mês (novembro) e (setembro) de 1568 entre a compilação do Dr. Manuel Monteiro Velho ARRUDA (1959: 405) e a do documento aqui mencionado, de 1848.

³² No arquipélago dos Açores, o padrão de medidas de capacidade para sólidos seguia o modelo utilizado na metrópole, ou seja, um moio de trigo equivalia, sensivelmente, a 60 alqueires, cerca de 840 kg (ver VIANA, 2011: 285).

³³ Ou novembro.

³⁴ *Livro de Registos dos Bens Múveis da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto*, fl. 12.



FIG. 13 – Conjunto de crânios retirados do ossário.

do norte com o quental, granel e casas de D. Guilhermina Coutinho, viúva de João Álvares Cabral, sul com travessa q. vai da rua direita p^a a rua da Misericórdia, nascente com a mesma rua chamada da Misericórdia, poente com a rua Direita o qual terreno houve a dita casa desde a sua instituição que he immemorial e se consta da aquisição de algumas cazas³⁹ que estavam unidas a mesma Igreja e Hospital e seu granel, que compreende as confrontações já ditas sendo uma por compra de seis covados de caza com seu respectivel chão a Catherina Luiz, mulher casada por escritura feita pello Tabelião Manuel Fernandes em os quatorze dias do mês de Dezembro

À semelhança de outros imóveis na vila, o templo foi saqueado durante o assalto de corsários franceses a Vila do Porto, em 1576³⁵, sendo de crer que a instituição tenha perdido documentação variada. No *Livro de Acórdãos* n.º 1 da Santa Casa, os primeiros assentos remontam a 1593³⁶.

A análise do *Livro de Receitas e Despesas* n.º 3 da Irmandade da Santa Casa, que cobre o período de 1776 a 1822, revela um aumento gradual e apreciável dos rendimentos a partir de 1796, o que terá permitido proceder a melhoramentos, quer na Igreja, quer no Hospital. Deste modo, o templo sofreu obras de remodelação conforme Provisão-régia passada pelo Príncipe-regente, futuro D. João VI, em 1803: “[...] D. Joan, por graça de Deus Príncipe Regente [...] etc, hey por bem conceder aos suplicantes a pretendida licença para fazerem sair o canto da Igrija da Santa Casa da Misericórdia da parte norte dois palmos e meio para a parte do adro da mesma Igreja”³⁷.

Na sequência desta, foram efetuadas reformas no interior: criação dos altares laterais, lajeamento do pavimento, ornamentação da Capela-mor, entre outras. “Primeiramente a situação de Igreja da Santa Casa da Misericórdia, estando junto a ella o Hospital³⁸, Semitério e suas cercas amuradas nesta Vila do Porto na rua direita della as quais confrontam pela parte

do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e setenta e quatro annos; a outra pella mesma vendedora no anno de mil quinhentos oitenta e hun nas notas do Tabelião António Velho, lançadas no livro do Tombo da Santa Caza a folhas vinte e verso e trinta verso [...]” (ALBUQUERQUE e ALBUQUERQUE, 1823: 25).

Entre 1536 e 1845, pelo menos, realizaram-se enterramentos neste local, sendo que nos últimos 148 anos foram 475, ficando ausentes de registo escrito 161 anos, ou seja, um pouco mais de metade do total do período de funcionamento. Não é, portanto, improvável que, ao longo dos três séculos em que este espaço foi também funerário, tenham sido nele enterrados cerca de um milhar de indivíduos.

³⁵ Arquivo dos Açores, vol. XV, 1959, pp. 17-18.

³⁶ Existe também, entre outros livros, um livro contendo assentos de *Receita, Despeza, Acórdãos de Eleições e Legados de 1574 a 1598 da Misericórdia de Vila do Porto*.

³⁷ *Livro do Tombo da Câmara Municipal de Vila do Porto*, fls. 198v. e 19. Arquivo dos Açores, vol. XV, 1959, pp. 23-24.

³⁸ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

(citado doravante por BPARPD, por conveniência), fundo JABVA, *Acórdãos da Câmara 27 Julho de 1602. Requerimento do Procurador sobre reparação da casa da enfermaria dos Lázaros que está caída e donde têm tirado telhas. Tomam providências.*

³⁹ BPARPD, fundo JABVA, in AA.Vv., 1585: fl.167 – “deixou (jº) frz carneiro hu` a caza q esta ao longo do consistorio da santa mi.ã a qual deixou por aceitarem por irmão da caza. Melchior Frz. o escrevi”.

Atendendo às dimensões do lote, à tripla função que deteve – espiritual, com o templo; assistencial, com o hospital; funerária, com os enterramentos –, resulta evidente que para se praticarem inumações houve que arranjar soluções ⁴⁰ para que os anteriormente inumados fossem retirados, para permitirem novos enterramentos no mesmo lugar. Ora, atendendo a que os locais de enterramento estão numerados, como é comum nas Misericórdias, sabemos que existiram 67 lajes sepulcrais porquanto ainda se observa este como o número mais alto ⁴¹, o que, por outras palavras, significa que poderiam estar 67 corpos enterrados em simultâneo.

Esse problema, que resulta da pressão inumatória no subsolo da Misericórdia, terá tido a resposta então habitual, com a construção de “carneiros” ⁴². Os “carneiros” eram estruturas subterrâneas existentes nas igrejas com a função de ossários, de modo a permitir a arrumação dos ossos dos cadáveres já decompostos, auxiliando na contínua reocupação do espaço para novas sepulturas ⁴³.

Desde 1845, data do último enterramento, o templo manteve-se ao culto de forma ininterrupta. Uma das expressões mais vigorosas é a continuidade da procissão pascal dos Passos da Paixão. Tal implicou, naturalmente, que ao longo dos 173 anos posteriores à data do último enterramento, se tenham realizado as mais diversas obras de manutenção e melhoramento do espaço. Numa delas, remexendo no subsolo, fosse para eletrificar, passar água da rede, ou instalar áreas técnicas ⁴⁴, ter-se-á descoberto um “carneiro”. Perante essa descoberta, a questão ter-se-á colocado: ou se mandariam os ossos para o cemitério público, ou respeitar-se-ia a última vontade dos venerandos anciãos defuntos. Entre os dias 2 e 4 de fevereiro de 2018, uma equipa coordenada por José Luís Neto, constituída por Luís Borges e Joana Camacho, da Direção Regional da Cultura, deslocou-se a uma obra, a pedido do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, porquanto, durante a mesma, se haviam descoberto ossadas humanas.

A intervenção de minimização de impactos constatou tratar-se de um ossário, com 1,80 x 2,00 x 0,40 metros, entre duas paredes de pedra seca, heterodoxamente colocado num pátio murado ⁴⁵, exterior ao templo e associado ao espaço hospitalar.

O seu interior estava maioritariamente preenchido com ossadas humanas, complementadas por diversos materiais orgânicos ⁴⁶ e inorgânicos ⁴⁷. As ossadas foram retiradas manualmente e colocadas na igreja, para posteriormente serem acondicionadas em caixas para transporte. Os ossos superficiais estavam em boas condições de conservação, apesar de alguns estarem quebrados devido à queda de pedras durante as obras. À medida que se aprofundou, verificou-se que os ossos soterrados nos detritos estavam muito mais frágeis e quebradiços, muitos deles desfazendo-se ao toque; os ossos mais frágeis estavam já pulverizados, confundindo-se com os detritos do interior do ossário ⁴⁸.

Estes detritos eram compostos por uma terra muito fina, de cor acinzentada, muito solta e com a presença, além dos ossos, de cerâmica, objetos em plástico e grande quantidade de valvas de lapas. Os ossos concentravam-se do lado poente do ossário, junto da parede da igreja; do lado nascente estava destruído, devido ao aluimento de grandes pedras e barrote. A parede do ossário, do lado exterior, já havia sido rebocada com cimento, mas, do lado interior, foi possível identificar uma pequena porta de acesso e um nicho no ossário.

Os materiais orgânicos revelam provir, muito provavelmente, de um “carneiro” da igreja. Aproveitando um vão, talvez de uma primitiva escada interior de acesso ao primeiro piso, construiu-se uma parede falsa que emparedou os ossos, de modo a que estes se mantivessem próximo do local para onde secundariamente haviam sido trasladados. Este ossário é, consequentemente, uma deposição terciária, sendo que, atendendo a que apresenta os restos mortais de 123 indivíduos incompletos, representados maioritariamente por crânios e ossos longos, conforme ao habitual em “carneiros”, podemos calcular que pertenceram a mortos anteriores aos anos de 1805-1806 ⁴⁹. O “ante

⁴⁰ BPARPD, fundo JABVA, in AA.VV., 1585: fl. 13 – “[...] e outrossi agenterão q se não enterrase na casa da mis.a pessoa alguma senão caso de provedor e mais irmãos e q enterrando-se algum menyno na casa fosse donde esta a campa de ines afonso p^a [...] q são covas baixas e bastão p.^a menynos e não se ocupão as covas mais altas q são poucas. Se asegnou o Sr provedor co os mais irmãos”.

⁴¹ O corpo da igreja tem 20,5 x 6,5 metros, o que permitiria uma distribuição de onze fiadas de comprimento por seis de largura, o que resultaria em 66 sepulturas, pelo que o 67 confirma, assim, ser o limite máximo.

⁴² Tal é verificável pelo facto de as sepulturas serem numeradas, ao invés de nominais.

⁴³ “Os locais onde cada um era enterrado não eram marcados ou retidos na memória e, quando a carne tinha apodrecido, os ossos eram normalmente desenterrados e acrescentados à massa anónima, no ossário” (Bossy, 1990: 47).

⁴⁴ Desde a desativação do antigo hospital da Misericórdia, já explicada anteriormente, este espaço passou a habitação de renda, pelo que, naturalmente, requereu as comodidades modernas, tais como eletricidade, água e, eventualmente, águas residuais. As redes que a alimentam passam pela Rua Frei Gonçalo Velho, o que obrigou, quase certamente, a perfurar parte do subsolo da igreja.

⁴⁵ Identificado aquando do levantamento do soalho de madeira do primeiro piso, o qual tinha um pequeno alçapão junto à porta lateral do templo.

⁴⁶ Maioritariamente ossos de ratos.

⁴⁷ Maioritariamente cerâmicos, acompanhados de detritos contemporâneos.

⁴⁸ Os ossos foram alvo de estudo detalhado pela antropóloga biológica Joana Camacho, encontrando-se apenso ao respetivo Processo de Carta Arqueológica dos Açores.

⁴⁹ Este cálculo é obtido pela subtração dos últimos 67 enterramentos efetuados no templo, que ainda estarão, em princípio, nas campas individuais.

quem” da sua representatividade não é calculável, evidentemente, mas é seguramente posterior a 1536.

Quanto ao mais, alguma cultura material pode ser associada ao uso do espaço enquanto hospital. Por exemplo, a peça MVP 16 corresponde a um fogareiro para queimar incenso, em cerâmica de produção local, que era destinado a purificar o ar. Acresce a esta peça fragmentos de outras claramente indicadoras que se preparavam alimentos (MPV 23, 24, 27, 41, 44, 45, 46), se cozinhavam (MPV 20, 21, 22, 33, 37), se armazenavam (MVP 26) e se alimentavam individualmente os pacientes no hospital (MVP 3, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 28, 29, 31, 32) desde, pelo menos, meados do século XVI - inícios do século XVII (MVP 3) até meados do século XX (MPV 15). A água parece ter tido relevante importância, pelo uso de talhões (MPV 25, 30, 34, 47), bem como de jarros e bilhas (MPV 19, 38) que a armazenavam e, para matar a sede,

púcaros (MPV 4, 36, 40). Assim se compreendem melhor as ocupações do hospital e a natureza da instituição, que aparenta ter reunido as funções de *nosocomia* – para doentes –, *xenodochia* – para albergar estrangeiros / peregrinos – e, pela avançada idade de muitos que aqui encontraram a sua última morada, também de *gerocomia* – asilo dos idosos –, e ainda de *orphanotrophia* – casa dos órfãos –, reunindo muitas das funções assistenciais existentes à época.

O período posterior à extinção do hospital está representado por diversos objetos atribuíveis a um uso claramente habitacional (MVP 49, 50, 59 a 71), em agregado familiar com crianças (MVP 51 a 58).

Este primeiro estudo, que resulta de uma intervenção de emergência, abre uma janela para muitas questões de interesse, para as quais, infelizmente, possuímos mais indefinições que respostas. 

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1585) – *L.º Receita e Despeza. Acordãos e Eleições. Legados de 1574 a 1598*. Ponta Delgada, Açores: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Fundo JABVA [fundo documental não publicado].
- ALBUQUERQUE, António do Canto Lacerda e ALBUQUERQUE, Manuel da Câmara (1823) – *Inventário dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto*.
- ARIÈS, Philippe (1989) – *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Edições Teorema.
- ARRUDA, Manuel Velho (ed.) (1959) – *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada, Açores: Typ. do Archivo dos Açores. Vol. 15.
- BOSSY, John (1990) – *A Cristandade no Ocidente 1400-1700*. Lisboa: Edições 70.
- CANTO, Ernesto do (ed.) (1888) – *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada, Açores: Typ. do Archivo dos Açores. Vol. 10. Disponível em <https://tinyurl.com/37z2z5zr>.
- CRESPO, Jorge (2003) – “As Provas do Corpo, os Sinais da Morte nos Séculos XVIII-XIX”. *Pro-Posições*. Campinas, Brasil: UNICAMP

- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 14 (2): 31-39. Disponível em <https://tinyurl.com/5d97wnuy>.
- FERREIRA, Adriano (s.d.) – *Era uma Vez... Santa Maria*. Vila do Porto, Açores: Câmara Municipal de Vila do Porto.
- FRUTUOSO, Gaspar (1998) – *Saudades da Terra*. Ponta Delgada, Açores: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Livros III e IV.
- GARIN, Eugénio (1997) – *O Zodíaco da Vida: a polémica sobre a astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*. Lisboa: Editorial Estampa.
- GONÇALVES, Iria (1991) – “Fragilidades da Velhice e da Doença: alguns exemplos da Idade Média beirã”. In *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XIX*. Castelo Branco: Ed. António Salvado, pp. 4-7 (*Cadernos de Cultura*, 4). Disponível em <https://tinyurl.com/yc5wmx83>.
- ÍNDICE DA CHANCELARIA de Filipe II (1609) – *Misericórdia da Ilha de S. Maria. Alv. para uzar de hum compromisso*. Lisboa: Arquivo Nacional-Torre do Tombo. Liv. 23., fl. 153.

- LIVROS DE REGISTO de Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Assunção* (1701-1911) – Disponíveis em <https://tinyurl.com/49pdsewh> [Ilha de Santa Maria, Concelho de Vila do Porto, Freguesia da Assunção, série Óbitos].
- PEREIRA, Isaias da Rosa (1983) – “As Constituições Sinodais de Angra de 1559”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Açores. 41: 809-820. Disponível em <https://tinyurl.com/52mj67rb>.
- SCHMITT, Jean-Claude (1999) – *Os Vivos e os Mortos na Sociedade Medieval*. São Paulo, Brasil: Ed. Schwarcz Lda.
- VIANA, Mário (2011) – “A Metrologia nas Posturas Municipais dos Açores (séculos XVI-XVIII)”. In *Actas do 5.º Colóquio «O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX»*. Horta, Açores: Núcleo Cultural da Horta, pp. 279-312. Disponível em <https://tinyurl.com/3vet33hk>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-07-01]

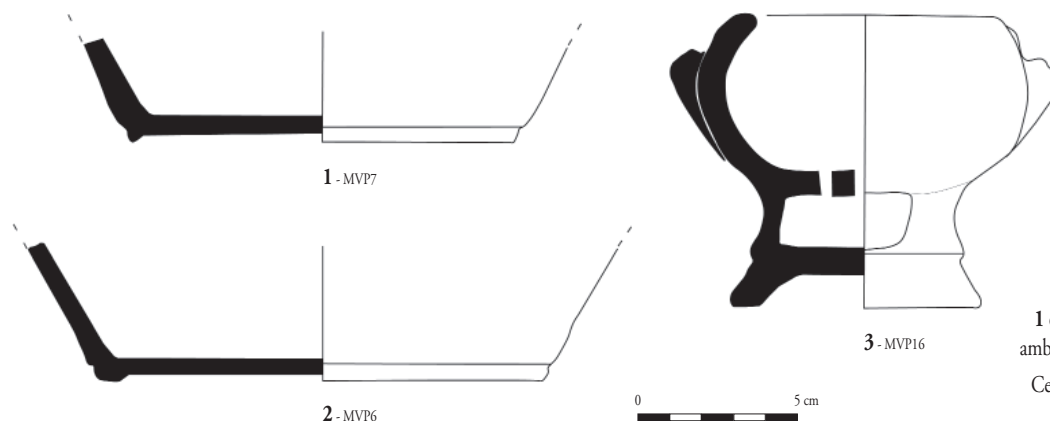


FIG. 14 – Faiança portuguesa, Lisboa, séculos XVII a XVIII.
1 e 2. Fundos de taça e de prato alto, ambos com bandas concêntricas a azul.
 Cerâmica comum, séculos XVI a XX.
3. Fogareiro para queimar incenso.

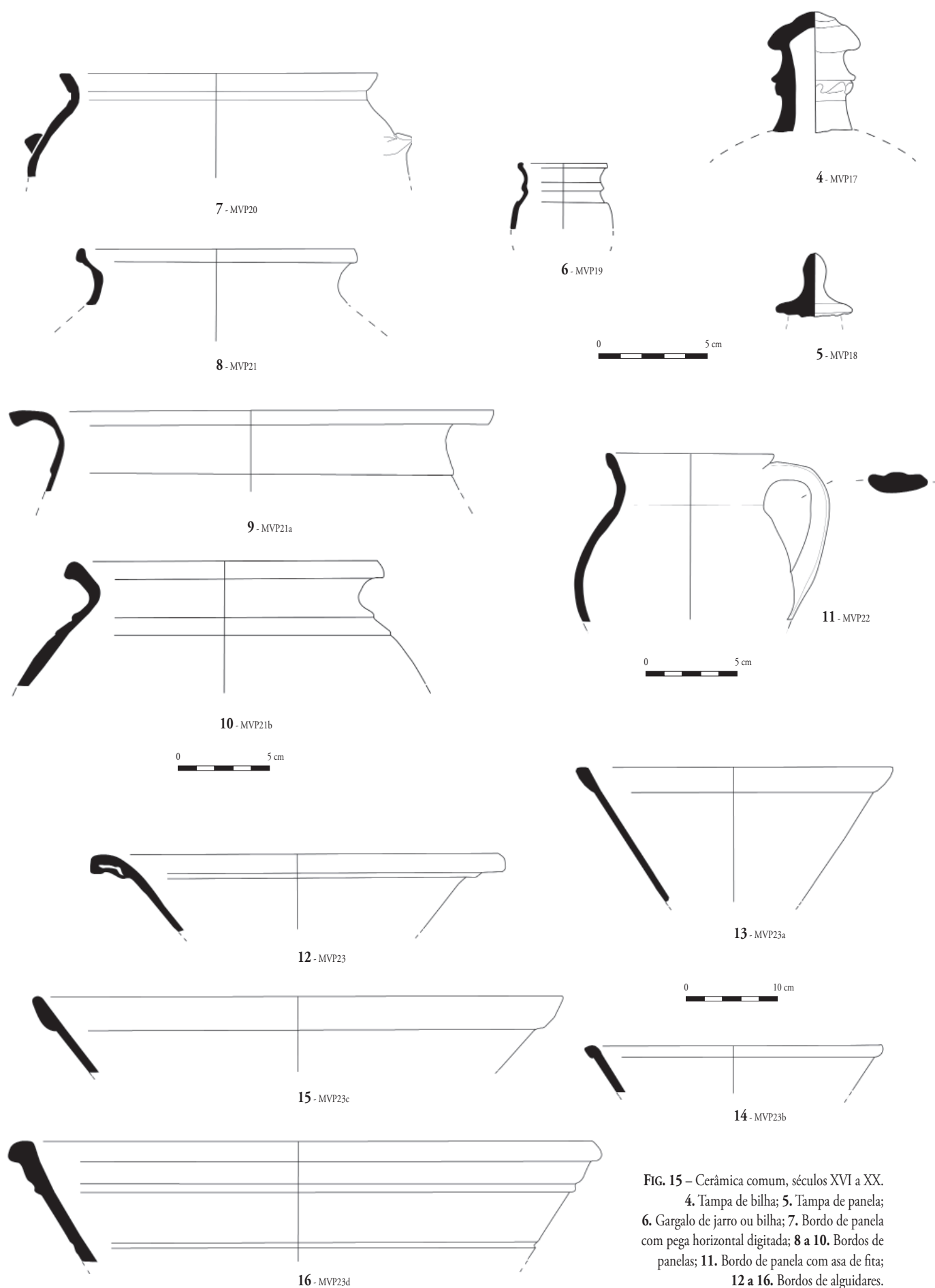


FIG. 15 – Cerâmica comum, séculos XVI a XX.

4. Tapa de bilha; 5. Tapa de panela; 6. Gargalo de jarro ou bilha; 7. Bordo de panela com pega horizontal digitada; 8 a 10. Bordos de panelas; 11. Bordo de panela com asa de fita; 12 a 16. Bordos de alguidares.

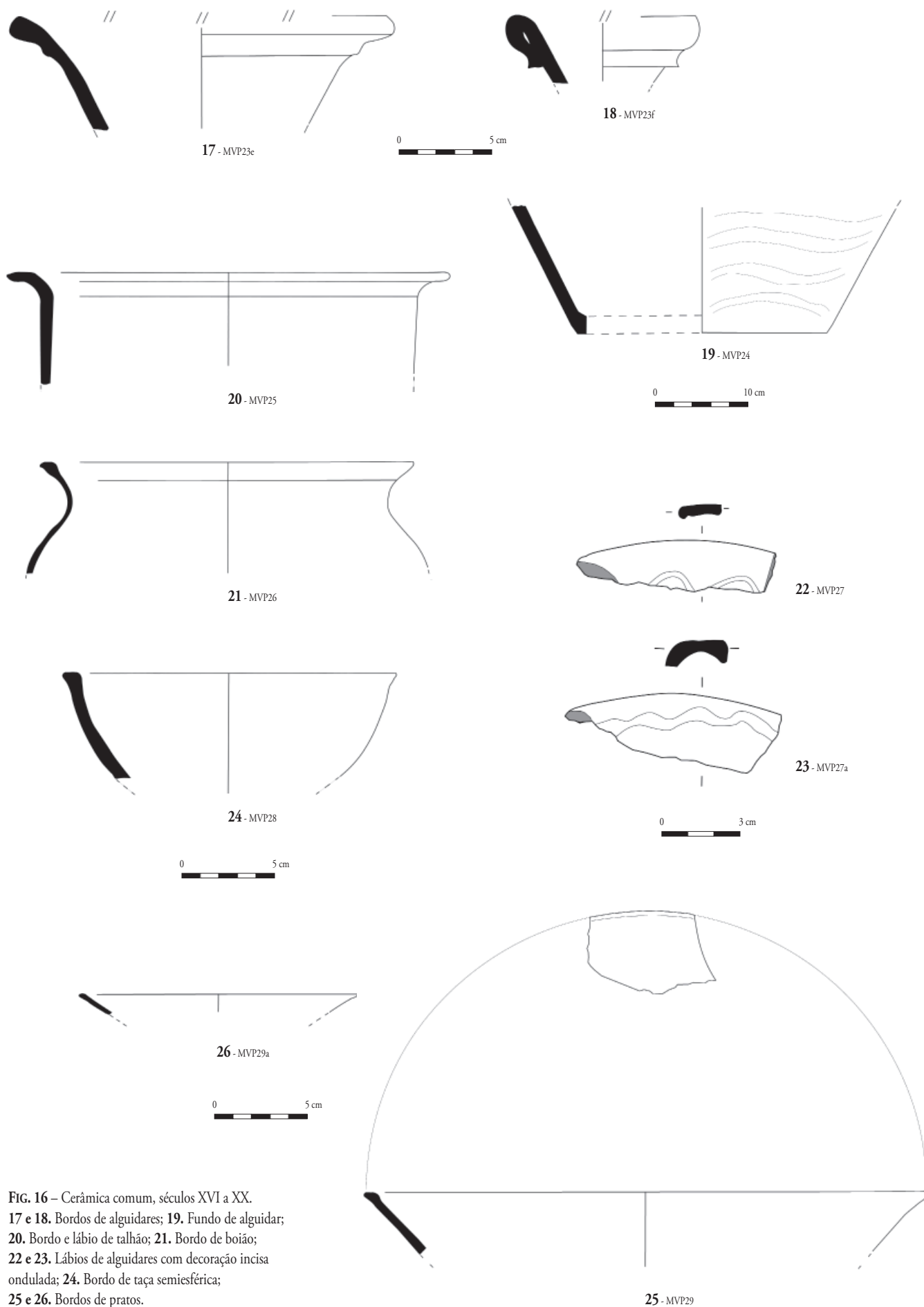


FIG. 16 – Cerâmica comum, séculos XVI a XX.
17 e 18. Bordos de alguidares; **19.** Fundo de alguidar;
20. Bordo e lábio de talhão; **21.** Bordo de boião;
22 e 23. Lábios de alguidares com decoração incisa
ondulada; **24.** Bordo de taça semiesférica;
25 e 26. Bordos de pratos.

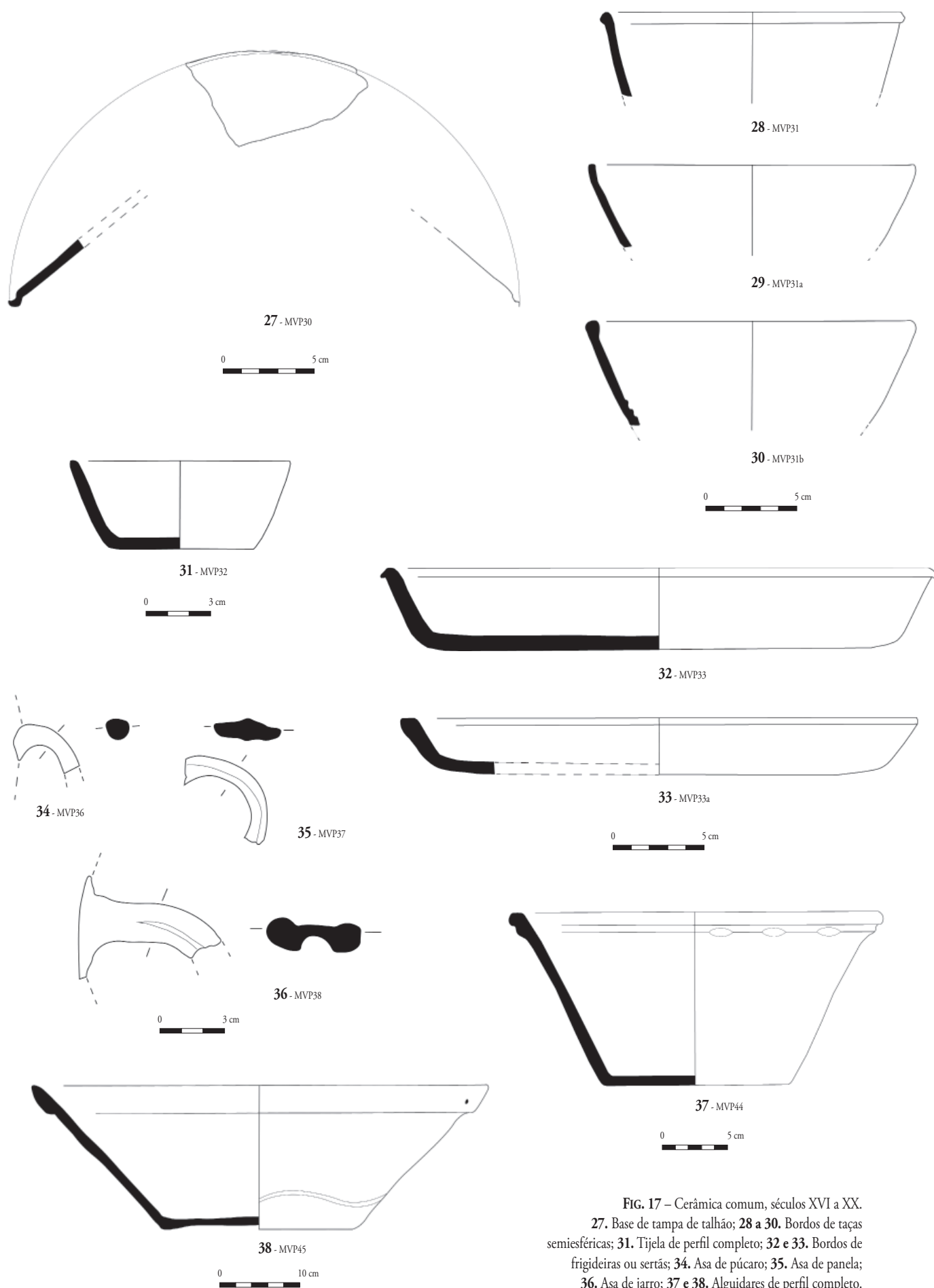


FIG. 17 – Cerâmica comum, séculos XVI a XX.
 27. Base de tampa de talhão; 28 a 30. Bordos de taças semiesféricas; 31. Tijela de perfil completo; 32 e 33. Bordos de frigideiras ou sertãs; 34. Asa de púcaro; 35. Asa de panela; 36. Asa de jarro; 37 e 38. Alguidares de perfil completo.

RESUMO

No âmbito de uma expedição internacional, liderada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (Chade) e pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, realizaram-se trabalhos arqueológicos nas proximidades de N'Djaména, capital da República do Chade, na África Central, em fevereiro de 2023. A região estudada foi ocupada pelos Sao, um povo lendário que dominou o Sul do Chade e o Leste dos Camarões e da Nigéria entre o século VI a.C. e o século XVI. Estes trabalhos permitiram desenvolver a formação de agentes locais e contribuir para o aprofundar do conhecimento sobre as fases de ocupação dos sítios estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Formação; Património; África; Cultura Sao.

ABSTRACT

Archaeological works were carried out near N'Djaména, capital city of the Republic of Chad, in Central Africa, in February 2023, within an international expedition led by the National Research and Development Centre (Chad) and the African Studies Centre of the University of Porto. The region under study was occupied by the Sao, a legendary people who dominated the South of Chad and the East of the Cameroon and Nigeria between the 6th century BC and the 16th century. The works allowed the training of local agents and contributed to a deeper knowledge about the studied sites' occupation stages.

KEY WORDS: Archaeology; Training; Heritage; Africa; Sao culture.

RÉSUMÉ

Dans le cadre d'une expédition internationale commandée par le Centre International de Recherche et Développement (Tchad) et par le Centre d'Etudes Africaines de l'Université de Porto, ont été réalisés des travaux archéologiques dans les environs de N'Djaména, capitale de la République du Tchad, Afrique Centrale, en février 2023. La région étudiée a été occupée par les Sao, un peuple légendaire qui a dominé le sud du Tchad et l'est du Cameroun et du Nigéria entre le VI siècle av. J.-C. et le XVIème siècle. Ces travaux ont permis de développer la formation d'agents locaux et de contribuer à approfondir la connaissance des phases d'occupation des sites étudiés.

MOTS CLÉS: Archéologie; Formation; Patrimoine; Afrique; Culture des Sao.

Missão Arqueológica no Chade (África Central) campanha de 2023

Miguel Serra ¹ e João Barreira ²

INTRODUÇÃO

A assinatura de um acordo de cooperação científica entre o Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNRD) - Chade e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), a 21 de Dezembro de 2022, constituiu o primeiro passo para o desenvolvimento de um programa para a investigação arqueológica, proteção e divulgação da Cultura Sao, a concretizar através de uma missão no terreno na República do Chade (Fig. 1).

Na sequência deste acordo e no âmbito da parceria entre o CEAUP e o Instituto de Estudos Africanos de Moscovo, acresceu-se a integração na equipa científica de elementos do Instituto de Arqueologia da Academia Russa de Ciências (IARAS). Também integraram os trabalhos de campo elementos do Museu Nacional do Chade e das Universidades de Doba e Sarkh (Chade).

A missão criada possuía um âmbito de atuação mais vasto, que incluía também a realização de investigação histórica nos Arquivos Nacionais do Chade e de etnobotânica comparada entre os ambientes do Sael e tropicais.

No entanto, o presente artigo centra atenções na missão arqueológica desenvolvida ao abrigo do referido programa de cooperação, com destaque para os seus objetivos e a síntese dos principais resultados e ações, constituindo-se como uma primeira notícia de divulgação sobre os trabalhos realizados.

Os trabalhos arqueológicos incidiram em dois sítios da Cultura Sao, previamente selecionados entre um levantamento, de quase uma centena e meia de sítios, elaborado pelos técnicos do CNRD em 2021 (CNRD, 2021) (Fig. 2).

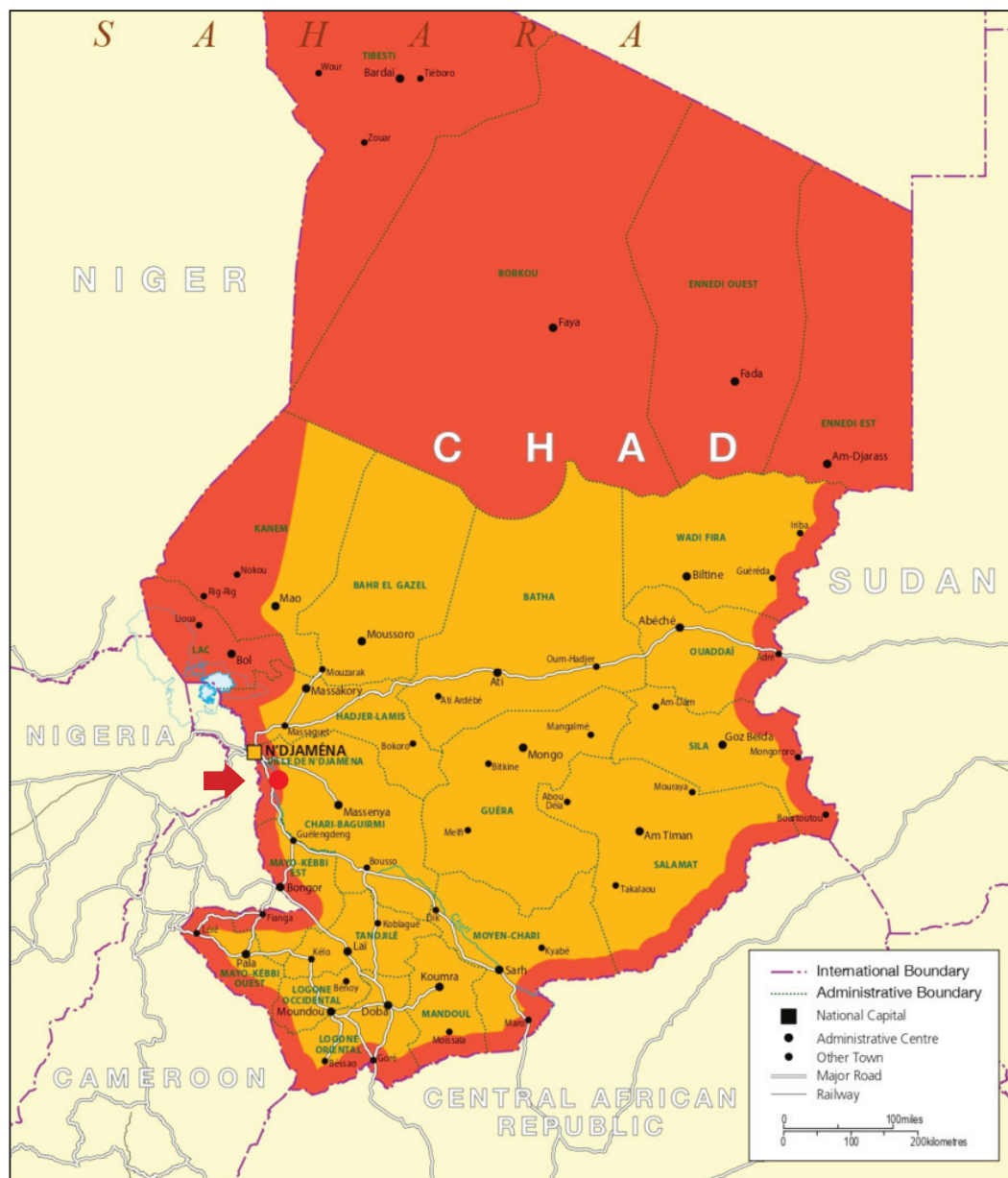
Os sítios de Toukra Dassa 1 e 2 foram deste modo escolhidos para a realização de intervenções de salvaguarda devido às ameaças de destruição relativas à exploração de terras para fabrico de tijolos na construção tradicional, à construção de habitações e ações pontuais de saque e vandalismo.

¹ Arqueólogo. Divisão de Cultura e Património da Câmara Municipal de Serpa. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (miguel.antonio.serra@gmail.com).

² Arqueólogo. O Legado da Terra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (joaobarreira@gmail.com).

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

FIG. 1 – República do Chade e localização da área de intervenção.



As reuniões preparatórias serviram ainda para definir os objetivos da missão e as atividades a realizar durante a estadia da equipa internacional.

Sob a designação “Registar para proteger a Cultura Sao”, o projeto tinha como principal objetivo a criação de um *website* para inventário, descrição e divulgação dos sítios arqueológicos relativos à Cultura Sao, a desenvolver em duas missões repartidas entre 2023 e 2024, que incluíam trabalhos de campo, nomeadamente escavações arqueológicas e prospeções, e de gabinete, que iriam incidir na organização de reservas arqueológicas. De modo complementar as estas ações estavam previstas ações de formação em diversas disciplinas (técnicas de escavação e registo, antropologia física, arqueobotânica, fotogrametria, educação patrimonial, entre outras), destinadas aos parceiros locais. Outro objetivo consistia na publicação de um artigo coletivo com os resultados obtidos.

As condições aferidas no terreno condicionaram a concretização de todas as atividades inicialmente programadas, centrando-se a missão na realização dos trabalhos de escavação arqueológica e ações de formação no terreno em contexto de trabalho.

A CULTURA SAO: BREVE CARATERIZAÇÃO

O conhecimento sobre as origens, evolução e definição da Cultura Sao é ainda constituído por inúmeras lacunas, sobretudo pelas dificuldades de atribuição cronológica e definição de distintas fases.

Genericamente, considera-se que esta cultura se desenvolveu na África Central, ao longo do rio Chari, a Sul do Lago Chade, abrangendo países atuais como o Chade, os Camarões e uma pequena área da Nigéria (CHAPELLE, 1992: 16).

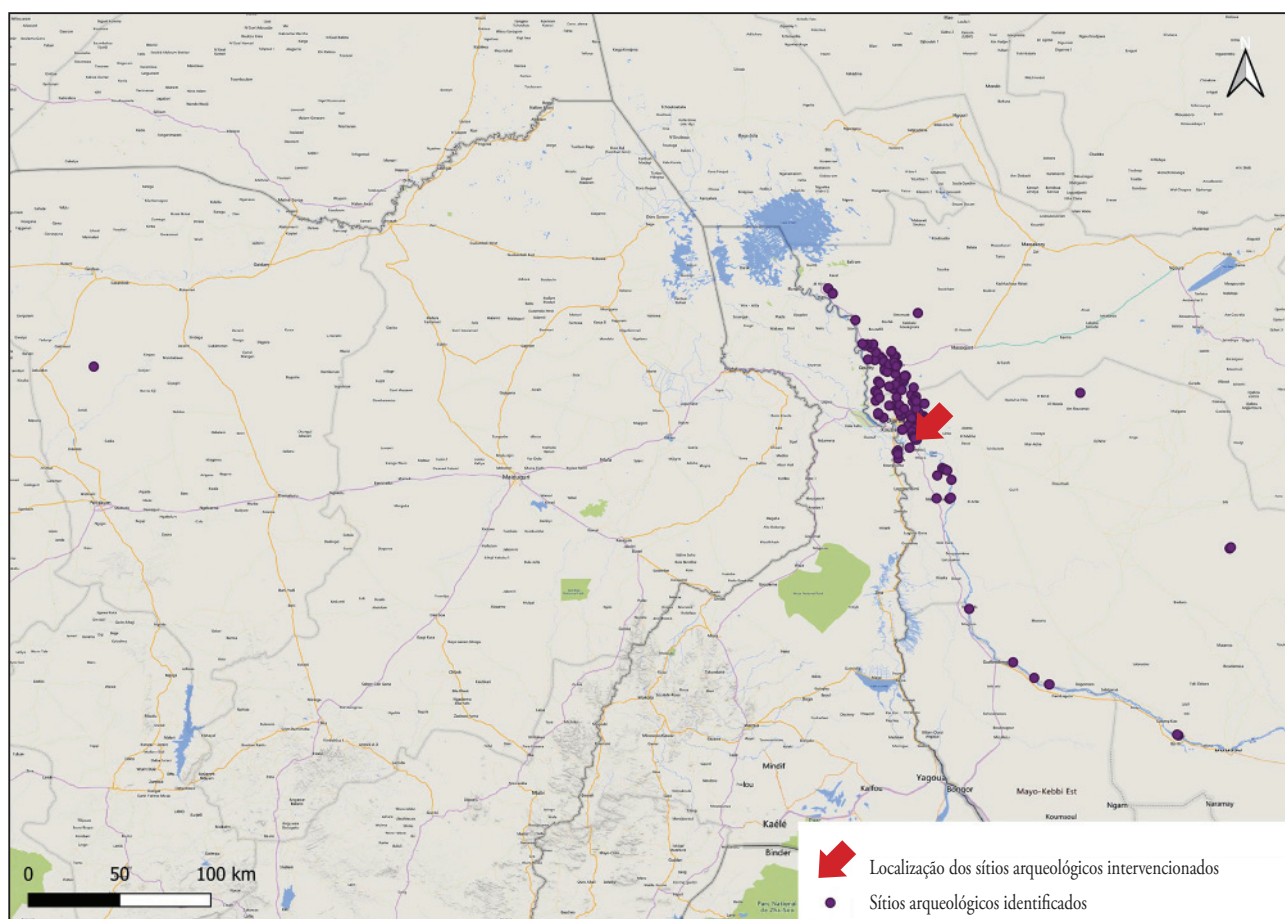


FIG. 2 – Distribuição de sítios arqueológicos Sao ao longo do Rio Chari (Chade).

As suas origens são definidas por mitos mantidos por populações atuais, como os Kotoko, que se assumem como descendentes dos míticos Sao (BOULNOIS, 1986: 44), um povo de gigantes dotados de força prodigiosa, mas também artistas que dominavam a arte da escultura em terracota e a produção oleira ou a metalurgia do ferro, e que terão sido os primeiros habitantes da bacia do Lago Chade (GRIAULE, 1943). São referidos pela primeira vez em crônicas árabes, durante o século XVI, momento coincidente com o seu declínio e desaparecimento, após a conquista da região por novos colonizadores vindos do Norte. Estas descrições referem os Sao como um povo com uma estrutura hierárquica claramente definida, sugerindo-se inclusivamente uma organização de tipo cidades-estado, com referência à existência de pequenas cidades rodeadas por fossos e rampas de terra (LEBEUF, 1962). No entanto, os trabalhos científicos conduzidos ao longo dos séculos XX e XXI sobre os Sao revelam que estes seriam na realidade constituídos por um conjunto de populações que partilhavam certos traços comuns a nível cultural, social e fisionómico, e repartiam o espaço geográfico.

É em volta do Lago Chade que os Sao desenvolvem a sua cultura comum, situação potenciada pelas condições favoráveis da zona, quer pela abundância de água, quer pelo clima mais ameno ou existência de pastagens para os animais, que permitem a possibilidade de desenvolvimento de certas atividades cruciais, como a agricultura e a pesca.

Apesar da incerteza das origens dos Sao, que alguns autores remontam ao século VI a.C. (WENTE-LUCAS, 1977), estas populações vão instalar-se ao longo do Lago Chade e dos principais rios da região, como o Chari e o Logone, e será sobretudo a partir do século IX que exercem um maior controlo e hegemonia sobre as margens do Lago Chade. Os sítios Sao podem distribuir-se em várias categorias que demonstram uma sociedade complexa e hierárquica, com cidades fortificadas rodeadas por muralhas de terra; sítios de menor dimensão, com grandes concentrações de cerâmica e pavimentos de argila, situados, quer em zonas planas, quer em pequenas colinas; necrópoles presentes em zonas habitadas, mas também possíveis “santuários”, que revelam grande densidade de enterramentos (CNRD, 2021).

Invariavelmente, a maior parte dos sítios revela grandes quantidades de cerâmicas e frequentes fornos em argila, pavimentos cerâmicos relacionados com as habitações, das quais subsiste grande desconhecimento das suas plantas por dificuldades de preservação das estruturas em terra, instrumentos líticos que podem ir desde projéteis, machados ou mós, faunas, maioritariamente de peixe, escórias de ferro, adornos em materiais diversos e esculturas zoomórficas e antropomórficas em argila.

Apesar da riqueza arqueológica do Chade e, em particular, no que se refere aos sítios arqueológicos da Cultura Sao, são muitas as ameaças que criam sérios riscos de destruição e desaparecimento deste património. As situações mais frequentes reportam-se ao vandalismo por parte das comunidades locais, as afetações provocadas por explorações agrícolas, construção de habitações ou expansão urbana, esta última com especial incidência na envolvente à capital N'Djaména. A este cenário acresce a falta de meios adequados para uma resposta, quer em termos de proteção dos sítios arqueológicos, quer da capacidade de realizar intervenções de emergência e salvaguarda nos sítios mais ameaçados, que constituem a maioria nos inventários realizados (NOUDJIKO, 2013: 102).

TOUKRA DASSA 1 E 2

Os trabalhos de campo da missão arqueológica do projeto “Registar para proteger a Cultura Sao” dirigiram atenções para dois sítios localizados na região de Toukra, a cerca de 10 km a Sudeste de N'Djaména (Fig. 3).

FIG. 3 – Localização dos sítios arqueológicos Toukra Dassa 1 e 2.

Estes dois sítios arqueológicos haviam sido previamente selecionados pelos técnicos do CNRD pelas ameaças que enfrentavam, para aí se realizarem intervenções cirúrgicas de salvamento, dado o escasso tempo disponível para os trabalhos no terreno.

TOUKRA DASSA 1

O primeiro sítio a ser avaliado pela equipa do projeto, sob a designação Toukra Dassa 1, situa-se no limite Sudeste da província de N'Djaména, com o Rio Chari a correr a cerca de 800 metros para Este.

O sítio é constituído por uma colina artificial, que se eleva em cerca de 3 a 4 m de altura em relação à área circundante, e forma uma área de ocupação estimada em 1,2 hectares (Fig. 4).

Uma parte considerável da colina encontrava-se severamente afetada por zonas de extração de argila, utilizada pelas populações locais na produção de tijolos e adobes.

A prospeção inicial permitiu verificar a presença superficial de vasta quantidade de material cerâmico, maioritariamente decorado, e alguns recipientes *in situ*.

Foram marcadas duas sondagens, uma no topo da colina, numa zona que aparentava melhores condições de preservação da sequência estratigráfica do sítio, com 4 x 4 m, enquanto a sondagem 2, com 1 x 1 m, centrou-se num vaso *in situ*.





FIG. 4 – Vista geral de Toukra Dassa 1.

A sondagem 1 foi escavada em unidades artificiais de 20 cm até um metro de profundidade, revelando uma estratigrafia uniforme, correspondendo a uma camada de terra arenosa de tom castanho-claro e pouco compacta, com alguns nódulos argilosos mais densos, que embalava grandes quantidades de material cerâmico e fragmentos de barro cozido (Figs. 5 e 6).

Foram também recolhidos elementos faunísticos, maioritariamente de peixes, e efetuaram-se seis amostras arqueobotânicas para flotação que permitiram a recolha de sementes carbonizadas, que serão analisadas pela equipa do IARAS em Moscovo.

Destacam-se ainda alguns achados particulares, como uma argola de argila, uma figura zoomórfica em terracota e contas de colar em argila.



FIGS. 5 E 6 – Toukra Dassa 1.
Sondagem 1. Fase de escavação
e plano final.

A sondagem 2, localizada a 10,2 m para Este da sondagem 1, foi escavada apenas até 20 cm de profundidade, para permitir recuperar o vaso observável à superfície. O recipiente não se encontrava completo, mas destaca-se pelo tipo de decoração que ocupa a quase totalidade da superfície exterior, situação recorrente na Cultura Sao. O sedimento no interior do vaso revelou grande quantidade de ossos de peixe e foram recolhidas amostras para flotação (Fig. 7).

Os trabalhos foram concluídos sem se atingir o substrato geológico ou um estrato arqueologicamente estéril, devido aos condicionalismos de tempo já referidos, procedendo-se à selagem das sondagens.

Em Toukra Dassa 1 houve ainda lugar à realização de uma seção na zona Nordeste do sítio, que apresentava um corte para extração de argila e onde era possível observar duas unidades distintas e a presença de alguns materiais cerâmicos e faunísticos.

Marcou-se uma seção com dois metros de largura, para regularização e limpeza de um perfil com 1,3 m de profundidade, onde foi possível recolher mais algumas amostras arqueobotânicas (Fig. 8).



FIGS. 7 E 8 – Toukra Dassa 1.
Sondagem 2. Vaso *in situ*
e seção 1.

TOUKRA DASSA 2

Após a conclusão dos trabalhos em Toukra Dassa 1, a equipa deslocou-se para o segundo sítio identificado para avaliação arqueológica, Toukra Dassa 2, situado a cerca de 890 m para Este.

O sítio implanta-se numa plataforma plana de formato oval, a pouco mais de 120 m do rio Chari. Apesar da curta distância entre ambos, Toukra Dassa 2 localiza-se na província de Chari Baguirmi, departamento de Chari, uma vasta região que se estende para Sudeste até à faixa tropical do país.

Toukra Dassa 2 encontra-se pontualmente ocupada por casario disperso, tornando difícil estabelecer os seus limites reais. Considerou-se, no entanto, a possibilidade de ocupar uma área de cerca de 3,2 hectares, com base na análise de fotografias de satélite e pela dispersão de materiais à superfície. A zona Nordeste do sítio situa-se no leito de cheia do rio Chari, que em época seca recua várias dezenas de metros (Fig. 9).

À superfície abundavam vestígios de fragmentos cerâmicos, sobretudo decorados, concentrações de barro cozido e fragmentos de tijolos que poderiam corresponder a pisos de habitações e fornos. Foram ainda detetados 11 vasos *in situ* em posição vertical, com ablação do topo (Fig. 10).

As sondagens foram diretamente implantadas sobre os vestígios de recipientes *in situ*. A sondagem 1, com 3 x 2 m, abarcava dois vasos *in situ* e uma zona com barro queimado. Apenas se escavou a metade Sul (2 x 1,5 m), onde se localizavam os vasos, através de níveis artificiais de 10 cm, até 30 cm de profundidade. Foram recolhidos os dois vasos, que se encontravam depositados sobre o bordo, faltando os fundos, que foram cortados com a ablação da superfície do terreno. Recuperou-se ainda uma pequena quantidade de outros fragmentos cerâmicos, ossos de mamíferos e de peixes (Fig. 11).



FIGS. 9 E 10 – Toukra Dassa 2.
Vista geral e vaso *in situ* na Sondagem 1.

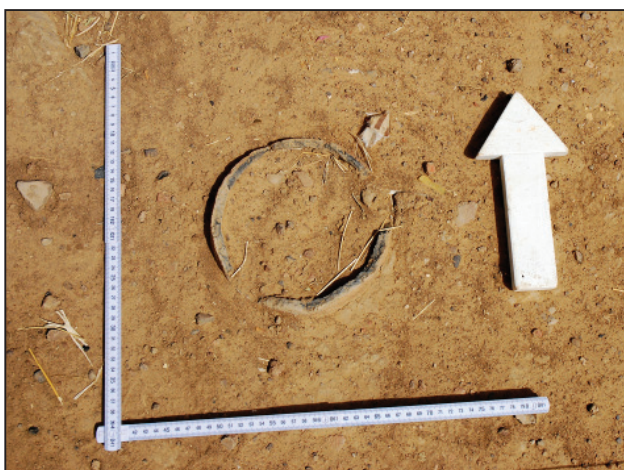


FIG. 11 – Toukra Dassa 2.
Sondagem 1. Vasos *in situ*.



A sondagem 2, localizada a cinco metros para Noroeste da sondagem 1, implantou-se sobre outro vaso cortado, numa área de 1 x 1 m. A escavação desta sondagem permitiu verificar que o vaso correspondia a um recipiente colocado sobre um forno em argila, que ainda se encontrava preservado numa altura de 10 a 15 cm e possuía um formato alongado, rematado numa zona mais ovalada (Fig. 12).

O interior do pequeno forno, possivelmente culinário, continha fragmentos cerâmicos e carvões que foram recolhidos para análise e para datação por radiocarbono.

Foram escavados níveis artificiais de 10 cm, até 50 cm de profundidade, nível correspondente à base do forno.

À semelhança da sondagem 1, também se recolheram alguns fragmentos cerâmicos, faunas e amostras arqueobotânicas.

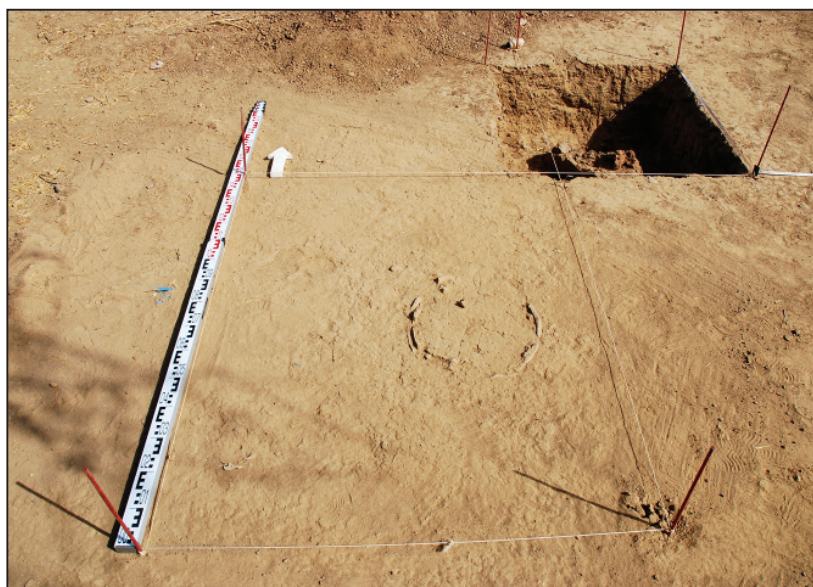
A identificação de outros dois vasos *in situ*, um sobre o outro, junto ao limite Sul da sondagem, levou ao seu alargamento em 1,5 por 1,2 m no canto Sul (Fig. 13). De igual forma, foram escavadas cinco unidades artificiais com 10 cm de profundidade, que revelaram uma única camada de areia siltosa com alguma compactação e de cor castanho-clara.

Verificou-se que o vaso observável à superfície foi colocado de forma invertida sobre um outro mais completo que se encontrava preservado até aos 50 cm de profundidade.

O vaso inferior estava assente sobre um forno em argila, com paredes conservadas até 20 cm de altura, mas muito destruído, dificultando a reconstituição da sua forma completa. Também foram recolhidos carvões na base do forno. Apresentava-se muito fragmentado, apesar de *in situ*, pelo que se optou por remover todos os fragmentos e recolher o sedimento interior num bloco compacto para escavação em gabinete (Fig. 14).

Na sondagem foi ainda recolhido um fragmento de um pé cerâmico, de forma cônica, decorado com motivos ondulados, similares a outros bem documentados na Cultura Sao.

Após a finalização dos trabalhos, procedeu-se também em Toukra Dassa 2 à selagem das sondagens.



FIGS. 12 A 14 – Toukra Dassa 2. Sondagem 2. Forno em barro cozido com fragmentos cerâmicos, alargamento da área em escavação e urna funerária.

Os trabalhos prosseguiram nas instalações do CNRD, com o tratamento de materiais, registos fotogramétricos, flotações e a escavação do conteúdo do recipiente da sondagem 2 de Toukra Dassa 2, que revelou uma grande surpresa. Tratava-se afinal de uma urna, de um tipo de enterramento devidamente documentado em outros sítios Sao, com a urna inferior a receber a inumação e a ser-lhe colocada outra sobre o topo, de forma invertida, para a selar.

No caso de Toukra Dassa 2 a urna continha uma inumação infantil (5 a 9 anos), em posição fetal, acompanhada por seis contas (possivelmente de cornalina). Salienta-se que o indivíduo apenas apresentava o crânio e os ossos longos dos membros superiores e inferiores, tratando-se de um enterramento secundário, que remete para práticas de manipulação de cadáveres, situação que não encontramos referida em publicações sobre as práticas funerárias dos Sao (Fig. 15).

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Durante os trabalhos arqueológicos não foi possível desenvolver as ações de formação inicialmente previstas, nem conceber um primeiro programa de educação patrimonial, que era outro dos objetivos pretendidos para o desenvolvimento do projeto.

O escasso tempo disponível para os trabalhos de campo (seis dias), levou à necessidade de concentrar esforços nas escavações arqueológicas, a que se sucederam mais três dias de trabalho de gabinete para tratamento de materiais.

Outros condicionalismos, gerados por intermináveis processos burocráticos e falta de autorizações de segurança para circulação, impediram a concretização do plano de formação que consistia em diversas apresentações em contexto de sala sobre técnicas e métodos de escavação e de registo, com particular destaque para a formação teórico-prática em fotogrametria, bem como nas várias especialidades em arqueociências, como arqueometria sobre cerâmicas, arqueobotânica e antropologia física.

As difíceis condições, quer de acesso aos locais, quer nos próprios sítios arqueológicos, e a falta de uma logística adequada, constituíram outra limitação ao desenvolvimento deste tipo de ações.

No entanto, procurou-se ultrapassar estes obstáculos através de ações permanentes em contexto de trabalho de campo, especificamente dirigidas para os técnicos e estudantes locais, nomeadamente sobre métodos de escavação, topografia, registo gráfico e fotogramétrico, numa tentativa de envolvimento da generalidade dos membros da equipa em todos os processos de trabalho.



FIG. 15 – Enterramento infantil com contas de colar.

Pretendia-se também desenvolver algumas iniciativas de envolvimento das comunidades locais, através da educação patrimonial, mas mais uma vez as limitações referidas condicionaram em muito este objetivo. A inexistência de um trabalho prévio junto das comunidades locais, a ser efetuado pelos elementos do CNRD, levou a algumas reações negativas e de rejeição por parte da comunidade local, bem como de alguma desconfiança sobre a natureza dos trabalhos arqueológicos, difícil de contradizer face à presença de guardas armados para proteção dos elementos da equipa.

Apesar do cenário descrito, verificou-se uma curiosidade constante pelos trabalhos em curso, sobretudo por parte da comunidade escolar que sistematicamente se aproximava dos locais de escavação após as aulas, mantendo-se no local de escavação até à partida da equipa (Fig. 16).

Esta presença regular serviu de mote para fomentar junto dos parceiros chadianos a necessidade de desenvolver um trabalho de proximidade com as comunidades locais, para sensibilização na proteção do património e divulgação do património arqueológico associado à Cultura Sao. Desta forma conseguiu-se que, cada vez que grupos de jovens estudantes se reuniam em volta dos locais de escavação, um dos elementos chadianos encetasse contacto para explicar a natureza dos trabalhos. Estes breves contactos serviam para desmistificar a crença na busca de tesouros e explicar o contexto dos trabalhos em curso e algumas situações de pormenor, que permitiram inclusivamente algumas situações de colaboração entre os elementos da comunidade local e a equipa de trabalho.

Apesar dos impedimentos na concretização total dos objetivos de formação e de educação patrimonial, o contacto com a realidade dos contextos de intervenção serviu para definir formas futuras de desenvolver estas ações, a concretizar possivelmente na missão prevista para 2024.



FIG. 16 – Visita às escavações pela comunidade escolar em Toukra Dassa 2.

NOTAS FINAIS

A primeira missão arqueológica do projeto “Registar para proteger a Cultura São” no Chade serviu para avaliar as condições de desenvolvimento de trabalhos futuros e fortalecer a cooperação entre a rede de parceiros envolvidos.

No que diz respeito aos resultados obtidos com as intervenções no terreno, estes são naturalmente escassos, face ao pouco tempo disponível e às dificuldades burocráticas e logísticas, mas permitiram uma clara avaliação das condições de trabalho e da natureza dos vestígios a intervir, bem como uma melhor compreensão sobre a cultura material e a tipologia dos sítios São. No entanto, as intervenções realizadas poderão em breve dar importantes contributos para o aprofundamento dos estudos arqueológicos sobre a Cultura São, face aos dados analíticos que se esperam obter com os trabalhos de laboratório, nomeadamente a obtenção de datações por radiocarbono, que podem permitir suprimir uma das maiores lacunas no estudo destas comunidades. Os dados referentes à arqueobotânica poderão também clarificar alguns aspetos relacionados com as práticas agrícolas, também escassamente documentadas. A continuidade da investigação de gabinete e a prossecução dos trabalhos em 2024 serão indispensáveis para a criação de um impacto mais significativo no conhecimento e divulgação sobre a Cultura São. 

BIBLIOGRAFIA

- BOULNOIS, Jean (1943) – “La migration des Sao au Tchad”. *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire*. Paris. 5: 80-121.
- CHAPELLE, Jean (1992) – *Les arts Sao*. Paris: Delroisse.
- CNRD - Centre National de Recherche par le Développement (2021) – *Inventaire et cartographie des sites Sao dans les trois provinces: N'Djaména, Hadjer-Lamis et Chari Baguirmi (rive droite)*. *Rapport*. Ministère de l'Enseignement Supérieur, de la Recherche Scientifique et de l'Innovation; CNRD.
- GRIAULE, Marcel (1943) – *Les Sao légendaires*. Paris: Gallimard.
- LEBEUF, Jean-Paul (1962) – *Archéologie tchadienne: les Sao du Cameroun et du Tchad*. Paris: Hermann.
- NOUDJIKO, Hamdji (2013) – “Archéologie au Tchad: état de lieu et perspectives”. *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. 20: 101-103.
- WENTE-LUKAS, Renate (1977) – “Fer et forgeron au sud du lac Tchad (Cameroun, Nigeria)”. *Journal des Africanistes*. Paris: Société des Africanistes. 47 (2): 107-122. Disponível em <https://tinyurl.com/3wkfk287> (acessível em 2023-06-14).

RESUMO

Apresentação do projeto TURARQ, que tem como objetivo principal promover o turismo científico e cultural em territórios de baixa densidade do Médio Tejo português (municípios de Abrantes, Constância, Mação, Tomar e Vila Nova da Barquinha), gerando riqueza e novos empregos, apostando no usufruto presencial do património arqueológico e nos meios de divulgação digital.

O projeto pretende contribuir para uma gestão patrimonial integrada na região, a fixação de capital humano, a mobilização de recursos dedicados à sua capacitação e a valorização do património existente. Visa ainda promover o desenvolvimento comunitário, a coesão do território e a sua preservação, numa lógica de sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Etnoarqueologia; Gestão do Património; Turismo; Sustentabilidade; Médio Tejo.

ABSTRACT

Presentation of the TURARQ project, whose aim is to promote scientific and cultural tourism in low density territories of the Medium Tagus in Portugal (municipalities of Abrantes, Constância, Mação, Tomar and Vila Nova da Barquinha) by generating wealth and employment opportunities through in loco enjoyment of archaeological heritage and digital dissemination media.

The project aims to bring to the region an integrated heritage management, the settlement of more skilled human resources and the valorisation of the existing heritage.

Moreover, it seeks to promote community development, territorial cohesion and preservation in a sustainable way.

KEY WORDS: Archaeology; Ethnoarchaeology; Heritage Management; Tourism; Sustainability; Medium Tagus.

RÉSUMÉ

Présentation du projet TURARQ qui comme objectif principal de promouvoir le tourisme scientifique et culturel dans des territoires de basse densité du Moyen Tage portugais (municipalités de Abrantes, Constância, Mação, Tomar et Vila Nova da Barquinha), générant de la richesse et de nouveaux emplois, pariant sur l'usufruit présentiel du patrimoine archéologique et sur les moyens de divulgation digitale.

Le projet prétend contribuer à une gestion patrimoniale intégrée à la région, à la fixation du capital humain, à la mobilisation de ressources dédiées à sa qualification et à la valorisation du patrimoine existant. Il tend également à promouvoir le développement communautaire, la cohésion du territoire et sa préservation, dans une logique de durabilité.

MOTS CLÉS: Archéologie; Ethnoarchéologie; Gestion du patrimoine; Tourisme; Durabilité; Moyen Tage.

Projeto TURARQ

Turismo Arqueológico para Territórios de Baixa Densidade do Médio Tejo

Eduardo Ferraz ¹, Anícia Trindade ¹, Douglas Cardoso ^{2,3}, Hugo Gomes ^{2,4,5}, Marco Martins ^{2,4}, Sara Garcês ^{2,4,5}, Sérgio Nunes ^{7,8}, Luís Mota Figueira ⁶, Regina Delfino ¹, Joana Rey ⁶, Rita Anastácio ², Anabela Borralheiro Pereira ^{4,5} e Luiz Oosterbeek ^{2,4,5}

1. INTRODUÇÃO

A conceção do projeto TURARQ teve por base a Arqueologia da Paisagem, ou seja, o território e a integração deste num determinado ecossistema. O objetivo é o de propor uma abordagem ao turismo que deixe de conceber a arqueologia como uma série de sítios individuais e sem relações, passando a integrar o território com o povoamento humano, na forma de itinerários paisagísticos. Neste sentido, o foco concetual e analítico de um programa de turismo arqueológico deve ser a construção partilhada de conhecimento, assente na interpretação das relações entre as dinâmicas humanas do passado e a sua interação com o território. O ponto de partida não são os sítios arqueológicos enquanto espaços unidimensionais e isolados do contexto territorial, mas a paisagem e a sua história. Os itinerários, que se podem definir como percursos que ligam partidas e chegadas, incluem os sítios que sintetizam determinadas vivências no tempo e no espaço, materializando paisagens territoriais.

O turismo cultural foi reafirmado pela Organização Mundial do Turismo (WORLD TOURISM..., 2018) como um elemento importante do consumo turístico internacional, representando cerca de 40 % das chegadas turísticas. A investigação nesta área do turismo obteve um incremento significativo, nomeadamente nos domínios do consumo, da motivação cultural, da preservação do património, da economia, da antropologia e das suas relações com a inovação e a criatividade. As principais tendências da investigação incluem a passagem do património material para o imaterial e a expansão da cobertura geográfica, refletindo-se numa integração das ciências sociais com a mobilidade, o desempenho e a criatividade (RICHARDS, 2018).

De acordo com RAKITOVAC, UROŠEVIĆ e VOJNOVIĆ (2019), o arqueoturismo ou turismo arqueológico é um tipo complementar de turismo cultural que visa promover a paixão pela proteção e valorização dos sítios históricos. Assim, o turismo arqueológico é um tipo de turismo cultural sob o qual são apresentados serviços e produtos turísticos em

¹ TECHN&ART - Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes, IPT.

² CGEO - Centro de Geociências, IPT.

³ Ci2 - Centro de Investigação em Cidades Inteligentes, IPT.

⁴ Instituto Terra e Memória, Mação, Portugal.

⁵ Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, Mação, Portugal.

⁶ IPT - Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Portugal.

⁷ CIAEGT - Centro de Investigação Aplicada em Economia e Gestão do Território, IPT.

⁸ DinâmiaCET - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

que os recursos arqueológicos são as principais atrações, e em que a principal motivação da viagem é a visita a atrativos no destino ou, pelo menos, constitui uma parte importante do respetivo itinerário. Os principais objetivos do turismo arqueológico são a promoção do interesse público pela arqueologia e a preservação do património arqueológico. Os sítios arqueológicos e as atividades associadas podem tornar-se atrativos turísticos desde que exista uma gestão integrada dos mesmos, sendo por isto necessário estudar e avaliar as implicações económicas, as dimensões das políticas públicas, a integração de outros atores e o envolvimento da comunidade nesta recente atividade económica (MELGAREJO e LÓPEZ, 2017).

A simbiose entre recursos arqueológicos tendencialmente perfeitos e um processo de coerência territorial enraizado na região pode contribuir para a valorização do património da esfera individual para a esfera coletiva, institucional ou mesmo internacional (NUNES e SOUSA, 2019a). A conceção do turismo arqueológico enquanto singularidade territorial é uma condição necessária para a consolidação de dinâmicas de competitividade e de coesão territorial no Médio Tejo.

A região do Médio Tejo apresenta elevado potencial estratégico na relação entre património e turismo, no qual se estima que as dimensões de proximidade, dispersão territorial e co-construção de conhecimento venham a ser estruturalmente relevantes (OOSTERBEEK *et al.*, 2020), justificando-se, por isso, a investigação e a valorização do património arqueológico desta região, que representa mais de 90 % dos seus recursos patrimoniais e que apresenta uma distribuição equilibrada por todo este território.

O Instituto Nacional de Estatística (INSTITUTO..., 2022) estima que, em 2021, o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha atingido 9,6 milhões, correspondendo a um crescimento de 48 % face a 2020 (6,5 milhões), representando apenas 39 % do valor obtido em 2019 (24,6 milhões). Uma parte substantiva deste potencial turístico deveria ser atraída para os territórios de baixa densidade¹, que registam um crescente despovoamento, reforçado pela sua interioridade geográfica (ALMEIDA, 2017). Segundo a Pordata, a região do Médio Tejo, em duas décadas, teve um decréscimo populacional de 10 % (média de indivíduos / km²: 76,1 em 2001 e 68,6 em 2021 – valor preliminar²), mas em sentido oposto, na última década (pré-pandemia), o turismo evidenciou um crescimento de 133 % (dormidas / 100 habitantes: 256,6 em 2009 e 597,2 em 2019 – valor preliminar³).

O presente artigo descreve a estrutura e as principais ações do projeto TURARQ - Turismo Arqueológico para Territórios de Baixa Densidade do Médio Tejo. Este projeto tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento da região do Médio Tejo, encontrando-se a ser executado, em fase piloto, nos municípios de Abrantes, Constância, Mação, Vila Nova da Barquinha e Tomar. Estes municípios confinam com o rio Tejo e são atravessados pelos eixos rodoviários A23 / A13 e ferroviários da linha da Beira Baixa e ramal de Tomar (Fig. 1).

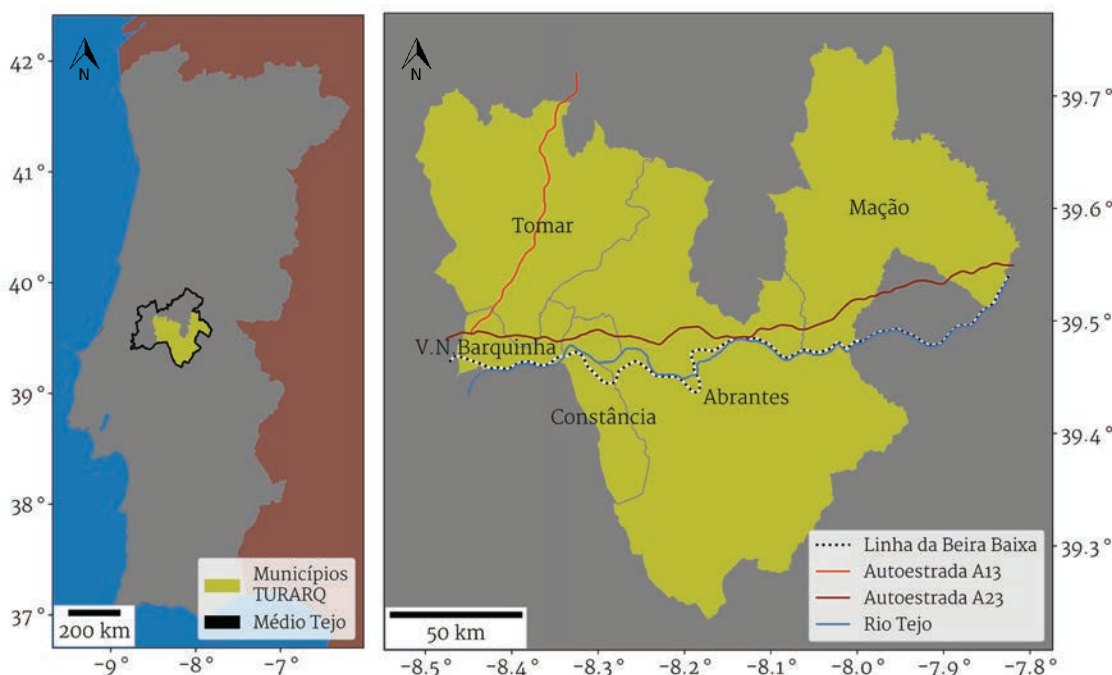
O projeto tem potencial para ser replicado aos restantes municípios do Médio Tejo classificados de baixa densidade, e desenvolvido em territórios supra-regionais e internacionais.

¹ Classificação de acordo com a Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 - Alteração da deliberação relativa à classificação de territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios, 2015-07-01.

² Ver <https://bit.ly/3ILhj46> (acedido em 2023-02-10).

³ Ver <https://bit.ly/3OGnNVL> (acedido em 2023-02-10).

FIG. 1 – Localização do Médio Tejo e municípios envolvidos no projeto.



FONTES: Portal de dados abertos da Administração Pública; Direção-Geral do Território - Sistema Nacional de Informação Cadastral; Agência Portuguesa do Ambiente - Sistema Nacional de Informação de Ambiente.

2. ESTRUTURA DO PROJETO

A organização do projeto TURARQ considera estratégias que pretendem valorizar as bases de conhecimento, através da articulação entre o turismo e os vestígios arqueológicos integrados com o território, contribuindo para a preservação da identidade e da manutenção das comunidades locais, numa perspetiva humanista e não etnocêntrica. O projeto procura levar em consideração as externalidades inerentes ao desenvolvimento turístico em territórios de baixa densidade (BISCAIA *et al.*, 2021), adotando uma abordagem sustentável (HALL, 2019) que contribua para:

- i) Aumentar o envolvimento da população residente com o património;
- ii) Fomentar uma rede de parceiros locais e regionais;
- iii) Reforçar o papel do território como “*laboratório pedagógico ao ar livre*” através dos programas educativos;
- iv) Concretizar a estratégia para o conhecimento no território;
- v) Reforçar a cooperação entre entidades públicas e privadas e a instituição de ensino superior na região - Instituto Politécnico de Tomar (IPT);
- vi) Potenciar o desenvolvimento do turismo sustentável no território;
- vii) Reforçar a componente da comunicação enquanto forma de promoção territorial.

O projeto TURARQ, em execução, com uma duração de dois anos, finalizando no final do presente ano, foi estruturado nos seguintes sete eixos (traduzidos operacionalmente em “*workpackages*”): 1) inventário de recursos arqueológicos; 2) ciência e investigação; 3) educação e capacitação; 4) preservação e valorização; 5) turismo e desenvolvimento comunitário; 6) comunicação e *marketing*; e 7) gestão.

2.1. INVENTÁRIO DE RECURSOS ARQUEOLÓGICOS

A identificação e sistematização dos recursos identificados num determinado local é determinante no processo de desenvolvimento turístico e consegue-se através da execução de um inventário. Este processo permite a diferenciação dos locais, a sua classificação e a posterior avaliação do seu potencial turístico, bem como o estabelecimento de medidas de valor para alicerçar a decisão relativa ao aproveitamento do território (CUNHA, 2008; NUNES e SOUSA, 2019a; LOPES *et al.*, 2022). De acordo com o artigo 19.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, entende-se por inventariação “*o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens existente a nível nacional, com vista à respetiva identificação*”, e que “*o inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada*”. A inventariação para o turismo é importante na medida em que a sistematização da listagem dos recursos dá a conhecer o que existe. Se não se souber o que existe, não se preserva e não se valoriza, logo não se visita, e o recurso não tem atratividade.

O inventário é uma importante ferramenta para a gestão territorial uma vez que possibilita a compilação de informações necessárias ao

planeamento turístico, devendo permitir uma atualização constante das bases de dados. Para a sua execução é necessário o mapeamento do território, ou seja, definir qual a área geográfica que se pretende inventariar. Este processo poderá ser elaborado com recurso a Sistemas de Informação Geográfica (SIG). FITZ (2008) define os SIG como sistemas constituídos por um conjunto de programas computacionais que integram dados de equipamentos e de pessoas, com objetivo de recolher, guardar, recuperar, trabalhar, visualizar e analisar dados referenciados a um sistema de coordenadas. UMBELINO e MACEDO (2008) acrescentam que os SIG pretendem simular a realidade do espaço, admitindo o armazenamento, manipulação e apreciação de dados geográficos num ambiente computacional. Os SIG são ferramentas que podem ser utilizadas como matéria-prima na indústria do turismo (ANASTÁCIO, 2012) e, como tal, contribuem para melhorar os serviços oferecidos neste mercado, dado terem a capacidade de fazer chegar informação sobre os recursos turísticos à comunidade e a outros agentes (SOUSA e FERNANDES, 2007). Se o turista tiver um acesso fácil à informação existente em cada região a partir da Internet, do telemóvel, do televisor, de quiosques, a possibilidade de se deslocar ao local é maior (SOUSA e FERNANDES, 2007; DEVILLE *et al.*, 2014).

Este eixo tem como atividade principal o levantamento dos recursos (património arqueológico e património natural) existentes no território do projeto. Pretende-se também que sirva como ferramenta que ajude a definir o plano estratégico turístico. O património resultante deste levantamento será catalogado nas seguintes categorias:

- i) património arqueológico pré-histórico e proto-histórico;
- ii) património arqueológico da antiguidade;
- iii) património arqueológico medieval;
- iv) património arqueológico moderno e industrial;
- v) património arqueológico contemporâneo e etnográfico;
- vi) sítios classificados e respetivo estado de conservação.

Como atividade complementar, este eixo recolherá informação relacionada com:

- i) património natural (bio e geomorfológico);
- ii) sítios arqueológicos e conjuntos arqueológicos com uma gestão turística específica que garanta a sua preservação, conservação, valorização e oferta de serviços básicos aos utilizadores;
- iii) museus e centros de interpretação com temas relacionados com a arqueologia;
- iv) salas de formação arqueológicas associadas a sítios arqueológicos, museus ou centros de interpretação;
- v) rotas e percursos estruturados em torno de temas relacionados com a arqueologia;
- vi) eventos e festivais relacionados com arqueologia, sejam eles realizados em espaços fechados ou em espaços abertos;
- vii) revistas, jornais, rádios e meios de difusão locais e regionais;

viii) Atividades frequentes de investigação (por exemplo, campos de trabalho para estudantes e/ou diplomados, campanhas arqueológicas, seminários e palestras).

Em paralelo com as atividades anteriormente descritas, serão recolhidos dados e informações relacionados com a atenção dada ao visitante, com os recursos existentes para a promoção e *marketing* do território, e que permitam fomentar de qualidade do produto turístico, nomeadamente:

- i) oferta de hotelaria e de restauração;
- ii) número e tipo de turistas;
- iii) existência ou inexistência de organismos de gestão turística (municipal e privados);
- iv) número e tipo dos recursos humanos afetos a entidades de turismo (municipais e privadas).

O produto resultante deste levantamento contribuirá para a construção de itinerários turísticos de base territorial e paisagística, onde se centra o projeto TURARQ.

2.2. CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

O projeto TURARQ é um projeto de âmbito científico, que estuda o património arqueológico de uma determinada região do Médio Tejo, na forma como esse património se enquadra no território, ou seja, na estruturação de uma paisagem específica, por forma a promover e

valorizar esta paisagem para atrair de forma crescente e sustentável um público-alvo específico – o turista científico –, e que este público-alvo interaja com esta paisagem promovendo a criação de valor baseado em conhecimento.

A interligação do conhecimento com a comunidade científica promove e amplia a investigação científica de uma determinada linha de investigação. Os objetivos deste projeto estão em concordância com as linhas de investigação das três unidades de investigação e desenvolvimento acreditadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que fazem parte da estrutura orgânica do IPT: o Centro de Geociências - *Cluster* de Quaternário e Adaptações Humanas (CGEO), com sede na Universidade de Coimbra; o Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART) e o Centro de Investigação em Cidades Inteligentes (Ci2), ambos sediados no IPT. O enquadramento do projeto nos programas estratégicos da Cátedra Unesco do IPT e, consequentemente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), possibilitará uma dinâmica conjunta na coesão territorial e na estratégia turística, que se articula com as dimensões da malha patrimonial, nomeadamente a arqueológica, apoiada na pesquisa e inovação do turismo científico como recurso económico para a valorização e o desenvolvimento territorial, e nos recursos digitais com o desenvolvimento e a implementação de novas soluções integradas vinculadas, por exemplo, em computação em nuvem, gestão de grandes dados, inteligência artificial e internet das coisas (Fig. 2).

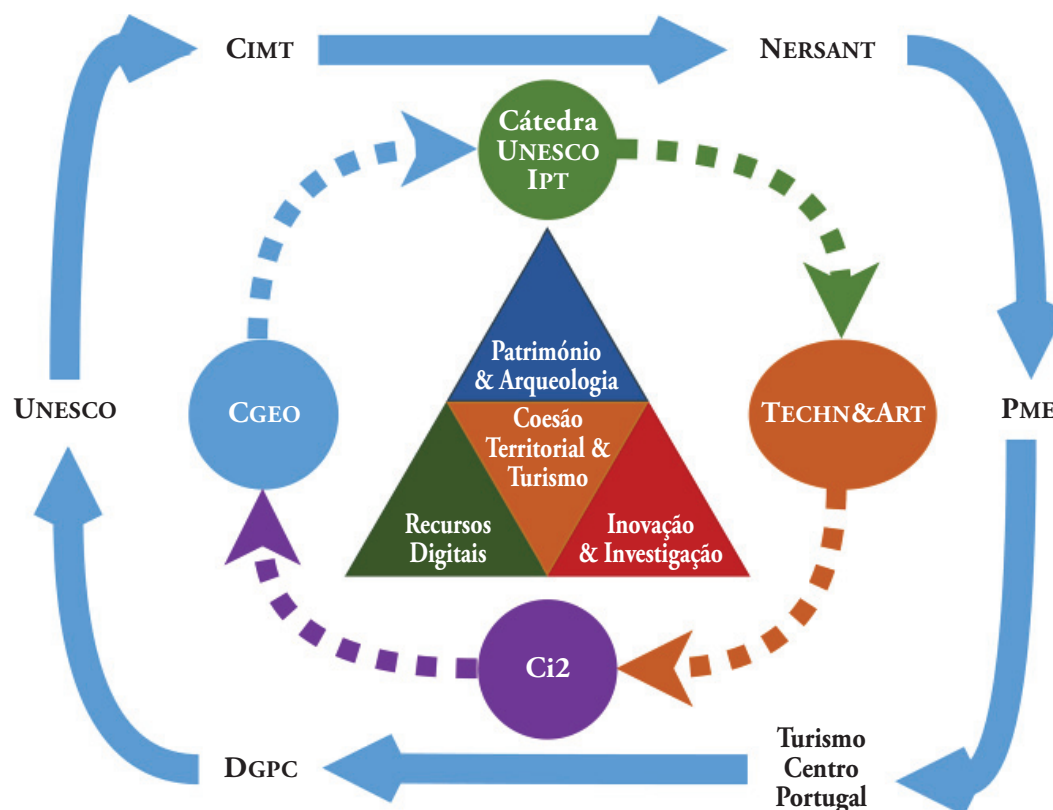


FIG. 2 – Entidades, parceiros e prisma de coesão.

Este projeto inscreve-se numa lógica progressiva de estruturação de uma rede de cidades inteligentes, o que implica a integração de saberes e experiências tradicionais com novas tecnologias e recursos digitais (LI *et al.*, 2017), sem secundarizar a fruição através de experiências analógicas. A integração da inovação digital na evolução turística poderá ser essencial para consolidar a gestão estratégica e o planeamento de comunidades sustentáveis que mantenham os residentes e convidem os visitantes a investir, viver e estudar nestes locais (NUNES, COOKE e GRILO, 2021).

2.3. EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A educação patrimonial constitui uma ferramenta fundamental para a sensibilização de crianças, jovens e adultos para a importância do património e para a necessidade da sua preservação, uma vez que só se pode valorizar e, consequentemente, preservar aquilo que verdadeiramente se conhece.

O reforço da capacitação dos operadores turísticos locais e regionais contribuirá para os encorajar a adotar estratégias sustentáveis, por exemplo, assentes na economia circular dos seus produtos e serviços, e que, de acordo com STEFANAKIS e NIKOLAOU (2021), permitirá desenvolver, estabelecer e proteger estruturas sociais e culturais baseadas em conhecimentos interdisciplinares e competências diversas. O conceito de economia circular tem subjacente a utilização de estratégias, práticas, políticas e tecnologias para alcançar objetivos relacionados com a reutilização, reciclagem, redesenho, refabricação, remanufatura, remodelação e recuperação de águas, resíduos e subprodutos (inorgânicos ou orgânicos, onde se incluem os nutrientes) para preservar os recursos naturais (STEFANAKIS e NIKOLAOU, 2021).

GEISSDOERFER *et al.* (2017), NUNES (2019), HYSÄ *et al.* (2020) e STEFANAKIS e NIKOLAOU (2021) definiram os seguintes padrões de consumo e de produção sustentável:

- i) uma gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- ii) a redução do desperdício de alimentos *per capita* a nível mundial, no retalho e no consumidor final, bem como ao longo das cadeias de produção e de abastecimento, incluindo as que ocorrem pós-colheita;
- iii) uma gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos ao longo do ciclo de vida destes, e uma redução dos seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;
- iv) redução de resíduos por meio da prevenção, da redução, da reciclagem e da reutilização;
- v) a adoção de boas práticas sustentáveis de acordo com as políticas e prioridades nacionais e internacionais;
- vi) e, por último, a disseminação de informação relevante e ações de consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Este projeto defende também a necessidade de preservar “saberes e fazeres” antigos, tradicionais e muitas vezes esquecidos, que em si mesmos

preconizam a relevância e a importância de recuperar subprodutos e resíduos provenientes de atividades desenvolvidas local ou regionalmente, com origem quer na mesma fileira produtiva, quer em outras fileiras, acrescentando valor e minimizando ou suprimindo as necessidades da sociedade, num ciclo contínuo. A preservação destes “saberes e fazeres”, um conhecimento tácito interpessoal, representa o acesso a um rico e vasto legado cultural, do qual as gerações vindouras poderão usufruir. Importa ainda manter e disseminar este conhecimento e consciencializar os diferentes sectores produtivos para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. A etnoarqueologia tem produzido resultados que se integram nesta lógica de salvaguarda ativa, através da transformação dos recursos arqueológicos e etnográficos em atrativos para o turismo, mais enriquecidos com estas envolventes que potenciam a experiência territorial, social e organizacional dos visitantes. Neste sentido, é importante reforçar e incrementar a produção do sector turístico, capacitando recursos humanos sensibilizados para o turismo e para a importância do património arqueológico como meio de atração de turistas científicos.

Em articulação com a CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, e as Pequenas e Médias Empresas (PME) locais e regionais (Fig. 2), identificar-se-ão as principais competências a adquirir e a desenvolver pelos diferentes atores que operam direta ou indiretamente no setor do turismo, com o intuito de estimular o sentimento de pertença em relação ao seu território e ao património (natural e cultural) que este integra. A aquisição destas competências deverá também fomentar o desenvolvimento do artesanato e a criação de novos produtos locais, com base nos recursos endógenos do território, assentes em estratégias de economia circular e estabelecendo uma ligação fundamental entre a reengenharia de processos dos “saberes e fazeres” tradicionais, antigos, esquecidos e/ou atuais.

Em termos operacionais, serão realizadas ações de capacitação de curta duração baseadas nas competências necessárias e suficientes aos diferentes parceiros envolvidos no território, nomeadamente sobre os elementos patrimoniais relevantes do Médio Tejo. A par da dinamização destas ações, e em estreita articulação com outras entidades parceiras do projeto (Fig. 2), serão concebidos recursos e materiais didáticos (por exemplo, guias e manuais técnicos, entre outros) que auxiliem a compreensão dos diversos conteúdos.

2.4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

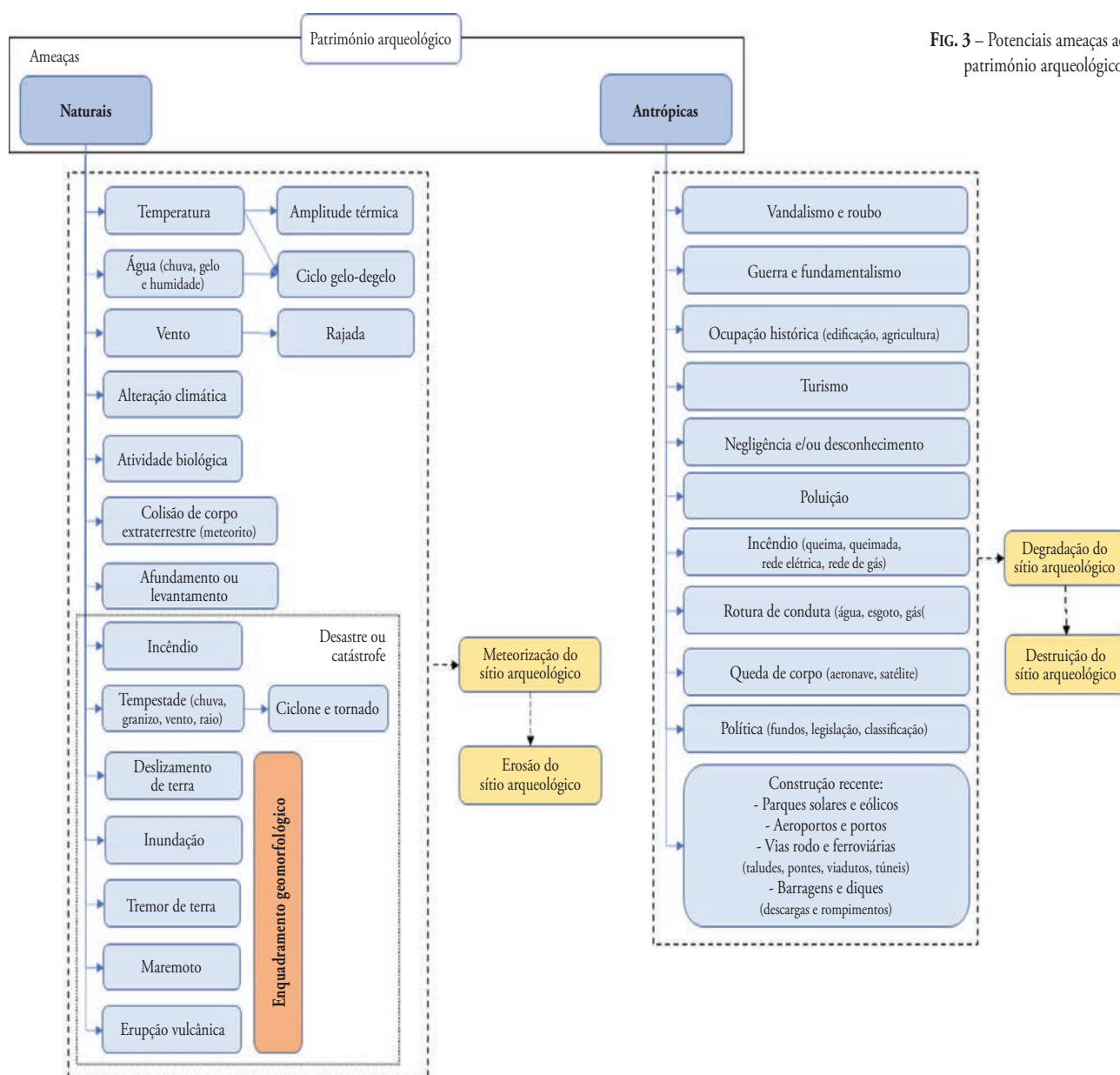
O turismo é uma atividade económica que apropria território e bens (naturais e culturais) em constante mudança, que deve explorar variados nichos. A título de exemplo, QUESADA-ROMÁN *et al.* (2022) compilaram informação relacionada com o turismo geológico na América Central, e o património cársico no Equador foi abordado numa perspetiva turística por CONSTANTIN *et al.* (2018).

O binómio turismo-preservação terá de ter em conta as externalidades negativas da atividade turística reconhecidas na literatura (NUNES e COOKE, 2021; NUNES, COOKE e GRILO, 2021). Neste contexto, é necessário definir e implementar uma estratégia de preservação assente nos recursos naturais (biodiversidade e geodiversidade) presentes no território e nos valores culturais repercutidos na paisagem, trabalhando estas dimensões de uma forma holística e assegurando que as gestões dos sítios arqueológicos tenham em consideração a vulnerabilidade deste património.

A estratégia de preservação proposta pelo projeto TURARQ terá por base a avaliação das potenciais ameaças a que o património arqueológico presente na região está sujeito (Fig. 3). Estas ameaças dividem-se em dois segmentos: naturais e antrópicas. Nas primeiras destacam-se, pelo elevado potencial de destruição num curto espaço de tempo, as

que estão associadas aos desastres ou catástrofes naturais, cada vez mais frequentes e intensos. O enquadramento geomorfológico onde se localizam os sítios arqueológicos poderá ser um fator de incremento da vulnerabilidade deste património à sua erosão. Algumas das ameaças descritas (por exemplo, maremoto e erupção vulcânica) não ocorrem no território do Médio Tejo. As ameaças antrópicas relevantes devem focar-se nas que se podem controlar de forma “previsível” como, por exemplo, o turismo, o vandalismo e o roubo. A guerra, a construção de barragens, diques, estradas e caminhos de ferro, a poluição, entre outros, para além de serem ameaças “imprevisíveis” no tempo, têm avaliação sujeita a condicionantes que são exógenas ao projeto.

A segunda fase da estratégia de preservação passará pela elaboração de um plano de gestão de risco que abordará questões como: capacidade de carga, acessos, acessibilidade / inclusão, resíduos, nomeadamente



os sólidos, limpeza, sinalização e estruturas para repouso, observação e segurança (Fig. 4). De realçar a importância deste plano de gestão de riscos para uma adequada gestão do fluxo de visitação combinada com os códigos de conduta do visitante. O estado de preservação deve ser monitorizado, por exemplo, com recurso a uma aplicação móvel, tendo também como finalidade pedagógica pretender que cada visitante seja um “*agente de proteção do património*”. O plano de gestão de risco poderá dar origem a um manual de boas práticas que será integrado com os circuitos implementados na região, por exemplo, os Caminhos da Arte Rupestre Pré-histórica (Itinerário Cultural do Conselho da Europa), os percursos pedestres (grandes rotas e pequenas rotas) e os itinerários locais promovidos pelos municípios e pelas freguesias. A questão dos incêndios e do socorro, quer em ambiente urbano, quer em ambiente florestal, deve estar integrada com os diversos planos municipais implementados no território.

O inventário dos recursos arqueológicos (ponto 2.1) também identifica a seu estado de preservação, interferindo no plano de gestão de riscos, com vista a minimizar a degradação do recurso e apoiar eventual ação de conservação ou restauro.

Esta estratégia deve estar fortemente articulada com a proteção (local, regional ou nacional) dos sítios arqueológicos, deve estar alinhada com as demais entidades gestoras presentes no território e, em última instância, caso seja necessário, deverá induzir a intervenções de conservação e restauro. A estratégia de preservação a implementar pelo projeto deve

ser um instrumento fundamental de sinalização de situações anómalas, e contribuir para os processos de tomada de decisão no que concerne às eventuais ações de conservação e restauro a serem adotadas, por forma a que o património arqueológico seja valorizado e que, consequentemente, seja admirado e fruído pelas gerações vindouras.

A estratégia de preservação deverá definir ações para a preservação do património arqueológico, contribuindo para a sua sustentabilidade socioeconómico e ambiental, tais como:

- i) dinamização de ações de educação ambiental para preservação e valorização em articulação com os centros de interpretação existentes;
- ii) identificação de iniciativas antivandalismo e antirroubo;
- iii) fomentar a implementação de sinalética indicativa, painéis informativos e mesas interpretativas;
- iv) elaboração de manual de boas práticas.

2.5. TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A chancela da Unesco, no que se refere à classificação de Património Mundial, Reserva da Biosfera ou Geoparque Mundial, além de indutora de especialização do turismo (PIOTROWSKI, AREZKI e CHERIF, 2009), sugere um equilíbrio entre a preservação de identidade e a promoção turística nas regiões inerentes (CHEUNG, 2013; ROMAGNOLI, 2019; NETO DE CARVALHO e RODRIGUES, 2020). A sugestão apriorística da chancela da Unesco significar maior atratividade e promoção turística

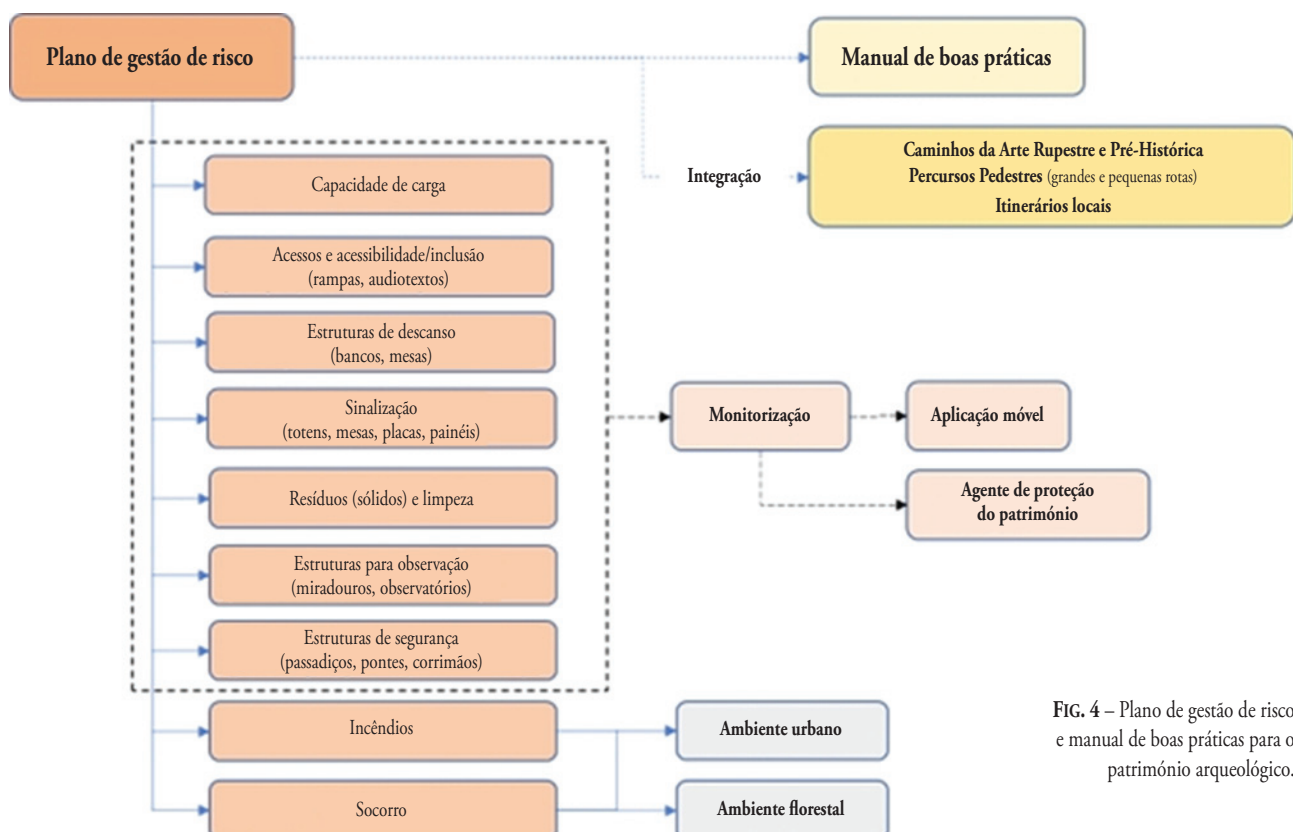


FIG. 4 – Plano de gestão de risco e manual de boas práticas para o património arqueológico.

nem sempre se concretiza no imediato. PARK, MUANGASAME e KIM (2021) sugerem que tal carece de ações devidamente articuladas no território, sendo que o binómio preservação identitária-atividade turística deve ser equilibrado numa ótica de sustentabilidade dos recursos. A massificação proveniente da classificação Unesco exige estratégias para minimizar os efeitos negativos que o fluxo turístico imprime no património. À deriva antrópica dever-se-á antepor uma barreira ética, como fundamentado no *Código Mundial de Ética do Turismo* da Organização Mundial do Turismo (WORLD TOURISM..., 1999).

O fomento do turismo científico e do desenvolvimento comunitário sustentável no Médio Tejo assenta na proteção, valorização e dinamização do património cultural, com ênfase no património arqueológico e numa perspetiva de:

- i) dinamizar o turismo no território tendo em conta as boas práticas;
- ii) participar em atividades públicas ou privadas que se integrem no plano deste projeto;
- iii) reforçar a rede de parceiros;
- iv) realizar ações de cooperação com outras entidades que possam contribuir para este eixo;
- v) criar sinergias com os agentes locais;
- vi) contribuir para a continuidade da identidade territorial;
- vii) promover a criação de uma marca turística forte, assente no património e na cultura;
- viii) potenciar a vinda de novos públicos;
- ix) incrementar o número de visitantes e a despesa média / dia / visitante no território;
- x) estimular o empreendedorismo local;
- xi) contribuir para colmatar a sazonalidade turística.

A região do Médio Tejo apresenta um efetivo potencial arqueológico (ANASTÁCIO, MARTINS e OOSTERBEEK, 2020) e a dinâmica de desenvolvimento regional deve ser impulsionada pelo turismo enquanto singularidade territorial. Antevendo o referido potencial, e com base no estipulado por NUNES e SOUSA (2019a; 2019b), é necessário aferir o grau de perfeição dos recursos arqueológicos, no contexto indissociável de um processo de coerência territorial sustentado por diversos agentes do território e no âmbito da política pública. Conferir coerência territorial a um recurso ou conjunto de recursos arqueológico(s) tendencialmente perfeito(s) onde a produção e o consumo confluem num mesmo espaço, é contribuir para a construção de uma singularidade territorial. Estratégias de dinamização económica e social suportadas em singularidades territoriais têm um elevado potencial de concretização e de prossecução de objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade territorial. No quadro das políticas públicas, do qual deriva este projeto, a simbiose entre recursos arqueológicos tendencialmente perfeitos e um processo de coerência territorial ancorado na região do Médio Tejo permitirá alavancar a valorização do património arqueológico, da mera esfera individual para a esfera coletiva e institucional. A

preservação e a valorização de recursos culturais encontram na política pública – na perceção coletiva de valor individual – o seu melhor aliado. Este eixo validará o turismo arqueológico enquanto singularidade territorial, contribuirá para o seu fortalecimento numa ótica endógena, conferindo-lhe maior estabilidade face a eventuais choques externos tão frequentes neste setor da economia, e contribuirá sustentadamente para a emergência de dinâmicas de competitividade e de coesão territorial tão necessárias na comunidade do Médio Tejo. Em paralelo, há a intenção de identificar outros tipos de turismo que se praticam neste território (por exemplo, “geocaching”, percursos pedestres e para bicicleta todo-o-terreno, praias fluviais, observação de aves, ...), e de apontar estratégias para a divulgação do património regional que se encaixe nestas recentes dinâmicas.

O projeto pretende criar parcerias e sinergias com empresas privadas que atuem no território no âmbito do turismo, e tem o apoio de entidades governamentais como o Turismo Centro de Portugal e a Direção Geral do Património Cultural (Fig. 2). A interface com o tecido empresarial permitirá a construção de instrumentos económicos de valorização territorial.

As atividades inerentes à operacionalização deste eixo no contexto do turismo e do desenvolvimento comunitário estão relacionadas com:

- i) o desenvolvimento de redes de espaços de memória;
- ii) a consolidação da rede de percursos interpretativos e a definição / elaboração de novos percursos ou itinerários temáticos;
- iii) o estímulo à comercialização de artesanato regional e de produtos locais;
- iv) a promoção e realização de eventos (espetáculos, feiras, festivais) de recreação histórica de carácter participativo;
- v) a apresentação de gastronomia histórica;
- vi) o fomento do vídeo e do cinema arqueológico e a participação em festivais deste âmbito;
- vii) a criação de um passaporte arqueológico regional.

O projeto TURARQ está alinhado com o programa Bridges da Unesco, que promove ligações para integrar as humanidades, as ciências sociais e as perspetivas de conhecimento local e tradicional, recorrendo à investigação, educação e ações para a sustentabilidade global, desenvolvendo e coordenando respostas resistentes às mudanças ambientais e sociais em escalas locais e territoriais, contribuindo desta forma para o desenvolvimento comunitário de base territorial e paisagística.

2.6. COMUNICAÇÃO E MARKETING

Na atualidade, a comunicação sobre as dinâmicas territoriais é imprescindível, seja como estratégia de divulgação, seja como forma de posicionamento em diferentes domínios do seu desenvolvimento. Em qualquer dos casos, saber comunicar os recursos ou os elementos diferenciadores constitui uma vantagem competitiva. Nesse sentido, o

design tem papel fundamental em comunicar visualmente o conceito, identificar uma instituição face ao seu público ou utilizador, criando um elo credível entre estes intervenientes, quer na comunidade onde o projeto se insere, quer para divulgação no exterior daquela região. A divulgação dos recursos turísticos arqueológicos é importante para a sua promoção, conduzindo a um aumento da sua procura e, consequentemente, ao incremento no usufruto do território.

Numa outra perspetiva, a comunicação através do *design* traduz uma estratégia definida pelos territórios, visível pelo modo como se comunica, quando se comunica, onde se comunica e o que se comunica. A comunicação e o *design* é muito mais do que uma simples forma de transmitir informação ou conhecimento, dado constituir uma metodologia que alavanca uma estratégia que conduza à divulgação do património do Médio Tejo, consolidando-o num território de ciência, educação, cultura e conhecimento.

Este eixo tem como foco contribuir para a criação de uma marca forte, com potencial patrimonial e cultural, que se enquadre na região do Médio Tejo. Neste sentido, foi elaborada a marca gráfica associada ao projeto TURARQ, que se centra no turismo, na arqueologia e na paisagem (Fig. 5A).

A identidade gráfica do TURARQ nasce da fusão de duas ideias base. A primeira concetualiza o material (rocha) que suporta as figuras rupestres e se desenvolve verticalmente, quer exposto à superfície (topo do logótipo), quer oculto na sua parte subterrânea (base do logótipo). Neste contexto, o logótipo está hierarquizado em dois níveis separados por uma linha sinuosa que faz referência ao rio Ocreza, onde ocorrem importantes núcleos de figuras rupestres. No topo do logótipo surge “tur” (de turismo). A segunda ideia (base do logótipo) centrou-se no sítio de arte rupestre de Cobragança, localizado nas proximidades da povoação de Caratão (freguesia e concelho de Mação), onde surge a “figura ovalada com uma linha traçada no meio” (GARCÊS *et al.*, 2017) (Fig. 6). Esta gravura, que “relembra uma impressão digital” (identidade arqueológica) e tem uma

forma arredondada, serviu para criar o “Q” de “arq” (arqueologia). Individualmente, este “Q” serve de ícone do projeto TURARQ (Fig. 5B). A disposição gráfica dos elementos “tur”, a linha sinuosa e “arq” remete para um enquadramento territorial humanizado que se pode relacionar com a paisagem. A identidade gráfica tem o castanho (“bronze”) como cor principal, que se associa à época das gravuras rupestres pertencentes à Idade do Bronze e, também, a solo / sedimento / património arqueológico.

Este eixo tem como atividades principais:

- i) implementar um plano de divulgação e promoção do território, nomeadamente de festivais em áreas circundantes a sítios arqueológicos;
- ii) elaborar um plano de comunicação para a promoção e divulgação dos recursos arqueológicos e turísticos;
- iii) elaborar um plano de *marketing* para cada território que integra o projeto (por exemplo, utilizando as redes sociais e diferentes plataformas digitais);



FIG. 5 – Marca do projeto TURARQ na cor principal.

A - Identidade gráfica

B - Ícone

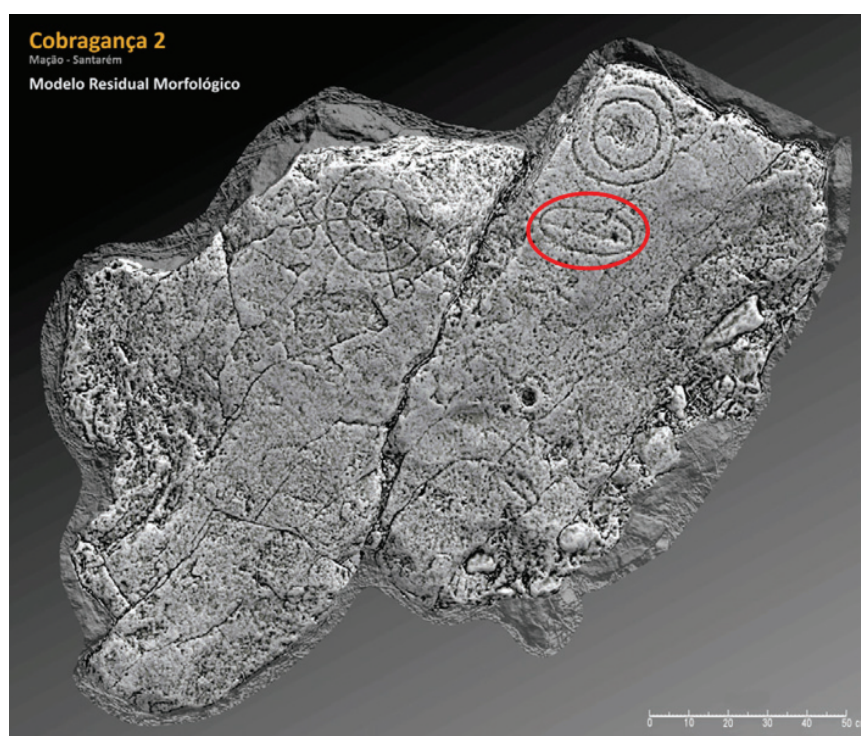


FIG. 6 – Modelo residual morfológico da rocha presente em Cobragança (Mação), onde ocorre a figura de arte rupestre (interior da oval vermelha) que inspirou o logótipo (GARCÊS *et al.*, 2017).

- iv) divulgar o património natural e cultural existente, com particular enfoque no património arqueológico, promovendo a fruição, o conhecimento e a valorização dos recursos endógenos do território;
- v) definir uma linha de *merchandising* que contribua para a apropriação dos objetivos do projeto (por exemplo, produtos endógenos, mascote, entre outros).

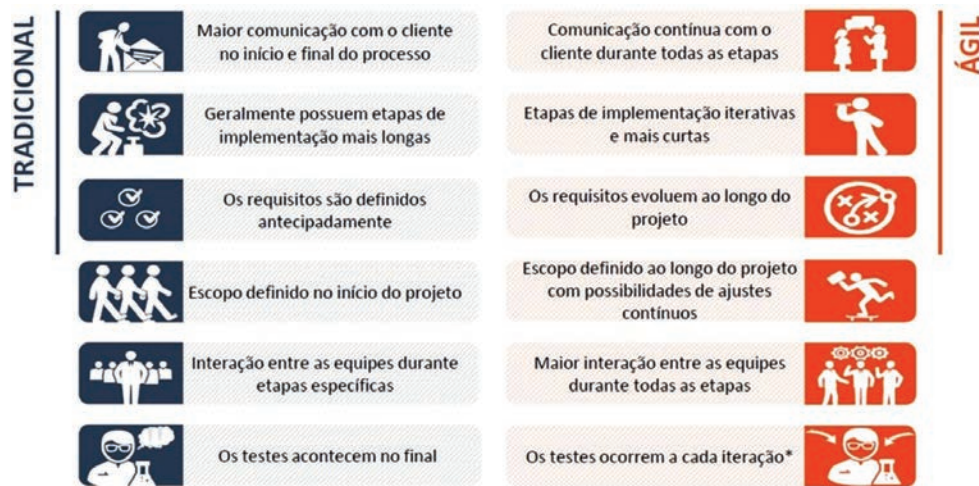


FIG. 7 – Comparação entre a gestão de projetos Ágil e a gestão tradicional (ver <https://tinyurl.com/4u5ywsbx>).

2.7. GESTÃO

Enquanto instrumento de orientação institucional, a gestão permite definir um conjunto de escolhas, delinear determinadas ações e definir o posicionamento desejado de um determinado projeto. Mas enquanto processo que recorre à análise, à formulação, à implementação, conjuntamente com a monitorização, a gestão possibilita sistematizar ideias, atividades e ações a executar pelo projeto.

A gestão de projetos requer e exige uma abordagem dinâmica e flexível (SOHI, BOSCH-REKVELDT e HERTOOGH, 2020). Esta flexibilidade representa o alicerce que envolve o turismo arqueológico e a fruição e conhecimento da paisagem, valorizando o intangível pelo seu significado histórico ou como chave para compreender a cultura e a sociedade da qual é expressão (ROSS e SAXENA, 2019).

No presente projeto optou-se por uma gestão “*agile project*”, que assenta numa abordagem iterativa ao longo do ciclo de vida do mesmo (MARNADA *et al.*, 2022). Esta forma de gestão é reconhecida pela rápida melhoria e fácil adaptação à mudança, examinando os desafios e encontrando as melhores práticas e estratégias a ter em consideração. Não obstante ser uma abordagem comumente utilizada na conceção de *software*, o benefício de se poder ajustar à medida que o projeto vai avançado, confere maior flexibilidade ao nível da colaboração entre as diferentes áreas e partes envolvidas (Fig. 7).

A gestão de um projeto monitoriza a forma e o meio para alcançar os objetivos a que o mesmo se propõe. Este eixo prevê o acompanhamento e o controlo da execução dos restantes eixos que integram o projeto.

As atividades que concernem a este eixo estão relacionadas com contactos, organização e agendamento de eventos, submissão de apoios a financiamento, entre outras que contribuam para impulsionar a execução do mesmo.

A Fig. 8 apresenta a matriz de relações entre os sete eixos definidos no projeto TURARQ. Como exemplo, as atividades do eixo “Ciência e investigação” (ponto 2.2) relacionam-se com o “Inventário dos recursos arqueológicos” (ponto 2.1), dado que este serve igualmente como ferramenta de investigação, assim como a elaboração de um glossário de turismo arqueológico e uma base bibliográfica temática sobre este assunto.

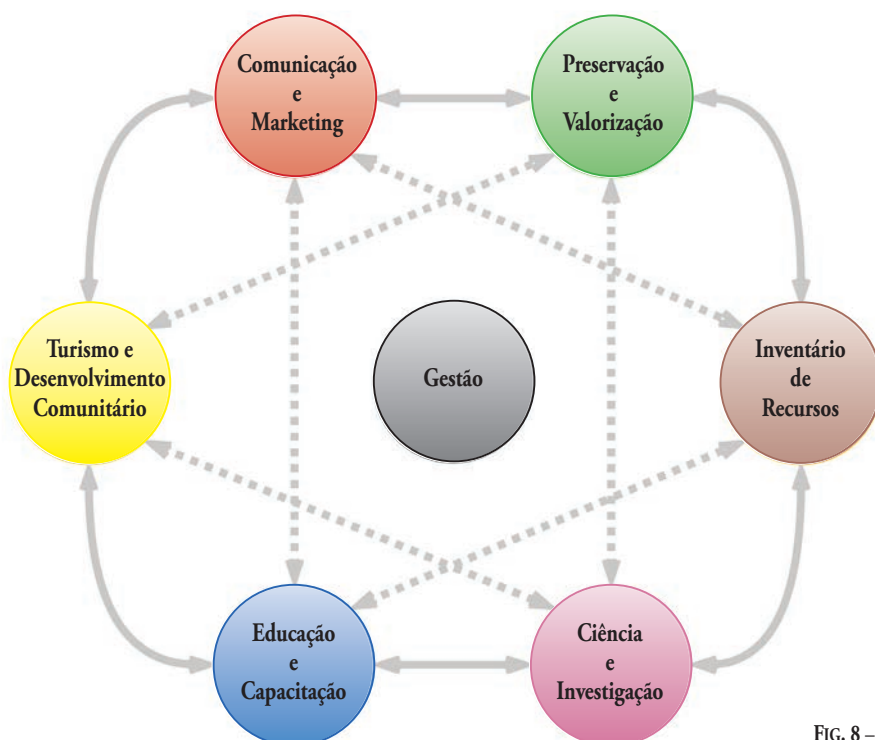


FIG. 8 – Matriz de relações entre os eixos do projeto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo arqueológico sustentável em territórios de baixa densidade contribuirá para a promoção do interesse público na arqueologia e na conservação do património arqueológico (MELGAREJO e LÓPEZ, 2017). Para este fim, importa criar um modelo de ação que combine o inventário de recursos arqueológicos, a ciência e a investigação, a educação e a capacitação, o turismo e o desenvolvimento comunitário, a preservação e a conservação, a comunicação e o *marketing*, e a gestão de projetos em ambientes de turismo arqueológico.

A região do Médio Tejo incorpora municípios que estão classificados como de baixa densidade (Abrantes, Constância, Mação, Tomar e Vila Nova da Barquinha) e, neste contexto, o projeto proposto contempla um conjunto de atividades que poderão ser relevantes para a valorização do património arqueológico desses territórios, que representa mais de 90 % dos recursos patrimoniais da região, facultando o acesso ao património cultural e natural, aliado ao turismo científico, sem descuidar a necessária e contínua preservação dos respetivos bens patrimoniais, bem como a disponibilização de recursos digitais acessíveis nos mais diversos meios tecnológicos.

A atribuição de significado paisagístico ao património arqueológico classifica-o como um valioso recurso turístico, que pode ser utilizado para aumentar a atração dos recursos locais, mediante a criação de

narrativas criativas que integrem do património arqueológico tangível e intangível e convidem a uma maior participação do turista na criação de experiências (ROSS e SAXENA, 2019; MAUSER *et al.*, 2013), considerando que os sítios de natureza arqueológica podem também tornar-se num importante recurso turístico.

O projeto TURARQ, em implementação no âmbito do atual quadro de administração territorial, poderá ser expandido a outros territórios, de acordo com a mudança consignada na sugestão de criação de nova NUT II, que integrará as atuais comunidades intermunicipais “Lezíria do Tejo”, “Médio Tejo” e “Oeste”.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao projeto “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados - Territórios do interior - Entidades Não Empresariais do Sistema I&I” (CENTRO-04-3559-FSE-000158), financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Instituto Politécnico de Tomar. Trabalho financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito dos projetos UID/00073/2020 (CGEO), UID/05488/2020 (TECHN&ART) e UID/05567/2020 (Ci2). 

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria (2017) – “Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portugal”. *AGER - Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*. Zaragoza, España. 22: 61-67. Disponível em <https://tinyurl.com/2um4asew>.

ANASTÁCIO, Rita (2012) – “Sistema de Informação Geográfica para Gestão do Património: Caso Estudo do Médio Tejo”. *ARKEOS*. Tomar. 32: 81-88.

ANASTÁCIO, Rita; MARTINS, Ana e OOSTERBEEK, Luiz (2020) – “Áreas de Potencial Arqueológico na Região do Médio Tejo: Modelo Espacial Preditivo”. In ARNAUD, José; NEVES, César e MARTINS, Andreia (eds.). *Arqueologia em Portugal, 2020 - O Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 203-222. Disponível em <https://tinyurl.com/4zwep7ze>.

BISCAIA, Ricardo; MELO, Ana; NATÁRIO, Maria; FERREIRA, Augusta; SANTOS, Carlos; DIAS, Dalila; GOMES, Gonçalo; AZEVEDO, Graça; MARQUES, Rui; ROCHA, Paula e DUARTE, Rúben (2021) – “Assessing the Impact of Tourist Activities on Low-Density Territories: The Case of the Historical Villages of Portugal”. In MARQUES, Rui Pedro; MELO, Ana Isabel; NATÁRIO, Maria Manuela e BISCAIA, Ricardo (eds.). *The Impact of Tourist*

Activities on Low-Density Territories: Evaluation Frameworks, Lessons, and Policy Recommendations. Springer, CHAM, pp. 23-43 (*Serie Tourism, Hospitality & Event Management*).

CHEUNG, Sidney (2013) – “From foodways to intangible heritage: a case study of Chinese culinary resource, retail and recipe in Hong Kong”. *International Journal of Heritage Studies*. Taylor & Francis Online. 19 (4): 353-364.

CONSTANTIN, Silviu; TOULKERIDIS, Theofilus; MOLDOVAN, Oana; VILLACÍS, Marcos e ADDISON, Aaron (2018) – “Caves and karst of Ecuador: state-of-the-art and research perspectives”. *Physical Geography*. Taylor & Francis Online. 40 (1): 28-51.

CUNHA, Lúcio (2008) – “Avaliação do Potencial Turístico”. *COGITUR, Journal of Tourism Studies*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 1 (1): 21-39. Disponível em <https://tinyurl.com/4rz7h647>.

DEVILLE, Pierre; LINARD, Catherine; MARTINS, Samuel e TATEM, Andrew (2014) – “Dynamic population mapping using mobile phone data”. *PNAS - Proceedings of the National Academy of*

Sciences of the United States of America. 111 (45): 15888-15893. Disponível em <https://tinyurl.com/3ktj2res>.

FITZ, Paulo (2008) – *Geoprocessamento Sem Complicação*. São Paulo: Oficina de Textos.

GARCÊS, Sara; GOMES, Hugo; MOLEIRO, Vera; HUGO, Pires; JOAQUIM, Flávio; PEREIRA, Anabela e OOSTERBEEK, Luiz (2017) – “Uma Abordagem «Multi-Proxy» Aplicada à Conservação do Sítio de Arte Rupestre de Cobragança, Mação, Portugal”. In ARNAUD, José e MARTINS, Andrea (ed.). *Arqueologia em Portugal, 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1085-1096. Disponível em <https://tinyurl.com/yazsx3zv>.

GEISSDOERFER, Martin; SAVAGET, Paulo; BOCKEN, Nancy e HULTINK, Erik (2017) – “The circular economy: A new sustainability paradigm?”. *Journal of Cleaner Production*. Science Direct. 143: 757-768.

HALL, Colin (2019) – “Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism”. *Journal of Sustainable Tourism*. Taylors & Francis Online. 27 (7): 1044-1060.

- HYSÁ, Eglantina; KRUIJA, Alba; REHMAN, Naqeeb e LAURENTI, Rafael (2020) – “Circular economy innovation and environmental sustainability impact on economic growth: An integrated model for sustainable development”. *Sustainability*. MDPI Journals. 12 (12): 4831. Disponível em <https://tinyurl.com/d87wubv3>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022) – *Estatística do Turismo - 2021*. Lisboa: INE.
- LI, Yunpeng; HU, Clark; HUANG, Chao e DUAN, Liqiong (2017) – “The concept of smart tourism in the context of tourism information services”. *Tourism Management*. Science Direct. 58: 293-300.
- LOPES, Eunice; ARAÚJO-VILA, Noélia; PERINOTTO, André e CARDOSO, Lucília (2022) – “Tourism and Land Planning in Natural Spaces: Bibliometric Approach to the Structure of Scientific Concepts”. *Land*. MDPI Journals. 11 (11): 1930. Disponível em <https://tinyurl.com/azdm7wxw>.
- MARNADA, Primadhika; RAHARJO, Teguh; HARDIAN, Bob e PRASETYO, Adi (2022) – “Agile project management challenge in handling scope and change: A systematic literature review”. *Procedia Computer Science*. Science Direct. 197: 290-300. Disponível em <https://tinyurl.com/mvxt3sf7>.
- MAUSER, Wolfram; KLEPPER, Gernot; RICE, Martin; SCHMALZBAUER, Bettina; HACKMANN, Heide; LEEMANS, Rik e MOORE, Howard (2013) – “Transdisciplinary global change research: the co-creation of knowledge for sustainability”. *Current Opinion in Environmental Sustainability*. Science Direct. 5 (3-4): 420-431. Disponível em <https://tinyurl.com/bdefyj6y>.
- MELGAREJO, Alberto e LÓPEZ, Ignacio (2017) – “Relationship between Tourism and Archaeology: Archaeological tourism, an independent tourism typology”. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Universidad de La Laguna, Canárias, Espanha. 15 (1): 163-180. Disponível em <https://tinyurl.com/bdefyj6y>.
- NETO DE CARVALHO, Carlos e RODRIGUES, Joana (2020) – “Naturtejo Unesco Global Geopark: The Culture of Landscape”. In VIEIRA, Gonçalo; ZÉZERE, José e MORA, Carla (ed.). *Landscapes and Landforms of Portugal*. Springer, pp. 359-375.
- NUNES, Sérgio (2019) – “Glamping knowledge: Building learning communities in Tomar through principles of circular economy”. In *Atas da XIV Conferência Semana da Gestão - Economia Circular*. Tomar, pp. 1-11.
- NUNES, Sérgio e COOKE, Philip (2021) – “New global tourism innovation in a post-coronavirus era”. *European Planning Studies*. Taylor & Francis Online. 29 (1): 1-19.
- NUNES, Sérgio e SOUSA, Vanda (2019a) – “Recursos Perfeitos, Turismo e Singularidades Territoriais: contributos para o desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã”. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. 50: 27-47. Disponível em <https://tinyurl.com/36tp8cb4>.
- NUNES, Sérgio e SOUSA, Vanda (2019b) – “Scientific tourism and territorial singularities: Some theoretical and methodological contributions”. In RATTEN, Vanessa; ÁLVAREZ-GARCÍA, Jose e RIO-RAMA, Maria (eds.). *Entrepreneurship, Innovation and Inequality*. Routledge, pp. 28-51.
- NUNES, Sérgio; COOKE, Philip e GRILO, Helena (2021) – “Green-Sphere Circular Experiences and Well-Being Along the Road: Portugal from North to South”. In LEITÃO, João; RATTEN, Vanessa e BRAGA, Vitor (eds.). *Tourism Innovation in Spain and Portugal, New Trends and Developments*. Springer, CHAM, pp. 89-111 (*Serie Tourism, Hospitality & Event Management*).
- OOSTERBEEK, Luiz; FIGUEIRA, Luís; VENTURA, António; PEREIRA, Anabela; DELGADO, Cidália; MORAIS, Margarida; NICOLI, Maria; CURA, Pedro; CURA, Sara; GARCÉS, Sara e TEIXEIRA, Vitor (2020) – “Co-Construção e Socialização do Conhecimento para a Coesão Social Territorial”. *Nova Augusta*. Torres Novas. 32: 317-328.
- PARK, Eerang; MUANGASAME, Kaewta e KIM, Sangkyun (2021) – “We and our stories’: constructing food experiences in a Unesco gastronomy city”. *Tourism Geographies*. Taylor & Francis Online. Disponível em <https://tinyurl.com/36tp8cb4>.
- PIOTROWSKI, John; AREZKI, Rabath e CHERIF, Reda (2009) – *Tourism specialization and economic development: Evidence from the Unesco World Heritage List*. Washington, DC, USA: International Monetary Fund. Disponível em <https://tinyurl.com/mrx2sy6h>.
- QUESADA-ROMÁN, Adolfo; TORRES-BERNHARD, Lidia; RUIZ-ÁLVAREZ, Maynor; RODRÍGUEZ-MARADIAGA, Manuel; VELÁZQUEZ-ESPINOZA, Gema; ESPINOSA-VEGA, Catalina; TORAL, Jaime e RODRÍGUEZ-BOLAÑOS, Hugo (2022) – “Geodiversity, Geoconservation, and Geotourism in Central America”. *Land*. MDPI Journals. 11 (1): 48. Disponível em <https://tinyurl.com/5n844xxk>.
- RAKITOVAC, Kristina; UROŠEVIĆ, Nataša e VOJNOVIĆ, Nikola (2019) – “Creating innovative tourism experiences through sustainable valorisation of archaeological heritage”. In *5th International Scientific Conference ToSEE - Tourism in Southern and Eastern Europe*. Vol. 5, pp. 1-15. Disponível em <https://tinyurl.com/yomen42wm>.
- RICHARDS, Greg (2018) – “Cultural tourism: A review of recent research and trends”. *Journal of Hospitality and Tourism Management*. Science Direct. 36: 12-21.
- ROMAGNOLI, Marco (2019) – “Gastronomic heritage elements at UNESCO: problems, reflections on and interpretations of a new heritage category”. *International Journal of Intangible Heritage*. Unesco. 14: 158-171. Disponível em <https://tinyurl.com/nhapyhcd>.
- ROSS, David e SAXENA, Gunjan (2019) – “Participative co-creation of archaeological heritage: Case insights on creative tourism in Alentejo, Portugal”. *Annals of Tourism Research*. Science Direct. 79: 102790.
- SOHI, Afshin; BOSCH-REKVELDT, Marian e HERTOOGH, Marcel (2020) – “Four stages of making project management flexible: insight, importance, implementation and improvement”. *Organization, Technology and Management in Construction*. Zagreb, Croácia. 12: 2117-2136. Disponível em <https://hrcak.srce.hr/file/368299>.
- SOUSA, Paulo e FERNANDES, Sílvia (2007) – “Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica no Turismo”. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 42 (84): 105-118. Disponível em <https://tinyurl.com/yfs5t3hw>.
- STEFANAKIS, Alexandros e NIKOLAOU, Ioannis (2021) – *Circular Economy and Sustainability*. Elsevier. Vol. 2 - “Environmental Engineering”.
- NIKOLAOU, Ioannis E.; JONES, Nikoleta e STEFANAKIS, Alexandros (2021) – “Circular Economy and Sustainability: The Past, the Present and the Future Directions”. *Circular Economy and Sustainability*. Springer. 1: 1-20. [correção a este artigo no mesmo volume, pág. 783]
- UMBELINO, Glauco e MACEDO, Diego (2008) – “Utilização de Sistemas de Informação Geográficos (SIGs) na Validação de Informações Censitárias na Escala Intra-Urbana”. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, MG, Brasil, pp. 1-16. Disponível em <https://tinyurl.com/2u55nhz4>.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (2018) – *Tourism and Culture Synergies*. Madrid: UNWTO. Disponível em <https://tinyurl.com/yc3nrfjh>.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (2019) – *Global Code of Ethics for Tourism*. Chile: UNWTO. Disponível em <https://tinyurl.com/vpspxpt>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-14]

Os Frontais de Altar em Guadameci nas Igrejas de Picanceira, Murfacém e Miragaia

RESUMO

Depois da Reconquista dos territórios da Península Ibérica sob domínio islâmico, o recurso à técnica do couro dourado/guadameci expandiu-se na Cristandade, para criar cobertas de parede, almofadas, frontais de altar e pinturas devocionais.

A partir do século XVII, graças a artífices de origem portuguesa, nos Países Baixos iniciou-se uma produção acelerada de rectângulos em couro dourado com relevo criado por prensa, requerendo novos padrões barrocos e rococó, exportados para muitos países. Portugal também recebeu exemplares dessa manufatura repetitiva, transformados em biombo, estofos e frontais de altar, como é o caso dos frontais das igrejas de Picanceira (Mafra), Murfacém (Almada) e Miragaia (Porto), agora em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Património; Artes decorativas; Couro; Igreja; Arquitectura de interiores.

ABSTRACT

After the Re-conquest of the Iberian Peninsula territories under Islam, the use of gilded leather/guadameci expanded within Christianity to create wall covers, cushions, altar fronts and devotional paintings. From the 17th century, and thanks to artisans of Portuguese origin, the Netherlands started a fast production of gilded leather with press-created reliefs using new Baroque and Rococo patterns, which were exported to several countries. Portugal also received some of these creations, which took the shape of screens, upholstery and altar fronts, such as the fronts of the Picanceira (Mafra), Murfacém (Almada) and Miragaia (Porto) churches now being studied.

KEY WORDS: Heritage; Ornamental arts; Leather; Church; Interior architecture.

RÉSUMÉ

Après la Reconquête des territoires de la Péninsule Ibérique sous domination islamique, le recours à la technique du cuir doré / guadameci s'est répandu dans la Chrétienté, pour créer des revêtements muraux, des coussins, des parements d'autel et des peintures dévotionnelles.

A partir du XVII^{ème} siècle, grâce à des artífices d'origine portugaise, a commencé aux Pays-Bas une production accélérée de rectangles en cuir doré avec un relief créé à la presse, requérant de nouveaux modèles baroques et rococo, exportés vers de nombreux pays. Le Portugal a également reçu des exemplaires de cette manufature répétitive, transformés en paravents, tapisseries et parements d'autel, tels les parements des églises de Picanceira (Mafra), Murfacém (Almada) et Miragaia (Porto), actuellement à l'étude.

MOTS CLÉS: Patrimoine; Arts décoratifs; Cuir; Eglise; Architecture d'intérieur.

Franklin Pereira ¹

Este artigo é como um seguimento de um outro, mais abrangente, publicado nesta revista (PEREIRA, 2015); o conhecimento recente de um frontal de altar na igreja de Picanceira (Mafra) levou-me a voltar ao tema, agora ilustrando também os frontais dos outros dois templos.

Faço aqui um pequeno resumo: o método medieval ibérico de origem islâmica de decorar o couro – cortado num rectângulo e coberto de folha de prata, com pintura, verniz dourado / douradura e texturação – era aplicado sobretudo em cobertas de parede e coxins; essas modas, que duraram até ao século XVIII (mais intensas nos séculos XV-XVI), ecoavam a arte mudéjar, renascentista e barroca, sendo também tais rectângulos usados como frontais de altar, por vezes com pinturas devocionais. Córdova era o principal centro produtor, mas outras cidades da península fabricavam e exportavam guadamecis. Será assim que, graças ao comércio centro-europeu via Feitoria da Flandres, o guadameci atingiu os Países Baixos, existindo dados sobre guadamecileiros portugueses a trabalhar em Amesterdão, em 1612 (KOLDEWEIJ, 1992: 85). A produção inicial seguia os métodos ibéricos, com painéis lisos, motivos desenhados ou carimbados no couro prateado, pintura e texturação.

A data de 1628 marca uma viragem acentuada no comércio e na produção. Um guadamecileiro de Haia inventou uma prensa que permitia criar alto-relevo nos rectângulos de guadameci, e produzi-los com grande rapidez. Tal tipo de prensa e placas de madeira talhada foram também usadas por um outro guadamecileiro, em Amesterdão, colega do anterior. Os novos desenhos, de índole barroca e rococó, eram elaborados por gravadores, pintores, escultores e ourives da prata, e adaptados nas oficinas de guadamecis (BEDEUTENDE, 1998: 19, 20 e 30). Dezenas de artífices trabalhavam nessas oficinas, que exportavam também para o Leste europeu e o Japão.

¹ Investigador do ARTIS - Instituto de História da Arte / Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa (frankleather@yahoo.com / www.frankleather.com).

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Outras cidades dos Países Baixos elaboravam e exportavam guadamecis. A prensagem do desenho decorativo passou a dispensar o texturado, e o couro de carneiro deu lugar ao de bezerro, que fixa melhor os motivos relevados.

Ao investigador holandês Eloy Koldeweij deve-se um grande avanço para a história intercontinental do guadameci, não mais seguindo a técnica ibérica, mas industrializado. Mais recentemente, o francês Jean-Pierre Fournet viu a sua tese de doutoramento publicada, com largo estudo sobre os guadamecis franceses – que também os há em Portugal –, onde igualmente se recorria a prensa e molde; um dos capítulos foca-se em Portugal (FOURNET, 2019: 215-218) – onde sou referenciado –, apresentando duas imagens dos guadamecis relevados da Charola de Tomar; ora, estes dois guadamecis são peculiares e únicos no seu alto-relevo e colagem em paredes de pedra e, portanto, nada representativos da produção lusitana – têm sido objecto de estudo da minha parte e estão em trabalho de reconstituição, digno de um volume específico (PEREIRA, 2016a; 2016b; 2018).

A presença de artífices lusitanos em Amesterdão é nesse livro retomada com mais desenvolvimento: um guadamecileiro – um tal Claes Jacobsz – empregava artífices portugueses em 1612; em 1627 são referidos guadamecis portugueses chegados pelo porto de Antuérpia (FOURNET, 2019: 216); as notas de rodapé remetem para dados já publicados por Eloy KOLDEWEIJ (1989: 18) num magnífico livro centrado no comércio de guadamecis entre os Países Baixos e o Japão (onde a produção se denominava “*kinkarakawa*”).

Passando de exportadores para importadores, Portugal e Espanha receberam muitos desses rectângulos prensados, a serem montados em frontais de altar – como é o caso em apreço –, biombo e estofos.

Em Portugal, os guadamecis prensados encontram-se em Viana do Castelo, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Vimioso, Almeida, Póvoa de Varzim, Braga, Vila Verde, Guimarães, Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Torres Vedras, Lisboa, Sintra, Almada, Setúbal e Vila Viçosa. É provável que outros dois locais no Alentejo possam ser acrescentados, pois existiam guadamecis nas igrejas de Portel e de Ciladas / S. Romão (ESPANCA, 1975: 212 e 775); ambos desapareceram por roubo. O Museu Nacional de Belas Artes – actual MNAA – recebeu, há mais de um século, três frontais de altar vindos da capela do Forte da Ínsua, em Moledo, mostrando como tal manufatura, brilhante e vistosa, era considerada no ornamento dos templos, mesmo num remoto forte, visitável – em décadas passadas – nas horas de maré baixa; nos últimos decénios, a maré baixa já não permite caminhar até ao Forte, obrigando ao uso de barco.

Uma via de investigação seria procurar os documentos das confrarias e notários que revelem a encomenda e compra deste tipo de guadamecis: quem decidia tais frontais teria acesso a algum catálogo, saberia dos

modelos através da palavra ou de algum exemplar, passaria a encomenda a alguma casa com ligações ao mercado europeu.

Entre a produção dos Países Baixos, há que referir a influenciada pelos desenhos de Daniel Marot (Paris, 1661 - Haia, 1752), formado em Arquitectura e desenho de ornato. A fuga à intolerância religiosa levou-o, em 1685, aos Países Baixos, onde foram publicados os seus desenhos em inícios do século XVIII. Esta é a época mais repetitiva da prensagem dos guadamecis, e exemplos baseados nos seus modelos estão em Miragaia e Murfacém, como veremos adiante.

Os estudos publicados – nomeadamente WATERER, 1971; *LEDERTAPETEN*, 1991; *ART...*, 1992; *ARTE...*, 1998; *BEDEUTENDE...*, 1998; *GUADAMASSILS...*, 2001; Fournet, 2019 – são bastante específicos e claros, permitindo entender a produção ibérica e aquela extra-peninsular, elaborada por prensa e molde. Não há mais razão para continuar a usar o termo “*couros de Córdova*”, termo este que remete a uma época de investigação insuficiente ou medíocre.

O FRONTAL DE ALTAR NA IGREJA DE PICANCEIRA / MAFRA

Anos atrás, em conversa com o pároco da Igreja da Graça (Lisboa), foi-me referida a existência de um frontal em couro pintado na igreja de Picanceira, uma aldeia da freguesia de Santo Isidoro (concelho de Mafra). Através de *e-mail*, pedi ao pároco local algumas fotos desse frontal, sendo suficientes para entender estarmos perante guadamecis industriais dos Países Baixos (Fig. 1). Datando de 1725-1740, este desenho – repetido nos quatro rectângulos – mostra, saindo duma flor, uma grande folha central e duas laterais, e mais ramagem florida com fruta (pêssego, romã), crescendo entre duas faixas curvas preenchidas por padrões de quadrados e flores, unindo-se no topo a um motivo semelhante.

Além dos quatro rectângulos, foram aplicadas outras tantas sanefas superiores; estas foram cortadas a partir do rectângulo na horizontal, e quem montou assim as peças foi suficientemente cuidadoso para criar um padrão, ligando o motivo de faixas. As justaposições estão cobertas com tiras de brocado.

Os motivos deste frontal encontram-se também em colecções europeias (WATERER, 1971: gravuras 56 e 57; *ART...*, 1992: 126, peça n.º 279; *BEDEUTENDE...*, 1998: 222-225; BENDER, 1992: imagens 24, 25 e 26; *CATÁLOGO...*, 1924: peças n.ºs 11 e 16; *EXPOSICIÓN...*, 1953: peça n.º 49; FERRANDIS TORRES, 1955: gravura LXXIX, peça n.º 215; gravura LXXX, peça n.º 214; Fournet, 2019: 177, fig. 246). Em Portugal, encontra-se este motivo convertido em frontal de altar (museus Abade de Baçal e Machado de Castro) e estofos (seis cadeiras no Paço Ducal de Vila Viçosa, uma no Palácio Nacional de Sintra e outra no Museu de Arte Sacra de Setúbal).



FIG. 1 – Frontal de altar em guadameci na igreja de Picanceira.

O FRONTAL DE ALTAR NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO, EM MURFACÉM / / ALMADA

Um dos dois motivos atribuídos a Daniel Marot consiste num floral aberto como um leque, ladeado por dois pássaros com o que parece ser um ramo de oliveira no bico. É também muito frequente como frontal de altar, biombo ou cobertura de parede. Em Portugal, encontra-se em frontais de altar no Museu de Alberto Sampaio (Guimarães) – vindos do Mosteiro de Pombeiro –, e no Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). Como disse no meu referido artigo nesta revista (PEREIRA, 2015), algumas sanefas do altar da igreja da Misericórdia, em Torres Vedras, mostram este desenho. Como estofos, encontra-se numa cadeira no Palácio Nacional de Sintra, e em outra no Solar de Azevedo, Vila Verde (coleção privada).

Mesmo na época da talha dourada, um frontal em guadameci era (e permanece) parte integrante do brilho dos interiores. Neste caso, o frontal é constituído por quatro rectângulos e outras tantas sanefas sobre eles; houve cuidado no corte e montagem dos guadamecis. Os rectângulos estão justapostos, sem tiras de brocado.



FIG. 2 – Frontal de altar na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Murfacém.

FIG. 3 – Frontal de altar na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Murfacém. Detalhe da sanefa.



Um folheto da Câmara Municipal de Almada afirma que tal trabalho é em “*tela dura*”; um erro dos serviços culturais, desculpável pelo vazio de estudos sobre o guadameci; no entanto, mesmo errado – na descrição técnica e atribuição da origem –, estava disponível o trabalho de Alfredo Guimarães (GUIMARÃES, 1944), por mim já comentado (PEREIRA, 2013: 155-156).

Nas colecções europeias é muito usual encontrar-se este tipo de guadameci (FERRANDIS TORRES, 1955: gravura LXXXII, peça n.º 230; WATERER, 1971: gravuras 53 e 54; ART..., 1992: 125, peça n.º 225; 126, peça n.º 278; BENDER, 1992: imagens 17 e 22; BEDEUTENDE..., 1998: 139-143; FOURNET, 2019: 158, fig. 215; 177, fig. 242a e 242b; 222, fig. 322). A placa/matriz de prensagem é de metal – tal como o exemplo de Miragaia –, imitando a texturação.

Na minha visita aos couros contemporâneos e vanguardistas da Estónia – onde funcionava um curso na Universidade de Artes – e Lituânia, em 1993, encontrei no Museu de Vilnius um trenó, de abundante talha, e coberto exteriormente por guadamecis semelhantes aos referidos (Fig. 4). Na altura não me foi permitido fazer uma fotografia, que me iria chegar mais tarde. O detalhe da ave permite ver o relevado por prensa e a pintura sobre o prateado (Fig. 5).

O Museu de História da Estónia, em Talin, possui duas cadeiras estofadas com este mesmo padrão (RENOVARUM..., 1992: s.n.º).



FIGS. 4 E 5 – Em cima, trenó do Museu de Vilnius, com guadamecis. Em baixo, detalhe do trabalho relevado e pintado na mesma peça.

TRÊS FRONTAIS DE ALTAR NA IGREJA DE MIRAGAIA / PORTO

Esta igreja possui dois frontais, constituídos por quatro rectângulos e respectivas sanefas – um dos frontais tem também sanefas na base –, que se encontram nas duas capelas laterais. Um outro – de que apresento as Figs. 6 e 7 –, de cinco rectângulos, está no primeiro piso, na sala da Confraria. Tiras de têxtil brocado cobrem a união entre rectângulos, e uma linha de franjas separa as sanefas dos rectângulos. São os guadamecis obra de oficinas dos Países Baixos, e datam de 1703-1725. O padrão decorativo dos três frontais de altar é a outra derivação dos desenhos de Daniel Marot, inspirado no estilo Luís XIV.

Basicamente, o desenho relevado nos rectângulos (a matriz é também de metal) consiste num motivo central de vaso de flores, sob uma cúpula (ou dossel) com franjas; o vaso assenta em enrolamentos com folhagens; o módulo tem lateralmente outros motivos florais e uma grelha de hexágonos ovalados encerrando pequenas flores, permitindo que, justaposto a outros iguais – como é o caso destes frontais de altar –, forme uma leitura harmoniosa e contínua.

Outras obras baseadas no mesmo desenho encontram-se no Museu da Póvoa do Varzim, Museu de Alberto Sampaio (um frontal de altar), Igreja de Nossa Senhora de Balsamão / Macedo de Cavaleiros (outro frontal), Fundação Espírito Santo (dois estofos) e Museu Nogueira da Silva / Braga (três rectângulos). A igreja da Misericórdia de Torres Vedras tem o altar principal em guadameci, repetindo este motivo em catorze rectângulos e respectivas sanefas; algumas destas apresentam também o outro desenho derivado dos de Daniel Marot, sem ordem nem posição, mostrando que quem recortou e montou estes couros não foi cuidadoso. Refira-se que a Fundação Guerra Junqueiro possui alguns fragmentos de guadameci, também da época extra-peninsular do século XVIII; entre eles está um fragmento elaborado pelo mesmo tipo de molde que fez estes frontais de Miragaia (PEREIRA, 2021: 115).

Num casarão particular do Porto encontram-se seis rectângulos em guadameci (iguais dois a dois), formando um pára-vento. Dois rectângulos repetem este desenho. A montagem como pára-vento foi ideia do arquitecto Ricardo Severo em inícios do século XX, arquitecto esse que tratou do projecto e recheio da mansão onde estão os guadamecis, e muitas cadeiras encouradas, lavradas entre o século XVI final e o século XX. Esta informação foi-me transmitida pelos proprietários da casa, aquando de uma visita minha, em 1997.

O mesmo desenho de guadamecis encontra-se noutras obras estrangeiras, já estudadas (*CATÁLOGO...*, 1924: peça n.ºs 14 e 17; *EXPOSICIÓN...*, 1953: peça n.º 52; FERRANDIS TORRES, 1955: estampa LXXXII, peças n.ºs 223 e 277; estampa LXXXIII, peça n.º 220; estampa LXXXIV, peças n.ºs 219 e 222; WATERER, 1971: estampa 51; *LEDERTAPETEN*, 1991: 58-61, 63; *ART...*, 1992: 55, 127, peças n.ºs 281, 284 e 285; BENDER, 1992: foto 19; *ARTE...*, 1998: 92, 93; *MUSEU...*, 1995: capa e 18; *BE-*



FIGS. 6 E 7 – Frontal de altar na Igreja de Miragaia, na sala da Confraria, e detalhe do motivo prensado e pintado.

DEUTENDE..., 1998: 170-177; CORDOVANS..., 2004: 23; NIMMO, PARIS e RESSOTTO, 2008: 70, peças n.ºs 107 e 111; PEREIRA, 2000: 249). O Museu de Hermitage, em São Petersburgo, tem também uma placa de guadameci de padrão semelhante (ver <https://tinyurl.com/5buw532e>). Uma das características da pintura desta produção industrial dos Países Baixos é o uso de pincéis com alguns pêlos cortados, levando a que, de uma só passagem da cor – como é o caso das pétalas –, fiquem várias linhas pintadas (Fig. 7).

Tal como afirmei no artigo anterior sobre esta produção repetitiva, houve em Portugal imitações dos motivos de Daniel Marot: o do leque e pássaros serviu de inspiração para estofos, pseudo-guadamecis aplicados em cadeiras de estrutura da segunda metade do século XVII; encontram-se numa colecção particular em Viana do Castelo e nos palácios Nacional de Sintra e de São Lourenço / Funchal (PEREIRA, 2015: 130, figs. 41-43). O Museu Nacional de Arte Antiga tem um espaldar solto com o mesmo desenho, mas o couro é de Moscúvia (IDEM: 131, fig. 44). Já o motivo da cúpula / dossel penetrou nas oficinas de gravação, tendo

sido usado num espaldar de cadeira também exposta em Sintra (IDEM: fig. 45). Tal significa que eram desenhos tidos como “da moda” e dignos em ser replicados / integrados na produção artesanal-artística nacional. Temos o país polvilhado de guadamecis: cerca de 100 referências a peças clássicas (nomeadamente a sul do Mondego), datadas dos séculos XVI-XVII (assunto a que voltarei em futuro artigo). Contudo, o número de obras é reduzido: duas pinturas da “Santa Face” (colecção privada no Porto e Museu do Caramulo); uma pintura de São Francisco num antiquário lisboeta; um frontal de altar também do século XVI (no Museu Abade de Baçal); dois outros semelhantes no motivo barroco e dos séculos XVII-XVIII nas igrejas de Salvaterra de Magos e de Vila Nova da Baronia / Alvito; uma coberta de parede e um coxim no Palácio Nacional da Ajuda. Em maior número está a produção centro-europeia em museus e capelas.

Todo este legado necessita de ser conhecido, divulgado e considerado na História da Arte, retirando-o do olvido e insuflando-lhe o brilho inerente a esta manufactura artística. 

BIBLIOGRAFIA

- ART (L) en la Pell: *cordovans i guadamassils de la col·lecció Colomer Munmany* (1992) – Barcelona: Fundació la Caixa / Generalitat de Catalunya.
- ARTE (El) en la piel. *Colección A. Colomer Munmany* (1998) – Madrid: Fundación Central Hispano / Museu de l'Art de la Pell.
- BEDEUTENDE *Goldledertapeten 1550-1900 / Important gilt-leather wallhangings 1550-1900* (1998) – Essen: Kunsthandel Glass.
- BENDER, Agnieszka (1992) – *Złoczone Kurdybany w Polsce: z problematyki importu wyrobów artystycznych*. Lublana: Redakcja Wydawnictw Katolickiego Uniwersytetu Lubelskiego.
- CATÁLOGO *ilustrado de la exposición de guadameciles celebrada por el Ex.º Ayuntamiento de Córdoba en la Feria de Ntra. Sra. de la Salud* (1924) – Madrid: Fototipia de Hauser y Menet. Disponível em <https://tinyurl.com/2f3j6w3u>.
- CORDOVANS i Guadamassils de la Col·lecció *Ramon Genís i Bayés* (2004) – Girona: Fundació Caixa de Girona.
- ESPANCA, Túlio (1975) – *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas Artes. Vol. 3 – “Distrito de Évora”.
- EXPOSICIÓN *de Cueros de Arte: catálogo ilustrado* (1953) – Madrid: Francesc de Paula Bofill.
- FERRANDIS TORRES, José (1955) – *Cordobanes y guadameciles: catálogo ilustrado de la exposición, Palacio de la Biblioteca y Museos Nacionales*. Madrid: Sociedad Española de Amigos del Arte.
- FOURNET, Jean-Pierre (2019) – *Cuir doré, «cuirs de Cordoue»: un art européen*. Saint-Rémy-en-l'Eau: Editions Monelle Hayot.
- GUADAMASSILS *antics a Catalunya / Guadamecies antiguos en Cataluña / Ancient Gilt Leather in Catalonia* (2001) – Vic: Museu de l'Art de la Pell / Ayuntamiento de Vic.
- GUIMARÃES, Alfredo (1944) – “Couros Policromados de Córdoba”. In *Estudos do Museu de Alberto Sampaio*. Guimarães: Museu de Alberto Sampaio. Vol. 2, pp. 47-63.
- KOLDEWEIJ, Eloy (1989) – “De oorsprong van het goudleer en de Europese context”. In SCHOLTEN, Fritz (ed.). *Goudleer Kinkarakawa: de geschiedenis van het Nederlands goudleer en zijn invloed in Japan*. Den Haag: Uitgeverij Waanders-Zwolle, pp. 18-33.
- KOLDEWEIJ, Eloy (1992) – “How Spanish is Spanish leather?”. In *Conservation of the Iberian and Latin American Cultural Heritage*. Londres: H. W. M. Holges; J. S. Mills; P. Smith, pp. 84-88.
- LEDERTAPETEN (1991) – Essen: Galerie Glass.
- MUSEU de la Pell (1995) – Igualada: Ayuntamiento de Igualada.
- NIMMO, Mara; PARIS, Mariabianca e RESSOTTO, Lidia (2008) – *Cuoio dorato e dipinto: schedatura di manufatti - repertorio dei punzoni / Gilt and painted leather: artefacts reports - catalogue of punches*. Roma: Istituto Centrale per il Restauro / Sezione per la Conservazione e il Restauro dei Manufatti in Pelle e Cuoio.
- PEREIRA, Franklin (2000) – “As Cadeiras em Couro Lavrado e os Guadamecis do Museu de Pontevedra”. *El Museo de Pontevedra*. Pontevedra. 54: 211-252.
- PEREIRA, Franklin (2013) – “De Córdoba para Faro: um documento de importação de couros dourados / guadamecis de 1515”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2.ª Série. 18: 147-159.
- PEREIRA, Franklin (2015) – “Couros dourados / guadamecis dos Países Baixos em Portugal (séculos XVII-XVIII)”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 19 (2): 117-132. Disponível em <https://tinyurl.com/42r24z32>.
- PEREIRA, Franklin (2016a) – “Early 16th century mould embossed gilt leather glued on stone walls: a study on the monument of Tomar (Portugal)”. *Leather Artisan*. Christchurch. 158: 20-21.
- PEREIRA, Franklin (2016b) – “The Charola de Tomar: early 16th century mould-embossed gilt leather, glued to stone walls”. *Newsletter*. Stroke-up-Trent: Archeological Leather Group. 43: 14-16.
- PEREIRA, Franklin (2018) – “A Reconstituição dos Guadamecis da Charola de Tomar: primeiros trabalhos”. In SOARES, Clara Moura e MARIZ, Vera (eds.). *Dinâmicas do Património Artístico: Circulação, Transformações e Diálogos*. Lisboa: ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 352-355.
- PEREIRA, Franklin (2021) – *Guerra Junqueiro e os Couros Artísticos: as cadeiras lavradas e os guadamecis da Fundação e da Casa-Museu*. Lisboa: Mazu Press.
- RENOVARUM *Anno* (1992) – Tallinn: Conservation and Digitization Centre Kanut.
- WATERER, John (1971) – *Spanish Leather: a history of its uses from 800 to 1800, for mural hangings, screens, upholstery, altar frontals, ecclesiastical vestments, footwear, gloves, pouches, and caskets*. Londres: Faber & Faber.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-14]

Taipa Militar no Garb al-Andalus (séculos X-XIII)

RESUMO

Durante o domínio islâmico da Península Ibérica, a taipa foi amplamente utilizada na construção de estruturas defensivas a partir do século X. No entanto, esta técnica construtiva não é tão comum no Garb al-Andalus, onde surge principalmente nos períodos almorávida e almóada, em fortificações como as de Alcácer do Sal, Moura, Paderne e Silves.

A taipa militar distingue-se da taipa corrente por dois aspetos essenciais: a composição das misturas de terra, mais resistentes devido à adição de cal e materiais cerâmicos; a adoção do duplo côvado como medida-padrão.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média (islâmico); Estruturas defensivas; Arquitectura em terra; Taipa; *Gharb al-Andalus*.

ABSTRACT

During the Islamic dominance of the Iberian Peninsula, rammed earth was extensively used, from the 10th century, in the construction of defensive structures. However, this building technique is not so common in *Gharb al-Andalus*, where it appears mainly in the Almoravid and Almohad periods in fortresses such as that of Alcácer do Sal, Moura, Paderne and Silves.

The military rammed earth can be distinguished from usual rammed earth by two essential aspects: the composition of the earth mixtures, which are more resistant and harder due to the presence of lime and ceramics materials; the adoption of the double cubit as a standard measure.

KEY WORDS: Middle ages (Islamic); Defence structures; Earth architecture; Rammed earth; *Gharb al-Andalus*.

RÉSUMÉ

Lors de la domination islamique de la Péninsule Ibérique, le pisé a amplement été utilisé dans la construction de structures défensives à partir du X^e siècle. Cependant, cette technique constructive n'est pas aussi commune dans le *Gharb al-Andalus*, où elle surgit principalement dans les périodes almoravide et almohade, dans des fortifications comme celles de Alcácer do Sal, Moura, Paderne et Silves.

Le pisé militaire se distingue du pisé courant par deux aspects essentiels : la composition des mélanges de terre, plus résistants en raison de l'addition de chaux et de matériaux céramiques ; l'adoption de la double coudée comme mesure modèle.

MOTS CLÉS: Moyen Âge (islamique); Structures défensives; Architecture en terre; Pisé; *Gharb al-Andalus*.

Patrícia Bruno ¹

1. INTRODUÇÃO

Durante o período de domínio islâmico no al-Andalus, a taipa – sistema de construção de paredes monolíticas, por compactação de misturas de terra contendo argila e agregados de maiores dimensões, dentro de moldes amovíveis (taipais) – foi amplamente utilizada na construção de estruturas defensivas. O século X é considerado como a fase durante a qual se generalizou o uso desta técnica, embora se verifiquem exemplos anteriores, como os das alcáçovas de Alguaire e Pla d'Almatá (Lérida, Catalunha), Badajoz (Extremadura) e Múrcia, do século IX, e as desaparecidas muralhas de Toledo (Castilla-La Mancha), estas últimas provavelmente as mais antigas, construídas entre finais do século VIII e inícios do seguinte (PAVÓN MALDONADO, 2012; JIMÉNEZ CASTILLO, 2014).

No entanto, no atual território português Garb al-Andalus, e para o mesmo período, não é tão recorrente a utilização desta técnica construtiva. A taipa militar vai testemunhar-se, em especial, em construções atribuídas aos períodos almorávida (1094-1144) e almóada (1156-1232), em fortificações como as de Alcácer do Sal (Setúbal), Moura (Beja), Paderne (Albufeira, Faro) e Silves (Faro).

Sumariamente, a taipa militar difere da taipa corrente pela composição das misturas de terra utilizadas, salientando-se as maiores resistência e dureza, conseguidas à custa da adição de cal e de materiais cerâmicos, e pelas métricas dos taipais, recorrendo à utilização do duplo côvado como medida padrão – geralmente, com a relação de dois côvados por quatro (altura e largura do taipal lateral, respetivamente); no entanto, as medidas dos taipais variavam consoante as regiões da Península Ibérica (BAZZANA, 1980; TORRES BALBÁS, 1985).

As fortificações atrás referidas, bem como a de Juromenha (Alandroal, Évora), cujos vestígios de muralhas de taipa são anteriores aos períodos almorávida e almóada, foram, desde finais do século XX, alvo de diversos estudos no âmbito da História, Arqueologia e Arquitetura. Foram também objeto de intervenções arqueológicas e de conservação e consolidação nas suas estruturas de taipa, procurando-se agora, com este contributo, compilar, rever e acrescentar ao tema informação, dando continuidade aos estudos anteriormente desenvolvidos (BRUNO, 2000, 2005 e 2016).

¹ UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

Por opção da autora, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

2. CONTEXTOS CRONOLÓGICOS E TIPOLOGIAS

Na fase inicial do período islâmico (séculos VIII e IX), de conquista e ocupação do al-Andalus, a opção pelo reforço e reaproveitamento de estruturas existentes terá sido a mais frequentemente tomada (TORRES BALBÁS, 1985). Por outro lado, em todos os casos detetados e estudados no atual território português, os vestígios das fortificações construídas durante esse período são sempre constituídos por estruturas de alvenaria de pedra, como é o caso da mais antiga torre da fortaleza de Juromenha, que incorpora no seu alçado principal elementos pétreos pré-islâmicos, talvez visigóticos¹, e seguramente cristãos, atendendo a que a peça maior, mais vistosa e significativa, é um pé-de-altar colocado num cunhal da torre em posição horizontal (REI e BRUNO, 2022).

As primeiras fortificações de taipa no atual território português (o Garb al-Andalus) parecem surgir no período califal. No entanto, são escassos os exemplos que podemos apontar, pois praticamente todas as fortificações terão sido reconstruídas nos períodos almorávida (1094-1144) e almóada (1156-1232), no contexto das lutas da 2.ª fase de taifas e da conquista cristã, o que dificulta a deteção das fases de construção mais antigas e justifica a reduzida extensão das mesmas, quando identificadas. O pano de muralha norte do castelo de Juromenha será talvez o exemplo mais interessante para a observação de tipologias do período califal:

as suas torres possuem plantas quadrangulares, pouco salientes da muralha e com reduzidas distâncias entre elas, sem torres albarrás ou plurifacetadas; a entrada da fortaleza neste tramo era direta (sem os posteriores “cotovelos” almorávidas e almóadas); a construção combina a utilização de taipa com a de silharia e alvenaria de pedra, com reaproveitamento de materiais de períodos anteriores, nomeadamente de silhares do período romano, aplicados em cunhais de torres (CORREIA, 1994).

¹ Segundo Fernando Branco Correia, aqueles três elementos pétreos (uma imposta, um fragmento de friso e um pé-de-altar), proviriam de um edifício religioso existente em Juromenha ou nos seus arredores, integrados “no contexto dos materiais ditos da época visigótica da Lusitânia”, propondo o autor que a datação dos mesmos se situe no século VII (CORREIA, 1995).

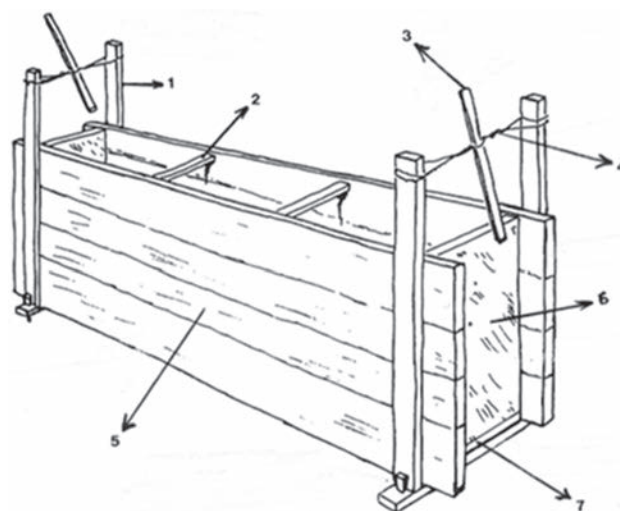


FIG. 1 – Esquema de taipal tradicional (adaptado de BAZZANA, 1996).

1. Costeira; 2. Còvado;
3. Garrocha; 4. Baraço; 5. Taipal lateral;
6. Comporta; 7. Agulha.

FIG. 2 – Construção de taipa, Alfundão, Ferreira do Alentejo. *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. © Ordem dos Arquitectos, PT-OA-IARP-BJA-FAL01-010.



Com efeito, e tendo surgido no Garb al-Andalus, pela primeira vez, a utilização da taipa na construção das muralhas de Badajoz, algures entre 884 e 888, somos levados a admitir que a primitiva fortaleza de Juromenha seria nessa fase ainda de alvenaria de pedra, e que as estruturas de taipa serão eventualmente posteriores a 913, depois de a muralha de Badajoz ter sido reforçada, após o ataque de Ordonho das Astúrias a Évora, naquele ano (REI e BRUNO, 2022).

Assim, somos levados a crer que a construção (ou reconstrução), com taipa, das muralhas de Juromenha (ou, pelo menos, do seu troço norte, ainda visível na atualidade) terá tido lugar após a construção das muralhas de Badajoz, mas ainda na primeira metade do século X, antes do período de paz que antecedeu a queda do califado.

Refira-se ainda a intervenção arqueológica realizada no sítio do Senhor da Boa Morte (Povos, Vila Franca de Xira, Lisboa), que permitiu identificar os vestígios de um troço de muralha de taipa militar datado da fase califal (CORREIA, 2013).

A partir do início do século XI, com a queda do califado e a consequente segmentação do al-Andalus em pequenos reinos (as taifas), muitas das fortificações existentes terão sido reforçadas, nomeadamente as de Alcácer do Sal e de Silves, tendo ambas recebido sistemas de entradas em cotovelo, como parece ser o caso da desaparecida Porta Nova, no pano de muralha norte da medina de Alcácer do Sal, e da Porta da Medina, em Silves (CHAGAS, 1995; GOMES, 2004).

Posteriormente, na fase almóada (1156-1232), generalizou-se o uso desses sistemas de entradas em cotovelo, os quais se tornaram mais complexos, referindo-se, a propósito, a crónica do cruzado anónimo sobre a conquista da cidade de Silves, de 1189, que descreve da seguinte forma as portas das suas muralhas: *“as entradas pelas portas eram de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente seriam escalados os muros do que entraria alguém por elas”* (MATOS, 1999).

A partir dessa fase, generalizou-se também o uso de torres albarrás (torres desligadas das muralhas, unidas a estas por passadiços superiores), presentes nas fortificações de Alcácer do Sal, Silves, Loulé, Salir e Paderne, esta última construída de raiz durante o período almóada (CATARINO, 2005). As torres adquiriram também formas mais elaboradas, sendo por vezes plurifacetadas, como é o caso da torre de taipa denominada de Algique, em Alcácer do Sal, que possuía planta octogonal (CHAGAS, 1995).

Segundo TORRES BALBÁS (1985), datam também do final do século XII as primeiras torres couraças no al-Andalus (torres avançadas, distantes e destacadas das fortificações, e a elas ligadas através de caminhos muralhados, destinadas a proteger locais importantes e vulneráveis, como poços de abastecimento de água). Em Silves existiu uma couraça, referida na crónica do cruzado anónimo sobre a conquista desta cidade, em 1189, *“a qual era muy cercada de muro atee o rio com tres*



FIGS. 3 E 4 – Em cima, torre do troço norte do castelo de Juromenha, pouco saliente da muralha, incorporando silhares reaproveitados, do período romano.

Em baixo, torre albarrá da medina de Silves, com silharia de pequenos blocos de arenito (grés de Silves) e taipa.

torres em ella” (MATOS, 1999). Desconhecemos, no entanto, os materiais constituintes destas torres e da muralha que as ligavam à cerca da medina, podendo, eventualmente, ter sido, ainda que parcialmente, constituídas por taipa, à semelhança das restantes estruturas dos perímetros murlhados da cidade. Refiram-se, finalmente, as barbacãs (muros exteriores circundando as muralhas, mais baixos, destinados a uma primeira defesa), aparentemente também frequentes a partir da fase almóada, e cuja presença foi identificada no troço norte da cerca da medina de Alcácer do Sal, complementada por fosso (CHAGAS, 1995).

Após o período islâmico, a taipa continuou a ser utilizada em construções de cariz militar, e o estudo da sua aplicação depois desse período permanece ainda pouco aprofundado. As vantagens desse sistema construtivo monolítico, principalmente a maior resistência mecânica em relação às alvenarias de pedra ², levaram à sua aplicação em diversas estruturas construídas, quer na Idade Média cristã, quer nas estruturas modernas de Seiscentos.

Com efeito, são inúmeros os exemplos da utilização da técnica construtiva da taipa após o período islâmico no território português, em construções de cariz militar, como é o caso da muralha fernandina de Lisboa (MATA, NETO e REBELO, 2017; GOMES *et al.*, 2022), de parte das muralhas de Silves – em reconstruções e reforços na muralha norte da medina (alvenarias mistas, de pedra e blocos de taipa reaproveitados de derrubes) (Fig. 6) –, e em fortificações abaluartadas seiscentistas, em elementos construtivos acima das escarpas (parapeitos, canhoes, guaritas), como se verifica em Elvas e Campo Maior (Évora) (Fig. 7).

² Conforme refere Trindade Chagas, “esta resistência deve-se ao facto de não ser possível destacar qualquer dos elementos construtivos da muralha, uma vez que esta é construída por fiadas de taipa, fortemente apisoada, que após a secagem forma como que um monólito” e pela “capacidade de absorção da energia cinética quando atingida por projecteis neurobalísticos lançados pelos trons, ou por golpes de ariete com os quais os atacantes tentavam minar as muralhas” (CHAGAS, 1995).



FIG. 5 – Vestígios da torre plurifacetada de Aligue, do castelo de Alcácer do Sal.



FIG. 6 – Troço de muralha da medina de Silves reconstruído com alvenaria de pedra e blocos de taipa provenientes de derrubes.



FIG. 7 – Canhoeira da fortaleza de Campo Maior antes da intervenção de reconstrução.

3. MÉTRICAS DOS TAIPAIS

As métricas utilizadas na construção das muralhas de taipa teriam como base o côvado *ma muni*, que media entre 42 e 46 cm; segundo André Bazzana, as alturas dos taipais utilizados nas regiões de Valência e Alicante seriam, respetivamente, de 92 e 84 cm, o que corresponde à utilização de côvados de 46 e de 42 cm (BAZZANA, 1993). Por sua vez, para as regiões da Andaluzia e Extremadura, Torres Balbás apresenta valores entre 82 a 85 cm, resultantes da aplicação de um côvado com cerca de 42 cm como medida corrente³.

As medidas obtidas nos castelos estudados – Alcácer do Sal, Juromenha, Moura, Paderne, Salir e Silves (Tabela 1) – traduzem a utilização de côvados de 40 e 45 cm, em geral aplicados no taipal lateral com a relação de dois na altura para quatro no comprimento (BRUNO, 2005, 2016). No entanto, os comprimentos dos taipais apresentam muitas vezes diferenças para uma mesma altura, no mesmo pano de muralha. Estas variações poderiam decorrer de acertos efetuados durante a execução, como a marcação prévia das torres em relação às muralhas associada às condições de implantação, ou ainda dos rendimentos em obra, dependentes das quantidades

de mão-de-obra e materiais disponíveis diariamente, das condições atmosféricas, etc.

No que se refere às espessuras das muralhas, nenhum dos casos estudados apresenta a relação de dois côvados para o adarve e um côvado para o parapeito, indicada por André Bazzana para os castelos da região valenciana (BAZZANA, 1980).

Nos castelos de Alcácer do Sal e Moura (CHAGAS, 1995; MACIAS, 1993) obtiveram-se espessuras de 2,10 m (1,50 m para o adarve e 0,60 m para o parapeito, e de 1,55 m para o adarve e 0,55 m de parapeito, respetivamente). Em Silves, a espessura obtida, no troço norte da muralha da medina, foi de 2,20 m (1,60 m para o adarve e 0,60 m para o parapeito). Em Paderne, a espessura total da muralha obtida foi de 1,98 m (MARGALHA, BASTOS e BEIRÃO, 2002).

Nos quatro casos estudados verificou-se a adição de 1/3 de côvado à espessura do parapeito, e 1 ou 2 terços de côvado ao adarve. Tendo em conta que em Alcácer do Sal e Silves o côvado seria de 45 cm, em Moura de 42 cm e em Paderne de 42 a 43 cm, o acréscimo de 1/3 corresponderia a cerca de 14 e 15 cm, valor que poderá eventualmente traduzir a utilização do palmo curto⁴.

³ “Ibn Jaldun dice que el tamaño de los tableros era variable, pero que en general tenían cuatro codos por dos. Las tapias de la muralla de Sevilla tienen 2,25 por 0,84. En las fortalezas hispanomusulmanas las medidas corrientes son de 82 a 85 centímetros, un codo de unos

42 centímetros. Es decir, la tapia venía a tener 835 milímetros y 9 décimas, equivalente a una vara” (TORRES BALBÁS, 1985).

⁴ A mão travessa ou palmo curto seria a medida de uma mão braçal, com os dedos juntos. Esta unidade foi reduzida a 10 cm no século XIX, para poder equivaler a um décimo do metro (REI, 1998).

TABELA 1 – Medições de muralhas e taipais

	Muralha	Taipal	
	Espessura	Altura	Comprimento
Alcácer do Sal	2,10 m 2,10 m	0,90 m 0,90 m	1,80 m
Juromenha	1,80 m 1,55 m 1,55 m	0,90 m 0,90 m 0,80 m	1,80 m
Moura	2,10 m	0,84 m	
Paderne	1,98 m	0,84 - 0,86 m	2,64 m
Salir		0,80 - 0,84 m	1,60 m
Silves		0,85 - 0,86 m	1,65 m
	2,20 m	0,90 m	1,75 m

Medições efetuadas:

- Pela autora na muralha norte do castelo de Alcácer do Sal (2004), na muralha norte de Juromenha (1999), no troço de muralha Noroeste de Moura (2004), na muralha norte da medina de Silves (2005);
- Por Trindade Chagas no castelo de Alcácer do Sal (CHAGAS, 1995);
- Por Fernando Branco Correia em Juromenha (CORREIA, 1994);
- Por Alexandre Bastos e Teresa Beirão em Paderne (MARGALHA, BASTOS e BEIRÃO, 2002);
- Por Helena Catarino em Salir (CATARINO, 2005).

4. MATERIAIS

Genericamente, as misturas de terra da taipa militar são compostas por agregados com granulometrias variadas (fragmentos de pedra da região, fragmentos de materiais cerâmicos, areias, siltes) e ligantes (argila e cal aérea), não apresentando nas suas composições vestígios de adição de quaisquer materiais orgânicos fibrosos (palhas de cereais)⁵. As composições das taipas apresentam, no entanto, diferenças consoante os materiais disponíveis em cada local, as características dos solos (mais arenosos ou mais argilosos) e a maior ou menor disponibilidade de pedra, cal e pozolana.

Não obstante, as granulometrias obtidas para todas as amostras de taipa que foram sujeitas a ensaios laboratoriais caracterizam-se pelas maiores percentagens de agregados finos e elementos de coesão (areias, siltes e argilas, com diâmetros até 2 mm) em relação aos agregados grossos (agregados com diâmetros superiores a 2 mm)⁶; nos casos de Alcácer do Sal e de Juromenha verificou-se a presença de escórias (em Juromenha, resíduos metálicos, ferrosos) e de materiais cerâmicos triturados nas frações de areia e silte (BRUNO, 2000; CHAGAS, 1995).

Na taipa de Alcácer do Sal foi ainda identificada a presença de pozolana natural (CHAGAS, 1995), agregado que, tal como o tijolo moído e a escória, e até mais eficazmente, confere maior resistência e elevada hidraulicidade (menor permeabilidade à água e à humidade) às argamassas e betões, e não existe no território peninsular (COUTINHO, 1963). A presença deste material na composição da taipa das muralhas de Alcácer do Sal dever-se-á ao facto de a cidade ter sido à época um importante porto comercial, com acesso a materiais de construção provenientes de outros contextos geográficos? Infelizmente, os dados de que dispomos atualmente não nos permitem responder a esta questão, não se verificando a presença de pozolanas nas composições das amostras analisadas das muralhas de Silves (CRAVO, 1989) e de Lisboa (GOMES *et al.*, 2022), cidades também elas com acesso a produtos provenientes do mundo mediterrânico durante o período islâmico.

No que se refere aos traços volumétricos, constatou-se, a partir do cruzamento dos resultados obtidos em Silves (1:2 – CRAVO, 1989), Paderne (2:5 e 1:9 – MARGALHA, BASTOS e BEIRÃO, 2002; 1:2,5 e 1:9 – SILVA, 2001; 1:9, 1:7,5, 1:16 e 1:18 – CORADINHO, 2018) e Alcácer do Sal (1:4 a 1:5) (CHAGAS, 1995), com as respetivas análises granulométricas, que os traços com as maiores quantidades de cal correspondem às menores percentagens de agregados finos, silte e argila.

Em todos os casos, as muralhas assentam sobre fundações e embasamentos de alvenaria ou silharia de pedra. Muitas vezes, os cunhais e as engradas das torres eram reforçados com grandes silhares de pedra, como nos casos de Silves e de Juromenha. Em Juromenha aplicaram-se também camadas horizontais de pedras irregulares entre taipais. Em algumas das torres da alcáçova de Silves verificou-se a presença de um outro sistema, onde a taipa se conjuga com silharia composta por pequenos silhares de arenito (grés de Silves) (GOMES, 2004), frequentemente assentes segundo o aparelho correntemente designado em Portugal por “flamengo” – aparelho a uma vez, formado por fiadas alternando silhares a uma vez (perpendiculares às faces dos paramentos) e a meia vez (paralelos às faces dos paramentos)⁷.

As muralhas de taipa seriam, na maior parte dos casos, rebocadas e pintadas. Vestígios de rebocos e de pinturas à base de cal, simulando grandes silhares de pedra, são visíveis nos castelos de Alcácer do Sal (Fig. 8), Moura e Paderne e na muralha da medina de Silves (troço norte). Em Juromenha, Alcácer do Sal e Silves são ainda visíveis vestígios dos côvados de madeira dos taipais utilizados na construção das muralhas (Fig. 9).

5. PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO E INTERVENÇÕES

Após a conquista cristã, e ainda na Idade Média, muitas fortificações do período islâmico foram reforçadas, alteradas e até reconstruídas com recurso a estruturas de alvenaria de pedra, situação que ocorreu nos castelos de Alcácer do Sal (CHAGAS, 1995), Juromenha (BRUNO, 2000), Moura (MACIAS, 1993) e Silves (NETO, 1991), o que levou à destruição e ao desaparecimento de inúmeras estruturas.

⁵ Saliente-se que a adição de palha às misturas de terra não é característica da taipa, uma vez que este procedimento apenas é efetuado no fabrico de misturas de terra com composições muito ricas em argila (como é o caso da terra para rebocos ou adobes), de forma a controlar a retração das argilas aquando da secagem. A terra para a taipa não deve ser demasiado argilosa e é geralmente extraída a uma profundidade abaixo da camada arável e, sempre que necessário, posteriormente expurgada de matéria orgânica.

⁶ De entre os casos estudados, a taipa do castelo de Alcácer do Sal é a que detém a maior percentagem de elementos

finos – 88,09 a 94,62 %, para 5,38 a 11,91 % de agregados grossos (CHAGAS, 2005). Para a muralha norte de Juromenha apurou-se uma percentagem de agregados grossos, até ao diâmetro de 60 mm, de 26,6 % (composta por fragmentos de materiais cerâmicos e pedra – xistos, seixos rolados e calcários), 59,4 % de areia e 14 % de silte e argila (BRUNO, 2000). A taipa de Paderne é constituída por 30 a 42 % de agregado calcário e materiais finos compostos por 12 a 17 % de elementos de coesão e 41 a 58 % de areias (MARGALHA, BASTOS e BEIRÃO, 2002). A taipa do castelo de Silves tem cerca de

40 % de materiais grossos, constituídos na maioria por grés de Silves e fragmentos de materiais cerâmicos (CRAVO, 1989). Na generalidade dos casos estudados, a fração grossa é constituída por agregados com diâmetros de 2 a 20 mm (seixo médio e fino, vulgarmente designado por “gravilha”).
⁷ O aparelho flamengo corresponde ao aparelho designado em espanhol por “soga y tizón”, frequentemente utilizado na execução de silharia de pedra e de alvenaria de tijolo maciço em fortificações do al-Andalus, desde o período califal, mas mais frequente no período almóada (PAVÓN MALDONADO, 2012).



FIGS. 8 E 9 – À esquerda, vestígios de rebocos e pinturas em torre albarrá do troço de muralha sul do castelo de Alcácer do Sal.

Em baixo, côvados de madeira dos taipais utilizados no paramento exterior do troço norte da muralha da medina de Silves.



Também em época moderna, a partir do século XVII, com a construção dos novos dispositivos defensivos, muitos dos castelos medievais foram transformados e, por vezes, até abandonados ou desvalorizados; nalguns casos, como, por exemplo, o de Juromenha, esses castelos foram parcialmente destruídos pela necessidade de sobreposição dos novos sistemas abaluartados (BRUNO, 2000).

Apesar das novas preocupações com a valorização do património histórico edificado, que emergem sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o património construído com taipa seria votado ao desprezo até finais do século XX. Com efeito, as políticas de salvaguarda e proteção do património histórico edificado em Portugal valorizaram sobretudo, durante mais de uma centúria, os monumentos construídos com materiais considerados mais nobres, como a pedra. Privilegiaram os castelos do período medieval cristão, os edifícios religiosos e alguns sítios arqueológicos (na maioria, do período romano), e desvalorizaram as construções cronologicamente integradas em outros períodos e as edificações consideradas mais pobres, como as de cariz vernáculo e as construídas com terra crua.

Como exemplo das destruições provocadas pela desvalorização dos monumentos construídos com terra, podemos apontar o desmonte da taipa das muralhas de Silves que, no século XVIII, era aproveitada para a produção de pólvora por conter salitre (CARDOSO, 1758); o castelo de

Moura, cuja taipa da muralha norte foi aproveitada, durante o século XIX, como matéria-prima para o mesmo efeito (MACIAS, 1993); o castelo de Alcácer do Sal, cuja taipa do castelo foi vendida no início do século XX, pela própria autarquia, a 30\$00/m³ para a construção de habitações (CHAGAS, 1995) ⁸.

Já em meados do século XX, um exemplo do desprezo a que eram votadas estas estruturas é dado pela própria Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, em 1950, na memória descritiva de uma intervenção nos baluartes de Juromenha, refere que “*da primitiva fortificação já pouco existe que valha a pena consolidar, pois a maior parte é quase só de taipa*” ⁹ (BRUNO, 2000).

⁸ Refira-se ainda que, já em 1758, através da resposta ao inquérito inserido nas *Memórias Paroquiais*, reportava o pároco de Santa Maria do Castelo: “Ao Vigésimo quinto respondo, que esta terra não he murada, porem o Castello e Cercado de muros de taipa muito danificados, e em partes prostradas por terra, no qual Castello se Conservaõ

sinco, ou seis torres, porem taõ indignas, que sendo as mais dellas de taipa, todas estaõ muito arruinadas, e defeitas ameaçando ruina próxima a mayor parte da Villa, que fica no lugar baixo” (CHAGAS, 1995).

⁹ Proc. S.07.01.02/007, Arquivo da DGEMN-DREMS (Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul).

Assim, se podemos apontar a ação humana como uma das principais causas para a decadência destas estruturas, pelo abandono e ausência de trabalhos de manutenção ao longo do tempo, também podemos assinalar processos destrutivos motivados pela desvalorização do próprio material constituinte, a terra.



5.1. INTERVENÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO, RESTAURO E RECONSTRUÇÃO

Em Portugal, as primeiras intervenções em fortificações de taipa do período islâmico ocorreram a partir da década de 40 do século XX, mas, até à década de 80 da mesma centúria, consistiram apenas no reforço dessas estruturas com recurso à execução de paramentos de pedra ou muros de betão, encontrando-se documentadas nos castelos de Alcácer do Sal (CHAGAS, 1995) e de Juromenha (BRUNO, 2000) (Fig. 10). Conforme já referido, só a partir da década de 80 do século XX é que essas fortificações começaram a ser intervencionadas com recurso a técnicas e materiais compatíveis, como a reconstrução de muralhas com taipa ou a consolidação com argamassas à base de terra. As primeiras intervenções, de iniciativa da extinta DGEMN, foram levadas a efeito nos castelos de Alcácer do Sal, Juromenha e Paderne. Em Alcácer do Sal, foram ainda promovidas intervenções posteriores (na primeira década de 2000), pelo extinto IPPAR; em Paderne, pelo IPPAR, em 2004-2005, e a atual DGPC-Direção Regional de Cultura do Algarve, em 2007 e 2017-2018; em Silves, possivelmente de iniciativa da autarquia, na primeira década de 2000 e, mais recentemente, na chamada Porta da Almedina, em 2021; finalmente, em Juromenha, encontra-se atualmente a decorrer uma intervenção promovida pela Câmara Municipal de Alandroal.

Em Juromenha, nos anos de 1988 e 1989, a DGEMN procedeu à segunda intervenção no troço norte (Fig. 11), na sua extremidade nascente, tendo os trabalhos incluído a construção de soco de pedra “*em alvenaria hidráulica com pedra de região*” sobre o paramento de taipa, e a execução de “*taipa*” em revestimento dos paramentos mais erodidos. Na composição da taipa incluíram-se “*terras apropriadas com mistura*



FIGS. 10 E 11 – Intervenções do século XX no troço norte do castelo de Juromenha.

Em cima, muros de suporte de betão contendo terras e cal hidráulica para reforço dos paramentos exteriores na torre da extremidade poente.

Em baixo, vista da zona intervencionada em 1988-1989 na extremidade nascente do mesmo troço, visualizando-se o soco de alvenaria de pedra.

de inertes variáveis, cal de obra e cal aérea”; na consolidação de fendas foi utilizado o mesmo tipo de argamassa, mas mais fluída, introduzida por injeção ¹⁰. Nas argamassas das alvenarias e na taipa estabilizada foi utilizada cal hidráulica ¹¹.

Por sua vez, em Alcácer do Sal foram intervencionados, entre 1982-1985, diversos paramentos da muralha sul e uma torre do mesmo troço (Fig. 12), compreendendo a consolidação das bases da muralha mediante o enchimento com betão ciclópico, e a “consolidação, encasque e regularização dos paramentos exteriores, enchimento de argamassas com aplicação de taipais de dimensões aproximadas dos antigos lanços de taipa” (CHAGAS, 1993). As composições das argamassas de revestimento incluíram como ligante principal a cal hidráulica e agregados que procurassem garantir a integração cromática e textural, como areias amarelas e tijolo moído (IDEM).

Ressaltam nestas primeiras intervenções de finais do século XX problemas como o uso de materiais incompatíveis com os suportes (provocando degradação dos materiais originais), a fraca durabilidade das intervenções e os critérios estéticos adotados.

Com efeito, a utilização de argamassas de base cimentícia sobre superfícies de terra conduz, inevitavelmente, a patologias como a fissuração e desprendimento desses revestimentos, com perda de materiais constituintes dos suportes (neste caso, das estruturas de taipa), sendo, portanto, pouco eficaz e, ainda, de fraca durabilidade (BRUNO, 2008), situação que parece ser mais gravosa nas intervenções levadas a cabo no castelo de Alcácer do Sal (Figs. 12 e 13).



¹⁰ IBIDEM (ver nota 9).

¹¹ É possível que esta cal hidráulica não fosse sequer cal hidráulica natural (designação que só surgiu mais tarde, com a entrada em vigor da versão de 2010 da NP EN 459-1, publicada em 2011, que reclassifica as cals de construção).

FIGS. 12 E 13 – Intervenções no castelo de Alcácer do Sal.

Em cima, torre do troço sul, intervencionada na década de 80 do século XX.

Em baixo, paramento da muralha noroeste, intervencionado em 2003.





FIGS. 14 E 15 – Em cima, aspeto de um paramento de uma torre albarrã do troço norte da medina de Silves, intervencionado na década de 2000.

Em baixo, troço de muralha nascente do castelo de Paderne, com reconstrução de taipa, na intervenção de 2004-2005.



Infelizmente, estes problemas perduram ainda na década de 2000, em intervenções como as levadas a efeito pela Câmara Municipal de Silves nas torres do troço norte da medina (Fig. 14), salientando-se também a dissonância estética dos materiais utilizados.

Distinguem-se as intervenções de conservação e restauro realizadas no castelo de Paderne, de iniciativa do extinto IPPAR e da atual tutela, a Direção Regional de Cultura do Algarve, com recurso a metodologias mais adequadas ao nível da seleção dos materiais e dos critérios estéticos

adotados (Fig. 15). Desde a década de 2000 que nesta fortificação têm vindo a ser aplicadas diferentes técnicas para conservação, em diversas zonas do monumento (CORADINHO, 2018), com resultados técnicos e estéticos também distintos (PARRACHA *et al.*, 2020). Por outro lado, o facto de a conservação do monumento ter vindo a ser realizada por secções, muitas vezes devido a condicionalismos financeiros, tem possibilitado um envelhecimento natural e uma aprendizagem do que corre bem e menos bem, para justificar e otimizar intervenções futuras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Portugal, os vestígios construtivos de fortificações de taipa do período islâmico são relativamente escassos, comparativamente ao verificado em território espanhol, mesmo tendo em conta a proporção dos territórios. Conforme já referido, o uso da taipa militar testemunha-se, em especial, em estruturas atribuídas aos períodos almorávida e almóada, em fortificações como as de Alcácer do Sal, Moura, Salir, Paderne e Silves. O castelo de Juromenha, que conserva estruturas do período califal, constituirá aparentemente exceção entre estas fortificações.

Estes monumentos sofreram algumas intervenções de conservação e consolidação desde finais do século XX, que se revelaram insuficientes face ao estado das suas estruturas de taipa.

Com efeito, algumas das intervenções implementadas, em Portugal e em Espanha, podem ser consideradas incorretas quanto aos materiais, às tecnologias e aos critérios estéticos adotados. Algumas das metodologias adotadas não se mostraram eficientes a médio e a longo prazo. Mas, sem muitas destas intervenções, o estado de conservação das fortificações seria pior do que o atual.

Ao mesmo tempo, as intervenções, e os estudos e as investigações que as suportaram, permitiram a recolha de dados fundamental pa-

ra aprofundar o conhecimento sobre os materiais e a tecnologia construtiva.

De uma forma geral, verifica-se também a necessidade de ações regulares de conservação (prática atualmente inexistente), designadamente de monitorização e simples manutenção e limpeza, de forma a evitar as intervenções de maior envergadura que têm sido necessárias para que não ocorra o colapso de algumas das estruturas.

Por outro lado, e não obstante os resultados obtidos nos últimos anos em intervenções mais cuidadas, verifica-se ainda a necessidade de um maior conhecimento sobre a materialidade da taipa e sobre os resultados das ações de conservação já realizadas, de forma a assegurar uma maior compatibilidade (e se possível uma maior durabilidade), com um grau de destruição mínimo dos materiais originais, sem perda ou alteração dos valores de autenticidade histórica.

Assim, julga-se existir ainda um longo caminho a percorrer para a concretização destes objetivos, envolvendo certamente projetos multidisciplinares, de investigação e de obras, que integrem os contributos das diferentes áreas de conhecimento envolvidas, com os objetivos de preservar as memórias da passagem do tempo e retardar a deterioração destes conjuntos monumentais. 

REFERÊNCIAS

- BAZZANA, André (1980) – “Éléments d’archéologie musulmane dans Al-Andalus: caractères spécifiques de l’architecture militaire arabe de la région valencienne”. *Al-Qantara - Revista de Estudios Arabes*. Madrid: CSIC. 1: 339-363.
- BAZZANA, André (1986) – “La terre, un matériau millénaire dans le pays du pourtour méditerranéen”. *Méditerranée*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 8-9: 41-88.
- BAZZANA, André (1993) – “La construction en terre dans Al-Andalus: le Tabiya”. In *7.ª Conferência Internacional sobre o Estudo e a Conservação da Arquitectura de Terra*. Comunicações. Silves / Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 76-82.
- BRUNO, Patrícia (2000) – *A Fortaleza de Juromenha: contributo para o estudo e conservação da muralha islâmica de taipa militar*. Évora: Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Disponível em <https://tinyurl.com/mrba7n6c>.
- BRUNO, Patrícia (2005) – “Taipa Militar: fortificações do período de domínio muçulmano”. In CORREIA, Mariana e FERNANDES, Maria (ed.). *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 39-44.
- BRUNO, Patrícia (2008) – “Patologias e Reparação de Paredes de Taipa: uma abordagem genérica”. Comunicação apresentada ao Seminário sobre Construção e Recuperação de Edifícios de Taipa. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar.
- BRUNO, Patrícia (2016) – “Fortificaciones de tapia del Periodo Musulmán, en territorio portugués. El caso específico de Juromenha (Alandroal, Évora) y análisis comparativo con Alcácer do Sal, Moura, Paderne y Silves”. In GIL CRESPO, Ignacio Javier (ed.). *Actas de las Segundas Jornadas sobre Historia, Arquitectura y Construcción Fortificada*. Madrid: Instituto Juan de Herrera / Fundación Cárdenas, pp. 139-147.
- CARDOSO, Padre Luís (1758) – “Memórias Paroquiais de Silves”. In *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico*. Lisboa: Arquivo Nacional - Torre do Tombo. [Manuscrito].
- CATARINO, Helena (2005) – “Arquitectura de Taipa no Algarve islâmico. As escavações de Salir (Loulé) e de Paderne (Albufeira)”. In CORREIA, Mariana e FERNANDES, Maria (ed.). *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 138-143.
- CHAGAS, José António Trindade (1995) – *O Castelo de Alcácer do Sal e a Utilização da Taipa Militar Durante o Domínio Almóada*. Évora: Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico.
- CORADINHO, Mafalda Cotrim (2018) – *Castelo de Paderne: caracterização histórica e material*. Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil. Disponível em <https://tinyurl.com/scvybtbf>.
- CORREIA, Fernando Branco (1995) – “Materiais de Época Visigótica de Juromenha (Alentejo)”. In *IV Reunión d’Arqueologia Cristiana Hispànica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Instituto de Estudios Catalanes, pp. 493-498.
- CORREIA, Fernando Branco (1994) – “O Castelo de Juromenha: influências islâmicas e cristãs”. *Callipole - revista de cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa. 2: 27-42. Disponível em <https://tinyurl.com/3ubcvuts>.
- CORREIA, Fernando Branco (2013) – “Fortificações de Iniciativa Omíada no Gharb al-Andalus nos Séculos IX e X: hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.). *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Lisboa: Colibri / Campo Arqueológico de Mértola. Vol. 1, pp. 73-84 (Actas do II Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela, 2010).
- COUTINHO, António de Sousa (1963) – *La puzolana y sus propiedades*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (*Memória*, 211).

CRAVO, Maria do Rosário Tavares (1989) – *Composição de uma Amostra de Taipa do Castelo de Silves*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Nota Técnica Proc. 024/3/03 - DMC);

GOMES, Ricardo Infante; SILVA, António Santos; GOMES, Leandro e FARIA, Paulina (2022) – “Fernandina Wall of Lisbon: mineralogical and chemical characterization of rammed earth and masonry mortars”. *Minerals*. MDPI Journals. 12 (2): 241. Disponível em <https://tinyurl.com/2rba98my>.

GOMES, Rosa Varela (2004) – *Silves* (Xelb), *uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 35).

JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro (2014) – *Murcia. De la Antigüedad al Islam*. Granada: Universidad de Granada. Tese de Doutoramento em História. Disponível em <https://tinyurl.com/58jp3nhk>.

MACIAS, Santiago (1993) – “Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico”. *Arqueologia Medieval*. Porto: Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola. 2: 127-157. Disponível em <https://tinyurl.com/48w3wpnw>.

MARGALHA, Maria Goreti; BASTOS, Alexandre e BEIRÃO, Teresa (2002) – “Castelo de Paderne: consolidação e recuperação”. In VEIGA, Rosário

e AGUIAR, José (coords.). *Revestimentos de Paredes em Edifícios Antigos*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 191-207 (*Cadernos de Edifícios*, 2).

MATA, Vanessa; NETO, Nuno e REBELO, Paulo (2017) – “Construções em Taipa de Época Medieval e Moderna: o exemplo do Chiado”. In ARNAUD, José Morais e MARTINS, Andrea (coord.). *Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1539-1549. Disponível em <https://tinyurl.com/2p9xukn4>.

MATOS, Manuel Cadafaz (1999) – *A Cidade de Silves num Itinerário Naval do Século XII por um Cruzado Anónimo: fac-símile da edição por João Baptista da Silva Lopes (Lisboa, Academia das Ciências 1844)*. Lisboa: Edições Távola Redonda.

NETO, João (1991) – *Castelo de Silves / Castelo e Cerca Urbana de Silves*. SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Lisboa: DGPC. Disponível em <https://tinyurl.com/4cdn6mnw>.

OAPIX - Ordem dos Arquitetos (2011) – *Construção de Taipa, Alfândoa, Ferreira do Alentejo* (1955, *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*). Disponível em <https://tinyurl.com/yxkhxtrf>.

PARRACHA, João Luís; SILVA, António Santos; COTRIM, Mafalda e FARIA, Paulina (2020) – “Mineralogical and microstructural characterisation of rammed

earth and earthen mortars from 12th century Paderne Castle”. *Journal of Cultural Heritage*. Elsevier. 42: 226-239.

PAVÓN MALDONADO, Basilio (2012) – *Murallas de tapial, mamposteria, sillarejo y ladrillo en el islam occidental (Los despojos arquitectónicos de la Reconquista. Inventario y clasificaciones)*. Disponível em <https://tinyurl.com/8mc2jpbh>.

REI, António (1998) – *Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal: notas para o seu estudo*. Évora: Câmara Municipal de Évora (*Colecção Chão de Letras*, 1).

REI, António e BRUNO, Patrícia (2022) – “MAKHÛL IBN ‘UMAR. ŠAHIB JALMĀNIYYA, Senhor de Juromenha (866-875 d.C.)”. *Callipole - Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa. 28: 175-186.

SILVA, António Santos (2001) – *Caracterização de Argamassas do Castelo de Paderne*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Nota Técnica 41/2001 - DMC).

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1985) – *Ciudades hispanomusulmanas*. 2.ª edição. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura. Tomo II.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-14]

PUBLICIDADE

Dryas Octopetala / Fundação Côa Parque

Prémios “Bruno Navarro”

Prémio Bruno Navarro

- distinção anual da excelência de um artigo científico.

Prémio Dryas / Fundação Côa Parque

- distingue anual do mérito académico de três dissertações (licenciatura, mestrado e doutoramento).

DESTINATÁRIOS:

- **jovens investigadores e alunos** de universidades portuguesas ou estrangeiras.

ÂMBITO TEMÁTICO:

- trabalhos académicos e de investigação em **todos os domínios científicos** com contributo significativo para o estudo, preservação e divulgação da **herança cultural** em Portugal.

CRITÉRIOS

- ✓ **qualidade e originalidade**
- ✓ **impacto científico**
- ✓ **amplitude multidisciplinar**



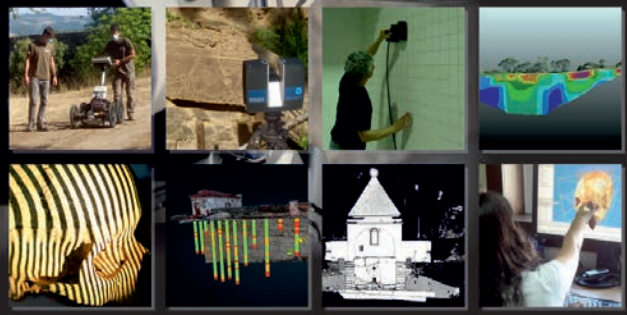
Fundação Côa Parque

dryas@dryas.pt
museu.geral@arte-coa.pt
<http://arte-coa.pt/>
 informações e candidaturas:

MORPH

Topografia e cadastro
 Tecnologias de Informação geográfica
 Sistemas de varrimento laser
 Fotogrametria de luz estruturada
 Structure from motion
 Reflectance transformation imaging
 Aerofotogrametria
 Detecção de metais
 Susceptibilidade geomagnética
 Métodos sísmicos
 Prospeção geoelectrica
 Georradar
 Georradar de alta frequência

Geomática, Geofísica, Engenharia inversa e Modelação digital



tel (+351) 219 834 157
 m (+351) 919 353 667
 e-mail: geral@morph.pt
 OctoBOK, Estrada de Coentras, 107
 3000-125 Coentras
www.morph.pt

Viagem à Memória (Industrial) do N.º 89 da Rua de São Paulo, em Lisboa

RESUMO

Texto que apresenta alguns aspectos relacionados com a chegada, em 1835, da primeira máquina a vapor (e outros equipamentos diversos) para a cunhagem de moeda na Casa da Moeda de Lisboa. Essa máquina de 16 cavalos, vinda da *Soho Manufactory* de Boulton & Watt, em Birmingham, foi, durante anos, tida (erradamente) como a primeira do seu tipo aplicada em Portugal. A origem desse equipamento, os seus componentes, a equipa britânica de montagem, a cronologia dessa montagem e a postura da contraparte portuguesa são alguns dos tópicos abordados com um particular interesse para a arqueologia industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia industrial; Indústria; Património; Século XIX.

ABSTRACT

This paper considers some aspects related to the 1835 arrival of the first steam engine (and other assorted equipment) for mint coining at the Lisbon Mint (Casa da Moeda). This 16hp engine from Boulton & Watt's Soho Manufactory in Birmingham was, for years, (mistakenly) taken to be the first of its kind used in Portugal.

Among some of the topics under discussion that remain of particular interest for industrial archaeology are the origins of this equipment and its components, the installation team from Britain, the chronology of that installation and the attitude of their counterparts from Portugal.

KEY WORDS: Industrial Archaeology; Industry; Heritage; 19th century.

RÉSUMÉ

Texte qui présente certains aspects liés à l'arrivée en 1835 de la première machine à vapeur (et autres équipements divers) pour la frappe de la monnaie à la Casa da Moeda de Lisbonne. Cette machine de 16 chevaux, venue de la *Soho Manufactory* de Boulton & Watt, à Birmingham, a été considérée (faussement) pendant des années comme la première de son genre appliquée au Portugal.

L'origine de cet équipement, ses composants, l'équipe britannique de montage, la chronologie de ce montage et l'attitude de la contrepartie portugaise sont certains des aspects abordés avec un intérêt particulier porté à l'archéologie industrielle.

MOTS CLÉS: Archéologie industrielle; Industrie; Patrimoine; XIXème siècle.

Paulo Oliveira Ramos ¹

In memoriam do olisipógrafo
Dr. Francisco Santana (1930-2023),
primus inter pares

INTRODUÇÃO

Tomemos o eléctrico 25 da Carris – na verdade menos famoso que o seu irmão 28 –, que vai de Campo de Ourique (Prazeres) à Praça da Figueira. Apeemo-nos na Rua de S. Paulo e procuremos o número 89. Qual será a memória – a “diluída memória”, de que fala Vítor Serrão – desta enorme casa? (Fig. 1).

O Occidente, de 11 de Dezembro de 1891, aviva-nos o olhar com uma gravura de Domingos Caselas Branco (1855-?) onde é visível, ao alto da fachada, um nome hoje desaparecido (picado?): *Caza da Moeda*. Assim, com Z ¹. Obra do “*distincto architecto*” José António Gaspar (1842-1909), que antes de ser arquitecto foi canteiro nas oficinas de António Moreira Rato & Irmão e, depois, teve loja própria na Rua do Arsenal até 1866, quando partiu para Paris como pensionista do Estado para estudar com Charles-Auguste Questel (1807-1888). Entre 1889 e 1891 esteve à frente das obras do edifício da Casa da Moeda de Lisboa e deu um novo rosto a uma unidade fabril estatal laborando nesse mesmo lugar desde 1720. Graças a ele, “*O velho e feio predio, sem janelas e carcomido pela acção do tempo, ficou transformado na elegantíssima fachada que apresentamos em gravura; algumas oficinas foram alargadas outras restauradas, soffrendo todo o antigo edificio completa e confortavel transformação*” ².

¹ Curiosamente, num cliché da fachada publicado em 1901 na revista *Brasil-Portugal* já se lê “Casa” com “s” (Ano 3, N.º 59, 1 de Junho de 1901, p. 165).

² *O Occidente*, n.º 467, de 11 de Dezembro de 1891, p. 276.

¹ Historiador e arqueólogo industrial. Investigador integrado do IHA - Instituto de História de Arte, Nova FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / / In2Past - Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território.

Nota prévia: este artigo retoma pontualmente algumas passagens já publicadas pelo autor sobre John Norton e a história da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (ver RAMOS, 1992 e 1993).

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

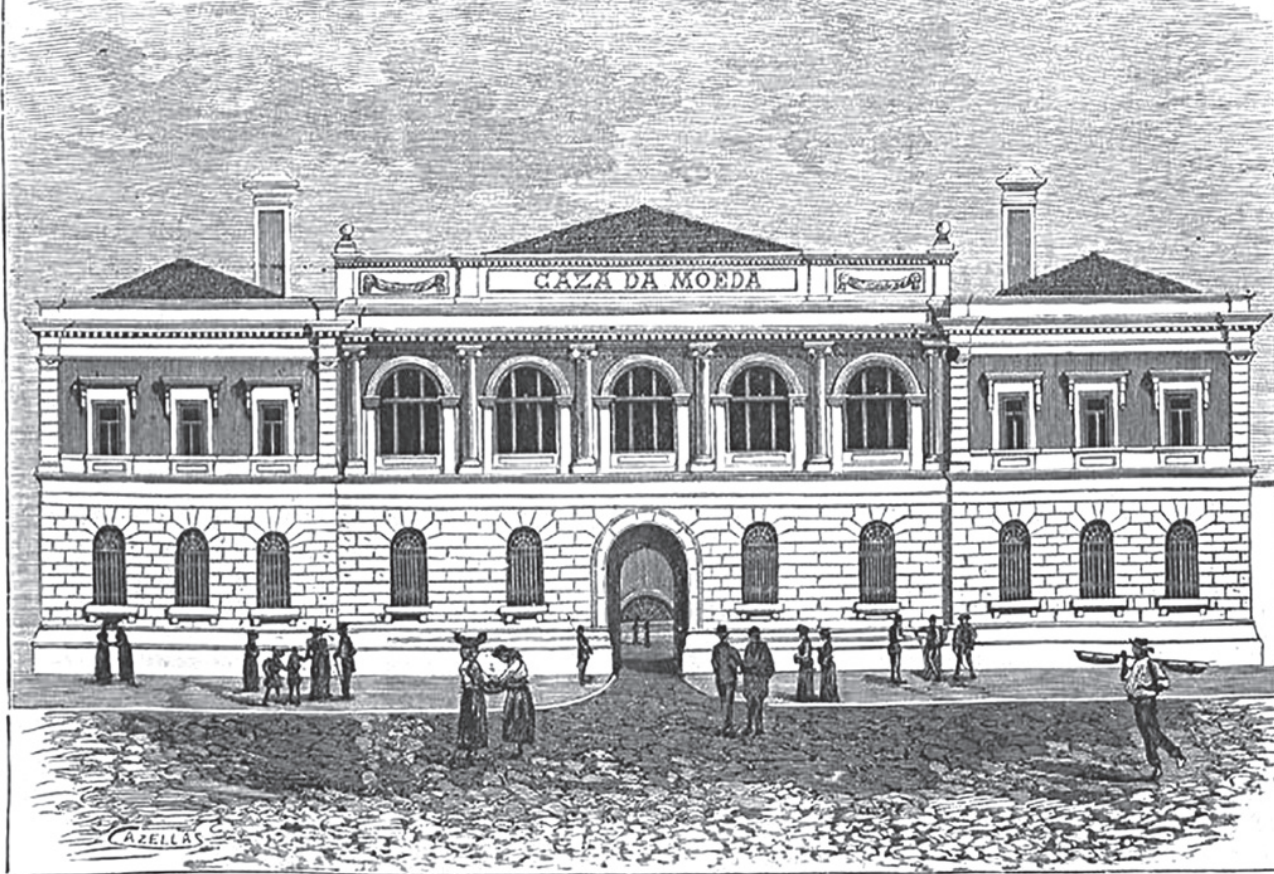


FIG. 1 – *O Occidente*,
n.º 467, 11 de Dezembro
de 1891, p. 276.

Mas haverá outras, anteriores, memórias dos espaços da Casa da Moeda de Lisboa que aí terão existido antes da intervenção tardo-oitocentista do arquitecto Gaspar? Do que lá se fazia? Das gentes que nela laboraram? Alfim, dos engenhos que por lá existiram?



FIG. 2 – Soho Manufactory, 1800.

A MÁQUINA A VAPOR DE 1835

Do ponto de vista da arqueologia industrial, a talvez mais interessante memória tenha sido a instalação, em 1835, de uma máquina a vapor, aquela que Joel Serrão, seguindo João da Costa Terenas no *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*, pensou ser a primeira aplicada à indústria nacional (SERRÃO, 1980: 68), mas que Adrien Balbi, no seu *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, dado à estampa em 1822, tinha já então feito anteceder por uma outra “*dernièrement*” instalada “*Dans la fonderie près du couvent de Bom-Successo, à Belem*” (BALBI, 2004: 450), como Francisco Santana confirmaria anos mais tarde (1981) no seu precursor artigo sobre a introdução da máquina a vapor em Portugal, apresentado à Academia Portuguesa da História (SANTANA, 1984-1988).

Referida habitualmente como a máquina a vapor da Moeda, na verdade, era um conjunto mais completo de equipamento: quatro laminadores, seis prensas de saca-bocados, uma prensa multiplicadora de cunhos, três serrilhadores e quatro balancés automáticos de cunhar, a que se juntou, naturalmente, (um)a máquina a vapor de 16 cavalos.

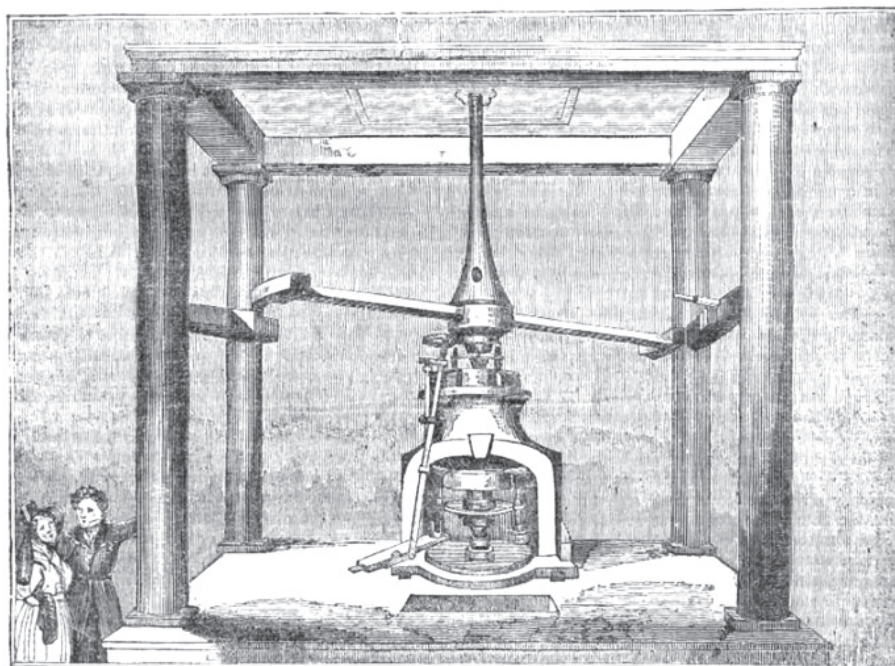
A máquina a vapor e quase todo o restante material chegado em 1835 teve, diga-se, uma origem distinta, pois foi produzido na Soho Manufactory da empresa Boulton, Watt, and Co., em Birmingham (Fig. 2). A excepção dizia respeito aos quatro laminadores fabricados pela firma Messrs. Rennie and Co. Contudo, a história deste equipamento vem já do ano anterior, quando, em 19 de Fevereiro de 1834, a Regência do Reino mandou o Provedor da Casa da Moeda de Lisboa, em face

de uma proposta do agente financeiro do Governo em Londres, J. A. y Mendizabal, informar se conviria que se encomendasse “*uma bella maquina de cunhar igual a que se usa na Casa da Moeda daquella Capital com todas as proporções para cunhar com velocidade e perfeição*”³ (Fig. 3).

Quase um ano depois, em 30 de Janeiro de 1835, foi finalmente assinado em Londres um contrato entre o referido agente financeiro do Governo português naquela capital e a firma Willcox & Anderson, em cujo preâmbulo se podia ler:

“*CONTRACT // Between Messrs. Willcox and Anderson, of London, and J. A. y Mendizabal, Esq., Financial Agent in London to Her M. F. M's Government, for the delivery at Lisbon, and erection there of a set of Machinery and Rolling Mills for a Mint, constructed upon the same principle as the one in use at the Royal Mint in London, and made by Boulton, Watt, and Co., the Mills and Appurtenances thereto, by Messrs. Rennie and Co., together with a Steam Engine, of sufficient power, likewise by Boulton, Watt, and Co*” (ROYAL MINT..., 1839: 8).

³ Arquivo da Casa da Moeda, Registo Geral, liv. 14, 1834-1837.



Parte do Registo. = Dia 5 de Junho de 1835.

Embarcações entradas.
Brigue Inglez, Flirt, Capitão Richard Sargent, vem de Londres em 20 dias, com arroz, assucar, chá, fazendas, ferro, e outros generos, a Vanzeller e Companhia: traz 13 pessoas de tripulação, e 7 passageiros.

Hiate Portuguez, S. José, Mestre Joaquim José de Sousa, vem do Funchal em 13 dias,

FIGS. 3 E 4 – Em cima, “Uma das prensas da Casa da Moeda em Londres”, in *O Panorama*, n.º 166, 4 de Julho de 1840, p. 212 (imagem publicada originalmente no *Saturday Magazine*, 1836).

Em baixo, “Noticias Maritimas”, in *Diario do Governo*, n.º 133, 6 de Junho de 1835, p. 360.

OS “MACHINISTAS” BRITÂNICOS

O equipamento chegou ao porto de Lisboa em 5 de Junho de 1835, depois de 21 dias de viagem desde Londres, vinha acompanhado por um conjunto de trabalhadores – ora referidos como operários, por vezes maquinistas, e mesmo engenheiros – que faziam parte dos sete passageiros então transportados no brigue *Flirt*, embarcação pertencente ao empresário Brodie McGhie Willcox (1786-1862), já antes referido (Fig. 4). A razão da vinda destes trabalhadores seria a mesma apontada por Aniceto Ventura Henriques, emigrante bem-sucedido em Leeds que, ao regressar a Portugal em 1842 para pôr a laborar a sua “Lusitânia”, ao Campo Grande, “*Como não achasse portugueses instruidos nos tratos das machinas e labotação da fabrica viu-se na necessidade de trazer consigo uma espécie de colónia de fabricantes inglezes, alguns dos quaes com mulheres e filhos*” (FERNANDES, 1845: 357).

Um dos britânicos então chegados a Lisboa, John Norton, escreveria trinta anos mais tarde: “*Em 1835 John Norton foi contratado em Inglaterra para vir a Lisboa assistir e dirigir a organização do machinismo da nova fabrica da moeda; em lugar de dirigir os trabalhos, teve de fazer o trabalho com mais duas pessoas que vieram com elle, porque n'aquella epocha não havia em Lisboa operarios que conhecessem cousa alguma de machinismo, nem tão pouco havia fabrica de machinas*” (RESUMO DAS OBRIGAÇÕES..., 1864: 3).

Quem seriam esses britânicos chegados a Portugal para introduzir na Casa da Moeda de Lisboa a nova tecnologia do vapor? Confesso, à partida, a quase nula informação sobre os mesmos na documentação estudada. A excepção foi John Norton, como já mostrámos noutro lugar (RAMOS, 1992). Restou-nos, então, pesquisar.

Samuel Clegg (1781-1861) foi o primeiro dos ingleses a chegar a Lisboa, o que aconteceu em Fevereiro de 1835, contratado como engenheiro pelo agente financeiro do Governo português em Londres, com a missão de reconstruir a Casa da Moeda de Lisboa (Fig. 5). De acordo com a *Memoir of Mr. Samuel Clegg* (existente na biblioteca do Deutsches Museum), os seus “early years were passed in the great engine factory established by Messrs. Boulton and Watt, at Soho, near Birmingham”⁴. Desde 1829, Clegg tornou-se membro da Institution of Civil Engineers. Deixou o seu nome ligado às primeiras tentativas de produção de gás de iluminação que tiveram lugar em 1811 no Dolphinholme Worsted Spinning Mill, e à primeira fábrica de gás para iluminação pública em Westminster, em 1813⁵.

James Pennycuik (?-?) veio para Lisboa auferindo “£15 per month, and £1 1s. per week, for maintenance” (ROYAL MINT..., 1839: 10). Sabemos, o que ora mais nos interessa, que entre 1836 e 1837 manteve correspondência desde Lisboa com a fábrica de Boulton e Watt, redigindo vários “Reports upon machinery of Portuguese Mint” (hoje na Library of Birmingham Archives & Collections) dirigidos a William Buckle (1754-1839), figura importante na fábrica de Soho desde cerca de 1820, onde, anos mais tarde, ficaria responsável por superintender na montagem de casas da moeda no estrangeiro.

John Norton (1801-1876) é de quem temos mais informação. Foi contratado após o seu regresso de Bombaim, onde trabalhara alguns anos na casa da moeda local com maquinaria da Boulton e Watt. O seu vencimento em Lisboa montava a “£3, and £1 1s. per week, maintenance” (ROYAL MINT..., 1839: 10) (Fig. 6). O seu papel parece ter sido fundamental para pôr em bom funcionamento os equipamentos de cunhagem. Como se escreveu então, “The comission⁶ has to admit that all improvements of the coining machine are owing to John Norton; he is very efficient, hard-working, assiduous in his duties, and has much experience in steam machinery” (ROYAL MINT..., 1839: 17).



FIGS. 5 E 6 – Em cima, Samuel Clegg na obra de Louis FIGUIER (1870).

À esquerda, John Norton (coleção particular).

⁴ *Memoir of Mr. Samuel Clegg*, Deutsches Museum Bibliothek, cota 1950B 245, p. 1.

⁵ Do seu trabalho pioneiro na produção e distribuição de gás sobrevive-lhe o que se crê ter sido o primeiro gasómetro.

⁶ Visconde de Vilarinho S. Romão e Gaspar José Marques. Ver ROYAL MINT..., 1839: 13.

Em Abril de 1863 é exonerado por decreto das funções de “*machinista da casa da moeda, papel selado*” para se dedicar em exclusivo ao lugar de “*inspector das machinas do arsenal de marinha*”⁷. Por cá ficará até a sua morte, em 1876, deixando dois filhos, John Norton e Clara Norton, aquele então “*engenheiro machinista de 1.ª classe*”, conforme informa o *Diário do Governo*⁸. Contudo, na publicação *Extracts from a Contemporary Englishman's Unpublished Autobiography*, John Norton refere a existência de um outro filho: “*I was then called to erect a steam engine in the dockyard [Arsenal da Marinha]. My son William was now with me in the Mint, having left school in 1841*” (*EXTRACTS...*, 1942: 377). Num outro texto, também de 1863 – um seu ofício dirigido ao Conselheiro inspector geral do Arsenal de Marinha –, menciona a existência de “*tres filhos orphaos de mãe*” (*RESUMO DAS OBRIGAÇÕES...*, 1864: 13).

De John Jones (?-?) não temos dados para além do vencimento em Lisboa, que era “*£3, and £1 1s. per week, for maintenance*” (*ROYAL MINT...*, 1839: 10), e a data de regresso a casa, em Novembro de 1835. Samuel Clegg, junior ou “*the younger*” (1814-1856), estudou engenharia no University College London entre 1830 e 1833. Em 1835 foi contratado para trabalhar em Lisboa como assistente do pai, com o vencimento de “*£3 per week, in full*” (*IDEM, ibidem*). Depois de, em 1836, estar envolvido no levantamento cartográfico da região do Algarve, regressou a Inglaterra no ano seguinte. Em 1841 publicou nos *Minutes of the Proceedings of the Institution of Civil Engineers* uma “*Description of the great Aqueduct at Lisbon, over the Valley of Alcantra*” [sic] acompanhada de “*three elaborate drawings of the general construction and details of the aqueduct, with the manner of carrying the stones*” (CLEGG, 1841) (Fig. 7).

UMA CARGA DE TRABALHOS

O visconde de Vilarinho S. Romão – de quem voltaremos a falar mais à frente – referiu num dos seus textos a realização de dois tipos de obras na Casa da Moeda da rua de S. Paulo envolvendo os britânicos chegados a Lisboa: umas tendo como objectivo a regeneração do edificio existente, e outras “*relativas ao assentamento da máquina*” nessas mesmas instalações. Segundo o visconde, das primeiras estaria

“Description of the great Aqueduct at Lisbon, over the Valley of Alcantra.” By Samuel Clegg, Jun.

Aqueduct at Alcantra	This aqueduct was founded by king John the Fifth in 1713, and completed by the Marquis of Pombal 1755. It resisted uninjured the shocks of the great earthquake in that year, although it was observed to oscillate considerably.
Water sources.	The most conspicuous part of the work is that which crosses the Valley of Alcantra; it consists of thirty-two arches, with spans varying from 50 to 105 feet; the crown of the centre arch is 225 feet from the ground. The length of this portion is 3000 feet.
Main duct.	The sources from which the supply of water is derived, are situated in the high ground in the neighbourhoods of Cintra and of Bellas—they are eighteen in number; one of these tributaries is conveyed by a culvert from a distance of fifteen miles.
The reservoir.	The main duct into which the tributary streams empty themselves, forms a tunnel of 6 feet wide, and 7 feet high, ventilated by vertical shafts, at distances of a quarter of a mile apart.
	The channels for the water are made with “drain tiles,” 12 inches wide and 9 inches deep, open at the top.
	After passing over the great aqueduct, the main duct runs under ground for half a mile, is carried across the “Estrada do arco Cavalho” on seven arches of 40 feet span each, on the south side of which it continues beneath the surface until it reaches the aqueduct of “Água Livres” in Lisbon, and empties itself into the reservoir at its termination.
	This reservoir is 60 feet long, by 54 feet wide and 27 feet deep. The quantity of water contained in it when the author took the measurements was 64,800 cubic feet. He was unable to obtain a

FIG. 7 – “Description of the Great Aqueduct...” (CLEGG, 1841: 138).

encarregado Samuel Clegg (pai), e das segundas Samuel Clegg (filho). Ora, pelo que a documentação deixa perceber, tais tarefas realizaram-se num ambiente de algum atrito entre os “engenheiros” britânicos e a contraparte portuguesa, quer pelas soluções encontradas para as obras, quer pelos prazos das mesmas, quer ainda pela repetida falta de alguns materiais.

Assim, Samuel Clegg (sénior) podia lamentar-se em 13 de junho de 1835 no *Diário do Governo*: “*É de absoluta necessidade que o maquinismo e arranjos no edificio sejam dirigidos por uma pessoa que entenda as minhas instruções e desenhos, e que tenha conhecimentos d’Engenharia. A obra está agora demorada pela falta de tijolos e pedras, que ha mais do um mez se encommendaram, e ainda não vieram.*

Digo isto para mostrar a necessidade que ha de boa superintendência nestes trabalhos, a fim de se cumprirem immediatamente as requisições que se fizerem, dos differentes materiaes precisos”⁹.

Um mês passado, sabemos que uma Portaria do Ministério da Fazenda, publicada no *Diário do Governo* de 14 julho, autorizava os responsáveis das obras a utilizar

⁷ Despacho de 14 de Abril de 1863 publicado no *Diário do Governo*, n.º 101, 7 de Maio de 1863, p. 1571.

⁸ *Diário do Governo*, n.º 137, 21 de Outubro de 1876, p. 8.

⁹ *Diário do Governo*, n.º 139, 13 de Junho de 1835, p. 582.

“as pedras da obra da Patriarcal que forem aptas”. No mesmo número do jornal oficial, os *Architectos da Repartição das Obras Publicas* atiraram mais algumas achas para a fogueira do confronto ao dizerem: “Concluiremos rogando a estes Senhores peritos Ingleses, que não obstante a sua muita sublimidade em Maquinismo, se recordem de que não são omnipotentes, e de que em Portugal, onde tudo existe um pouco mais atrasado, por um mau fado que nos tem dirigido, não podem abalar-se montes a um simples aceno seu: que os costumes, e os genios das Nações são entre si mui diferentes, e que só a verdade é uma, e universal; nós a temos seguido nesta defesa que publicamos. Ella nos defenderá das baixas arguições com que a falsidade pretende offuscar nosso credito, e desmentir nosso character”¹⁰.

Aos *Architectos da Repartição das Obras Publicas* haveria de juntar-se, anos mais tarde, António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão, 1.º visconde de Vilarinho S. Romão (1785-1863), o mesmo que deu à estampa na *Revista Universal Lisbonense* uma tão interessante quanto esquecida “Historia Resumida da Invenção e Melhoramentos das Máquinas de Vapor”. Foi também político, empresário agrícola, escritor e académico. Foi, ainda, administrador da Casa da Moeda.

O capítulo IX da sua “Historia Resumida...”, publicado em 20 julho de 1843, é antecedido por uma bizarra advertência: “Recommendamos á attenção dos nossos leitores este ultimo trecho da historia das máchinas de vapor, por conter um bom récipe contra a estrangeiro-mania. «Plus j'ai vu d'etrangers, plus j'aime mon pays»” (S. ROMÃO, 1843) (Fig. 8).

Atentemos agora no que mais à frente escreveu o visconde de Vilarinho S. Romão ao avaliar o trabalho dos britânicos: “O famoso engenheiro inglez [Clegg pai], que foi encarregado d'aquella obra, era tão bom architecto como mechanico, trouxe para este paiz de barbaros portuguezes, varios trabalhadores, canteiros e carpinteiros da sua nação, e com estes habillissimos operarios cortou os pegões solidissimos de pedra, que havia n'aquella casa [...] para encurtar razões deixou a casa toda arruinada, em termos de desabar e vir a terra inteiramente; de forma que foi então preciso (durante o ministerio do Exm.º Barão de Chancelieiros) apeiar todos esses primores das artes inglezas, e tornar a fazer a casa de novo, menos as quatro paredes das fachadas, dispendendo-se n'isto coisa de vinte e quatro contos de réis. Mas estes reparos, estas novas obras foram feitas por portuguezes” (S. ROMÃO, 1843).

CONHECIMENTOS UTEIS.

Recommendamos á attenção dos nossos leitores este ultimo trecho da historia das máchinas de vapor, por conter um bom récipe contra a estrangeiro-mania.

«Plus j'ai vu d'etrangers, plus j'aime mon pays.»

HISTORIA RESUMIDA DA INVENÇÃO E MELHORAMENTOS
DAS MACHINAS DE VAPOR, PELO SR. VISCONDE
DE VILLARINHO DE S. ROMÃO.

Capítulo IX.

(Vem de pag. 508).

1922 I. — Nos antecedentes capitulos fiz a historia e sucinta descripção das máchinas de vapor até hoje inventadas, esperando que esta breve noticia sirva aos nossos concidadãos para que não gastem o seu dinheiro em coisas, que talvez reputarão novas invenções, sendo ellas já conhecidas, adverti os seus defeitos; mas n'esta parte ainda resta muito que dizer, e que não cabe na brevidade d'estes artigos. Nós portuguezes, em razão de sermos uma pequena nação, temos contra nós o não ser possível escrever tractados completos sobre algumas coisas importantes, como são as máchinas de vapor; porque laes trabalhos dariam grande perda aos seus auctores e não achariam quem os comprasse; a lingua é pouco conhecida nas outras nações, e por isso quando escrevemos é sómente para Portugal e Brazil e algumas de nossas possessões. N'estes termos o nosso Genio nacional não póde soltar o vôo como lhe competia, e não póde mostrar aos estrangeiros, que tambem ha n'este apesinhado paiz quem intenda de máchinas, e quem os egualaria em tudo, se não fosse aquella causa já dicta acima, e a prevenção de muitos portuguezes (bem indignos d'este nome) que sem exame e sem conhecimentos só acham bom o que é estranho, e não perdem occasião de desprezar e deprimir os nacionaes.

FIG. 8 – Visconde Vilarinho S. Romão sobre a máquina a vapor da Moeda (S. ROMÃO, 1843).

O visconde de Vilarinho S. Romão, contudo, concluiria o seu texto com a informação que “Quem acabou de assentar a máchima foi Manuel [sic] Norton, serralheiro mecânico, que veio aqui receber o pomposo titulo de engenheiro; mas era entre todos os inglezes que vieram n'aquella grande importação de operarios e machinistas, o unico, que tinha pratica, e que sabia o seu officio” (S. ROMÃO, 1843).

CONCLUSÃO

Seriam demoradas as obras para a “Colocação da nova Maquina de vapor p.a cunhar moeda”¹¹ e o seu regular funcionamento, de tal modo que, segundo TRIGUEIROS (1988: 45), só em “1837,

¹⁰ *Diario do Governo*, n.º 164, 14 de Julho de 1835, p. 683.

¹¹ *Diario do Governo*, n.º 274, 20 novembro de 1835, p. 1128.

para as moedas de prata e 1838, para as moedas de ouro, são de facto os anos que marcam o início da Numismática Contemporânea em Portugal”. Se a máquina a vapor e o restante equipamento chegado em 1835 se perdeu na voragem dos anos, ficou nos arquivos um conjunto de documentação deveras interessante sobre a sua aquisição e montagem e posterior produção. Diga-se que algum equipamento antigo da Casa da Moeda, concretamente a “*machina de corte*”, aparece reproduzida numa imagem publicada na *Ilustração Portuguesa* de Dezembro de 1904, isto é, várias décadas depois da sua montagem nas instalações de S. Paulo (Fig. 9). 

FIG. 9 – *Ilustração Portuguesa*, 5 de Dezembro de 1904, p. 70.



BIBLIOGRAFIA

- BALBI, Adrien (2004) – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Lisboa e Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tome premier [1.ª edição: 1822].
- CLEGG, Samuel, Jun. (1841) – “Description of the great Aqueduct at Lisbon, over the Valley of Alcantra”. *Minutes of the Proceedings of the Institution of Civil Engineers*. London: Institution of Civil Engineers. 1 (1841): 138-141.
- EXTRACTS from a Contemporary Englishman's Unpublished Autobiography (1942) – Contributed by Mrs. E. Watson. Lisbon: The Historical Association, Lisbon Branch, Sixth Annual Report & Review.
- FERNANDES, Francisco de Sena (1845) – “A Fábrica de Pannos do Campo Grande”. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. Tomo IV (48): 356-359.
- FIGUIER, Louis (1870) – *Les Merveilles de la Science, ou Description populaire des inventions modernes*. Paris: Fume, Jouvet et Cie, éditeurs.
- MEMOIR of Mr. Samuel Clegg (1850) – Deutsches Museum Bibliothek. Disponível em <https://tinyurl.com/47fskchn>.
- RAMOS, Paulo Oliveira (1992) – “John Norton: um (outro) olhar sobre novos tempos e problemas”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas. 2: 67-78.
- RAMOS, Paulo Oliveira (1993) – *Agenda Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1993. Introdução e textos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RESUMO DAS OBRIGAÇÕES do Engenheiro John Norton com o Governo de Sua Magestade Fidelissima (1864) – Lisboa: Imprensa Nacional.
- ROYAL MINT of Lisbon - Statement and Case of the Contractors of the supply of a steam mint apparatus in Lisbon (1839) – London.
- SANTANA, Francisco (1984-1988) – “A Introdução da Máquina a Vapor em Portugal”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Série X. Vol. I-II (1): 203-209.
- S. ROMÃO, Visconde de Villarinho de (1843) – “Historia resumida da invenção e melhoramentos das machinas de vapor pelo Sr. Visconde de. Capitulo IX”. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa: Imprensa Nacional. 44: 541. Disponível em <https://tinyurl.com/339pet7z>.
- SERRÃO, Joel (1980) – *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TRIGUEIROS, António Manuel (1988) – “Cobre Amoadado para a África Portuguesa 1867-1879”. *NVMVS*. 2.ª Série. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática. 11: 43-87. Disponível em <https://tinyurl.com/bddet2cs>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-14].

RESUMO

Muitas das fábricas que cessaram laboração estão abandonadas em Portugal. Algumas têm um guarda e, por vezes, este tem um cão, neo-agentes humanos e não-humanos que são frequentemente alienados do discurso acerca da paisagem industrial. Com base em dois casos de estudo localizados na região de Lisboa, nomeadamente uma fábrica de pólvora fundada nos finais do século XIX, e uma fábrica de explosivos realocada em meados do século XX, este trabalho propõe discutir o papel não reconhecido destes neo-agentes. Para além do foco em materialidades, tais como os locais onde o guarda permanece e se alimenta, o autor fala de memórias, de sepulturas e outras coisas que normalmente são ignoradas.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia industrial; Arqueologia Contemporânea; Desindustrialização; Sociedade; Património Cultural Imaterial.

ABSTRACT

Many factories that closed in Portugal lie abandoned. Some of them have a guard who is sometimes aided by a dog, both being human and non-human neo-agents who are frequently kept away from the discourse about industrial landscapes. This paper seeks to discuss the still unacknowledged role of these neo-agents by analysing two case studies from the Lisbon region, namely a gunpowder factory established at the end of the 19th century and an explosives factory reallocated in the middle of the 20th century. In addition to material issues like the place where the guards stay and eat, the author talks about memories, tombs and other things that are usually ignored.

KEY WORDS: Industrial Archaeology; Contemporary Archaeology; Deindustrialisation; Society; Intangible Cultural Heritage.

RÉSUMÉ

Nombre des usines qui ont cessé leur activité sont à l'abandon au Portugal. Certaines ont un gardien et, parfois, celui-ci possède un chien, néo-agentes humains et non-humains qui sont fréquemment exclus du discours traitant du paysage industriel. Se basant sur deux cas d'étude situés dans la région de Lisbonne, particulièrement une usine de poudre fondée à la fin du XIXème siècle et une usine d'explosifs réaffectée au milieu du XXème siècle, ce travail se propose de discuter le rôle non reconnu de ces néo-agentes. Outre la focalisation sur les aspects matériels, tels les locaux où le gardien se tient et se nourrit, l'auteur parle de souvenirs, de sépultures et autres choses habituellement mises de côté.

MOTS CLÉS: Archéologie industrielle; Archéologie Contemporaine; Désindustrialisation; Société; Patrimoine Culturel Immatériel.

¹ Estudante de Doutoramento.

Universidade Nova de Lisboa: CICS NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais; IHC - Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; IN2PAST - Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território / Universidade do Minho / FCT - Fundação Ciência e Tecnologia.

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

O Cão, o Guarda e a Fábrica

ausências agenciais na arqueologia industrial e ontologias desconfortáveis

João Luís Sequeira ¹

INTRODUÇÃO

Durante um congresso realizado em Lisboa no final de 2022, ouvi com atenção uma observação de uma colega arqueóloga cujos trabalhos têm sido recebidos com agrado pela academia europeia da Arqueologia. Chama-se Leila Papoli-Yazdi, é iraniana e é investigadora na Universidade de Malmö, na Suécia. As suas palavras, durante uma mesa-redonda sobre o impacto de regimes políticos contemporâneos opressores na investigação, foram inquietantes para alguns dos presentes: “*Enquanto arqueólogos, não deveríamos falar por aqueles que supostamente não têm voz, porque essas pessoas têm uma voz própria; temos que os deixar contar a sua história*”. O tema do congresso era a descolonização, seja na prática arqueológica, nas relações entre arqueólogos, ou com os contextos e as pessoas que estudam, podendo o debate alargar-se a outros patamares adjacentes. O tema deste trabalho surge com a ponderação das palavras desta colega. Sem dúvida, podemos enquanto arqueólogos *dar voz* àqueles que não a têm. Mas o que significa isto? No âmbito da arqueologia da contemporaneidade, podemos ou queremos realmente dar essa voz? Servimos como mediadores e construtores de uma narrativa entre os agentes de um determinado contexto e o público em geral, mas com que direito? Este assunto já foi debatido de forma desconfortável, lembrando que os subalternos, os marginais ou os oprimidos são colocados na narrativa como desculpa para agendas científicas, e quando não existem, nós inventamo-los de forma a cumprirmos os nossos objectivos (GONZÁLEZ-RUIBAL, GONZÁLEZ e CRIADO-BOADO, 2018). Não obstante, quando a autoridade académica se esvazia ao serem relevadas as pessoas e o que têm a dizer, a fuga para o refúgio confortável das materialidades é uma forma de voltar constantemente ao que não cria problemas porque não tem voz (FOWLES, 2016). Por outro lado, existe um perigo latente em dar voz ao que tacitamente se entende como o “povo”. E nem sempre o socialmente subalternizado é uma figura passível de

ser defendida, seja porque prefere a tradição no lugar da razão (SPIVAK, 1988), ou porque com facilidade adopta posições radicais e extremistas (GONZÁLEZ-RUIBAL, GONZÁLEZ e CRIADO-BOADO, 2018). Os próprios arqueólogos cada vez mais fazem parte de classes menos favorecidas, embora reproduzindo de forma automática modelos e estruturas que legitimam o poder social das classes médias-altas, às quais dificilmente chegarão a pertencer (McGUIRE e WALKER, 1999, com as devidas adaptações a contextos europeus, ou mais propriamente, à estrutura social e académica portuguesa). É inquietante que, numa posição supostamente privilegiada, possamos dar-nos ao luxo de inquirir e problematizar sobre silêncios sociais e o seu reflexo no que podemos considerar arqueológico, e raramente reflectir sobre a nossa própria pertença a esse âmbito social. Ao dar voz a entidades humanas e não-humanas não estarei, inconscientemente, a dar voz a mim mesmo? É com base nisto que posso reclamar o direito a questionar?

O que vou falar neste texto é precisamente desta inquietação. Dois agentes humanos com dois agentes não-humanos, em dois contextos industriais com propósitos semelhantes, não tão distantes entre si, mas com destinos diametralmente opostos. Em duas fábricas há muito silenciadas das suas terríveis funções originais, a presença de dois homens e os seus animais de companhia. O objectivo deste texto é dar-lhes realce, não porque não possuem uma voz própria, mas pelo facto de essa voz não ser ouvida, talvez por não ser considerada quando o tema é a arqueologia do espaço. Eles não me pediram que o fizesse, eu ofereci-me para tentar fazê-lo, e os humanos aceitaram. Para os animais, calculo que será indiferente. Até porque um deles (*Brutus*) já não se encontra vivo e está, neste momento, num impasse entre uma memória querida do seu dono, e um reconhecimento como património indissociável do sítio onde jazem os seus restos mortais – nos terrenos da própria fábrica.

Este artigo é sobre gente simples, com vidas fascinantes, mas pouco apelativas em comparação com o que está instituído para as narrativas científicas da arqueologia em Portugal. Estou convicto de que, ao estar a falar deles, também estou a dar voz a uma parte de mim próprio.

REC (É MESMO ASSIM, NÃO É REX)

Enquanto caminhava pelos locais mais perto da entrada principal da antiga unidade fabril, *Rec*, o cão de guarda da fábrica, cruzamento de Castro Laboreiro com Bardino Majorero (talvez... ou apenas e só um vira-lata com classe) seguia-me a uma distância de segurança, com o dono a impor o ritmo da visita. As ruínas carregam o peso silencioso do abandono, e o odor da madeira apodrecida e da humidade esverdeada que cobre as fracturas parietais completa o cenário pós-apocalíptico que

o espaço projecta. Sinto-me um intruso, mas o *Rec* não faz questão de me recordar disso. Ele próprio já tem uma idade canina avançada e a sua languidez não contrasta com o que nos rodeia. Avança pacientemente por entre escombros e matagal desordenado. A manhã está morna e ouve-se ao longe uma motorizada furiosa que se afasta. Recentemente, uma empresa veio cortar grande parte da vegetação, de acordo com as directivas da Protecção Civil Portuguesa, para evitar a propagação de incêndios. Despidas de vida verdejante piniforme e arbustiva, as oficinas surgem humilhadas, reclamando a reposição dos biombos vegetais que até muito recentemente as protegiam. Em tempos, estes biombos poderiam marcar a diferença entre a vida e a morte. Se uma destas oficinas explodisse, o mato impedia a propagação do estampido às outras oficinas. Ontem, as árvores ainda davam a estas pequenas unidades uma sensação de isolamento do mundo, um confortável esconderijo que mantinha a sua dignidade. Hoje, a sua inofensividade é posta a descoberto de forma insolente.

Não posso dizer o mesmo do canídeo que me segue cautelosamente. Duvido da sua inofensividade, apesar da provecta calma aparente. Mais um pavilhão, mais uma arrecadação, tudo vazio. “*Vai-te embora, não há aqui nada para ver*” é a sensação que me transmite a ruína opressora. “*Vai-te embora e deixa-me morrer em paz*”. E é isto que a linguagem corporal do *Rec* me transmite também. Ou assim eu sinto.

Carcaças descarnadas do que foram quadros eléctricos, paredes descascadas da tinta que revelam o estuque amarelo e o areão. A natureza que vai reclamando o seu território, o lixo deixado para trás após um esvaziamento de equipamentos, um fragmento de espelho pendurado no reboco, o fibrocimento que se esfarela repulsivo. *Rec* conhece onde estão as tábuas com pregos ferrugentos no caminho. Olho por onde ele vai indiferente, e tento seguir os seus passos. Ele nunca viu esta fábrica de explosivos a funcionar, mas eu também não. Ele está confortável com o que o rodeia, não está confortável comigo. Eu não estou confortável com nada. Faço registo fotográfico, mas não me demoro nos locais. As ausências dizem aquilo que eu gostaria de não ouvir, mas que sinto já estar à espera: tudo será esquecido.

O guarda chama o seu companheiro canino, pergunta-me se pode voltar para a portaria. Ali não há nada que possa colocar a minha integridade física em risco, e como passei a praxe da prova de segurança em terreno hostil, o guarda oferece-me a responsabilidade de estar à altura da sua confiança. Também, não vou partir nada que não esteja já partido, não vou roubar nada que não tenha já sido roubado. *Rec* parece subitamente menos dolente, a cauda gasta agita-se nervosa com o reflexo pavloviano do almoço que se avizinha, e segue de forma vincada e decidida o seu dono. Não vá ele arrepende-se.

A solidão preenche a minha intromissão. Avanço e tento disfarçar para mim mesmo o desconforto de estar subitamente só.

SR. CAMARÁ

O sorriso rasgado do guarda recebe-me ao portão gigantesco da fábrica. Após os cumprimentos iniciais e alguns comentários sobre o calor abrasador, pergunto ao Sr. Camará se pode responder-me a algumas perguntas. Anuiu e conduziu-me à pequena casa do guarda, indicando-me uma cadeira ao lado dele para não estarmos de pé. Malan Camará nasceu na Guiné-Bissau em 1958 e veio para Portugal em 1977. Trabalha desde 1 de Junho de 2014 para uma empresa, a Francame SA, sediada no Laranjeiro (Almada), a quem o espaço pertence. O pai era militar na milícia guineense, chamava-se Mamadou Camará, e a mãe chamava-se Aminata Jata. Os compatriotas guineenses não gostavam da família porque o pai lutou ao lado dos portugueses. É casado e tem quatro filhos. Depois destas e de mais algumas breves questões em jeito de volta de aquecimento, questionei acerca da sua infância na África distante. Fez a 4.ª classe e recorda-se que as professoras eram casadas com militares:

- Na escola, vocês aprendiam sobre a Guiné ou sobre Portugal?
- *Naquele tempo aprendia sobre Portugal, porque a Guiné era colónia portuguesa. Na escola, tudo era sobre Portugal.*
- E quando falavam de Geografia?
- *Tudo Portugal. História de Portugal, Afonso Henriques, os rios e isso tudo.*
- Da Guiné não falavam, então...
- *Tudo Portugal. Tudo. Os livros, tudo.*

Depois, alguns comentários sobre as pessoas de descendência africana que ali trabalhavam: só conheceu o primo, a quem lhe deve o posto de guarda da fábrica. Foi este familiar que o colocou em contacto com o patrão actual, por quem o Sr. Camará tem uma profunda gratidão. A vida ali é calma, mesmo tendo em conta que está perto de uma área residencial socialmente complicada. Ser guarda do espaço implicava principalmente dissuadir intrusos provenientes do bairro ao lado. Peripécias não faltam, como aquela vez em que o *Rec* farejou uma pessoa escondida num dos paióis abandonados.

– *Era uma senhora que fugiu do marido. Era da Cruz de Pau. Pediu-me para ficar ali escondida, mas não pude deixar.*

Em frente à casa do guarda existe uma horta que um amigo do Sr. Camará, chamado Francisco, vem cuidar e regar frequentemente. Milho, tomate, alfaces, couves e feijão estão ali mais resguardados de alguém que queira roubar. Ao lado, alguns abrigos improvisados para o parceiro de quatro patas:

– Então como se chama o seu companheiro? – aponte para o velho cão.

– *Rec. Nasceu cá dentro, mesmo. Em 2014.*

– *Rex?*

– *Não, Rec. É mesmo assim, não é Rex (Fig. 1).*

FIG. 1 – Sr. Camará e o seu companheiro *Rec*.



Foto: João Luís Sequeira.



Foto: João Luís Sequeira.

FIG. 2 – Vista da estrada principal no interior da SPEL.

SPEL - SOCIEDADE PORTUGUESA DE EXPLOSIVOS

A SPEL teve o seu início na Quinta do Cabo da Marinha, na Amora (Seixal), em 1928. A sociedade era constituída pelos seguintes sócios-gerentes: Artur de Sousa, Pedro de Barros Rodrigues, Artur Gomes Bebiano e António Martins (LIMA, 2006: 160). Produzia explosivos pulverulentos e explosivos plásticos, tais como amonite, gel amonite, dinamite e nitroglicerina. Implantava-se numa área total de 70 mil metros quadrados e chegou a ter 107 trabalhadores no ano de 1948 (IDEM, *ibidem*), mas uma explosão numa oficina de encartuchamento de amonite ¹, nesse mesmo ano, vitimou mais de 20 pessoas, sendo a maior parte mulheres ². Depois desta catástrofe, a fábrica foi mudada para Santa Marta de Corroios (Fig. 2). Passou a ter uma área consideravelmente maior, cerca de 1 milhão e 900 mil metros quadrados no sítio de Pinheiro da Cruz, com mais de 100 edifícios isolados entre si (LIMA, 2006: 160). Continuou com a produção de explosivos civis e militares (os atrás mencionados e mais outros tipos, tais como sismogel), material de guerra (granadas, minas, munições para artilharia, TNT e morteiros), produtos químicos (ácido sulfúrico e ácido nítrico), e produtos ligados a pirotecnia utilizada em festas e romarias (IDEM: 161). Em 1987 atingiu o pico máximo de 717 trabalhadores. Esta fábrica permanece envolta em problemas ambientais descobertos nos anos 1990 ³, o que muito contribuiu para ofuscar a sua própria história. Esta unidade fica situada no fim de uma estrada que atravessa um dos bairros mais complicados em termos sociais da zona do Seixal ⁴, encostada pelo lado Norte às

instalações da Plátano Editora. A fábrica teve vários acidentes, menos aparatosos do ponto de vista da memória social imediata, mas não menos tenebrosos e mortíferos, até fechar no ano 2000. Recentemente, em entrevista a duas ex-funcionárias, Dona Odete Palmira Pimentel Lemos e Dona Custódia Maria Rodrigues Bernardo Nunes, fiquei com a noção das marcas que o *stress* deixa, mesmo depois de tantos anos. Uma delas, Dona Odete, lamentou: “*Tenho amigos demais enterrados no cemitério de Santa Marta de Corroios...*”.

BRUTUS

Abri o portão verde utilizando uma ver-dasca comprida para destrancar a fechadura do lado de dentro, que está colocada num local estratégico. A corrente e o cadeado encontravam-se colocados em modo de descanso, o que significava que alguém já ali estava. Da oficina, a 150 metros até ao portão, *Brutus* cavalga de forma exibicionista enquanto ladra intimidatório, mostrando serviço ao dono. Finjo que não me incomoda, ele finge

¹ *Diário de Lisboa*, 28.º ano, n.º 9337, de 24 de Novembro de 1948, p. 1.

² Ver nota 1. Na pág. 7, o mesmo jornal colocou os nomes de todas as vítimas deste sinistro.

³ Ver “SPEL sabia da contaminação dos solos e da água do Seixal”, *Público*, 2001-03-29 (<https://tinyurl.com/4phep5fr>). Veja-se também FERNANDES *et al.*, 2015.

⁴ Ver “Neste bairro de Corroios de tijolo e sucata, ninguém deixa ninguém com fome”, *Público*, 2021-05-14 (<https://tinyurl.com/pfnf5cuh>).

que eu sou um estranho. Chegado ao meu lado, rodeia-me atarefado e a sua cauda grosseira acerta-me na perna de forma compassada, enquanto espera que o dono se aproxime. Mistura de *Rottweiler* com *Dobermann*, *Brutus* é quem manda ali. Não tem casota porque toda a fábrica é territorialmente sua. Portanto, qualquer local é o seu sítio de descanso. E tectos onde se abrigar não lhe faltam. As oficinas isoladas e embrenhadas no bosque padecem do facto de serem construídas em materiais perecíveis. Também estas, tal como na outra fábrica, obedeciam a regras de isolamento, completado pela presença circundante de árvores e arbustos. Mas aqui, os bosques contribuem para um ambiente de contos fantásticos, ao estilo dos irmãos Grimm – Hansel e Gretel podiam atravessar-se à minha frente a correr e não estariam deslocados do ambiente envolvente. Só que nenhuma das oficinas é feita de chocolate e pão-de-ló, apenas de madeira e chapa de ferro ondulada. No entanto, a musealização do espaço prolongou de forma planeada a modesta dignidade destas ruínas. Pelo menos, ao impacto da sua cessação enquanto fábrica não se adicionou o vandalismo nem a fúria dos saltadores do cobre esquecido (que nestes sítios nem existe). Mas as ruínas não conseguem fazer frente à compassada voracidade do tempo nem da meteorologia. Revelam-se cada vez menos Grimm e cada vez mais Alan Poe.

Das várias vezes que andei a tirar notas e medidas dentro e fora dos edifícios, *Brutus* acompanhava-me, despreocupado e descontraído. Tal como eu, nunca viu a fábrica a funcionar. Mas pessoas a deambular por ali durante o dia não lhe causavam incómodo visível (Fig. 3).

Durante a execução do projecto que me permitiu passar um ano na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços ⁵, eu e o dono do *Brutus* sentávamo-nos para almoçar numa pequena mesa na casa das caldeiras. Desses agradáveis momentos em que discutíamos os males do mundo político, a dinâmica das colmeias, os mercados futebolísticos ou as diferenças entre um cantaril e um rascasso, *Brutus* esperava pacientemente apoiado nas patas traseiras, ao largo. Parecia ouvir a nossa conversa, mas obviamente esperava que lhe atirássemos com alguma porção do petisco aromático que tínhamos à nossa frente. Uma vez, dei-lhe um pedaço de frango à boca, e arrependi-me amargamente. Das vezes seguintes, atirava a oferta na sua direcção e ele apanhava-a no ar com a perícia de um jogador de pelota basca.

Mas o estado de saúde do animal modificou-se em pouco tempo. Em 2019, o veterinário fez uma previsão baseada num conjunto de análises intrusivas – *Brutus* não ia ter muito tempo de vida. Em apenas algumas semanas o seu dono passou a ter de procurá-lo pelos bosques



Fotos: João Luís Sequeira.

FIGS. 3 E 4 – Em cima, Francisco Moura e o seu companheiro *Brutus* na companhia de um intruso perigoso. Em baixo, campá do *Brutus*.

mágicos da fábrica, porque, pensamos nós, o pobre animal queria morrer longe dele, poupando-o ao sofrimento que se avizinhava. Cada vez mais cabisbaixo e triste, *Brutus* morreu no dia 7 de Dezembro desse ano (Fig. 4).

FRANCISCO MOURA

Igualmente cabisbaixo e triste, Francisco Moura prometeu a si mesmo que o último local de descanso de *Brutus* seria à entrada da fábrica. Onde a família de Francisco morava, e onde ele passou a sua infância. Ali, onde as recordações estão mais vivas. Nos inícios de 2019, Francisco

Moura vai comigo dar uma volta pelos bosques da fábrica. Nessa altura uma das minhas tarefas é continuar um inventário dos equipamentos e engenhos industriais presentes na mesma, em conjunto com a equipa do projecto⁶. Francisco é uma chave fundamental para me abrir portas de memórias esquecidas. Caminhamos para Sul, passamos uma elevação no terreno que suporta os antigos carris da *vagona* que transportava as cargas, e vamos na direcção da casa da prensa. Francisco detém-se por uns momentos e aponta para esta elevação do caminho de ferro:

– *Antes a malta juntava-se ali naquela porta para petiscar e beber um copo, mas deixava um aqui de sentinela. Quando o encarregado vinha lá ao fundo do caminho, arrumavam tudo à pressa e piravam-se a rastejar para os lugares deles nas outras oficinas.*

De facto, a elevação que servia de base aos carris proporcionava uma barreira à visão para quem se aproximava vindo do lado Norte.

– *Pareciam os gajos das tropas especiais! O Augusto (o encarregado) desconfiava, mas não apanhava ninguém!*

Francisco conta estas peripécias as vezes que forem precisas, sem sequer esboçar o mínimo sinal de tédio. Sabe que ao fazê-lo, vai mantendo vivas estas pequenas lembranças, estes pequenos pormenores e, ao mesmo tempo, presta homenagem àqueles

que já partiram. Da mesma forma, explica as singularidades e especificações dos equipamentos do circuito da Pólvora Negra, conhece de olhos fechados as oficinas e os engenhos dentro das mesmas. Cada local tem uma história, ou uma continuidade de uma história. Francisco já viu esta fábrica agitar-se com a actividade humana, agora só reconstrói imagens, sons e cheiros na sua memória.

Francisco Moura nasceu em 1965. Como a ponte entre Almada e Lisboa só seria inaugurada no ano seguinte, a mãe, Celeste da Conceição Gomes de Moura, que era guarda da fábrica de Vale de Milhaços, foi levada de ambulância até Cacilhas, onde entraria no barco até à capital. Quando a viatura entrou no convés, o solavanco das rodas traseiras fez com que Francisco nascesse! O pai, João Gouveia de Moura, mais conhecido por João Garcia, também trabalhava na fábrica. Os irmãos e irmãs de Francisco – dois homens e três mulheres – tiveram a sua vida ligada à unidade fabril, o que reforça a prova da familiaridade dos trabalhadores naquele espaço.

Francisco, nas suas palavras, estudou para ser médico, mas ficou-se pela 4.ª classe. Teve períodos da sua vida em que foi trabalhar noutros ofícios, mas acabou por voltar e foi ficando.

Parte da história da fábrica está gravada na pele de Francisco Moura (POGARELL, 2017: 35): a 4 de Abril de 2002, ele e outros ex-trabalhadores procediam à queima de resíduos ao pé do paiol 46. Um infeliz e desconhecido pormenor provocou a explosão destes restos. Nesta catástrofe morreram Carlos Cardoso, Daniel Jorge e um cão de estimação de Francisco, o *Bolinhas* (Fig. 5). Era de raça caniche, com quatro



Foro: Rosa Reis.

⁶ Projecto mencionado na nota de rodapé anterior.

FIG. 5 – Francisco Moura e o *Bolinhas*.

ou cinco anos. Francisco foi internado de urgência na Unidade de Queimados do Hospital de S. José durante quatro meses. Mais uma desgraça para juntar ao historial da fábrica, que marcava assim o fim da sua vida – enquanto fábrica. Francisco Moura sobreviveu para nos contar isto. Em 18 de Junho de 2007 volta à fábrica que estava em vias de ser museu e recupera a máquina a vapor e respectiva caldeira, que ainda hoje podemos ver a funcionar.

FPVM - FÁBRICA DE PÓLVORA DE VALE DE MILHAÇOS

Esta unidade está situada no concelho do Seixal (Fig. 6) e os seus terrenos foram adquiridos anteriormente a 1894, ano em que o novo proprietário dos mesmos, Libânio Augusto d'Oliveira, obteve alvará para a instalação de uma fábrica de 1.ª categoria (FILIPE, 2017: 423). Assim, teve a sua fundação em 1896 com uma planta industrial movida a energia a vapor (*IDEM, ibidem*; FILIPE, 2020: 17), onde se produzia pólvora negra para venda em África (POGARELL, 2017: 53). Ainda a fábrica não tinha bem um ano de funcionamento completado e uma explosão na oficina das galgas destrói quase toda a cadeia produtiva, matando nove pessoas⁷. Após a catástrofe, a fábrica é reconstruída, remodelada, reequipada e labora até ao ano 2000, não sem ter tido no seu historial uma série de outros acidentes tenebrosos. Tal como aponta Jorge CUSTÓDIO (2012: 18), não é a excepcionalidade das características intrínsecas

⁷ Ver *O Século*, 7.º ano, n.º 5471, de 8 de Abril de 1897, p. 3.



Foto: João Luís Sequeira.

FIG. 6 – Vista do interior da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhã.

da própria fábrica, tais como a distribuição energética por cabos tele-dinâmicos na sua planta industrial, ou a separação das oficinas por questões de segurança e contenção de estragos em caso de acidente, mas sim a longevidade que a distingue. Numa época em que se entendia a energia motriz a vapor em contexto fabril como algo obsoleto, a fábrica fazia perdurar no tempo este anacronismo. As razões podem ser várias, umas mais lógicas outras mais logísticas. Mas, na realidade, uma máquina de 1900 ainda colocava todo um circuito industrial em funcionamento no virar do século.

Possui uma área com cerca de 13 hectares, mais de 25 oficinas, armazéns e estruturas para os vários estágios de produção de pólvora negra e de outros produtos, tais como cordão detonante e rastilho. Ao longo das décadas, muitas pessoas passaram por ali, algumas ficaram uma vida inteira. Segundo Francisco Moura, a principal condição de contratação de mão-de-obra baseava-se em relações de confiança, ou seja, só ali trabalhava quem tivesse o voto de confiança de alguém que fosse mais antigo na fábrica, o que potenciava o trabalho de famílias inteiras. “*Os novos eram postos à prova em oficinas que fossem menos perigosas, como os peneiros, ou em trabalhos de esforço físico*”, sendo que durante os meses de menor produção de pólvora, os trabalhadores eram realocados em trabalhos agrícolas nos terrenos circundantes da fábrica.

Actualmente é uma extensão do Ecomuseu Municipal do Seixal, tendo o processo de musealização sido iniciado em 1999 (POGARELL, 2017: 96).

LUGARES, TESTEMUNHOS E REFERÊNCIAS DESCONFORTÁVEIS

Dentro de uma fábrica abandonada, descomissionada ou em vias de musealização, existem informações que normalmente não são contempladas nos inventários de estabelecimentos fabris, quando efectuados no âmbito de estudos da arqueologia industrial. As directivas, mesmo que bastante vagas, da *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial* (2003), por exemplo, oferecem espaço para estas materialidades ou imaterialidades, mas, mesmo assim, os critérios de registo dependem do entendimento e da sensibilidade de quem recolhe a informação. Esse registo também fica dependente da forma como se interpretam estas advertências europeias. Nas recomendações dos *Princípios de Dublin* (2011), é notória a insistência na recolha de informação acerca das actividades humanas dentro dos espaços fabris, contemplando também “*múltiplas dimensões imateriais plasmadas no saber fazer, nas memórias ou na vida social dos trabalhadores e das suas comunidades*”⁸. Mas, em grande parte das vezes, a recolha da informação cinge-se aos aspectos da cadeia operatória, da memória do trabalho ou da rotina dentro do espaço. Possivelmente porque se privi-

⁸ Ver *Os Princípios de Dublin* (<https://tinyurl.com/54shrshv>).

legia a urgência em não deixar esquecer estes dados, algo que em boa verdade se afigura como legítimo por parte dos investigadores. Neste aspecto, a passagem do tempo é, na minha opinião, o maior inimigo do processo de inventariação por vários motivos:

- As pessoas que trabalharam nestes locais envelhecem, e corre-se o risco de esquecimento e perda de detalhes importantes nos processos de recolha de informações;
- Grande parte das vezes, o orçamento para estas intervenções tem um limite apertado, o que faz com que a recolha de informação tenha de ser célere e absolutamente cirúrgica.

Também os aspectos sociais, comunitários e antropológicos, patentes nas entrevistas com estes trabalhadores, costumam apresentar uma complexidade que requer multidisciplinaridade no tratamento dos dados e das informações. Mas talvez o que será mais necessário é desenvolver a empatia com as histórias de vida, por vezes dolorosas, que estas pessoas guardam. Porque estas histórias são indissociáveis da sua vida na fábrica e interligam-se com o quotidiano laboral. Perceber estes aspectos, aconselhavelmente de forma não-abusiva, pode trazer respostas para questões que ficam menos claras, como por exemplo o escalonamento de um turno ou as escolhas de determinadas pessoas para trabalhos específicos sem razão técnica aparente.

O mundo dentro da fábrica pode apresentar complexidades na dimensão humana, algo que os arqueólogos nem sempre estão dispostos a desafiar. Daí que proceder a uma inventariação de património industrial com um enfoque quase exclusivo em equipamentos, máquinas, estruturas e processos seja uma forma mais segura de apresentar um resultado. Também mais asséptica e esterilizada da componente humana. Na realidade, nós arqueólogos que nos debruçamos sobre o mundo das indústrias, temos esta urgência em inventariar, e este procedimento torna-se um fim em si mesmo. Consequentemente, e infelizmente, a prática multidisciplinar da arqueologia nestas abordagens fica-se apenas pelo aroma.

As propostas de inventariação existentes (KITS 03, por exemplo⁹), bem estruturadas e sólidas, para além de se focarem exclusivamente nos equipamentos e na arquitectura, não promovem discursos que se interligam com o património imaterial e que dele são indissociáveis. Vejamos como exemplo, nestes dois conjuntos de casos apresentados, alguns vestígios (entre muitos) que passam ao lado dos inventários e outros que são basicamente... desconfortáveis. Logo não são considerados.

⁹ Ver *KITS Património - Património Industrial* (<https://tinyurl.com/28svwxku>).

No caso da SPEL existe uma horta logo à entrada Norte da fábrica. No caso da Fpvm, a horta está nas traseiras do edifício da máquina a vapor e da caldeira. É extremamente curioso que um local de tão grande necessidade seja normalmente visto como uma parte sem importância no enquadramento social e relacional do espaço. A presença de hortas em terrenos vazios de uma fábrica pode indicar uma ligação dos trabalhadores com a terra, os trabalhos e as práticas agrícolas, algo que se encaixa perfeitamente no espírito colectivo da unidade de Vale de Milhaços. Nos períodos em que os ciclos de produção da fábrica sofriam paragens ou hiatos, não faltavam vinhas para tratar, ou lenha para recolher. Até poderemos compreender isto como uma forma de resistência cultural num ambiente industrializado que tende a distanciar as pessoas da natureza e das práticas agrícolas. Mas hortas também podem ter um papel importante como um meio de aliviar tensões psicológicas relacionadas com o trabalho repetitivo e cansativo, proporcionando um espaço para relaxamento e demonstração de laços para com o passado agrícola dos núcleos familiares (Fig. 7).

Arqueologicamente, a frequência de hortas pode indicar o uso de práticas agrícolas de uma determinada área. Estes vestígios podem ser úteis para entender a forma como as comunidades usavam e modificavam o meio ambiente local, bem como para traçar a evolução das práticas

FIG. 7 – Francisco Moura e o seu amigo Julião Inácio na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços.



agrícolas ao longo do tempo, mesmo que recente. No caso da SPEL podemos utilizar estes dados para perceber e interpretar as mudanças na paisagem suburbana, já que a desindustrialização e o crescimento de um bairro de lata adjacente não está a contemplar a necessidade de inclusão consciente de áreas verdes. Podem ser ignoradas e não consideradas em estudos de património ou de arqueologia industrial, mas a presença de hortas em terrenos baldios dentro de fábricas pode ter implicações importantes, tanto para a antropologia como para a arqueologia. Podem dizer-nos muito sobre as relações entre as pessoas, entre pessoas e o meio ambiente, entre espectros tão difusos como a tradição e a capacidade económica. Não terão estes aspectos um lugar nas definições do Ticih (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) sobre a “paisagem industrial”?

Outras práticas humanas têm lugar nos terrenos destas unidades e não são entendidas como integráveis no discurso da arqueologia industrial. Como o que se passa depois, já no período em que a fábrica está musealizada. Para esta questão, a campa do *Brutus* surge como ponto interessante de análise.

Para Francisco Moura, o cão era um companheiro fiel que passou muitos anos ao seu lado, e o acto de enterrá-lo na fábrica é sem dúvida uma forma de homenageá-lo e de manter a memória do animal viva para si próprio, e para todos aqueles que com ele contactaram. A campa, designação dada por Francisco ao local onde *Brutus* está sepultado, tem à superfície uma armação em ferro que ostenta o nome do animal, e é agora ponto de paragem para muitos dos funcionários do museu, assim como visitantes que tomam conhecimento do mesmo. A questão já não passa pelo facto de ser ou não válida a escolha de Francisco para homenagear a memória de *Brutus*. Todos os que tomam contacto com a fábrica e com os intervenientes humanos e não-humanos desta história não colocam qualquer obstáculo a esta acção, tendo em conta a carga emocional da mesma. A questão é que existe agora uma *landmark* que até ali não existia, algo que se prende com uma continuidade. E esta continuidade, não sendo *original* da fábrica, passou a pertencer-lhe também, tal como tantas outras alterações e adições, tornando-se património indissociável – se em vida o animal correu ali livre e prestou até um serviço útil ao afastar situações potencialmente pouco desejáveis, não existe nenhuma voz que se oponha a que aquela seja a sua derradeira morada.

Resumindo, estes aspectos requerem uma aproximação às pessoas e muitas vezes não há tempo para tal, enquanto noutras simplesmente não há sensibilidade para considerar estes aspectos.

O DISCURSO ELITISTA

VERSUS A REALIDADE QUE SE IGNORA

Enquanto prática disciplinar, a arqueologia apareceu no século XIX como um projecto das elites burguesas destinado a estabelecer uma narrativa explicativa do estado-nação (COELHO, 2020). Segundo Rui Coelho, “a disciplina também serviu para desenhar fronteiras físicas e sociais entre as elites urbanas ilustradas e o resto da comunidade nacional, cujo dever era trabalhar e servir” (IDEM: 25). No contexto do presente ensaio, o sintoma não difere do que é identificado por Rui Coelho, num registo em muitos pontos semelhante quando o pano de fundo é a arqueologia da indústria. Também na Arqueologia Industrial, a necessidade da criação de um discurso elitista que compreendesse o mundo industrial surgiu posteriormente aos primeiros passos da disciplina em Inglaterra. Para além da origem entusiasta que surge numa tempestade perfeita na sociedade inglesa (THURLEY, 2015: 217-218), a mesma foi criada num enquadramento académico da engenharia, da história económica e da arquitectura (JONES, 2006: 196), não esquecendo a componente voluntarista de associações de entusiastas que contribuíram para a sua implementação social (PALMER, NEVELL e SISSONS, 2012: 4-9), sofrendo posteriormente uma série de debates acesos sobre a sua necessidade real enquanto disciplina académica (HUDSON, 1979: 7-10; RAISTRICK, 1972: 8; FOLEY, 1968; VOGEL, 1969; ver também SILVA, 1990: 72-73), e várias discussões sobre o enquadramento cronológico ou temático (por exemplo PALMER, 2005: 59-60; LABADI, 2001; BUCHANAN, 1981; CLARK, 1999; HUDSON, 2015; TRINDER, 2013: 28). Em todas estas abordagens, o dia-a-dia do operariado enquanto agente com uma vida, emoções e sentimentos, é curiosamente traduzido em silêncio ou em escassas referências, e nem mesmo a menção constante a Osbert Crawford¹⁰ por parte de figuras de destaque da arqueologia industrial, parece contrariar esta tendência.

Felizmente vão surgindo excepções, mesmo que não estando ligadas directamente à disciplina da arqueologia industrial. Veja-se, por exemplo, o ensaio de Pora PETTURSÓTTIR (2012) intitulado *Small Things Forgotten Now Included, or What Else do Things Deserve?*, onde a arqueóloga ensaia uma visita a uma fábrica em ruínas, colocando-se na posição de intrusa, enquanto recolhe e hipotetiza a vida que os trabalhadores tinham dentro do local através dos vestígios visíveis. Em Portugal, é exemplo também a dissertação de mestrado da museóloga Tânia REIS (2020), intitulada *Trajetórias de Resistência Feminina na Empresa Industrial de Chapelaria*, onde se destaca o percurso de quatro trabalhadoras cujas histórias de vida, resiliência e luta contadas na primeira pessoa, trazem uma nova abordagem a uma visão museológica estabelecida e baseada em desigualdade de género. Estas novas abordagens revelam uma refrescante visão de investigadores que querem romper com a estagnação confortável promovida pela academia.

¹⁰ “Archaeology is merely the past tense of anthropology” (CRAWFORD, 1953: 15).

E infelizmente, em Portugal, o discurso académico vigente da arqueologia industrial ainda é resistente a tendências ligadas à antropologia, apesar da tão divulgada multidisciplinaridade. E se a teoria arqueológica é propositadamente evitada (CARVALHO, 2021), são preferidos os estudos e abordagens mais clássicas, num histórico-culturalismo confortavelmente isento, pretensiosamente científico, mas que não passa de antiquarismo. Tudo isto promove uma certa diferenciação romântica do *nós* e os *outros*, sendo que “*nós*” é uma construção clamorosamente elitista que se autocoloca como defensora do património industrial, e os “*outros*” são uma massa forçosamente amorfa de pessoas sem rosto nem identidade, uma espécie de “*faceless blobs*”¹¹, operários que se assume não perceberem o passado do qual fizeram parte, sendo tratados de forma infantilizante. Os resistentes às mudanças preferem o que é “*monofocal, monodimensional, uma especialização miope, autoritária conformista, o regionalismo e individualismo académico, o isolacionismo e o chauvinismo arqueológico; os atributos de uma raça condenada de dinossauros disciplinares*” (CLARKE, 1973: 8 – tradução do autor). É nosso dever combater constantemente isto. É também nosso dever não excluir as pessoas comuns do discurso.

Estas pessoas muitas das vezes estão vivas, não são ecos de um passado longínquo. Estas pessoas são detentoras de um património que a academia tenta descodificar e reconstruir na forma de um discurso científico, para que assim as elites percebam o mundo desconhecido e espantoso das indústrias – principalmente porque nunca o viveram. Mas ao apropriarem-se deste discurso, os académicos passam a ter a ilusão que o dominam. E é mesmo uma ilusão.

¹¹ *Faceless blobs*, que poderá ser traduzido como “bolhas sem rosto”, é um termo criado por Ruth TRINGHAM (1991) para descrever uma espécie de anonimato aparente (ou conveniente?) de pessoas no passado, sendo a sua individualidade subordinada à sua importância enquanto um todo.

NEO-AGENTES - QUAL A SUA IMPORTÂNCIA?

Os trabalhadores destas unidades industriais cumpriram os seus tempos de serviço, e podem ou não participar nos processos de recuperação da memória fabril. Em alguns casos particulares a memória traumática faz com que alguns dos ex-funcionários se afastem de uma posterior recuperação e musealização, como no caso da Empresa Industrial de Chapelaria em São João da Madeira (REIS, 2020), mas de uma forma geral não reagem com antagonismo activo à musealização do antigo local de trabalho, como conta Lúcia Marques relativamente à sua experiência com os operários da empresa metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal (comunicação pessoal): “*Tiveram uma participação activa. Tanto no processo inicial de inventário, em que muitos me ajudaram a identificar peças. E depois disso, depois da inauguração do museu, amiúde vêm*

aparecendo antigos trabalhadores e descendentes a trazerem-nos coisas. Recentemente por exemplo, fomos contactados por um antigo trabalhador da secção do Porto, que já está com mais de 90 anos e por correio nos mandou coisas que tinha. É extraordinário o amor que estas pessoas têm pela Duarte Ferreira”.

Mas os intervenientes deste ensaio permaneceram no espaço. No caso de Malan Camará e do seu companheiro, nem sequer viram a fábrica a funcionar.

A minha proposta teórica é que se vejam estas pessoas e estes animais como neo-agentes. De imediato, é necessário explicar o que se entende por *agência*. Em arqueologia, *agência* refere-se à capacidade que humanos, não-humanos e objectos possuem para influenciar seu redor ou mesmo outros seres. É a capacidade de produzirem as suas próprias escolhas (com excepção dos objectos) e terem impacto no mundo à sua volta, em vez de serem simples receptores ataraxicos de forças externas. O conceito de *agência* tem sido bastante discutido na literatura arqueológica internacional, com diferentes autores oferecendo diferentes interpretações e aplicações do conceito. Como exemplos, são de referir alguns dos principais autores que contribuíram para o desenvolvimento da concepção de *agência* em arqueologia.

Ian Hodder, no livro *The Domestication of Europe* (HODDER, 1990), propõe que a *agência* deve ser vista como uma propriedade tanto de humanos como de objectos, e que as interpretações arqueológicas devem levar em conta as diversas maneiras pelas quais essas entidades podem moldar-se umas às outras. Alfred Gell, em *Art and Agency* (GELL, 1998), propôs uma teoria da arte que enfatizava o papel dos objectos como agentes com seus próprios poderes e intenções, capazes de influenciar o comportamento humano e as relações sociais. Também os trabalhos de Bruno Latour sobre a “*actor-network theory*” (LATOUR, 1987; 1999; 2005; 2013) tiveram, e têm, um grande impacto no estudo da *agência* em arqueologia e noutras disciplinas. A sua abordagem destaca e enfatiza as interacções complexas entre humanos e entidades não-humanas e a necessidade de explorar as múltiplas perspectivas e *agências* envolvidas em qualquer situação dada. Christopher Tilley, em *A Phenomenology of Landscape* (TILLEY, 1994), propôs uma forma de estudar a *agência* de entidades não-humanas, como rochas, árvores e outros elementos naturais, argumentando que esses elementos devem ser vistos como participantes activos na construção de paisagens humanas, em vez de simples cenários passivos. *Agência* em arqueologia não é indissociável de estrutura (JOYCE e LOPIPARO, 2005) e, no meu entender, estes neo-agentes agem e influenciam de acordo com o seu próprio *background* educacional e social, dando continuidade e não interrupção à própria estrutura na qual se movem. Neste caso, dando continuidade na utilização e partilha de um espaço – a unidade fabril.

A fábrica descomissionada é muitas vezes tratada como uma cápsula do tempo quando essa mesma característica se verifica, mas nos dois exemplos apresentados existem continuidades incontornáveis. Nas duas

existe vida para além da vida da fábrica, apesar de possuírem diferenças óbvias. A SPEL até teve um edifício que albergava um museu de iniciativa associativa, a Fpvm é imóvel de interesse público e extensão do Ecomuseu do Seixal. Actualmente a SPEL encontra-se num processo de reaproveitamento dos terrenos no sector da construção civil e do pequeno núcleo museológico, já quase não existem vestígios físicos (apenas fotográficos). A Fpvm continua a ser uma extensão museológica que se debate com dificuldades.

Se uma vai ser arrasada e da mesma apenas restarão registos e memórias, a outra vai morrendo lentamente sob a batuta de um poder autárquico que de protector da memória industrial dos seus munícipes tem muito pouco. Aqui, os neo-agentes e a sua *agência* podem ter um papel muito importante, e a arqueologia destaca-se como a disciplina por excelência que pode, se assim quisermos, fazer o contacto entre as várias disciplinas que promovem o diálogo, o debate e o projecto de musealização industrial enquanto o mesmo for consequente da vontade da população e dos ex-funcionários.

A forma que teríamos, enquanto investigadores e profissionais ligados à arqueologia, de captar o interesse do investimento político para estes exemplares da indústria local, seria recolocar estes novos agentes, as suas memórias e a sua própria voz numa posição de destaque. Dar-lhes a importância que eles reclamam e merecem. Perguntar-lhes não só pelo seu trabalho e pelos processos laborais para que não se percam, mas também pelas suas próprias memórias pessoais, familiares, sociais e culturais, desenvolvidas, amplificadas ou embaraçadas nos novelos da memória. Os seus traumas, as suas alegrias, as suas conquistas e retrocessos, por mais simples que possam parecer, as suas tristezas, por mais irrisórias que possam soar.

Não adianta queixarmo-nos que ninguém liga ao que os arqueólogos fazem, quando, por norma, ou não damos importância ao mundo que nos rodeia, ou preferimos ser assépticos relativamente a questões sociais e políticas. Se não fizermos o que está ao nosso alcance para devolver a voz a estas pessoas, qual é o propósito de defendermos um património que, no fundo, a estas pessoas pertence?

CONCLUSÃO

O propósito deste ensaio é criar desconforto. A motivação por detrás das histórias apresentadas, para além de representarem um pormenor abordado em sede de projecto de dissertação que, espero, venha em breve a transformar-se numa tese de doutoramento, prende-se com o meu próprio percurso no mundo das indústrias. Se, por um lado, compreendo a linguagem codificada produzida a nível académico, seja na disciplina da arqueologia, na da história ou da antropologia, sinto que, do ponto de vista dos alvos de estudo (quando o alvo são os

trabalhadores, os agentes humanos e não-humanos, ou os neo-agentes), este discurso para além de desfasado, arrisca-se a ser irreal. Desfasado porque estuda-se, por exemplo, uma unidade fabril e destacam-se aspectos técnicos, arquitectónicos e funcionais, ignorando-se uma série de carizes que humanizariam a abordagem arqueológica – nos dias de hoje, a abordagem romântica e elitista já não encontra forma de florescer. Irreal, porque, quando em busca dos objectos de estudo (mais uma vez, quando os objectos de estudo são os já mencionados), continuamos a cair no erro de procurar exclusivamente quem já codificou o discurso – ou seja, para falar acerca da vida dos trabalhadores, procuramos um especialista sobre as vidas dos mesmos, no lugar de dar voz a estas pessoas para que falem na primeira pessoa (veja-se LEAL, 2000).

Malan Camará e o seu *Rec*, Francisco Moura e o saudoso *Brutus*, deixam a sua marca em espaços que vão desaparecer com o tempo. Mas a sua importância para o desafio de recolocar a memória patrimonial industrial como algo necessário à comunidade, deveria ser sempre considerada pelos arqueólogos e por todos os investigadores e profissionais das áreas ligadas à História, ao Património e à Arqueologia, de uma forma geral.

Numa das muitas conversas com Francisco Moura, trocávamos impressões e pontos de vista sobre a *cultura pop* das nossas adolescências, passadas em décadas diferentes. O cinema, claro está, é uma das recordações e assunto desses períodos, não só pela novidade de alguns temas que marcaram a chamada 7.^a arte, como por todo o envolvimento cultural e social que o “ir ao cinema” acarreta. Nem eu, nem Francisco, tivemos a educação erudita das elites. As nossas referências cinematográficas não são Godard, Tarkovsky, Buñuel, Truffaut ou Mastroianni. Tirando as estrelas mais imediatas do cinema popular dos anos 1970 e 1980, tais como Lamont Waltman Marvin Jr, Mario Giuseppe Girotti ou Carlo Pedersoli, há um actor que é consensual no que diz respeito ao seu impacto na cultura popular portuguesa destas décadas – Bruce Lee. E eu recordava, numa dessas conversas com o Francisco, uma das cenas mais filosóficas do filme *Enter the Dragon*¹², onde Bruce Lee está com um aluno e o adverte acerca do seu foco deficiente num dado objectivo:

– *It's like a finger pointing away to the moon. Do not concentrate on the finger, or you will miss all that heavenly glory.* (É como um dedo a apontar para a lua. Não te concentres no dedo, ou vais perder toda aquela glória celestial).

¹² *O Dragão Ataca*
(<https://tinyurl.com/25a26sw9>).

Entre vários problemas que se identificam na arqueologia em Portugal, e mais concretamente na vertente que se diz preocupada e focada nos assuntos de cariz industrial, perde-se realmente demasiado tempo a olhar para o dedo que aponta, e menos para o assunto em si mesmo. Principalmente quando o “assunto” tem a sua própria voz.



Foto: João Luís Sequeira.

FIG. 8 – *Bernarda* à entrada do acesso à casa da máquina a vapor da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços.

AGRADECIMENTOS

D.^a Maria Alice (e à Francame SA); Sr. Camará (Malan Camará); Francisco Moura; Graça Filipe (e o Ecomuseu Municipal do Seixal); D.^a Odete Palmira Pimentel Lemos; D.^a Custódia Maria Rodrigues Bernardo Nunes; Lígia Marques (Museu da Metalúrgica Duarte Ferreira no Tramagal); Tânia Reis (Museu da Chapelaria em São João da Madeira).

Aos meus colegas do Grupo de Arqueologia Contemporânea (GAC) pela revisão, debate e conselhos preciosos.

POST SCRIPTUM

Quando *Brutus* morreu, Francisco prometeu-me que nunca mais queria ter outro cão. Este sentimento parece ter sido captado pela *Bernarda* (Fig. 8). Este neo-agente, apareceu na fábrica no fim de 2022. Rapidamente, fez da fábrica e da casa da caldeira a sua nova casa. O Francisco já não está sozinho. E a fábrica tem um novo guarda. 🐈

BIBLIOGRAFIA

BUCHANAN, Angus (1981) – *The definition of industrial archaeology / L'étude et la mise en valeur du patrimoine industriel*. Paris: CNRS (Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique).

CARVALHO, Daniel (2021) – “Estará Morta a Teoria da Arqueologia em Portugal? Uma Análise Crítica”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 61: 373-389. Disponível em <https://tinyurl.com/3rrhh3zk>.

CLARK, Kate (1999) – “The workshop of the world. The industrial revolution”. In Hunter, John e Ralston, Ian (eds.). *The Archaeology of Britain*. Routledge, pp. 280-296.

CLARKE, David (1973) – “Archaeology: The loss of innocence”. *Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press. 47 (185): 6-18.

COELHO, Rui Gomes (2020) – “Como Descolonizar a Arqueologia Portuguesa?”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (coord.). *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*.

Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITECEM, pp. 25-39. Disponível em <https://tinyurl.com/249kxwf5>.

CRAWFORD, Osbert Guy Stanhope (1953) – *Archaeology in the field*. London: Phoenix House Ltd. CUSTÓDIO, Jorge (2012) – “The Gunpowder factory in Vale de Milhaços. Uniqueness and Innovation of a industrial complex belonging to the Portuguese industrial heritage”. *Pedra & Cal. Conservação & Reabilitação*. Lisboa: GECORPA. Ano XIV. 52: 16-18. Disponível em <https://tinyurl.com/4sa4j4dr>.

- FERNANDES, Judite; AMARAL, Helena; KHALIL, Mohamed; RAMALHO, Elsa; GONÇALVES, Cláudia; GAMA, Cláudia; BATISTA, M. João; ABREU, Manuela; SÁ-PEREIRA, Paula; ALMEIDA, Costa; DILL, Amélia; SANTOS, Fernando; CONDESSO DE MELO, Teresa (2015) – “Contaminação de Solos e Águas por P-nac: o caso de estudo da antiga Sociedade Portuguesa de Explosivos”. In *10.º Seminário sobre Águas Subterrâneas*. Évora: Universidade de Évora, pp. 77-80. Disponível em <https://tinyurl.com/2p8r8x42>.
- FILÍPE, Graça (2017) – “Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Seixal - Portugal) Séculos XIX-XXI: importância da protecção legal do património industrial e potencialidades da musealização do Circuito da Pólvora Negra”. In VIEIRA, Eduarda e CORDEIRO, José Manuel Lopes (eds.). *II Congresso Internacional sobre Património Industrial. Património, Museus e Turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI*. S.I.: Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes / Universidade Católica Portuguesa / Associação Portuguesa para o Património Industrial, pp. 422-431. Disponível em <https://tinyurl.com/brv33rhh>.
- FILÍPE, Graça (2020) – “The safeguarding of the Vale de Milhaços Gunpowder Factory and the operational conservation of the steam generator and the steam engine and the project”. *Architectus*. Wrocław: Wrocław University of Science and Technology. 61 (1): 17-24. Disponível em <https://tinyurl.com/s6pxcx88>.
- FOLEY, Vincent P. (1968) – “On the Meaning of Industrial Archaeology”. *Historical Archaeology*. Germantown (USA): Society for Historical Archaeology. 2: 66-68.
- FOWLES, Severin (2016) – “The perfect subject (postcolonial object studies)”. *Journal of Material Culture*. SAGE Journals. 21 (1): 9-27.
- GELL, Alfred (1998) – *Art and agency: An anthropological theory*. Oxford / New York: Clarendon Press.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso e CRIADO-BOADO, Felipe (2018) – “Against reactionary populism: towards a new public archaeology”. *Antiquity*. 92 (362): 507-515.
- HODDER, Ian (1990) – *The domestication of Europe: Structure and contingency in neolithic societies*. Oxford: Blackwell Publishers (*Social archaeology*).
- HUDSON, Kenneth (2015) – *Industrial archaeology: An introduction*. London: Routledge.
- HUDSON, Kenneth (1979) – *World Industrial Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press (*New Studies in Archaeology*, 3).
- JONES, William (2006) – *Dictionary of Industrial Archaeology*. Gloucestershire: Sutton Publishing.
- JOYCE, Rosemary A. e LOPIPARO, Jeanne (2005) – “Postscript: Doing agency in archaeology”. *Journal of Archaeological Method and Theory*. Springer. 12 (4): 365-374.
- LABADI, Sophia (2001) – “Industrial Archaeology as Historical Archaeology and Cultural Anthropology”. *PIA - Papers from the Institute of Archaeology*. London: University College London. 12: 77-85. Disponível em <https://tinyurl.com/2p9ktdm>.
- LATOUR, Bruno (1987) – *Science in Action. How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge: Harvard University Press.
- LATOUR, Bruno (1999) – *Pandora's Hope. Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge: Harvard University Press.
- LATOUR, Bruno (2005) – *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LATOUR, Bruno (2013) – *An Inquiry into Modes of Existence: An Anthropology of the Moderns*. Cambridge: Harvard University Press.
- LEAL, João (2000) – *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- LIMA, Manuel A. S. (2006) – *Amora: memórias e vivências d'outrora*. Lisboa: Plátano Editora.
- MCGUIRE, Randall H. e WALKER, Mark (1999) – “Class confrontations in archaeology”. *Historical Archaeology*. Springer. 33 (1): 159-183.
- PALMER, Marilyn (2005) – “Industrial Archaeology: Constructing a Framework of Inference”. In CASELLA, Eleanor Conlin e SYMONDS, James (eds.). *Industrial Archaeology: Future Directions*. New York: Springer, pp. 59-75.
- PALMER, Marilyn; NEVELL, Michael e SISSONS, Mark (2012) – *Industrial Archaeology: a Handbook*. York: Council for British Archaeology (*CBA Practical Handbook*, 21).
- PÉTURSDÓTTIR, Þóra (2012) – “Small Things Forgotten Now Included, or What Else do Things Deserve?”. *International Journal of Historical Archaeology*. Springer. 16 (3): 577-603.
- POGARELL, Margarida (2017) – *A Fábrica. Vidas à Sombra da Pólvora em Vale de Milhaços*. Lisboa: Ideias com História.
- RAISTRICK, Arthur (1972) – *Industrial archaeology: an historical survey*. London: Eyre Methuen.
- REIS, Tânia (2020) – *Trajetórias de Resistência Feminina na Empresa Industrial de Chapelaria*. Dissertação de Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural, Instituto Politécnico do Porto. Disponível em <https://tinyurl.com/yc75enpv>.
- SILVA, Armando Jorge (1990) – “Arqueologia e Património Industriais: alguns contributos para a necessária renovação de conceitos e práticas”. In *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Actas e Comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda. Vol. 2, pp. 67-82.
- SPIVAK, Gayatri C. (1988) – “Can the Subaltern Speak?”. *Die Philosophin*. John Benjamins Pub Co. 14 (27): 42-58.
- THURLEY, Simon (2015) – *Men from the Ministry. How Britain Saved its Heritage*. New Haven and London: Yale University Press.
- TILLEY, Christopher (1994) – *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg Publishers.
- TRINDER, Barrie (2013) – “Industrial Archaeology: a discipline?”. In DOUET, James (ed.). *Industrial heritage re-tooled*. New York: Routledge, pp. 24-30.
- TRINGHAM, Ruth (1991) – “Households with Faces: the challenge of gender in prehistoric architectural remains”. In GERO, Joan e CONKEY, Margaret (eds.). *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 93-131. Disponível em <https://tinyurl.com/3333kanu>.
- VÖGEL, Robert M. (1969) – “On the Real Meaning of Industrial Archaeology”. *Historical Archaeology*. Springer. 3: 87-93.

PUBLICIDADE

leia também a **Al-Madan** impressa

N.º 25 | Nov. 2022



revista impressa anual em venda directa

Pedidos ao Centro de Arqueologia de Almada

Telefone: 212 766 975
Telemóvel: 967 354 861
E-mail: c.arqueo.alm@gmail.com
[distribuição via CTT ao preço de capa;
oferta dos portes de correio]

mais informação:
<http://www.almadan.publ.pt>



[todas as ligações à Internet apresentadas nesta bibliografia e nas notas que acompanham o artigo estavam activas em 2023-06-14].

A Zooarqueologia como um indicador de colapso social durante o Calcolítico final do Sudoeste ibérico

perspectivas desde a biometria tradicional, geometria morfométrica, dieta e mobilidade das faunas dos Perdígões

Nelson J. Almeida ^{1,2} e Cleia Detry ¹

¹ UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (nelsonjalmeida@gmail.com; cdetry@letras.ulisboa.pt).

² Departamento de História, Universidade de Évora.

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Introduzindo a problemática

A trajetória de complexidade social registada desde pelos menos o terceiro quartel do 4.º milénio a.n.e. no Sudoeste da Península Ibérica teve uma ruptura abrupta no final do 3.º milénio a.n.e. (CRUZ BERROCAL, GARCÍA SANJUÁN e GILMAN, 2013; GARCÍA SANJUÁN, 2017). No Sul de Portugal, VALERA (2015) indica evidências de: colapso de centros de agregação e recintos de fossos, desinvestimento nas estratégias de monumentalização, ruptura nas redes de circulação, desaparecimento da iconografia diversificada prévia e instalação de uma iconoclastia, desestruturação das redes de povoamento e simbólicas neolíticas em favor de um padrão disperso de assentamentos, mudanças nas práticas funerárias e cultura material, alguns indicadores de declínio demográfico e fim das cosmologias baseadas nos ciclos solares e expressas na orientação e representações iconográficas. O aumento das práticas cinegéticas foi recentemente enfatizado para o final do 3.º milénio a.n.e. (ALMEIDA e VALERA, 2021).

As pressões ambientais e climáticas (BLANCO-GONZÁLEZ *et al.*, 2018; HINZ *et al.*, 2019; SCHIRRMACHER *et al.*, 2020) poderiam funcionar como influências adicionais externas. Os diferentes catalisadores são alvo de debate. Porém, de acordo com os dados arqueológicos estas mudanças ocorreram num curto espaço de

tempo, com limites cronológicos que não são ainda claros. As possíveis relações que estariam em jogo nestes sistemas, tanto internamente como externamente, não são ainda compreendidas, sendo necessária mais investigação sobre as mesmas.

O registo arqueofaunístico é uma variável importante que é um indicador de aspectos económicos e de subsistência ou ideológicos e socais que pode informar sobre factores ambientais e antropogénicos relacionados com a sua gestão e exploração (ver, por exemplo, DAVIS e DETRY, 2013; VALERA e COSTA, 2013; ALMEIDA e VALERA, 2021). Os conjuntos faunísticos datados do 3.º milénio a.n.e. demonstram uma diferença entre a Estremadura e o Alentejo, com a caça a ser mais relevantes no Alentejo (VALENTE e CARVALHO, 2014). O Mercador, em Mourão, tem um predomínio de suínos (60 %) e caprinos (18 %) e uma pequena quantidade de veado (9 %) (MORENO-GARCÍA, 2013). A maior frequência de espécies domesticadas é visível no Monte da Tumba, em Alcácer do Sal (ANTUNES, 1987), e Porto Torrão, em Ferreira do Alentejo (ARNAUD, 1993; PEREIRA, 2016), com um aumento de ani-

mais selvagens em ambos sítios entre cerca de 2400-2000 a.n.e. Estes são mais frequentes em São Pedro, no Redondo (DAVIS e MATALOTO, 2012), com um ligeiro aumento da caça entre as fases mais antigas e mais recentes (de 40 % para 47 %). Esta mudança é verificável na sequência dos Perdígões (ALMEIDA e VALERA, 2021), com um aumento da frequência de animais selvagens entre cerca de 2200-2000 cal a.n.e. Mesmo não atingindo os valores do Neolítico Médio (45 %), diferem consideravelmente do Neolítico Final (13 %) e do Calcolítico (15 %).

Quanto às análises isotópicas em restos de animais, temos do Zambujal, em Torres Vedras, uma pequena amostra de caprinos analisada para obter informação de dieta e mobilidade. Diferenças importantes nas dietas entre 2800-2200 e 2200-2000 cal a.n.e. poderão dever-se a mudanças ambientais e culturais relacionadas com a

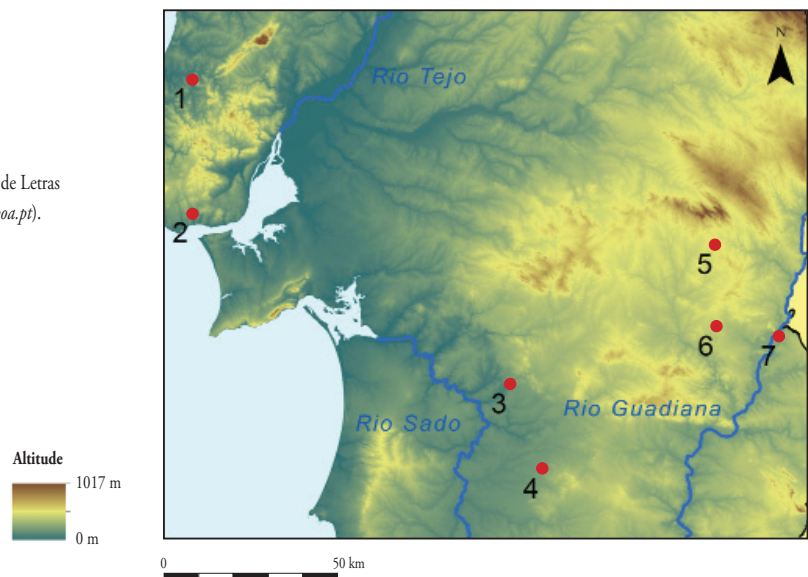


FIG. 1 – Mapa com a localização dos sítios arqueológicos mencionados no texto.

1. Zambujal; 2. Leceia;
3. Monte da Tumba; 4. Porto Torrão;
5. São Pedro; 6. Perdígões;
7. Mercador.

gestão animal (WATERMAN *et al.*, 2016). Os dados de mobilidade obtidos em restos de bovinos do Zambujal, em Torres Vedras, e Leceia, em Oeiras, são também de referir (WRIGHT *et al.*, 2019). As amostras de Zambujal correspondem a 3000-2500 cal a.n.e. e as de Leceia a 2500-2000 cal a.n.e., com os resultados a demonstrarem diferenças na proporção de bovinos não locais e áreas de captação entre sítios próximos. Os autores deixaram em aberto a possibilidade destas mudanças se deverem a aspectos cronológicos. Os dados sobre dieta animal e mobilidade durante o Calcolítico nos Perdígões, em Reguengos de Monsaraz, são de mencionar (ŽALAITĖ *et al.*, 2018). A maior dispersão dos valores isotópicos de estrôncio comparativamente ao Neolítico poderá relacionar-se com as práticas de gestão dos animais, como mudanças nos locais de pastoreio, ou com o incremento nas redes de interacção.

O Projecto ZooCHanges

O projecto aborda o final do 3.º milénio a.n.e. desde uma perspectiva multidisciplinar. O foco são as evidências diacrónicas de mudanças na exploração e gestão animal que poderão relacionar-se com a adaptação humana face a pressões internas ou externas, sobre-exploração, relaxamento ou alterações ambientais. O Complexo Arqueológico dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz) é o recinto de fossos português mais conhecido, com um importante histórico de investigação. O sítio apresenta um importante conjunto de datações absolutas que demonstram que a sua biografia se inicia em meados do 4.º milénio a.n.e., com os recintos a terem a sua extensão máxima em meados do 3.º milénio a.n.e. e terminando no final desse milénio (VALERA, 2018). Durante o último quartel deste milénio, diversos sinais de declínio são visíveis, como a reestruturação económica, com o aumento da caça, apesar de uma continuidade na dependência de espécies domesticadas (ALMEIDA e VALERA, 2021). Os Perdígões são a base para o ZooCHanges, partindo da análise de conjuntos inéditos e publicados para:

i) explorar como as proporções de animais selvagens e domesticados mudou, usando critérios morfológicos e biométricos para identificar / dife-

renciar espécies e identificar mudanças antropicamente induzidas, relacionadas com a selecção de animais domesticados ou pressão antrópica em animais selvagens. O aumento de caça correlaciona-se com as mudanças sócio-económicas vigentes ou é melhor explicado por outros factores, como topografia ou clima?

ii) considerar a evidência para mudanças de dieta e morfometria em animais domesticados, gerando novas bases de dados usando isótopos de carbono e nitrogénio, geometria morfométrica e clássica. Ocorre uma mudança diacrónica que pode ser relacionada com o contexto sócio-económico mais abrangente?

iii) investigar evidências de mobilidade de animais domesticados durante este período, usando isótopos de estrôncio e oxigénio no esmalte dentário. A “crise” levou a redes de trocas e circulação mais ou menos móveis?

A equipa e as instituições

O ZooCHanges é um Projecto Exploratório financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia iniciado em Março de 2023. O Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é a Instituição Proponente e o projecto será desenvolvido no contexto do Programa Global de Investigação dos Perdígões, promovido pela ERA Arqueologia S.A. Nelson J. Almeida e Cleia Detry são os Investigadores Responsáveis da equipa, que conta com Allowen Evin (ISEM - U. Montpellier), António Valera (ERA Arqueologia S.A., ICArEHB), Lizzie Wright (UNIARQ, Portugal; Universidade de York), Silvia Valenzuela-Lamas (IMF - CSIC) e Ricardo Miguel Godinho (ICArEHB, Universidade do

Algarve). A esta equipa soma-se o consultor científico Arturo Morales, da Universidade Autónoma de Madrid.

As tarefas principais

O ZooCHanges segue padrões de pesquisa de ponta com implicações a nível ibérico e europeu. As principais tarefas são:

A) Base de dados – compilação de informação publicada e inventário de dados zooarqueológicos (frequências de espécies, biometria tradicional) e isotópicos (dieta, mobilidade) para o 3.º milénio a.n.e. do Sudoeste e Centro da Península Ibérica.

B) Biometria tradicional e geometria morfométrica – distinção entre espécies domesticadas e selvagens e análise diacrónica de mudanças de tamanho, contribuindo para discussões acerca da domesticação e possíveis influências ambientais, sobre-exploração e relaxamento em espécies selvagens, processos de domesticação ou melhoria em espécies domesticadas.

C) Datações por AMS (*Accelerator Mass Spectrometry*) – reforço do enquadramento cronológico do projecto, devido à necessidade de refinar cronologias de contextos escavados recentemente. Serão seleccionadas amostras de contextos preservados, com proveniência estratigráfica registada e, se possível, amostras de conexões anatómicas.

D) Dieta – a forragem animal é um aspecto importante da pecuária e o estudo de dieta animal pode informar acerca de diferenças ambientais em

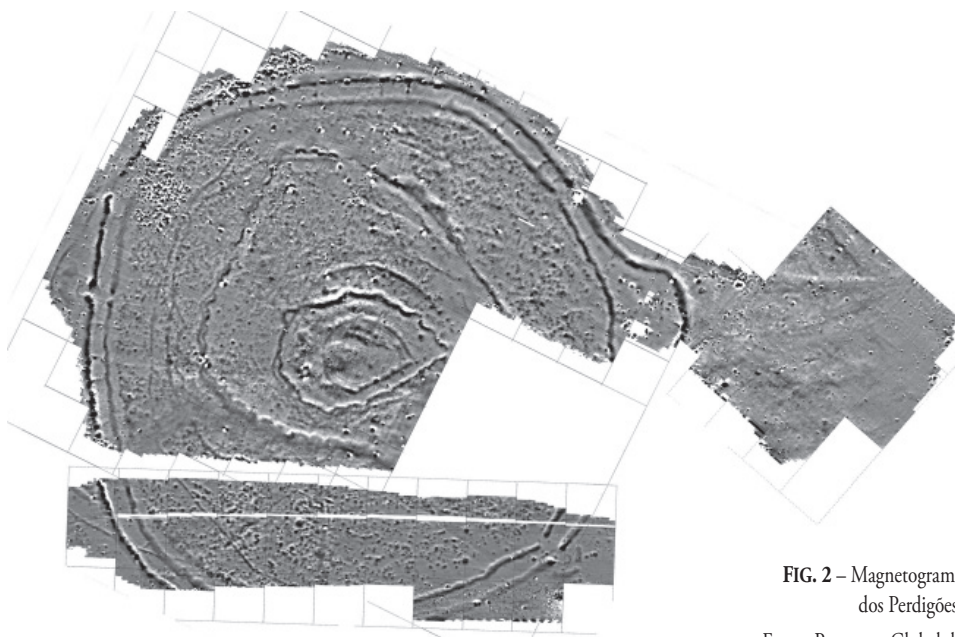


FIG. 2 – Magnetograma dos Perdígões.

Fonte: Programa Global de Investigação Arqueológica dos Perdígões – ERA Arqueologia S.A.

ZooCHAnGes

áreas distintas ou ao longo de uma cronologia. Como tal, iremos focar a forragem de espécies domesticadas de forma a analisar possíveis mudanças durante o 3.º milénio cal a.n.e.

E) Mobilidade – a aplicação de análises isotópicas é de particular interesse para a discussão de como a mobilidade animal se relaciona com discussões mais alargadas de complexidade social, particularmente num período e sítio onde redes de troca de elementos exóticos estão comprovadas. A amostragem sequencial de estrôncio e oxigénio em dentes permitirá compreender se os animais pastavam em diferentes substratos geológicos em diferentes momentos do ano.

A divulgação

O ZooCHAnGes foca a análise de mudanças sociais e económicas em relação a factores internos e externos, os últimos espelhando debates actuais relacionados com flutuações climáticas e o seu impacto nas sociedades. Como tal, o projecto vai além dos seus limites locais e regionais e, com base no passado, pretende tratar problemas globais e desafios actuais.

A disseminação dos objectivos, desenvolvimento e resultados do projecto será feita em paralelo a público especializado e não-especializado. A par da divulgação em revistas e encontros da especialidade, a equipa servir-se-á das redes sociais e de acções de divulgação pública, seguindo as boas práticas preconizadas pela

Ciência Aberta. Os dados em bruto obtidos serão disponibilizados abertamente em linha, estando prevista a realização de dois seminários sobre as temáticas do projecto. Podem acompanhar o desenvolvimento do ZooCHAnGes através do *site* <https://zoochanges.weebly.com>, onde podem encontrar ligações para as redes sociais, *Facebook* (<https://tinyurl.com/mrxbn74p>) e *Instagram* (<https://tinyurl.com/mtp8bm4y>), assim como informação sobre o Complexo Arqueológico dos Perdígões (<https://perdigoes.org>). 



FIGS. 3 E 4 – Projecto ZooCHAnGes. Logótipo (em cima) e página inicial do respectivo *site* (em baixo).

Bibliografia

- ALMEIDA, Nelson J. e VALERA, António C. (2021) – “Animal consumption and social change: the vertebrates from Ditch 7 in the context of a diachronic approach to the faunal remains at Perdígões enclosure (3400-2000 BC)”. *Archaeofauna*. Madrid. 30: 75-106.
- ANTUNES, Manuel T. (1987) – “O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. IV - Mamíferos (nota preliminar)”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8: 103-144. Disponível em <https://tinyurl.com/pupfyt5v>.
- ARNAUD, José M. (1993) – “O Povoado Calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas”. *Vipasca*. Aljustrel. 2: 41-60.
- BLANCO-GONZÁLEZ, Antonio; LILLIOS, Katina T.; LÓPEZ-SÁEZ, José A. e DRAKE, Brandon L. (2018) – “Cultural, Demographic and Environmental Dynamics of the Copper and Early Bronze Age in Iberia (3300-1500 BC): Towards an Interregional Multiproxy Comparison at the Time of the 4.2 ky BP Event”. *Journal of World Prehistory*. 31 (1): 1-79.
- CRUZ BERROCAL, María; GARCÍA SANJUÁN, Leonardo e GILMAN, Antonio (2013) – *The Prehistory of Iberia. Debating Early Social Stratification and the State*. New York: Routledge.
- DAVIS, Simon J. e DETRY, Cleia (2013) – “Crise no Mesolítico: Evidências Zooarqueológicas”. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea e NEVES, César (eds.). *Arqueologia em Portugal - 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 297-309. Disponível em <https://tinyurl.com/38kb5ynt>.

MENU

ZOOCHANGES

ZooCHAnGes Tarefas / Tasks Equipa / Team Produção / Outputs

A ZOOARQUEOLOGIA COMO UM INDICADOR DE COLAPSO SOCIAL DURANTE O CALCOLÍTO FINAL DO SW IBÉRICO

Perspectivas desde a biometria tradicional, geometria morfométrica, dieta e mobilidade das faunas dos Perdígões

ZOOARCHAEOLOGY AS A PROXY FOR SOCIAL BREAKDOWN IN LATE CHALCOLITHIC SW IBERIA

Insights from traditional biometry, geometric morphometrics, diet, and animal mobility from Perdígões



- DAVIS, Simon J. e MATALOTO, Rui (2012) – “Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 15 (1): 47-85. Disponível em <https://tinyurl.com/2y6p8dma>.
- GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (2017) – “Farming economy and wealth economy in the Copper Age of the Lower Guadalquivir river. Debating strategic resources at Valencina de la Concepción (Seville, Spain)”. In BARTELHEIM, Martin; BUENO RAMÍREZ, Primitiva e KUNST, Michael (eds.). *Key resources and socio-cultural developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, pp. 237-256.
- HINZ, Martin; SCHIRRMACHER, Julien; KNEISEL, Jutta; RINNE, Christoph e WEINELT, Mara (2019) – “The Chalcolithic-Bronze Age transition in southern Iberia under the influence of the 4.2 kyr event? A correlation of climatological and demographic proxies”. *Journal of Neolithic Archaeology*. 21: 1-26. Disponível em <https://tinyurl.com/3a7cnvj6>.
- MORENO-GARCÍA, Marta (2013) – “Estudo arqueozoológico dos restos faunísticos do povoado calcolítico do Mercador (Mourão)”. In VALERA, António C. (eds.). *As Comunidades Agropastoris na Margem Esquerda do Guadiana (2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. Beja: EDIA, pp. 319-349 (*Memórias d'Odiana - Estudos Arqueológicos do Alqueva*, 2.ª Série).
- PEREIRA, Vera (2016) – “Repastos alentejanos: dados preliminares da fauna de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)”. In VILAÇA, Raquel e SERRA, Miguel (eds.). *Matar a Fome, Alimentar a Alma, Criar Sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta / Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural Lda, pp. 39-53. Disponível em <https://tinyurl.com/32y64ath>.
- SCHIRRMACHER, Julien; KNEISEL, Jutta; KNITTER, Daniel; HAMER, Wolfgang; HINZ, Martin; SCHNEIDER, Ralph e WEINELT, Mara (2020) – “Spatial patterns of temperature, precipitation, and settlement dynamics on the Iberian Peninsula during the Chalcolithic and the Bronze Age”. *Quaternary Science Reviews*. Elsevier. 233: 106220.
- VALENTE, Maria J. e CARVALHO, António F. (2014) – “Zooarchaeology in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal”. *Environmental Archaeology*. Taylor & Francis Online. 19 (3): 226-240.
- VALERA, António C. (2015) – “Social change in the late 3rd millennium BC in Portugal: The twilight of enclosures”. In MELLER, Harald; ARZ, Helge; JUNG, Reinhard e RISCH, Roberto (eds.). *2200 BC - A climatic breakdown as a cause for the collapse of the old world?* Halle (Saale): Landesmuseum für Vorgeschichte. pp. 409-427.
- VALERA, António C. (2018) – *Os Perdígões Neolíticos. Gênese e desenvolvimento (de meados do 4.º aos inícios do 3.º milénio aC)*. Lisboa: NIA/ERA (*Perdígões Monográfica*, 1). Disponível em <https://tinyurl.com/2sn8wp2y>.
- VALERA, António C. e COSTA, Cláudia (2013) – “Animal limbs in funerary contexts in southern Portugal and the question of segmentation”. *Anthropozoologica*. Paris. 48 (2): 263-275.
- WATERMAN, Anna J.; LILLIOS, Katina T.; TYKOT, Robert H. e KUNST, Michael (2016) – “Environmental change and economic practices between the third and second millennia BC using isotope analyses of ovicaprid remains from the archeological site of Zambujal (Torres Vedras), Portugal”. *Journal of Archaeological Science: Reports*. Elsevier. 5: 181-189.
- WRIGHT, Elizabeth; WATERMAN, Anna J.; PEATE, David W.; KUNST, Michael; CARDOSO, João L. e DETRY, Cleia (2019) – “Animal mobility in Chalcolithic Portugal: Isotopic analyses of cattle from the sites of Zambujal and Leceia”. *Journal of Archaeological Science: Reports*. Elsevier. 24: 804-814.
- ŽALAITĖ, I.; MAURER, Anne-France; GRIMES, Vaughan; SILVA, Ana Maria; RIBEIRO, Sara; SANTOS, José Francisco; BARROCAS DIAS, Cristina e VALERA, António C. (2018) – “Diet and mobility of fauna from Late Neolithic-Chalcolithic site of Perdígões, Portugal”. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 19: 674-685. Disponível em <https://tinyurl.com/2aewhhr8>.

[todas as ligações à Internet apresentadas na bibliografia e no texto estavam activas em 2023-06-22]



Sala Professor Doutor Octávio da Veiga Ferreira, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, gerida pelo Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras / Câmara Municipal de Oeiras (214 408 432; arqueologia@oeiras.pt).



EVENTOS

29 Ago. - 2 Set., Porto (**PORTUGAL**)

ANTHRACO 2023 - 8th International

Anthracology Meeting | <http://bit.ly/3WF6Gnn>

30 Ago. - 2 Set., Belfast (Irlanda do Norte)

29th EAA Annual Meeting - European Association of Archaeologists | <https://bit.ly/3LSuvok>

1 - 2 Set., Loulé (**PORTUGAL**)

VI Encontro de História de Loulé |

<https://bit.ly/3CPCbEI>

5 - 9 Set., Timisoara (Roménia)

UISPP XX World Congress - Interdisciplinarity in Archaeology | <https://uispp2023.uvt.ro/>

6 - 8 Set., Coimbra (**PORTUGAL**)

XVIII Congresso de História Agrária

Food Sovereignty: production and supply dynamics in the long term | <https://bit.ly/43LHfEI>

20 - 21 Set., Lisboa (**PORTUGAL**)

Congresso Internacional Historiografia das Cidades | <https://bit.ly/3CdDPIR>

28 - 30 Set., Barcelona (Espanha)

1st International Colloquium Comparative Epigraphy | <http://bit.ly/3XWAnBo>

29 Set. - 1 Out., Formentera (Espanha)

ISCUA'23 - First International Symposium of Conservation for Underwater Archaeology | <https://iscua.org/>

12 - 15 Out., Angra do Heroísmo, Terceira, Açores (**PORTUGAL**)

Bienal Ibérica do Património Cultural: tecnologia e património | <https://bit.ly/3PvQntb>

19 - 21 Out., Colindres, Cantábria (Espanha)

II Congreso Internacional y Multidisciplinar sobre el Mundo Antiguo: la familia en la Antigüedad | <https://bit.ly/3NZIE4I>

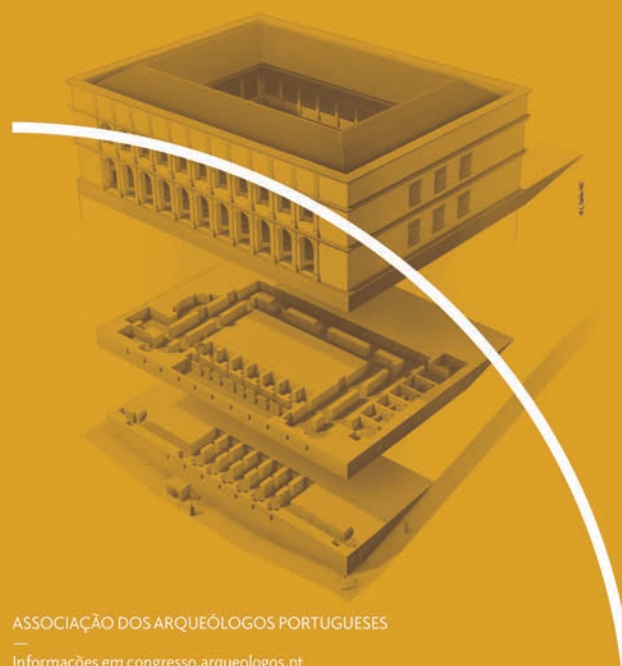
24 Out., Porto (**PORTUGAL**)

Colóquio Interdisciplinar Tempos Cruzados: diálogos entre a História, a Antropologia e a Arqueologia | <https://bit.ly/3X9rYvk>

IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

22 a 25 Nov. 2023

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
—
Informações em congresso.arqueologos.pt



2 - 4 Nov., Caparica (Almada) (**PORTUGAL**)

VII Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro | <https://bit.ly/3OXo0np>

22 - 24 Nov., Guimarães (**PORTUGAL**)

Congresso Uncertain Landscapes: beyond transdisciplinary approaches | <https://bit.ly/3NeUQiw>

22 - 25 Nov., Coimbra (**PORTUGAL**)

IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses | <https://bit.ly/3XW3TY4>

23 - 25 Nov., Lisboa (**PORTUGAL**)

Congresso Internacional Olisipo Entre Mares | <https://bit.ly/45RWWfp>

6 - 8 Mar. 2024, Sevilha (Espanha)

Congresso Un Imperio Itinerante: Mediterráneo y Poder | <https://bit.ly/3NEIn6y>

15 - 18 Mar. 2024, Lisboa (**PORTUGAL**)

VII Congresso SECAH 2024: Cerâmica nos Complexos Portuários Marítimos da Península Ibérica: séculos IV a.C. a VIII d.C. | <https://bit.ly/44sY888>

23 - 25 Abr. 2024, Varsóvia (Polónia)

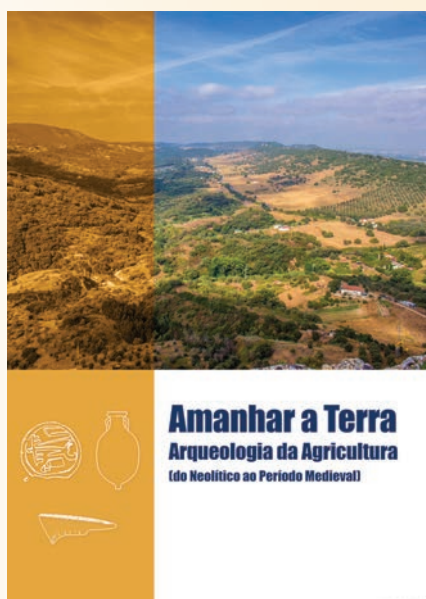
Conference Europa Postmediaevalis 2024 | <https://bit.ly/3e3Pi8B>

3 - 4 Mai. 2024, Faro (**PORTUGAL**)

44th Conference of the Association for Environmental Archaeology: Environmental archaeologies of origins and transitions in prehistory | <https://www.icarehb.com/events/>

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-07-18]

novidades



FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira e CORREIA, Miguel Filipe (coord.) (2023) – *Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval)*. Palmela: Município de Palmela.



LOURINHO, Inês (2022) – *Fronreira do Gharb al-Andalus: terreno de confronto entre Almorávidas e Cristãos (1093-1147)*. 2.ª edição. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa [1.ª ed. 2020].



SILVA, Manuel Fialho (2022) – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.



TEIXEIRA, André; ROSA, Sérgio e ANT NIO, Telmo (2023) – *Casas, Covas e Ruas: as raízes medievais de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.



CRUZ, Maria Augusta Lima e TEIXEIRA, André (coord.) (2022) – *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: CHAM - Centro de Humanidades / Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores; Laboratório de Paisagens, Património e Território / Universidade do Minho. 2 volumes (*Colecção Arqueoaertes*). Disponível em <https://bit.ly/3CH5skh> e <https://bit.ly/3PLM3Xd>.



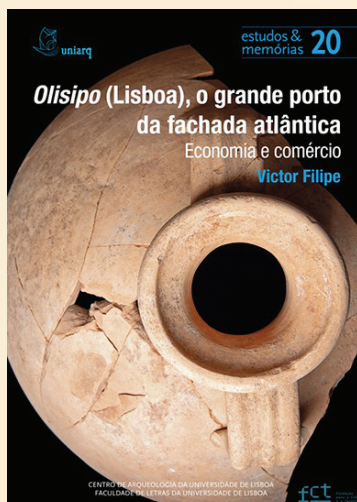
MARIANI, Andrea; SILVA, Ant nio Manuel S. P.; DINIS, Ant nio Pereira; BALSAS, Carlos; CASTRO, Celeste; RENZI, Francesco; PEREIRA, Pedro Abrunhosa; LOPES, Salustiano e NOGUEIRA, Vítor (2023) – *Povoamento e Vias de Comunica o ao Longo da História*. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real. Vol. 2 (Actas do II Col qu io Viário do Mar o). Disponível em <https://bit.ly/3JwPwVr>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-07-01]

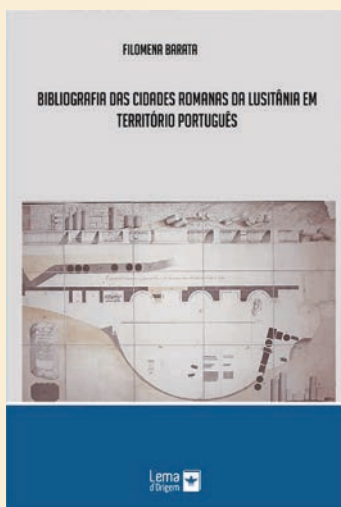


NEVES, César (2023) – *O Neolítico Médio no Sul de Portugal. O sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5º e 4º milénios AC*. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (*Estudos & Memórias*, 21). Disponível em <https://bit.ly/3pjrWEH>.

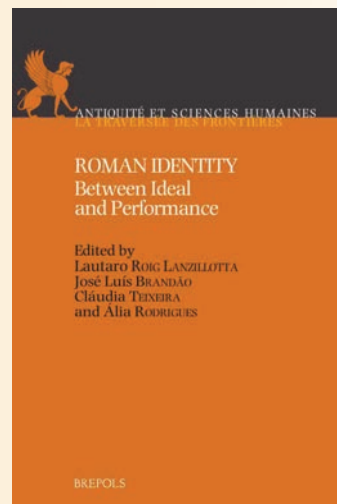
[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-07-01]



FILIFE, Victor (2023) – *Olisipo (Lisboa), o Grande Porto da Fachada Atlântica: economia e comércio*. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (*Estudos & Memórias*, 20).



BARATA, Filomena (2023) – *Bibliografia das Cidades Romanas da Lusitânia em Território Português*. Lisboa: Lema d'Origem.



ROIG LANZILLOTTA, Lautaro; BRANDÃO, José Luís; TEIXEIRA, Cátia e RODRIGUES, Ália (eds.) (2023) – *Roman Identity: between ideal and performance*. Turnhout, Bélgica: Brepols (*Antiquité et Sciences Humaines*, 8).



RODRIGUES, José Delgado (ed.) (2022) – *International Symposium Stone Consolidation in Cultural Heritage. Special Volume: short stories and personal perspectives on the history of stone conservation*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Disponível em <https://bit.ly/3PqbHjZ>.

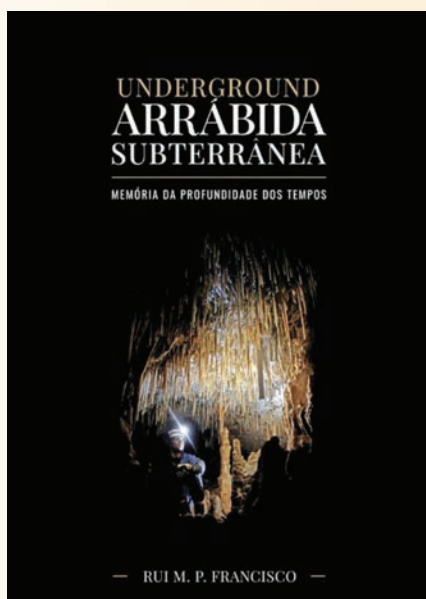


QUARESMA, José Carlos (coord.) (2022) – *Cerâmica em Hispania (ss. II a VII d.C.): contextos estratigráficos entre el Atlántico y el Mediterráneo*. Madrid: Ediciones de la Ergástula / Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (*Ex Officina Hispania. Cuadernos de la SECAH*, 5).



SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO SIMÃO (2023) – *Penela: Associação de Amigos da Villa Romana do Rabaçal*.

novidades



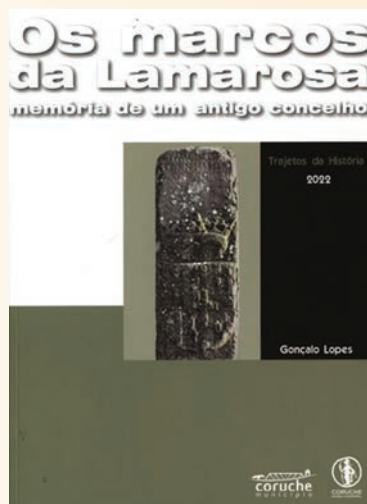
FRANCISCO, Rui M. P. (2023) – *Arrábida Subterrânea: memória da profundidade dos tempos*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.



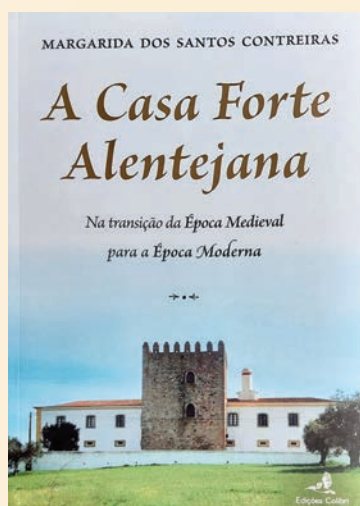
BLÁŽKOVÁ, Gabriela; MATĚJKOVÁ, Kristýna; CASIMIRO, Tânia Manuel e SILVA, Ricardo Costeira da (eds.) (2023) – *Europa Postmediaevalis 2022: connections and networking*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd.



CONEJO, Noé (2023) – *Ossónoba e a Moeda Antiga do Museu Municipal de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro.



LOPES, Gonçalo (2022) – *Os Marcos da Lamarosa: memória de um antigo concelho*. Coruche: Câmara Municipal de Coruche (*Trajetos da História*).



CONTREIRAS, Margarida dos Santos (2023) – *A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna*. Lisboa: Edições Colibri.



SILVA, Carlos Guardado da; GONÇALVES, Joaquim P.; CORUJO, Luís e REVEZ, Jorge (2023) – *Os Profissionais de Informação nos Arquivos Municipais em Portugal: identificação e caraterização*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa / Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (*Ciência Aberta*, 2).

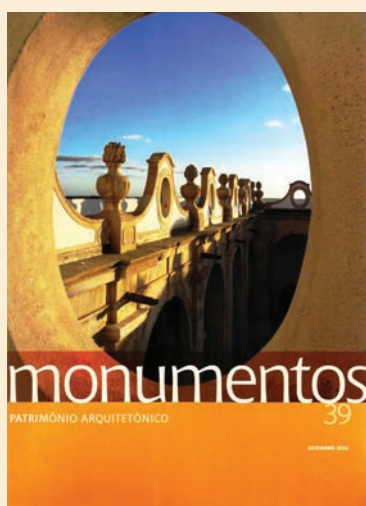
[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-07-01]



SETÚBAL ARQUEOLÓGICA (2023) – N.º 21 - “Pescadores e Mariscadores Mesolíticos do Sudoeste Português: novos dados”. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.



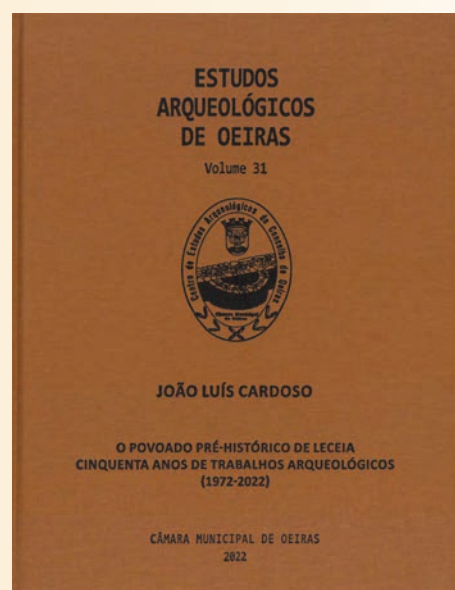
FICHEIRO EPIGRÁFICO (2023) – N.ºs 241 a 250. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (Suplemento da revista *Conimbriga*). Disponíveis em <https://bit.ly/3obzRj7>.



MONUMENTOS - Património Arquitetónico (2022) – N.º 39 (dedicado a Portalegre). Lisboa: Direção Geral do Património Cultural.



GAYA: Estudos de História, Arqueologia e Património (2023) – Nova Série, n.º 1. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia / Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana.



ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS (2022) – N.º 31 - “O Povoado Pré-Histórico de Leceia: cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (1972-2022)”. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Disponível em <https://bit.ly/3JwJCDE>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-07-01]

novidades



APONTAMENTOS DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO (2023) – N.º 17. Lisboa: ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação Arqueológica. Disponível <https://bit.ly/3JwEtvA>.

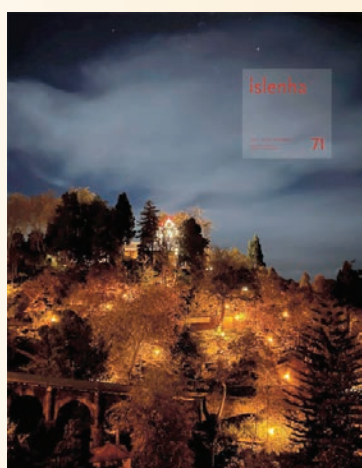
καιρός | *KAIRÓS - Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património* (2022) – N.º 13. Coimbra: CEAACP. Disponível em <https://bit.ly/3Np3PN3>.



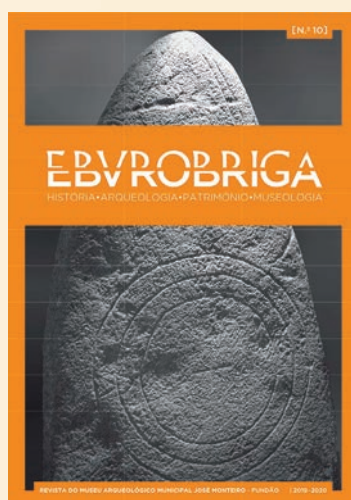
HUMANITAS (2023) – N.º 81. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://bit.ly/3r1zUTB>.



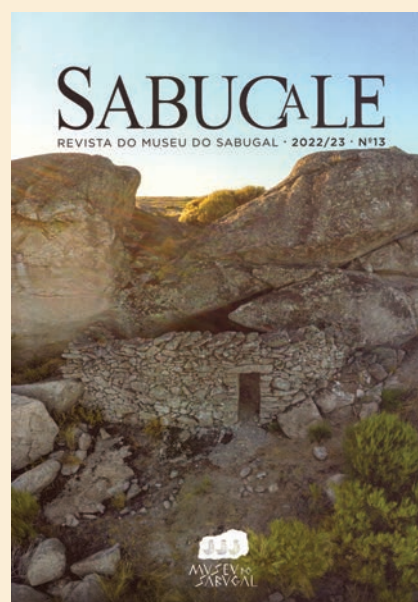
ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL (2023) – 5.ª Série, Vol. 5, N.º 1. Famalicão: Câmara Municipal de Famalicão / Associação Portuguesa para o Património Industrial.



ISLENHA (2022) – N.º 71. Funchal: Governo Regional da Madeira, Direção Regional de Cultura.



EBVROBRIGA (2019-2020 [2023]) – N.º 10. Fundão: Museu Arqueológico Municipal José Monteiro / Município do Fundão.



SABUCALE - Revista do Museu do Sabugal (2023) – N.º 13. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.

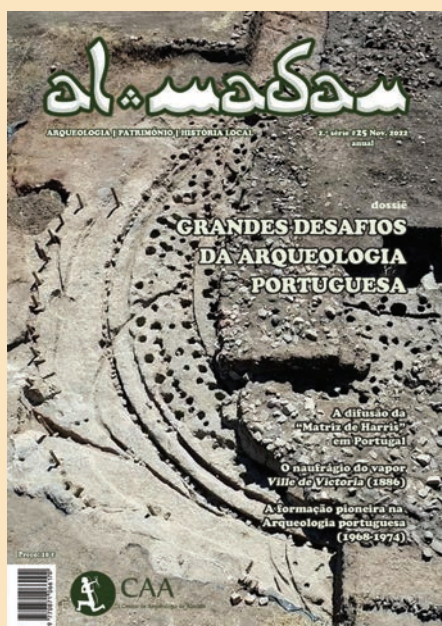
[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2023-07-01]

Al-Madan e Al-Madan Online

dois suportes... duas publicações diferentes...

... o mesmo cuidado editorial

n.º 25



ISSN 0871-066X

revista impressa

em venda directa do CAA

[desde 1982]

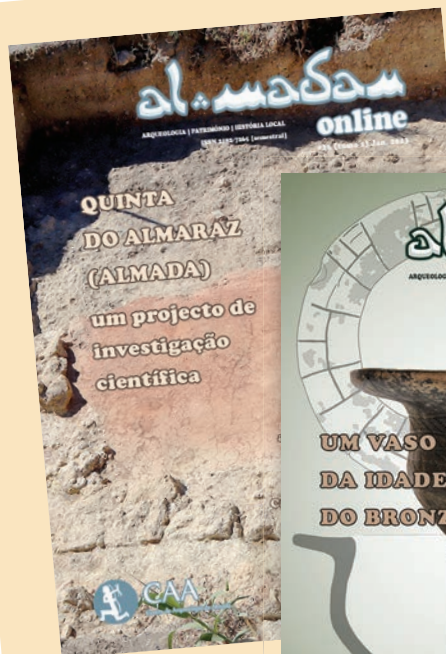
última edição

n.º 25, Novembro, 2022

em preparação

n.º 26, Novembro, 2023

n.º 26-1



n.º 26-2

ISSN 2182-7265

revista digital

em formato PDF [desde 2005]

últimas edições

n.º 26-1, Janeiro, 2023

n.º 26-2, Julho, 2023

em preparação

n.º 27-1, Janeiro, 2024

mais informação

<http://www.almadan.publ.pt>

revista digital completa e gratuita

<http://issuu.com/almadan>





MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO

Aberto de 2^a feira a sábado, das 10h às 18h.

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES